

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE

## **Cronologia e Variabilidade:**

Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata Mineira e  
Complexo Lagunar de Araruama

São Paulo

2017

LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE

# **Cronologia e Variabilidade:**

## **Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata Mineira e Complexo Lagunar de Araruama**

VOLUME I

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia

Orientador: Prof. Dr. Astolfo Gomes de Mello Araujo

Linha de pesquisa: Arqueologia e Ambiente

São Paulo

2017

Este trabalho é especialmente dedicado à Prof.<sup>a</sup> Ana Paula de Paula Loures de Oliveira, pelos anos de incansável dedicação à pesquisa, que transformaram a Arqueologia da Zona da Mata mineira. Mestre responsável por minha formação acadêmica e amiga que determinou os caminhos que segui. Não existe variabilidade para a saudade. Ela é constante.

## AGRADECIMENTOS

Ao final do doutoramento, permanece a certeza de que o envolvimento e a participação de outros pesquisadores, professores, amigos e familiares foram fatores determinantes para a conclusão da jornada. Desse modo, é gratificante poder realizar, no momento, os agradecimentos necessários, me desculpando de antemão, caso seja traído por minha memória.

Inicialmente, agradeço ao Prof. Dr. Astolfo Gomes de Melo Araujo, pela orientação desde a época do mestrado e o exemplo profissional, assumindo assim um papel essencial em minha formação. Agradeço pela disponibilidade e a confiança que me foi depositada ao longo de todo esse percurso.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Buarque (MN-UFRJ), pelo acesso aos dados referentes às pesquisas desenvolvidas em Araruama e pela acolhida atenciosa nas visitas que realizei ao Museu Nacional. Certamente, sem este apoio, o estudo aqui apresentado não teria sido viável, de modo que serei sempre profundamente grato.

A toda equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade de Juiz de Fora (MAEA-UFJF), atualmente sob a coordenação do Prof. Dr. César Henrique Barra Rocha (UFJF), pela disponibilização dos dados referentes ao contexto da Zona da Mata mineira e amizade. Agradeço especialmente à pesquisadora e amiga Dr.<sup>a</sup> Luciane Monteiro Oliveira (MAEA-UFJF), por todos os incentivos, debates e parcerias.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Loures Oliveira (*in memoriam*) pelas oportunidades que me foram concedidas desde a graduação e os incentivos conferidos para a concretização de projetos acadêmicos e pessoais. Particularmente, em relação a esta tese, agradeço pelo estímulo, discussões e revisões que culminaram no projeto inicial que originou o presente trabalho.

Aos docentes e técnicos do MAE-USP, pelas contribuições acadêmicas e suporte necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Oportunamente, devo agradecer as sugestões ofertadas pela minha banca de qualificação, composta pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves (MAE-USP) e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mercedes Okumura (MN-UFRJ), que certamente estimularam novas reflexões.

Aos amigos do município de Carangola, que são os incansáveis defensores do patrimônio arqueológico regional, a despeito de todas as adversidades. Agradeço, principalmente, ao Eduardo Pimentel, do Museu Municipal de Carangola, por me recepcionar nas visitas ao município e ao acervo do museu. Estendo o meu agradecimento para a Família

Musse, proprietária da Fazenda Santa Cruz, e, em especial, a Vânia Musse, por permitir o acesso ao sítio homônimo e seu contexto, oferecendo a autorização necessária para a realização de pesquisas arqueológicas. Infelizmente, a permissão para as intervenções não foi emitida pelo órgão pertinente a tempo de compor a tese. Permanece, porém, o desejo de retomar as atividades no local o mais breve possível.

Diversos colegas contribuíam com o refinamento de aspectos particulares desse estudo. No caso, agradeço ao Prof. Dr. Grégoire Van Havre (UFPI), pela ajuda no tratamento de questões referentes à mobilidade, especificamente, no tocante à projeção dos “caminhos ótimos” entre os contextos abordados no trabalho; ao Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF), pela indicação de fontes históricas referentes ao passado colonial da Zona da Mata mineira; a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Caldarelli (Scientia Arqueologia), pela disponibilização de informações relacionadas com o projeto de Arqueologia Preventiva do Mineroduto Minas-Rio; aos arqueólogos Lucas Braga e Ana Claudia Sales e à amiga Daniela Santana, pelo auxílio nos mapas, reconstituições e tratamento de algumas imagens; e, por fim, à Tatiana Versieux, pelos esclarecimentos em relação ao banco de dados.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa durante o período de 18 meses, permitindo que me dedicasse exclusivamente ao desenvolvimento da pós-graduação nesse período.

Aos colegas de trabalho do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CARQUEOL-UNIVASF), por assegurarem o meu afastamento das atividades de docência em um momento decisivo para a redação da tese. Do mesmo modo, agradeço a todos os meus alunos, pelos incentivos cotidianos.

Emocionalmente, não seria capaz de traçar esse percurso sem o acalento dos amigos, que transformaram minhas angústias em expectativas e meus momentos de desânimo em vigor renovado. Cecília, Maria Fernanda, Thaíse e Patrícia, obrigado por me acompanharem e me preencherem com irmandade. Ao Alencar e à Rosemary, agradeço pela parceria de longa data, discussões e leituras atentas de todos os meus escritos. Ao Rodrigo e ao Ricardo, amigos de toda vida, pelo auxílio sempre em momentos cruciais. Aos amigos mais recentes, Nivia, Vivian e Janaina, obrigado por tornarem São Raimundo Nonato um lugar mais confortável para um mineiro enraizado.

Agradeço à minha família, representada aqui pelos meus tios, Luzia e Mauro, responsáveis pela minha criação, ao meu pai, Domingos, e à minha avó, Maria, bem como minhas irmãs de coração, Lara e Layne, e irmãos de sangue, Igor e Gabriely. Obrigado por todo amor e dedicação. São vocês que tornam meus sonhos possíveis.

Finalmente, ao Erick, agradeço por tudo. Tenho certeza que nada disso teria sido possível sem o seu companheirismo.

A todos, os meus agradecimentos sinceros.

*“In fact, the basic procedures of an evolutionary archaeology of cultural traditions are now clear. It is necessary to identify the histories of transmission to show that an ancestor–descendant relationship exists, if indeed it does, and then attempt to understand the forces shaping it, all on the basis of patterned variation in the archaeological record”.*

(SHENNAN, 2011, p. 1072)

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o de promover a comparação de dois contextos arqueológicos no tocante à ocupação por ceramistas Tupiguarani. Trata-se da Zona da Mata mineira, particularmente os sítios pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF e o Complexo Lagunar de Araruama, no litoral do Rio de Janeiro, estudado por pesquisadores do Museu Nacional/UFRJ. Por um lado, as áreas apresentam sítios com uma cultura material aparentemente congruente em relação a pinturas e acabamentos plásticos de superfície, inseridos no mesmo período cronológico de ocupação. Por outro, algumas referências etno-históricas revelam a existência de possíveis conexões entre grupos locais Tupinambá situados no litoral e no interior, nos anos iniciais dos contatos com os colonizadores, especificamente, na área de influência do recorte territorial delimitado. Para todos os efeitos, o quadro esboçado configurou um cenário adequado para o teste de hipóteses referentes a processos de transmissão cultural, balizadas pelas conceituações de estilo e função oferecidas por Dunnell (1978). Na prática, isso fomentou a realização de uma diversidade de testes, focados especificamente nos tipos pasta, borda, acabamentos plásticos de superfície e pintura. Ao fim, foi possível demonstrar os vínculos entre os sítios analisados no tempo e no espaço, além de oferecer explicações diacrônicas para a variabilidade e semelhanças detectadas, gestadas no bojo da Arqueologia Evolutiva.

**Palavras-chaves:** Arqueologia Brasileira. Tupiguarani. Transmissão Cultural. Zona da Mata mineira. Complexo Lagunar de Araruama.

## ABSTRACT

The aim of this work is to promote the comparison on two archaeological contexts regarding the occupation by Tupiguarani potters. It is the Zona da Mata mineira region, particularly the sites researched by MAEA-UFJF team; and the Complexo Lagunar de Araruama, on the coast of Rio de Janeiro, studied by researchers at the Museu Nacional/ UFRJ. On the one hand, these areas have sites with seemingly similar material culture compared to paints and plastics surface finishes, inserted in the same chronological period of settlement. On the other, some ethno-historical references reveal the existence of possible connections between local groups Tupinambá located on the coast and inland in the early years of contacts with the colonizers, specifically in the area of influence of the delimited territorial part. For all intents, the picture outlined above sets up an appropriate scenario for the testing of hypotheses relating to cultural transmission processes, related style and function concepts offered by Dunnell (1978). In practice, it fomented the performing a variety of tests focused specifically on the types of the clay paste, rim and finishing plastic surface and painting. In the end, it was possible to demonstrate the links between the sites analyzed in time and space, besides offering diachronic explanations for the variability and similarities detected, which were gestated in the Evolutionary Archaeology scope.

**Key words:** Brazilian Archaeology. Tupiguarani. Cultural Transmission. Zona da Mata mineira. Complexo Lagunar de Araruama.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de Minas Gerais com mesorregião da Zona da Mata mineira e microrregiões em destaque .....	37
Figura 02 – Representação do cráton do São Francisco e suas faixas móveis .....	39
Figura 03 – Mapa com distribuição geomorfológica da Zona da Mata mineira .....	40
Figura 04 – Rede hidrográfica e navegabilidade na Zona da Mata mineira.....	43
Figura 05 – Municípios que integram o Complexo Lagunar de Araruama.....	47
Figura 06 – Distribuição tectônica da borda Sul do Cráton de São Francisco, com o Domínio Cabo Frio em destaque .....	49
Figura 07 – Bacia hidrográfica Lagoa de Araruama, com sub-bacias em destaque.....	51
Figura 08 – Balanço entre as taxas de precipitação e evotranspiração potencial (ETP), entre 1970-1999, com dados coletados na Estação Meteorológica de Iguaba Grande.....	52
Figura 09 – Mapa de cobertura vegetal potencial da região de Araruama .....	54
Figura 10 – Sítios arqueológicos pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF .....	116
Figura 11 – Sítios pesquisados na região de Araruama/RJ .....	123
Figura 12 – Classificação Taxonômica Simétrica com estabelecimento de 8 classes.....	154
Figura 13 – Local de implantação do sítio Teixeira Lopes .....	175
Figura 14 – Local de abertura dos silos, no sítio Teixeira Lopes.....	176
Figura 15 – Parte do material doado ao SAEA, em 1988 .....	176
Figura 16 – Trincheira aberta com retroescavadeira no sítio Teixeira Lopes .....	178
Figura 17 – Visão parcial de área escavada no sítio Teixeira Lopes.....	178
Figura 18 – Planta com intervenções no sítio Teixeira Lopes.....	179
Figura 19 – Visão geral da área de implantação do sítio Emílio Barão .....	180
Figura 20 – Visão parcial da área escavada na primeira campanha no sítio Emílio Barão.....	181
Figura 21 – Visão geral de combustão em fossa .....	181
Figura 22 – Visão parcial de área escavada em segunda campanha no sítio Emílio Barão.....	183
Figura 23 – Concentração cerâmica na segunda campanha do sítio Emílio Barão.....	183
Figura 24 – Planta das intervenções no sítio Emílio Barão.....	185
Figura 25 – Visão geral da Serra dos Núcleos, com área de implantação do sítio Primavera em destaque .....	187
Figura 26 – Visão parcial das escavações do sítio Primavera .....	188

Figura 27 – Fragmentos cerâmicos a 10 cm de profundidade no sítio Primavera.....	188
Figura 28 – Planta com intervenções no sítio Primavera .....	189
Figura 29 – Localização do sítio Poca, com área de implantação do sítio em destaque .....	193
Figura 30 – Escavações no sítio Poca.....	194
Figura 31 – Concentração de fragmentos cerâmicos evidenciados no sítio Poca .....	194
Figura 32 – Planta de escavação do sítio Poca .....	195
Figura 33 – Visão aérea do sítio Mata dos Bentes, com local de implantação do sítio em destaque .....	196
Figura 34 – Coleta de material em superfície no sítio Mata dos Bentes .....	197
Figura 35 – Fragmentos cerâmicos evidenciados no sítio Mata dos Bentes .....	198
Figura 36 – Planta de escavação do sítio Mata dos Bentes .....	199
Figura 37 – Local de implantação do sítio Córrego do Maranhão .....	200
Figura 38 – Material em superfície, sobreposta à plantação de café no sítio Córrego do Maranhão.....	201
Figura 39 – Blocos de pedra dispostos no sítio próximos a concentrações de cerâmica.....	202
Figura 40 – Coleta de Superfície Plotada Individualmente aplicada no sítio Córrego do Maranhão.....	203
Figura 41 – Escavações no Setor 1 do sítio Córrego do Maranhão.....	203
Figura 42 – Planta do sítio Córrego do Maranhão, com concentração de fragmentos.....	204
Figura 43 – Sondagens escavadas na Primeira Campanha.....	205
Figura 44 – Levantamento planialtimétrico na segunda campanha no sítio Córrego do Maranhão.....	206
Figura 45 – Marcação e abertura de sondagem durante prospecção sistemática .....	206
Figura 46 – Visão parcial de escavações na Área C, no sítio Córrego do Maranhão.....	207
Figura 47– Poço de controle estratigráfico aberto no sítio Córrego do Maranhão.....	208
Figura 48 – Planta das escavações realizadas na 4 <sup>o</sup> Campanha .....	209
Figura 49 – Distribuição de densidades.....	212
Figura 50 – Centroides de agregação .....	213
Figura 51 – Visão parcial do eucalipto no sítio Córrego do Maranhão, verificado em 2009 .....	215
Figura 52 – Visão parcial do sítio Córrego do Maranhão em 2015, com área destruída devido à retirada de eucalipto.....	216
Figura 53 – Local de implantação do sítio Morro Grande, com sítio em destaque.....	217

Figura 54 – Croqui referente a trabalho realizado por Dias & Giogio (1989) .....	218
Figura 55 – Croqui das prospecções arqueológicas no sítio Morro Grande.....	219
Figura 56 – Croqui das escavações do sítio de Morro Grande .....	220
Figura 57 – Visão parcial de área escavada no Setor 5 do sítio de Morro Grande.....	221
Figura 58 – Estrutura funerária no Setor 2 do sítio Morro Grande .....	223
Figura 59 – Local de implantação do sítio Serrano, com área do sítio em destaque.....	225
Figura 60 – Abertura de unidade de escavação no sítio Serrano.....	226
Figura 61 – Croqui com intervenções no sítio Serrano .....	226
Figura 62 – Exemplo de urna funerária evidenciada no sítio Serrano .....	228
Figura 63 – Cota de malha francesa evidenciada no sítio Serrano, em exposição no Museu Nacional.....	229
Figura 64 – Estrutura funerária com esqueleto no sítio Bananeiras .....	231
Figura 65 – Croqui das intervenções no sítio São José .....	232
Figura 66 – Trabalhos de campo no sítio São José.....	233
Figura 67 – Estrutura funerária evidenciada no Setor 5, com tíbia depositada.....	234
Figura 68 – Visão geral da demarcação da Área 1, no sítio Jardim Bela Vista .....	235
Figura 69 – Croqui com o registro de intervenções no sítio Jardim Bela Vista .....	236
Figura 70 – Croqui com intervenções no sítio Barba Couto .....	238
Figura 71 – Urnas evidenciadas em L1 no sítio Barba Couto.....	240
Figura 72 – Contas evidenciadas em um dos enterramentos do sítio Barba Couto.....	240
Figura 73 – Croqui com intervenções no sítio Santo Agostinho.....	241
Figura 74 – Fragmentos coletados em área destruída e evidenciação de fogueira no <i>Locus</i> 1.....	242
Figura 75 – Planta do sítio Córrego do Maranhão com idades plotadas .....	244
Figura 76 – Planta do sítio Morro Grande com idades plotadas .....	245
Figura 77 – Distribuição das idades disponíveis para os sítios Morro Grande (MG) e Córrego do Maranhão (CM) levando em consideração os setores de proveniência.....	246
Figura 78 – Distribuição das idades disponíveis para os sítios Morro Grande (MG) e Córrego do Maranhão (CM) .....	249
Figura 79 – Sítios arqueológicos pesquisados na Zona da Mata mineira e Araruama.....	253
Figura 80 – Distribuição das idades disponíveis para os sítios da Zona da Mata mineira Araruama .....	255
Figura 81 – Exemplo de borda contraída do sítio Córrego do Maranhão .....	265
Figura 82 – Exemplo de borda contraída do sítio Morro Grande, Araruama.....	266

Figura 83 – Borda cambada do sítio Córrego do Maranhão, na Zona da Mata mineira .....	266
Figura 84 – Borda cambada do sítio Morro Grande, em Araruama .....	267
Figura 85 – Detalhe da borda classificada como introvertida com reforço externo (cambada) de vasilhame do sítio Morro Grande e desenho de borda considerada cambada nas análises do material da Zona da Mata mineira .....	267
Figura 86 – Peça com borda cambada e lábio arredondado do sítio Primavera .....	275
Figura 87 – Borda com reforço interno e lábio arredondado do sítio Teixeira Lopes .....	275
Figura 88 – Peça com borda extrovertida com lábio arredondado do sítio Córrego do Maranhão .....	276
Figura 89 – Borda reforçada externa e internamente do Córrego do Maranhão – Setor 1 .....	276
Figura 90 – Borda direta com lábio arredondado do sítio Primavera .....	277
Figura 91 – Borda reforçada externamente e lábio arredondado do sítio Primavera .....	277
Figura 92 – Fragmento corrugado do sítio Primavera .....	283
Figura 93 – Fragmentos ungulados do sítio Mata dos Bentes .....	283
Figura 94 – Fragmento acanalado do sítio Poca .....	284
Figura 95 – Fragmento serrungulado do sítio Emílio Barão .....	284
Figura 96 – Fragmento estocado do sítio Poca .....	285
Figura 97 – Fragmento ponteadado do sítio Mata dos Bentes .....	285
Figura 98 – Fragmentos escovado e polido do sítio Córrego do Maranhão .....	286
Figura 99 – Fragmento polido do sítio Córrego do Maranhão – Setor 1 .....	286
Figura 100 – Fragmentos pintados do sítio Mata dos Bentes .....	288
Figura 101 – Peça do Teixeira Lopes com padrão serpentiforme, acompanhada por motivo estruturador, com linhas promovendo fechamento do conjunto, faixa vermelha e bastonetes oblíquos no campo da borda .....	289
Figura 102 – Motivos curvilíneos em vermelho do sítio Teixeira Lopes .....	290
Figura 103 – Motivo “roseta” no sítio Teixeira Lopes .....	290
Figura 104 – Vestígios de motivo geométrico, possivelmente uma “grega” na superfície externa de fragmento do sítio Teixeira Lopes .....	291
Figura 105 – Fragmento do sítio Primavera, com motivos curvilíneo, acompanhado por faixa vermelha .....	292
Figura 106 – Fragmento com bastonetes pretos da borda e lábio, do sítio Primavera .....	292
Figura 107 – Fragmento com motivo curvilíneo de padrão sinuoso, conectado por traços curtos, do sítio Primavera .....	293

Figura 108 – Fragmento com motivos geométricos na superfície externa, do sítio Córrego do Maranhão – Setor 1 .....	294
Figura 109 – Fragmentos pintados com bastonetes oblíquos na região da borda, do sítio Córrego do Maranhão – Setor 1 .....	294
Figura 110 – Fragmento com linhas paralelas em vermelho, do sítio Córrego do Maranhão – Setor 1.....	295
Figura 111 – Borda com faixa vermelha e motivo evocando letra “p” encaixada, do sítio Córrego do Maranhão – Setor 1 .....	295
Figura 112 – Fragmento com linhas sinuosas, com motivo evocativo de “rabo de serpente”, do sítio Córrego do Maranhão – Setor 1 .....	296
Figura 113 – Motivo geométrico na superfície externa de fragmento do sítio Emílio Barão.....	296
Figura 114 – Fragmento do sítio Emílio Barão com linhas paralelas abaixo da faixa vermelha e bastonetes negros em posição oblíqua na região da borda .....	297
Figura 115 – Fragmento do sítio Emílio Barão, com vestígios de linha sinuosas e pontos negros, linhas paralelas promovendo o fechamento do campo decorativo e bastonetes negros em posição oblíqua na região da borda, articulada com faixa vermelha.....	297
Figura 116 – Fragmentos com vestígios de linhas sinuosas e pontos negros na superfície interna, no sítio Emílio Barão, acompanhada por linhas paralelas, possivelmente promovendo o fechamento do campo decorativo .....	298
Figura 117 – Vasilhames com borda cambada e lábio apontado, no sítio Bananeiras.....	312
Figura 118 – Borda cambada com lábio arredondado do sítio Morro Grande .....	312
Figura 119 – Borda com reforço interno e lábio arredondado do sítio Barba Couto .....	313
Figura 120 – Peça com borda reforçada externamente com lábio arredondado, do sítio Morro Grande .....	313
Figura 121 – Borda reforçada externa e internamente com lábio apontado do sítio São José. ....	314
Figura 122 – Borda reforçada interna e externamente do sítio São José.....	314
Figura 123 e 124 – Vasilhame raso com borda extrovertida e lábio serrilhado do sítio Morro Grande .....	315
Figura 125 – Urna com decoração corrugada do sítio Morro Grande, exposta no Museu Nacional/UFRJ .....	319
Figura 126 – Urna com decoração escovada do sítio Serrano, exposta no Museu Nacional/UFRJ.....	319

Figura 127 – Fragmento corrugado e espatulado do sítio Barba Couto .....	320
Figura 128 – Fragmentos com decoração plástica no sítio Morro Grande.....	320
Figura 129 – Fragmentos escovado, corrugado e unglado do sítio Jardim Bela Vista.....	320
Figura 130 – Motivo geométrico na superfície externa de peça do sítio Morro Grande.....	324
Figura 131 – Fragmento com motivo geométrico em vermelho, do sítio Santo Agostinho .....	324
Figura 132 – Presença de linhas sinuosas em cerâmica do sítio São José.....	325
Figura 133 – Fragmento com linhas paralelas serpentiniformes articulada por pontos negros empilhados, do sítio Barba Couto .....	325
Figura 134 – Vasilhame com motivo serpentiniforme associado com elemento estruturador, no sítio Serrano.....	326
Figura 135 – Motivo trançado evocando cordas, do sítio Morro Grande.....	326
Figura 136 – Vasilhame com circunvoluções, lembrando a letra grega “tau” e com motivo geométrico “grega” na superfície interna, associada a elemento estruturador em vermelho .....	326
Figura 137 – Fragmento com motivo serpentiniforme, conformando padrão enteromorfo, do sítio Bananeiras .....	327
Figura 138 – Fragmentos de vasilhame com padrões diferenciados nas quatro extremidades da peça, do sítio Bananeiras .....	327
Figura 139 – Desenho parcial de vasilhame com padrões diferenciados nas quatro extremidades das peças, do sítio Bananeiras .....	328
Figura 140 – Borda com losangos e triângulos encaixados do sítio Barba Couto e representação da diversidade de bordas do sítio Morro Grande.....	329
Figura 141 – Motivos serpentiniformes em vasilha do sítio Teixeira Lopes e Bananeiras.....	339
Figura 142 – Cluster correspondente às relações dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama a partir dos tipos de pasta, incorporando percentagens de reamostragem por meio da técnica <i>bootstrapping</i> .....	347
Figura 143 – Cluster correspondente as relações dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama a partir dos tipos de borda, incorporando percentagens de reamostragem por meio da técnica <i>bootstrapping</i> .....	349
Figura 144 – Cluster correspondente às relações dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama a partir dos tratamentos de superfície externa, incorporando percentagens de reamostragem por meio da técnica <i>bootstrapping</i> .....	351

Figura 145 – Medição de riqueza, evidenciando relação entre o número de tipos de bordas observadas e tamanho das amostras estudadas na Zona da Mata mineira e Araruama.....	359
Figura 146 – Medição de riqueza, evidenciando relação entre o número de tipos de tratamentos de superfície externa e tamanho das amostras estudadas na Zona da Mata mineira e Araruama .....	360
Figura 147 – Seriação por ocorrência dos tipos de borda, com inclusão de todos os sítios da Zona da Mata mineira e Araruama .....	361
Figura 148 – Seriação por ocorrência dos tipos de borda dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, com exclusão dos dados pertinentes ao sítio Teixeira Lopes .....	362
Figura 149 – Seriação por ocorrência dos tipos de tratamento de superfície externa da cerâmica dos sítios de Araruama e Zona da Mata mineira.....	363
Figura 150 – Seriação por ocorrência dos tratamentos de superfície externa, com a remoção dos dados referentes a Morro Grande Setor 11/12, Santo Agostinho e Barba Couto, de Araruama; Poca e Córrego do Maranhão – Setor 3, da Zona da Mata mineira.....	364
Figura 151 – Seriação por ocorrência dos tratamentos de superfície externa, com a remoção dos dados referentes a Morro Grande Setor 11/12, Santo Agostinho e Barba Couto, de Araruama; Poca, e Córrego do Maranhão – Setor 3, da Zona da Mata mineira; bem como e os tratamentos pintado, serrungulado, ponteadado e digitado .....	365
Figura 152 – Seriação por frequência dos tipos de pasta do material oriundo dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama .....	367
Figura 153 – Seriação por frequência dos tipos de pasta do material oriundo dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, com retirada dos conjuntos oriundos do sítio Córrego do Maranhão .....	368
Figura 154 – Seriação por frequência dos tipos de borda dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama .....	369
Figura 155 – Seriação por frequência dos tipos de borda dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, com exclusão do conjunto MG-S11/12 .....	370
Figura 156 – Seriação por frequência dos tratamentos de superfície externa dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama .....	373
Figura 157 – Seriação por frequência dos tratamentos de superfície externa dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, com remoção dos conjuntos CM-S3, TL e MG-S11/12.....	373
Figura 158 – Seriação por frequência das classes mais populares da Zona da Mata mineira e Araruama .....	382

Figura 159 e 160 – Seriação por frequência de classes estabelecidas a partir de variações de borda dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama .....	385
Figura 161 – Acréscimo de camada de declividade .....	397
Figura 162 – Mapa de elevação unificado, abarcando os contextos de Araruama e Zona da mata mineira .....	397
Figura 163 – Inserção dos sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira e Araruama.....	398
Figura 164 – Projeção dos caminhos de menor custo, tomando o sítio Morro Grande como ponto de partida .....	399
Figura 165 – Projeção de caminhos ótimos envolvendo os sítios da Zona da Mata mineira, tomando como ponto de partida o sítio Córrego do Maranhão .....	400
Figura 166 – Projeção de caminhos de menor custo envolvendo os sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, tomando como ponto de partida o sítio Morro Grande .....	401
Figura 167 – Projeção de caminhos de menor custo tomando como ponto de partida o Córrego do Maranhão .....	403
Figura 168 – Projeção de caminhos de menor custo, tomando como ponto de partida o sítio Teixeira Lopes e Emílio Barão .....	403
Figura 169 – Projeção de caminhos de menor custo, tomando como ponto de partida o sítio Mata dos Bentes .....	404

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Sítios pesquisados pelo MAEA-UFJF na Zona da Mata mineira.....	115
Tabela 02 – Exemplo de construção de classes por meio de classificação paradigmática.....	155
Tabela 03 – Idades disponíveis para o sítio Teixeira Lopes.....	179
Tabela 04 – Idades disponíveis para o sítio Emílio Barão .....	184
Tabela 05 – Idades disponíveis para o sítio Primavera .....	190
Tabela 06 – Quadro síntese da análise palinológica do sítio Primavera .....	191
Tabela 07 – Idades disponíveis para o sítio Poca .....	195
Tabela 08 – Idades disponíveis para o sítio Mata dos Bentes .....	198
Tabela 09 – Idades obtidas para o sítio Córrego do Maranhão por meio de TL .....	210
Tabela 10 – Idades obtidas para o sítio Córrego do Maranhão por meio de C14 e AMS .....	211
Tabela 11 – Datações de sedimento orgânico proveniente de feição doliniforme .....	214
Tabela 12 – Idades disponíveis para o sítio Morro Grande.....	224
Tabela 13 – Quadro síntese dos sítios relacionados a Tradição Tupiguarani em Araruama (RJ) e Zona da Mata mineira (ZMM).....	252
Tabela 14 – Universo de material analisado na Zona da Mata mineira (ZMM) e Araruama (RJ).....	263
Tabela 15 – Tipos de pasta da cerâmica dos sítios da Zona da Mata mineira.....	269
Tabela 16 – Tipos de queima da cerâmica dos sítios da Zona da Mata mineira .....	270
Tabela 17 – Espessuras dos vestígios cerâmicos evidenciados na Zona da Mata mineira.....	271
Tabela 18 – Ocorrência de tipos de lábios evidenciados nos sítios da Zona da Mata mineira.....	273
Tabela 19 – Ocorrências de tipos de borda evidenciada nos sítios da Zona da Mata mineira.....	274
Tabela 20 – Ocorrências de tipos de bojo evidenciados nos sítios da Zona da Mata mineira.....	279
Tabela 21 – Ocorrências de tipos de base evidenciados nos sítios da Zona da Mata mineira.....	280
Tabela 22 – Ocorrências de tratamentos de superfície externa evidenciados nos sítios da Zona da Mata mineira .....	282
Tabela 23 – Ocorrências de tratamentos de superfície interna nos sítios da Zona da Mata mineira.....	287

Tabela 24 – Formas gerais dos conjuntos cerâmicos observados entre o material da Zona da Mata Mineira e Araruama.....	299
Tabela 25 – Quadro-síntese da morfologia dos vasilhames da Zona da Mata mineira.....	303
Tabela 26 – Tipos de pasta da cerâmica evidenciada nos sítios de Araruama.....	307
Tabela 27 – Tipos de queima da cerâmica evidenciada nos sítios de Araruama.....	308
Tabela 28 – Espessura das peças evidenciadas nos sítios de Araruama.....	309
Tabela 29 – Ocorrência de tipos de lábios evidenciados nos sítios de Araruama.....	310
Tabela 30 – Ocorrências dos tipos de bordas evidenciados nos sítios de Araruama.....	311
Tabela 31 – Ocorrências de acabamentos de superfície externa evidenciados nos sítios de Araruama.....	318
Tabela 32 – Tratamentos da superfície interna da cerâmica evidenciada nos sítios de Araruama.....	321
Tabela 33 – Porcentagens referentes à presença de engobo branco, vermelho e banho vermelho em relação ao total de peças dos acervos.....	322
Tabela 34 – Quadro síntese das características dos vasilhames inteiros e parcialmente inteiros recuperados com as pesquisas em Araruama.....	332
Tabela 35 – Tabela com índices de distância correspondente às relações dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama a partir dos tipos de pasta.....	347
Tabela 36 – Tabela com índices de distância correspondente às relações dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama a partir dos tipos de borda.....	349
Tabela 37 – Tabela com índices de distância e correspondente aos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama a partir dos tratamentos de superfície externa.....	351
Tabela 38 – Quadro síntese dos ordenamentos cronológicos e hipóteses de estilo e função produzidos a partir da seriação por ocorrência e por frequência do material da Zona da Mata mineira e Araruama.....	376
Tabela 39 – Dimensões e estados de atributo submetidos a procedimento de classificação, acompanhado de seu código numérico.....	378
Tabela 40 – Quantidade de classes criadas em cada sítio.....	379
Tabela 41 – Quantidade de classes exclusivas removidas, classes restantes e total de peças para os sítios abordados.....	380
Tabela 42 – Quadro síntese de prováveis indicadores de mobilidade e permanência.....	389
Tabela 43 – Frequência das espessuras das bordas para os sítios abordados na Zona da Mata mineira e Araruama.....	391

Tabela 44 – Frequência de bordas alisadas e com acabamento dos sítios abordados na Zona da Mata mineira e Araruama .....	392
Tabela 45 – Índices de mobilidade e permanência evidenciados nos conjuntos cerâmicos da Zona da Mata mineira e Araruama .....	393

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
-------------------------	----

### **PARTE I**

<b>CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DAS REGIÕES DE ESTUDO: ASPECTOS AMBIENTAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA</b> .....	36
--	----

1.1 Caracterização ambiental da Zona da Mata mineira .....	36
1.1.1 Geologia e Geomorfologia .....	38
1.1.2 Hidrografia .....	42
1.1.3 Clima .....	44
1.1.4 Pedologia e Vegetação .....	45
1.2 Caracterização ambiental do Complexo Lagunar de Araruama .....	46
1.2.1 Geologia e Geomorfologia .....	47
1.2.2 Hidrografia .....	50
1.2.3 Clima .....	51
1.2.4 Pedologia e Vegetação .....	53
1.3 Considerações sobre o capítulo .....	55

<b>CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI: VARIABILIDADE E TRANSMISSÃO CULTURAL</b> .....	60
--	----

2.1 Tupi-mania e uniformidade .....	60
2.2 Questões de origens, migração e degeneração .....	63
2.3 O conceito de Tradição Tupiguarani: o PRONAPA .....	67
2.4 Entre sínteses, reflexões e novas abordagens .....	77
2.5 Variabilidade, estilo e transmissão cultural .....	87
2.5.1 Contribuições do Projeto Amazônia Central: origem, expansão e transmissão cultural .....	96
2.5.2 Arqueologia Tupi? .....	98
2.5.3 Os ceramistas Tupiguarani nos quadros da Arqueologia Evolutiva .....	101
2.6 Considerações sobre o capítulo .....	103

<b>CAPÍTULO 3 – ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA .....</b>	<b>107</b>
3.1 Pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira .....	107
3.2 Pesquisas arqueológicas no Complexo Lagunar de Araruama.....	117
3.3 Considerações sobre o capítulo .....	124

<b>CAPITULO 4 – ESTILO, FUNÇÃO E TRANSMISSÃO CULTURAL.....</b>	<b>127</b>
4.1 Breve histórico de estudos sobre transmissão cultural .....	128
4.2 Sob a égide da Arqueologia Evolutiva: estilo, função e transmissão cultural.....	135
4.3 Arqueologia e Classificação: proposta para construção de linhagens de artefatos ...	147
4.4 Mobilidade e transmissão cultural: possibilidades de análise .....	159
4.5 Estilo, função e transmissão cultural: propostas de Carl Lipo e Ethan Cochrane .....	165
4.6 Considerações sobre o capítulo .....	169

## **PARTE II**

<b>CAPITULO 5 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PESQUISADOS NA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA .....</b>	<b>174</b>
5.1 Sítios pesquisados na Zona da Mata mineira .....	174
5.1.1 Sítio Teixeira Lopes (ZM-JF-01) .....	174
5.1.2 Sítio Emílio Barão (ZM-JF-02).....	180
5.1.3 Sítio Primavera (ZM-JN-01) .....	186
5.1.4 Sítio Poca (ZM-JN-02).....	192
5.1.5 Sítio Mata dos Bentes (ZM-RN-02).....	196
5.1.6 Sítio Córrego do Maranhão (ZM-CG-01) .....	200
5.2 Sítios pesquisados no Complexo Lagunar de Araruama .....	216
5.2.1 Sítio Morro Grande .....	217
5.2.2 Sítio Serrano .....	225
5.2.3 Sítio Bananeiras.....	229
5.2.4 Sítio São José.....	231
5.2.5 Sítio Condomínio Jardim Bela Vista.....	235
5.2.6 Sítio Barba Couto .....	237
5.2.7 Sítio Santo Agostinho.....	240

5.3 Os sítios Córrego do Maranhão e Morro Grande: comparações entre o litoral e o interior .....	242
5.4 Considerações sobre o capítulo .....	251

**CAPITULO 6 – A CERÂMICA DOS SÍTIOS DA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA EM UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA .....**

6.1 Aportes gerais sobre os agrupamentos criados.....	260
6.2 A cerâmica dos sítios da Zona da Mata mineira.....	268
6.2.1 Tipos de pasta.....	268
6.2.2 Tipos de queima .....	269
6.2.3 Modo de produção.....	270
6.2.4 Espessuras .....	270
6.2.5 Tipos de lábios e bordas .....	272
6.2.6 Tipos de bojo e base .....	278
6.2.7 Tratamentos de superfície e pinturas.....	281
6.2.8 Os vasilhames.....	298
6.2.9 Síntese dos dados: perfil técnico cerâmico dos sítios da Zona da Mata mineira.....	304
6.3 A cerâmica dos sítios do Complexo Lagunar de Araruama.....	306
6.3.1 Tipos de pasta.....	306
6.3.2 Tipos de queima .....	307
6.3.3 Modo de produção.....	308
6.3.4 Espessuras .....	308
6.3.5 Tipos de lábios e bordas .....	309
6.3.6 Tipos de bojo e base .....	316
6.3.7 Tratamentos de superfície e pinturas.....	316
6.3.8 Os vasilhames.....	329
6.3.9 Síntese dos dados: perfil técnico cerâmico dos sítios do Complexo Lagunar de Araruama .....	333
6.4 Comparação dos dados: similaridades e diferenças entre o litoral e o interior .....	335
6.5 Considerações sobre o capítulo .....	340

<b>CAPITULO 7 – ENTRE O LITORAL E O INTERIOR: CRONOLOGIA, VARIABILIDADE E TRANSMISSÃO CULTURAL</b> .....	344
7.1 Teste de similaridade: evidenciando conexões iniciais entre acervos.....	344
7.2 Seriação em uma perspectiva evolutiva .....	353
7.3 Avaliação dos agrupamentos: seriação dos tipos de pasta, borda e tratamentos de superfície externa .....	357
7.3.1 Medição de riqueza (richness).....	358
7.3.2 Seriação por ocorrência dos tipos de borda e tratamentos de superfície externa .....	361
7.3.3 Seriação por frequência dos tipos de pasta, borda e tratamentos de superfície externa .....	366
7.3.4 Consolidação dos dados: seriação por ocorrência versus seriação por frequência .....	374
7.4 Classificação, cronologia e transmissão cultural.....	377
7.5 Questões de mobilidade.....	387
7.5.1 Caminhos ótimos entre o litoral e o interior? .....	395
7.6 Considerações sobre o capítulo .....	405
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	417
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	425
<b>ANEXOS</b> .....	468
<b>ANEXO I – Atributos e variáveis da análise cerâmica</b> .....	468
<b>ANEXO II – Conjuntos cerâmicos dos sítios Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama</b> .....	477
<b>ANEXO III – Caminhos ótimos entre os sítios abordados na Zona da Mata mineira e no Complexo Lagunar de Araruama</b> .....	489

## INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo apresentar um estudo que envolve a atual discussão sobre a presença dos ceramistas Tupiguarani no Sudeste Brasileiro, buscando evidenciar questões de rupturas e continuidades entre conjuntos cerâmicos provenientes de diferentes contextos regionais e temporais. Nessa empreitada, serão examinados, em uma perspectiva comparativa, os dados referentes aos sítios pesquisados em dois recortes específicos, tendo em vista as congruências apontadas pela cultura material. Trata-se dos assentamentos identificados na Zona da Mata mineira, no âmbito das ações conduzidas pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF), coordenadas na época por Ana Paula de Paula Loures Oliveira; e na Região dos Lagos, no litoral do Rio de Janeiro, particularmente no Complexo Lagunar de Araruama, em município homônimo, abordados por Angela Buarque, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ).

Especificamente sobre a Zona da Mata mineira, destaca-se que a área vem sendo escrutinada desde o ano 2000, no âmbito do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira, coordenado por Loures Oliveira no MAEA-UFJF. Com o decorrer dos estudos, foram identificados 18 sítios relacionados à Tradição Tupiguarani, dos quais seis foram efetivamente estudados e tiveram seus dados sistematizados, sendo inclusive problematizados em oportunidade anterior (MAGESTE, 2012). São eles: Emílio Barão e Teixeira Lopes, situados no município de Juiz de Fora; Primavera e Poca, na cidade de São João Nepomuceno; Mata dos Bentes, no município de Rio Novo; e, por fim, Córrego do Maranhão, no município de Carangola (LOURES OLIVEIRA, 2006a, 2006c, 2008, 2009). Por meio dos trabalhos arqueológicos conduzidos, foi possível recuar a presença de ceramistas Tupiguarani para muito antes do contato e confirmar uma amplitude de ocupação que ultrapassa 1.000 anos, conforme indicam as datações absolutas por TL e C14 disponíveis para os assentamentos, que se distribuem entre  $1750 \pm 200$  AP e  $225 \pm 25$  AP (LOURES OLIVEIRA ET AL, 2010; MAGESTE & LOURES OLIVEIRA, 2011; MAGESTE, 2012).

Para a região de Araruama, as investidas de Angela Buarque (1995, 1999, 2000, 2002, 2009a, 2009b, 2010, 2011, entre outros) iniciaram-se em 1993, com a escavação de sete sítios situados próximos ao litoral: Morro Grande, Serrano, São José, Bananeiras, Jardim Bela Vista, Santo Agostinho e Barba Couto. Nos trabalhos conduzidos, a pesquisadora percebeu

recorrência entre a distribuição dos assentamentos e a localização de aldeias Tupinambá<sup>1</sup>, apresentadas pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essas similaridades mostraram-se mais evidentes com as primeiras análises referentes à morfologia cerâmica e às pinturas, que também se mostraram congruentes às ilustrações presentes na documentação iconográfica. Por fim, a descoberta das primeiras estruturas funerárias, idênticas àquelas descritas pelos autores dos séculos XV e XVI, levou Buarque a inferir a respeito de uma ocupação de grupos ancestrais dos Tupinambá na região (BUARQUE, 2002, 2009a, 2009b, 2011). Sobre a cronologia, os estudos ampliaram as expectativas temporais para a presença de grupos relacionados à Tradição Tupiguarani no litoral do Sudeste, com datações por C14 e TL que vão de 2920± 70 AP a 282 BP (BUARQUE, 2010).

Na oportunidade, cabe destacar que o foco sobre os cenários em tela se pautou substancialmente no interesse de aprofundar as reflexões gestadas no desenvolvimento de minha dissertação de mestrado, intitulada “Entre Estilo e Função: o estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG”, que se deteve no estudo da cerâmica dos sítios Tupiguarani da Zona da Mata mineira. Na ocasião, tendo como marco teórico a Arqueologia Evolutiva, buscou-se avaliar diacronicamente a variação detectada para os acabamentos plásticos de superfície e pinturas, relacionando-a com a história da ocupação da área. Em termos práticos, foram executadas seriações por frequência e ocorrência e cálculos estatísticos dedicados em quantificar o grau de similaridade entre os acervos. Com os resultados obtidos, constatou-se que as semelhanças e diferenças observadas entre os acervos poderiam ser decorrentes das relações de afinidade expressas pelos sítios no tempo, estando atreladas a processos de transmissão cultural (MAGESTE, 2012).

Desse modo, ao final do trabalho, as possibilidades de investigação continuaram abertas, principalmente no tocante à aplicação de testes comprometidos em identificar a atuação de processos de transmissão cultural. Foi nesse contexto que surgiu o desejo em aprofundar as investigações, incorporando os dados gerados com as pesquisas na região de Araruama, no litoral do Rio de Janeiro, cujas congruências com os sítios da Zona da Mata mineira já foram apontadas em diversas ocasiões (PROUS, 2006; MAGESTE, 2008a e 2008b; LOURES OLIVEIRA, 2009, BUARQUE, 2009a, 2009b; CORRÊA, 2009).

Inicialmente, Prous (2006) chamou a atenção para os motivos canônicos contidos em vasilhames coletados no sítio Teixeira Lopes, que, na opinião do autor, evocavam formas

---

<sup>1</sup> Adota-se no presente trabalho a definição de Fernandes (1989) para o termo Tupinambá, utilizado para se referir a um grupo étnico básico, que revela em seu sistema sociocultural os mesmos traços fundamentais, a despeito das particularidades que são inerentes a cada grupo.

típicas do litoral do Rio de Janeiro. Mais tarde, sinalizou-se para os padrões verificados nas pinturas do sítio Córrego do Maranhão, que quando associadas à cronologia disponível para a área, suscitavam correlações com o material da costa (MAGESTE, 2008a). Ao se deter sobre o assunto, Loures Oliveira (2009) corroborou a similaridade existente. Contudo, alertou para o fato de que mesmo sendo tentadora a tendência de relacionar os sítios de ambas as regiões, estudos mais pormenorizados deveriam ser conduzidos, capazes de gerar elementos de comparação para além de aspectos técnicos e espaciais.

Por sua vez, Buarque (2009a, 2009b) reconheceu as congruências do material pesquisado em Araruama com aquele evidenciado nas matas mineiras, principalmente para as pinturas identificadas em vasilhame oriundos do sítio Bananeiras e Teixeira Lopes. Porém, admitiu ser mais provável a existência de conexões entre as populações fixadas nos dois contextos somente para o período posterior ao contato. Nesse caso, considerou que a ocupação de lugares com altitude elevada por ceramistas Tupiguarani, conforme acontece no interior, poderia ter sido uma alternativa encontrada pelos grupos frente às pressões colonizadoras.

Paralelamente, ao analisar os sítios da microrregião de Juiz de Fora, Corrêa (2009) notou semelhanças não somente em relação às pinturas, mas também no que diz respeito aos elementos morfológicos das vasilhas. Esta constatação baseou-se no registro de vestígios de potes duplamente cambados, com acabamentos ungulados ou estocados somente na parte superior; e ainda nos remanescentes de vasilhames abertos quadrangulares ou circulares, pintados internamente, todos parecidos com o material que vem sendo estudado no Rio de Janeiro.

Frente a este cenário, as atenções no presente trabalho irão se concentrar no exame dos dados arqueológicos gerados para os dois compartimentos regionais, no intuito de explicitar e explicar as afinidades detectadas. Nesse movimento, a hipótese trabalhada é de que as congruências observadas entre a cerâmica evidenciada nos sítios da Zona da Mata mineira e aquela oriunda dos assentamentos pesquisados por Buarque em Araruama, sejam a expressão de continuidade hereditária e processos de transmissão cultural (cf. LIPO ET AL, 1997, O'BRIEN & LYMAN, 2002a, EERKENS & LIPO, 2007). Tendo em vista a contemporaneidade na ocupação das duas áreas, pode-se conjecturar sobre a ocorrência, no passado, de possíveis interações entre as populações e, conseqüentemente, fluxos de conhecimentos mais intensos, responsáveis pelas similaridades computadas entre os acervos.

Cabe destacar que os contatos existentes entre grupos Tupinambá situados no litoral do Rio de Janeiro e aqueles fixados no interior na época inicial da colonização chegaram a ser

mencionados na documentação etno-histórica disponível. Anchieta ([1554-1594] 1933), por exemplo, afirmou que populações Tupinambá, que povoaram a região do Rio de Janeiro, mantinham contato frequente com grupos fixados entre 13 a 300 km para o interior, estabelecendo perímetro que abarca a Zona da Mata mineira. Complementando o quadro, Vieira ([1608-1697] 1928) detectou a presença de grupos locais Tupinambá situados nos sertões do Rio de Janeiro, ou seja, no interior de Minas Gerais. Falta, portanto, analisar os reflexos desses contatos na conformação da cultura material, examinando se os dados arqueológicos suportam a plausibilidade de interações entre as duas regiões para um passado mais remoto.

Na conjuntura, as conceituações de estilo e função voltadas para o estudo dos vestígios arqueológicos, desenvolvidas no bojo da Arqueologia Evolutiva (DUNNELL, 1978), atreladas com trabalhos de seriação (LIPO 2001a, 2001b; COCHRANE, 2004), cálculos de similaridade (MAGESTE, 2012) e métodos dedicados em tratar de questões ligadas com mobilidade (SIMMS & BRIGHT, 1997; HERZOG, 2014; AMARAL, 2015), emergem como propostas pertinentes para o estudo dos contextos em tela. Isso porque oferecem elementos para que a variação seja entendida na sua distribuição no tempo e no espaço. Particularmente, na abordagem evolutiva, as características estilísticas são concebidas como fruto de histórias específicas e de processos de transmissão cultural. Já função, por apresentar vantagem quando o assunto é desempenho, pode ser simplesmente respostas semelhantes produzidas por diferentes grupos para situações das mais diversas (DUNNELL, 1980; LEONARD, 2001; O'BRIEN, 2003).

Contextualmente, é possível observar na bibliografia especializada a utilização de diferentes definições de estilo e função ao longo do tempo, refletindo na verdade opções teóricas distintas. De modo geral, as discussões iniciais sobre o tema situam-se nos trabalhos produzidos a partir da perspectiva histórico-culturalista, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Nesse cenário, características estilísticas eram encaradas como diagnóstico de etnicidade e dicotômica em relação a traços funcionais. Estilo poderia ser identificado a partir dos elementos decorativos e formais da cultura material, enquanto função se referia fundamentalmente a sua utilidade (O'BRIEN, 2003).

Anos mais tarde, entre as décadas 1960 e 1970, essas discussões mudariam de foco, em certa medida devido à consolidação de um novo quadro epistemológico, expresso pela Nova Arqueologia e, depois, pelo Processualismo (HEGMON, 2003). Binford (1980, 1989; entre outros), pesquisador relacionado à chamada escola iconológica, considerou o estilo como elemento adjunto, derivado dos aspectos secundários ou complementares do artefato e

imbuído de valores simbólicos e ideológicos. No que tange às variações estilísticas, estas se encontrariam em apenas uma parte restrita do artefato, que não se relacionava com o seu papel funcional.

Um dos principais críticos ao trabalho de Binford foi James Sackett (1977, 1985, 1986, entre outros), defensor do modelo isocréstico. O autor definiu estilo como sendo um jeito específico de se fazer algo, relacionado a um contexto em particular e presente em todas as etapas do processo produtivo. Não acreditava, portanto, que estilo e função fossem conceitos dicotômicos, na medida em que estilo, juntamente com função, deveria ser demarcador de etnicidade (SACKETT, 1977). A variação estilística, nesse sentido, foi encarada como produto da formalização e rotinização da técnica, que acabaria por tornar a transmissão do conhecimento tecnológico fácil de imitar e executar (BETTINGER ET AL, 1994).

No final da década de 1970, foi a vez de Robert Dunnell (1978), principal expoente da denominada Arqueologia Evolutiva ou Darwiniana, oferecer uma alternativa para o quadro. Para fins de contextualização, vale frisar que a Arqueologia Evolutiva tem na utilização da teoria evolutiva darwiniana, o principal suporte para explicar a variação nos vestígios materiais. Ela busca, desse modo, traduzir para o estudo da cultura material três constatações fundamentais: a primeira estabelece a existência de variação em determinados atributos; a segunda diz que essa variação é transmitida ou herdada; e a terceira determina que algumas variantes funcionam melhor do que outras em determinadas circunstâncias (LEONARD, 2001). Sob este cenário, estilo e função foram concebidos como conceitos dicotômicos, sendo controlados por diferentes mecanismos evolutivos. Nesse contexto, função seria determinada por forças seletivas, conferindo desse modo vantagens adaptativas; já estilo resultaria de processos estocásticos, sendo constituído por elementos adaptativamente neutros (DUNNELL, 1978).

As discussões sobre o tema não estacionaram com reflexões de Dunnell. No final da década de 1970 e início da década de 1980, outros estudos discutiram a dicotomia entre estilo e função como, por exemplo, o trabalho etnoarqueológico de Polly Wiessner (1983). A pesquisadora defendeu a distinção entre os conceitos. Para ela, estilo pode ser definido como a variação formal da cultura material, que transmite informações sobre identidade pessoal ou social. Essas mensagens foram denominadas, respectivamente, de estilo emblêmico e estilo assertivo.

Frente às opções conceituais disponíveis, a proposta defendida por Robert Dunell apresenta-se com a mais adequada para a investigação em tela, por conta do esforço em

explicar as continuidades e mudanças verificadas no registro arqueológico em uma perspectiva diacrônica, considerando a atuação de diferentes processos evolutivos. Adicionalmente, no que diz respeito aos estudos sobre processos de transmissão cultural, apesar de parte das definições de estilo vigentes trabalharem com o tema de modo tácito, os movimentos explícitos, no sentido de invocá-lo para explicar a configuração observada para os vestígios materiais, aconteceram de forma mais profícua no âmbito da Arqueologia Evolutiva, onde foram associadas às questões de estilo e função. Contudo, o interesse pelo assunto não esteve restrito somente aos arqueólogos interessados na evolução darwiniana. De fato, em termos históricos, as primeiras contribuições mais sistemáticas para o entendimento da transmissão cultural aconteceram no contexto das discussões a respeito do difusionismo, no final do século XIX e início do século XX (O'BRIEN, 2003).

Sob este viés, similaridades identificadas entre grupos humanos foram interpretadas como o produto da difusão de traços culturais de um local de origem para outro periférico, geralmente por meio de processos de transferência como migração, comércio, guerra, interações, entre outros. Nesse caso, os povos que viviam próximos uns aos outros, tinham mais chances de apresentar elementos culturais em comum, enquanto os grupos mais distantes seriam mais diferentes (BOAS, 2004). Essas ideias tiveram um impacto significativo nos estudos arqueológicos executados nas primeiras décadas do século XX. Isso porque os arqueólogos passaram a interpretar mais sistematicamente as congruências nas formas dos artefatos ao longo do tempo e do espaço como o resultado da difusão de informações (KROEBER, [1917] 1949).

A partir da década de 1960, sob a égide da Nova Arqueologia ou Escola Processual, a transmissão cultural não desfrutou de incrementos mais profícuos (O'BRIEN, 2003; EERKENS & LIPO, 2005). A justificativa para esse quadro pode ser verificada nos direcionamentos teóricos assumidos no período. Isso porque os pesquisadores comprometidos com a abordagem rechaçaram o difusionismo, buscando explicar a variação por meio de ideias como invenção, adaptações às alterações do ambiente natural ou mesmo competição com grupos próximos (JOHNSON, 2000; TRIGGER, 2004).

Para todos os efeitos, a transmissão cultural só conquistou um interesse mais sistemático, acompanhado de um refinamento teórico e metodológico, na década de 1980 e 1990. Em boa medida, isso ocorreu devido à interface estabelecida com a teoria evolutiva darwiniana, que ofereceu os subsídios necessários para explicar a variação no comportamento humano ao longo do tempo. Foi nesse momento que acontece a incorporação do tema nos estudos desenvolvidos com o viés da Arqueologia Evolutiva. Sob a perspectiva evolucionista,

a concepção de transmissão cultural sustentou-se no reconhecimento de que cultura constitui um mecanismo pelo qual a hereditariedade de informações acontece (LIPO, 2001a; EERKENS & LIPO, 2005, 2007; COCHRANE, 2004).

Estilo, função e transmissão cultural foram considerados aspectos fundamentais para entender a variabilidade revelada pela cultura material. Características estilísticas, por serem adaptativamente neutras, permitem mensurar com segurança aspectos como interação e transmissão cultural. O mesmo pode ser dito em algumas circunstâncias para os aspectos funcionais, na medida em que informam sobre processos de transferência de informações mediados por seleção natural e questões adaptativas de ordem diversa (O'BRIEN, 2003; EERKENS & LIPO, 2007).

Essas proposições têm orientado os arqueólogos a construir linhagens culturais, que se definem como a linha temporal de mudança atrelada com hereditariedade. Tal elaboração pressupõe o entendimento da atuação de mecanismos como seleção natural, deriva, transmissão cultural e invenção nos conjuntos analisados. Colocando de outra forma, as linhagens de artefatos ou de cultura material estabelecidas buscam evidenciar, no tempo e no espaço, os aspectos vinculados à prescritividade e geração da diversidade. A partir da constatação que evolução é descendência com modificação, os estudiosos objetivam estabelecer laços de continuidade hereditária entre as linhagens estudadas (LIPO, 2001a, LIPO, 2001b; COCHRANE, 2004).

Para os propósitos desse estudo, a utilização de tais proposições pode vir a permitir uma melhor caracterização da cultura material produzida nos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, ao mesmo tempo em que oferece elementos para que hipóteses referentes a contatos estabelecidos entre grupos fixados no litoral e no interior sejam empiricamente testadas. Concomitantemente, possibilita mensurar as vantagens e limites da abordagem evolutiva no estudo de contextos arqueológicos relacionados com os grupos ceramistas Tupiguarani, tendo em vista a natureza das informações produzidas por diferentes equipes nas últimas décadas. Nesse ponto, cabe dizer que a inspiração para a empreitada se assenta em certa medida no esforço investigativo conduzido por Lipo et al (1997), que se comprometeram em avaliar e explicar os resultados obtidos com as investigações conduzidas por Phillip Phillips, James Ford e James Griffin nos Estados Unidos, especificamente no Vale do Rio Mississippi, na década de 1940.

Os pesquisadores dedicaram-se em problematizar as seriações baseadas na frequência de determinados tipos cerâmicos, criadas inicialmente por Ford. No trabalho, as congruências foram encaradas como um reflexo do número de traços em comum entre os fenômenos

observados, deixando implícita a noção de transmissão cultural. Assim, enquanto conjuntos mais similares no tempo e no espaço apareciam nas seriações de forma próxima, aqueles mais diferentes eram alocados de modo mais distante. Durante as análises, visualizou-se a natureza particular de tipos específicos que, além de fornecer uma sólida cronologia, encaixavam-se no que ficou conhecido na época como “princípio da popularidade”, demarcado pelo aumento, fixação e declínio das características enfocadas.

De acordo com Lipo et al (1997), o estudo conduzido deixou a desejar na tarefa de explicar como e por que as seriações funcionavam da forma verificada no contexto abordado, já que a noção de “princípio da popularidade” apresentava-se de forma muito vaga e desconectada de uma explicação. Outro motivo para críticas foi o risco de aparecer nos arranjos elaborados, atributos estilísticos e funcionais amalgamados, sem um exame mais aprofundado da natureza da variação. De todo modo, ao avaliar o trabalho, os pesquisadores demonstraram o potencial de quadros arqueológicos supostamente devassados, com material já depositado em reserva técnica, em alimentar novas reflexões que buscam aliar cronologia e variabilidade, por meio da submissão dos dados produzidos a outras molduras teóricas e metodológicas.

Assim, na presente tese, os dados quantitativos disponíveis serão submetidos a uma diversidade de testes, focando principalmente nos tipos de pasta, borda e tratamentos de superfície externa (LOURES OLIVEIRA ET AL, 2008a; CORRÊA, 2009; BUARQUE, 2009a; MAGESTE, 2012). A escolha por esses elementos específicos da produção material se deve ao fato de talvez refletirem de maneira mais acurada as mudanças, conectando-se de forma diferenciada com os conceitos de estilo e função. Desse modo, permitem conjecturar a respeito de deriva, contingências históricas específicas e pressões seletivas vivenciadas pelos grupos, que podem ser percebidas nas variações e permanências identificadas (BRANTINGHAM, 2007; MEGGERS, 2009). Em momento oportuno, estas dimensões serão cruzadas visando à construção de classes, conforme defendido por Dunnell ([1971] 2006). No caso, as classes são visualizadas como unidades ideacionais, sendo configuradas pelas especificações de seus atributos, revelando necessariamente distribuição no tempo e no espaço (O'BRIEN, 2002).

Na prática, de posse das informações sistematizadas, serão executados testes de medição de similaridade, capazes de gerar coeficientes numéricos e agrupamentos sob a forma de *clusters*, baseados na frequência das características compartilhadas. Em termos gerais, dois casos são considerados parecidos quando eles contam com coeficientes parecidos; e diferentes, quanto maior for à discrepância entre eles (DRENNAN, 2009). O cálculo

oferece, portanto, elementos para embasar hipóteses referentes à transmissão cultural, ao mesmo tempo em que produz resultados apropriados para analisar a existência de algum tipo de restrição espacial nas conexões estabelecidas entre os conjuntos enfocados (MAGESTE, 2012).

Posteriormente, serão aplicados procedimentos de seriação, visando avaliar o comportamento dos traços examinados, as afinidades entre os sítios e os significados das sequências cronológicas criadas. Paralelamente, a seriação produz subsídios que alimentam reflexões sobre estilo e função, trazendo para discussão o papel de diferentes processos evolutivos na manifestação de semelhanças e diferenças (O'BRIEN & HOLLAND, 1992). Nesse estudo, parte-se da premissa de que a seriação permite identificar tanto os traços sujeitos à variação, que são característicos de processos particulares, quanto aqueles que apresentam continuidade. Pode ser definida como procedimento que se propõe a organizar unidades comparáveis ao longo de uma linha do tempo, de forma que a posição ocupada por cada unidade reflita a congruência em relação às outras. Vale frisar que, nos últimos anos, a seriação tem desfrutado de interesse renovado nos quadros da Arqueologia Evolutiva, sendo uma das principais ferramentas utilizadas para detectar continuidade e mudança no registro arqueológico (O'BRIEN & LYMAN, 2002a, 2002b).

Na contextura, as pesquisas conduzidas por Carl Lipo e colaboradores (LIPO, 2001a, 2001b, 2005; LIPO ET AL, 1997; EERKENS, LIPO, 2005, 2007; entre outros) no Vale do Rio Mississippi, nos Estados Unidos, e por Ethan Cochrane (2002, 2004, 2008, 2011), nas Ilhas Yasawa, em Fiji Ocidental, serão utilizadas em parte como parâmetros. Isso porque apresentam um modelo de aplicação que visa registrar tanto o comportamento dos traços neutros (estilo), quanto daqueles que proporcionam vantagens no que diz respeito ao desempenho (função). O diferencial das abordagens consiste na elaboração de linhagens de cultura material, na busca por identificar relações de continuidade hereditária, diagnosticadas como fruto da transmissão cultural.

Por sua vez, o componente espacial envolvido nas possíveis conexões entre os sítios situados na Zona da Mata mineira e Araruama será incorporado na tese por meio da verificação dos índices de mobilidade passíveis de serem percebidos na cerâmica e o diagnóstico dos caminhos menos custosos que conectam todos os sítios elencados. Em termos gerais, são propostas que relacionam o consumo de tempo e energia na produção da cultura material e na superação de obstáculos por uma paisagem com tendências para maior permanência ou estabilidade. Ao mesmo tempo, fomentam a criação de hipóteses relacionadas com a existência de rotas naturais mais fáceis de serem percorridas, que podem ter

acomodado em parte, o fluxo de informações no passado. Na conjuntura, quando vinculados com os trabalhos envolvendo o cálculo de similaridade, seriação e análise de classes, os testes voltados para mobilidade revelam potencial para balizar as relações ente os assentamentos estudados, permitindo pormenorizar o quadro de ocupação das regiões por ceramistas Tupiguarani por um período superior a 2000 anos.

Para melhor visualização do percurso intelectual e contextualização dos resultados obtidos, a tese foi dividida em duas partes. Na primeira parte, as atenções se concentrarão na descrição e problematização das regiões de interesse. Desse modo, o primeiro capítulo será dedicado a caracterização fisiográfica das áreas, sintetizando as diferenças ambientais percebidas entre o litoral e o interior no tocante a fixação de sítios relacionados à Tradição Tupiguarani. Seguindo por este caminho, o segundo capítulo versará sobre o quadro de estudos envolvendo a referida tradição, evidenciando as formas como os temas da variabilidade e transmissão cultural têm sido tratados ao longo do tempo. Depois, as reflexões serão complementadas com o terceiro capítulo, voltado para o histórico das pesquisas arqueológicas conduzidas na Zona da Mata mineira e Araruama, destacando os problemas relacionados com a presença de ceramistas Tupiguarani. Finalmente, esta parte será encerrada com o quarto capítulo, que tem por objetivo explicitar os referenciais teóricos e metodológicos que orientaram as investigações desenvolvidas. A ênfase recairá nas discussões concernentes à transmissão cultural, estilo, função, classificação, na perspectiva da Arqueologia Evolutiva. Adicionalmente, pretende-se coligir o cenário com debates sobre a detecção de padrões de mobilidade em contextos arqueológicos.

A segunda parte da tese contará com a exposição dos materiais e aplicação dos métodos. Assim, o quinto capítulo consistirá na apresentação dos sítios arqueológicos enfocados e as estratégias de intervenção empregadas. Na mesma linha, o sexto capítulo será destinado à caracterização da cerâmica coletada nos trabalhos de campo, salientando os resultados gerados com as análises tecnológicas realizadas. No movimento, buscou-se ponderar sobre questões de rupturas e continuidades em uma perspectiva comparativa, reconhecendo as limitações dos dados disponíveis. No último capítulo, constarão os desdobramentos dos exames dos tipos de pasta, bordas e tratamentos de superfície externa, que foram submetidos aos testes de similaridade, seriação por ocorrência e por frequência e criação de classes. Os comportamentos verificados para estes traços serão balizados na oportunidade com suposições sobre estilo e função, com o intuito de perceber a atuação de processos evolutivos distintos nas configurações documentadas. Nesse quadro, a sistematização de índices de mobilidade e a projeção de caminhos de menor custo, entre os

sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, adquirem o propósito de refinar as explicações para as relações de afinidade e discrepâncias registradas. Finalmente, o trabalho de encerra com as considerações finais, onde será exposto um balanço elencando as contribuições oferecidas pela perspectiva adotada para a história de ocupação indígena das áreas abordadas.

# PARTE I

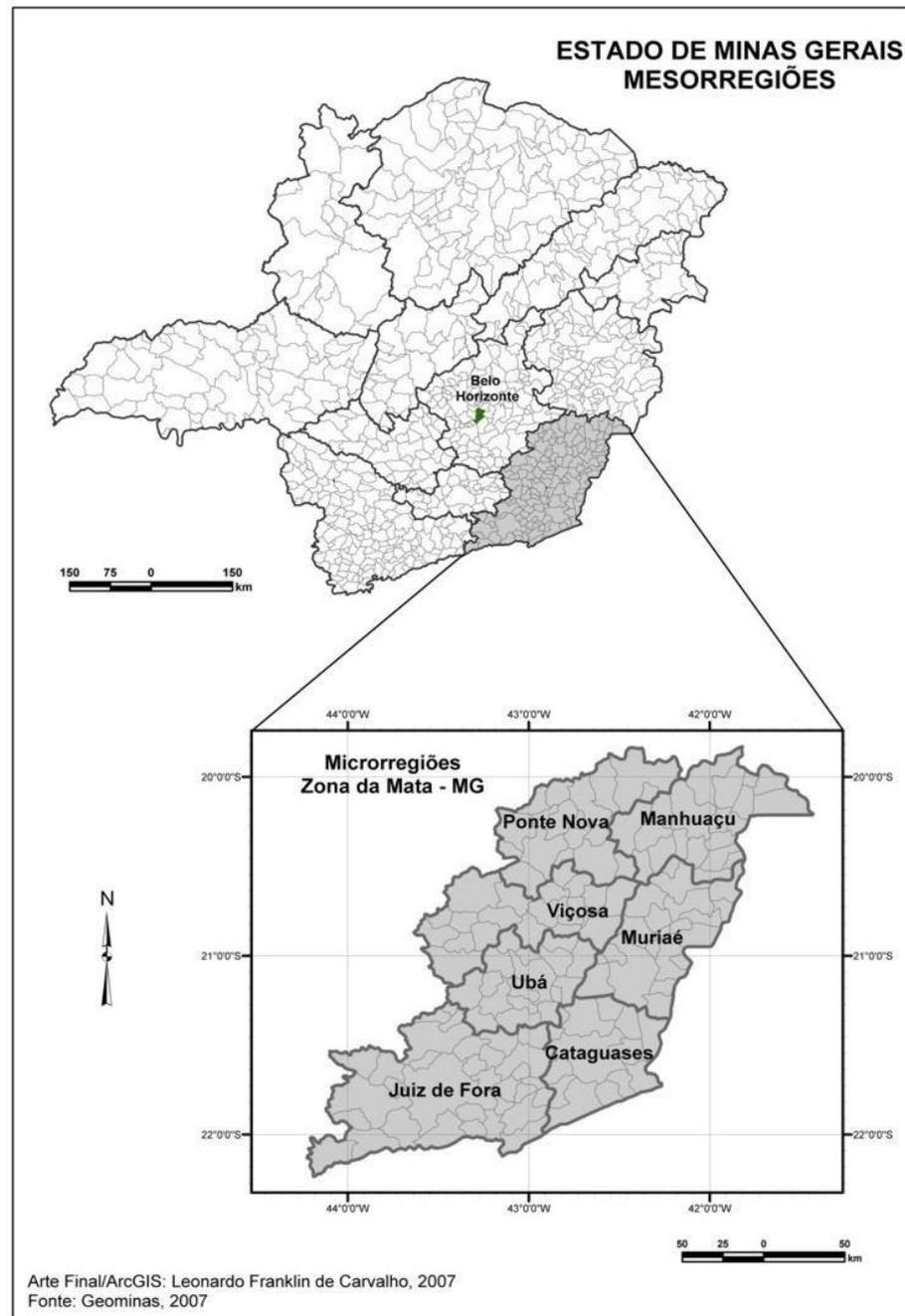
## **CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DAS REGIÕES DE ESTUDO: ASPECTOS AMBIENTAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA**

Neste capítulo, serão apresentados os contextos foco de análise do presente trabalho: a Zona da Mata mineira e a Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, particularmente o Complexo Lagunar de Araruama. Na oportunidade, o interesse será evidenciar o quadro ambiental, dedicando as atenções em descrever aspectos relacionados com a geologia, geomorfologia, hidrografia, clima, pedologia e vegetação. Trata-se de um movimento relevante para contextualização da presente pesquisa, na medida em que oferece os elementos iniciais para a verificação de semelhanças e diferenças entre o litoral e o interior, explicitando as condições que acomodaram a implantação de sítios relacionados com a Tradição Tupiguarani. Na conjuntura, inicialmente, os esforços concentraram-se na exposição dos dados referentes à Zona da Mata mineira. Posteriormente, o foco recaíra sobre o cenário representado por Araruama. Ao final da empreitada, espera-se sistematizar um conjunto de referenciais apropriados para balizar as investigações sobre cronologia e variabilidade, envolvendo a cerâmica coletada nos assentamentos abordados pelas pesquisas realizadas pela equipe do MAEA-UFJF e do MN-UFRJ, sob a liderança de Angela Buarque.

### **1.1 Caracterização ambiental da Zona da Mata mineira**

A mesorregião da Zona da Mata mineira (Fig.01) ocupa uma área de 35.726 Km<sup>2</sup>, perfazendo cerca de 6% do Estado de Minas Gerais. É dividida em sete microrregiões, com o total de 142 municípios. Na parte setentrional, encontram-se as microrregiões de Ponte Nova e Manhuaçu; no trecho setentrional, as de Viçosa, Ubá e Muriaé; ao sul, a de Juiz de Fora e Cataguases. A delimitação da mesorregião acontece por conta de aspectos incisivos de seu relevo. A área oeste é separada do Sul de Minas pela escarpa do Planalto da Mantiqueira, conhecido como serra da Mantiqueira. O limite sudoeste segue o trajeto da linha tectônica denominada de falha de Carlos Euler. Ao sul, a delimitação é mais imprecisa, já que a região limítrofe – o Vale do Paraíba – apresenta uma configuração bem semelhante, desde a vegetação, até as formações tectônicas. De fato, observa-se uma estrutura apalacheana com vales e cristais alinhados. A diferença é que no Vale do Paraíba esse tipo de relevo é mais evidente, enquanto na Zona da Mata é mais disfarçado, com longos trechos onde não é possível observar tal estrutura. A parte norte é distinguida da região do rio Doce,

principalmente, por conta do relevo, que aparece mais dissecado nesta última. Outra diferença são os rios mais caudalosos na região do rio Doce, correndo encaixados e formando terraços, mas quase sem planícies aluviais, compondo uma drenagem apalacheana que é menos visível na Zona da Mata (VALVERDE, 1958).



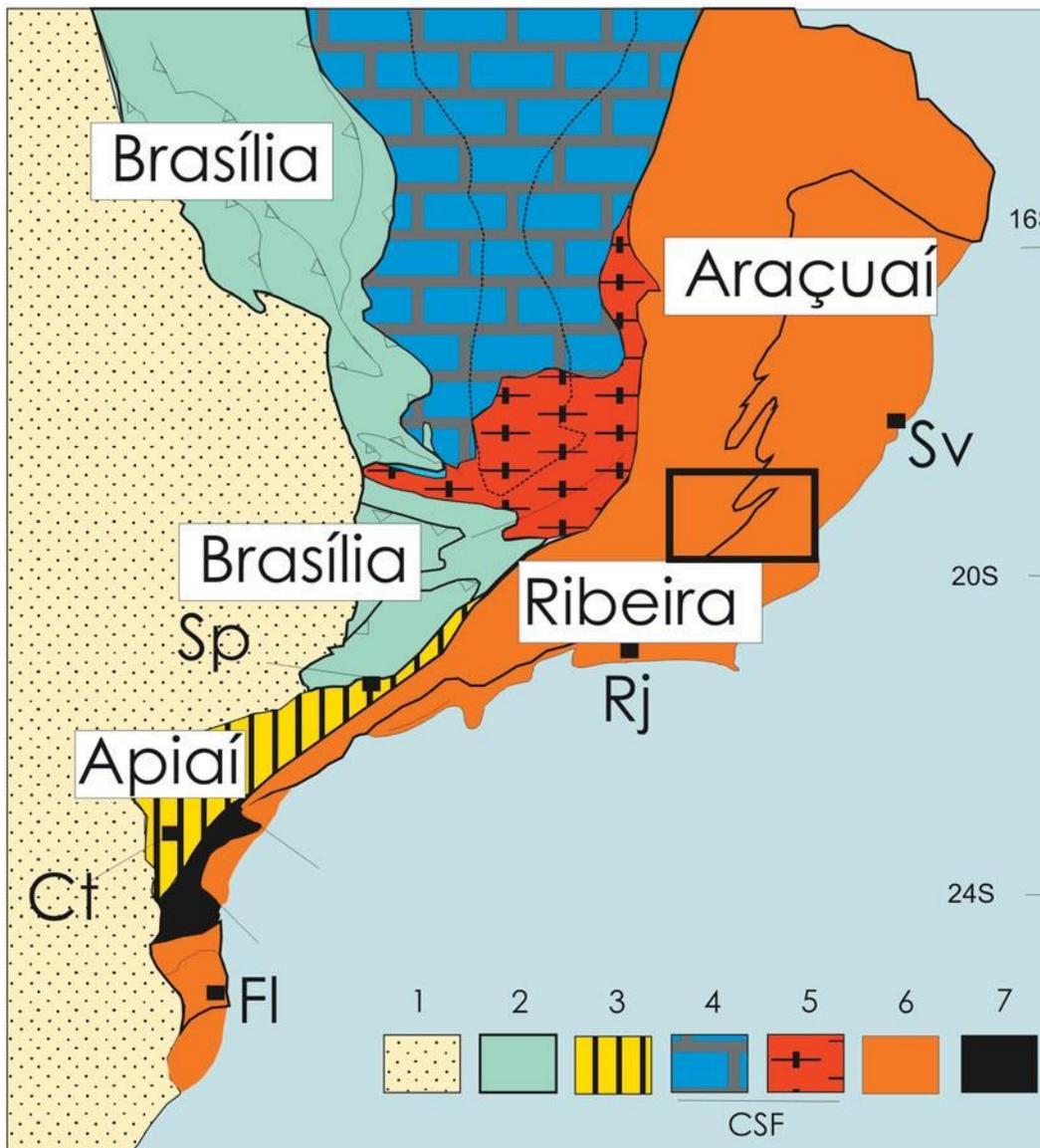
**Fig. 01:** Mapa de Minas Gerais com mesorregião da Zona da Mata mineira e microrregiões em destaque. Fonte: Castro & Soares, 2010.

Devido à extensão territorial abarcada, é possível identificar uma notável variação no tocante às características físicas, o que não é contemplado em sua totalidade na presente contextualização. Para melhor visualização dos dados, os esforços foram concentrados em destacar, frente ao quadro geral, a configuração específica dos locais de implantação dos sítios abordados na pesquisa, situados na microrregião de Juiz de Fora e Muriaé.

### **1.1.1 Geologia e Geomorfologia**

Em termos geológicos, a Zona da Mata encontra-se inserida na Província Mantiqueira, a leste dos cratões São Francisco e Rio de La Plata. Tal província estende-se por cerca de 3.000 km, do sul da Bahia ao Uruguai, evidenciando uma complexa evolução neoproterozóica, compondo sucessivos cinturões referenciados por sistemas de calvalgamentos transpressivos em direção às margens cratônicas. A região de estudo situa-se entre o orógeno Ribeira e Araçuaí, com fronteira na altura da microrregião de Muriaé (Fig.02). Essas faixas correspondem às partes Setentrional e Central da Província Mantiqueira (FIGUEIREDO, 2009).

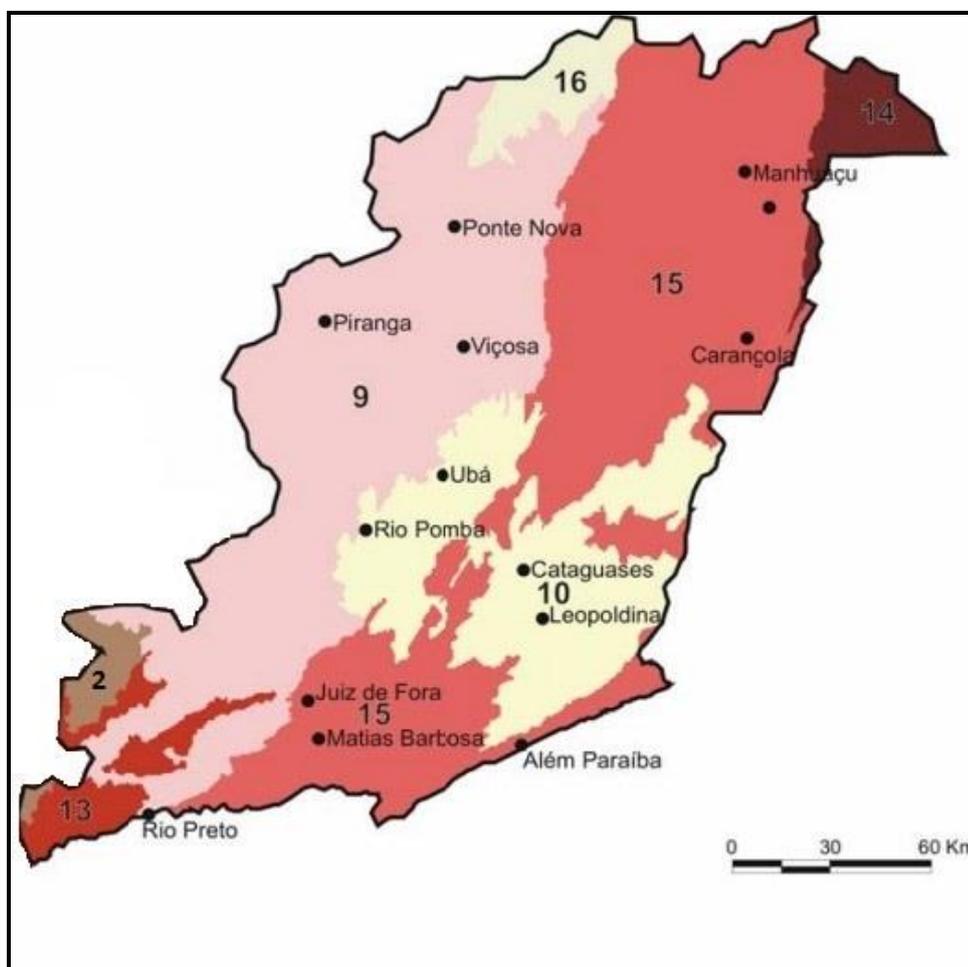
É digno de nota observar que a Faixa Ribeira apresenta conexões com a Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Isto porque é dividido em quatro terrenos tectonoestratigráficos, separados por zonas de empurrão e cisalhamento oblíquas transpressivas. Estes terrenos são denominados Terreno Ocidental, Klippe ou terreno Paraíba do Sul, Terreno Oriental e Terreno Cabo Frio, que fornece o embasamento para a Região dos Lagos. Os três primeiros são datados em torno de 580 Ma, enquanto que o Terreno Cabo Frio colidiu com os demais em ca. 520 Ma (FIGUEIREDO, 2009). Por sua vez, o orógeno Araçuaí evoluiu devido à junção de blocos crustais arqueanos durante processo orogênico paleoproterozóico, aproximadamente entre 2,2 e 2,0 Ga (CPRM, 2012). No orógeno Ribeira, os sítios arqueológicos encontram-se implantados no Terreno Ocidental, em área de influência do Complexo Juiz de Fora, que abarca o embasamento paleoproterozóico, cobertura neoproterozóica e granitóides. Já no orógeno Araçuaí, onde está situado o sítio Córrego do Maranhão, verifica-se granitoides brasileiros neoproterozóicos, tais como granitóide granadífero pangarito e gnaiss e granitóide charnoenderbítico; o grupo Andrelândia, que é composto por um embasamento ortognáissico paleoproterozóico e sucessões metassedimentares de idade neoproterozóica; e por fim, o Complexo Juiz de Fora (NOVO, 2009; FIGUEIREDO, 2009).



**Fig. 02:** Representação do cráton do São Francisco e suas faixas móveis. O retângulo em destaque representa o limite entre as faixas Ribeira e Araçuaí. Legenda: Cobertura fanerozóica: 1 – Bacia do Paraná. Província Tocantins: 2 – Faixa Brasília. Província Mantiqueira: 3 – Faixa Apiaí; 6 – faixas Ribeira e Araçuaí. Embasamento pré-1,7 Ga: 5 – Cinturão Mineiro. 7 – Maciço de Joinville. Coberturas do Cráton do São Francisco: 4 – Grupo Bambuí. Sv- Salvador; Rj – Rio de Janeiro; Fl – Florianópolis; Ct – Curitiba; Sp – São Paulo. Fonte: Tupinambá et al (2007).

No tocante à configuração geomorfológica, a região encontra-se dividida em dois conjuntos de formas: o Domínio das Faixas de Dobramentos Remobilizados e o Domínio do Escudo Exposto. Ao mesmo tempo, é possível identificar seis unidades geomorfológicas (Fig. 03): a Depressão escalonada dos Rios Pomba-Muriaé, situada na região dos rios homônimos; as unidades Maciços do Caparaó e Serranias da Zona da Mata mineira, na região da

Mantiqueira Setentrional; na parte noroeste da região verifica-se a Depressão Interplanáltica do Médio Rio Doce; ao sul da Zona da Mata, no trecho oriental da Mantiqueira, encontra-se o Planalto de Itatiaia; por fim, no planalto centro-sul, está fixada a Planalto de Campos das Vertentes (GIOVANINI, 2006). Particularmente, a área de interesse está localizada na Região da Mantiqueira Setentrional, nas Serranias da Zona da Mata mineira, que é definida, de acordo com RADAMBRASIL (1983), por colinas alongadas, além de “serras de grande altitude, escarpas derivadas de falhamentos e vales retilíneos, tendo como substrato rochoso os gnaisses kinzigíticos, quartzitos, granitóides, calcários e rochas ultrabásicas” (RADAMBRASIL, 1983, p. 344). Seus vales e relevo apresentam grande tendência para a orientação SO-NE, devido aos dobramentos que a região foi submetida.



**Fig. 03:** Mapa com distribuição geomorfológica da Zona da Mata mineira. Legenda: 2 – Planalto de Andrelândia; 9 – Planalto Campo das Vertentes; 10 – Depressão Escalonada dos Rios Pomba-Muriaé; 13- Planalto de Itatiaia; 14 – Maciços do Caparaó; 15 – Serranias da Zona da Mata. Fonte: Giovanini, 2006.

Em um contexto mais amplo, ao concentrar-se sobre a morfologia do relevo regional, Valverde (1958) divide a Zona da Mata mineira em dois compartimentos – os alinhamentos de cristais e a superfície deprimida no interior da região. Para o autor, o planalto da Mantiqueira forma, na realidade, um anticlinorium, onde, em uma vasta superfície, as camadas mergulham em diferentes direções, formando no final um arqueamento convexo para o alto. Na parte voltada para o sudeste, as camadas compõem um sinclinal muito fechado, para desembocar em um novo anticlinorium, que constitui a Serra do Mar e emerge como limite natural para o litoral. Tanto no Vale do Paraíba quanto na Mantiqueira, predominam o gnaiss xistoso, de idade algonquiana. Valverde (1958) destaca que tal configuração corresponde a uma orogenia de caráter mais recente, com divergência das camadas de gnaiss assim que se manifesta na Zona da Mata. Na parte sul, as direções das cristas são no sentido WSW-ENE, indo para o azimute SSW-NNE mais para o norte, na direção geral da Serra do Espinhaço. Esta inflexão nas direções estruturais faz com que os alinhamentos montanhosos se abram na forma de leque, conferindo à região uma forma afunilada (VALVERDE, 1958).

É digno de nota ressaltar que a evolução do relevo na Zona da Mata mineira propiciou o desenvolvimento de superfícies de erosão regular, que se distribuem pelas áreas de ocorrência dos sítios arqueológicos. Explicando melhor, Valverde (1958) identificou a Superfície de Leopoldina, situada na região do município homônimo, com 300 e 400 m de altitude e relevo ondulado, correspondendo à área mais deprimida da dobra de fundo. No entorno desta formação, verifica-se a Superfície de Guarani-Rio Novo, que se distingue por apresentar regularidade, entre 450 e 500 m de altitude. O nível se reproduz também na região de Carangola, na Serra das Virgens, situadas a leste de Leopoldina e em Ubá e Visconde do Rio Branco. Já nos arredores do município de Juiz de Fora, Manhuaçu, Espera Feliz e Ervália, percebe-se um terceiro nível de erosão, a Superfície de Ervália, entre 800 e 900 m de altitude. Trata-se de relevo fortemente dissecado ou mesmo montanhoso. Na parte nordeste, encontra-se implantado o maciço do Caparaó, que representa um dos extremos de depressão em sela, com níveis correspondentes à “superfície de campos” (VALVERDE, 1958, p. 14).

Cabe frisar a presença de vale estrutural, alinhado com os municípios de Manhuaçu, Carangola e Tombos, onde são abundantes afloramentos de gabro-dioritos que parecem ter sido uma consequência do fendilhamento das camadas de gnaiss, durante o levantamento das escarpas das Serras do Mar e Mantiqueira. Contudo, tais afloramentos não modificaram a natureza dos solos, que permanecem derivados da decomposição do gnaiss. De todo modo, o rebaixamento da parte oriental da Mantiqueira parece ter ocasionado o recuo da frente

dissecada (VALVERDE, 1958). Assim, de maior interesse para os propósitos da presente tese, é constatar que:

O relevo modesto e interrompido da parte oriental da Mantiqueira facilitou ainda a penetração das estradas de ferro e de rodagem, sem recorrer a rampas muito fortes. Assim, vencido o obstáculo da serra do Mar, as comunicações com o Rio de Janeiro, se fazem com a maior facilidade (VALVERDE, 1958, p. 17).

### **1.1.2 Hidrografia**

No que diz respeito à hidrografia (Fig.04), distribuem-se pela Zona da Mata cinco bacias hidrográficas: a do rio Grande, rio Itapemirim, rio Itabapoana, rio Paraíba do Sul e rio Doce. De maior relevância nessa contextualização é a bacia do rio Paraíba do Sul, na medida em que os sítios arqueológicos aqui enfocados encontram-se situados em posição próxima aos seus principais afluentes. Em linhas gerais, a bacia apresenta área de drenagem de cerca de 55.500 km<sup>2</sup>, estendendo-se entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (COPPETEC, 2001). Trata-se da confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, que se espalham no sentido dos contrafortes interiores da Serra do Mar, com direção sudoeste. Depois, segue para o oeste, chegando próximo à cidade de Guararema. Nesse ponto, a Serra da Mantiqueira constitui obstáculo, promovendo a mudança de curso para o nordeste e depois para leste, até a foz, no Oceano Atlântico (LOURES-OLIVEIRA, 2007).

Na microrregião de Juiz de Fora e no município de Carangola, encontram-se respectivamente os subafluentes rio Paraibuna e rio Carangola. O primeiro nasce na Serra da Mantiqueira, banhando parte dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tem 170 km de extensão, percorrendo os municípios de Antônio Carlos, Santos Dumont, Ewbank da Câmara, Juiz de Fora (com 70% do seu curso), Matias Barbosa, Simão Pereira, Belmiro Braga, Santana do Deserto e Chiador (COPPETEC, 2003). O segundo banha os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo também tributário do rio Muriaé. Com 130 km de extensão, engloba os municípios mineiros de Orizânia, Divino, Carangola, Faria Lemos e Tombos; e os municípios fluminenses de Porciúncula, Natividade e Itaperuna (BEVILÁCQUA, 2007). Contudo, em relação à implantação dos sítios arqueológicos estudados, encontram-se próximos a cursos de água menores, tributários dos rios mencionados. De toda sorte, poderiam ter servido aos propósitos de abastecimento e navegabilidade.



### 1.1.3 Clima

No tocante à configuração climática, a melhor síntese oferecida para o contexto regional continua sendo a de Valverde (1958). Em suas reflexões, o autor parte da semelhança detectada entre os climas da Zona da Mata e o Rio de Janeiro, marcados por invernos com poucas chuvas, com dias claros e madrugadas e manhãs frias. Chama a atenção para o fenômeno de inversão de temperatura, quando um nevoeiro espesso se aloja nos vales e terrenos deprimidos onde estão situadas as ocupações humanas. À medida que o dia vai esquentando, a neblina se desfaz. No verão, os dias são quentes com noites mais amenas, ao contrário do que se observa no Rio de Janeiro. Nesta mesma época do ano, acontecem chuvas fortes e localizadas, que se distribuem mais especificamente entre outubro a março. Contudo, as precipitações mais fortes acontecem em dezembro, quando ultrapassam os 300 mm (VALVERDE, 1958).

O clima da região é determinado em boa medida pelo seu relevo. Nesse caso, salienta-se que a maioria das terras povoadas se situa em altitudes inferiores a 900 m, com exceção de alguns picos isolados e alinhamentos de cristas. Isso explica a raridade de geadas e a recorrência de climas mais amenos. Outra situação digna de nota é a distância do litoral, que contribuiu para contrastes mais sensíveis entre o dia e a noite. O rebaixamento da parte oriental da Serra da Mantiqueira provoca a influência da massa tropical atlântica no outono e primavera. Já no inverno, são comuns invasões de massa polar atlântica, ocasionando chuvas frontais. No verão, passa a dominar a massa equatorial continental (VALVERDE, 1958).

Especificamente, em relação às áreas de implantação dos sítios arqueológicos, a microrregião de Juiz de Fora apresenta clima tropical de altitude, com maior índice de chuvas entre os meses de outubro e abril, com estação seca de maio a setembro. A partir de dados coletados entre 1970 e 2007, a média pluviométrica anual é estimada em 1.536 mm (TOLEDO, 2009). Entre os meses de outubro a abril, acontecem as maiores temperaturas e precipitação. Já o período de maio a setembro é considerado mais seco, com temperaturas mais baixas. A média de temperatura mínima nos meses mais frios é de 10,7 °C; por sua vez, a média da temperatura máxima no período mais quente é de 28,1 °C. Observa-se relação entre temperatura e precipitação, já que o mês mais frio geralmente é o mais seco e o mais quente, o mais chuvoso. A umidade relativa do ar encontra-se em torno de 77%, variando entre 75% a 80%. Por fim, a maior média de evaporação acontece em janeiro, de 21,9 mm. Tal valor vai caindo nos meses seguintes, chegando a 16,1 mm em julho, não acarretando em

defasagem hídrica, quando considerados os dados de precipitação (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2013).

A microrregião de Muriaé apresenta clima que pode ser caracterizado como temperado úmido, com inverno seco e verão quente e chuvoso. Os meses mais úmidos encontram-se entre novembro e janeiro. Já o período mais seco vai de maio a setembro. Particularmente o município de Carangola, possui temperatura média de 25° C, com máxima anual de 25,9° C a mínima de 12,4° C. Contudo, nos meses mais frios foram documentadas temperaturas de 8° C; e de 36,9° C na época mais quente. A precipitação média é de 1.339,7 mm. A maior taxa de chuvas ocorre em janeiro, com média de 238,00 mm e a menor em julho, com 16,5 mm. A evaporação média anual é de 1.084 mm, variando ao longo do ano com máximas de 109,2 mm, em agosto, e mínima de 73,6 mm, em maio. De todo modo, o quadro não acarreta em defasagem hídrica. Em relação à umidade relativa do ar, apresenta sensível variação anual, com média de 74,3%, em agosto, e máxima de 79,9% em maio (BEVILÁQUA, 2007).

#### **1.1.4 Pedologia e Vegetação**

Em termos pedológicos, predominam na região os Latossolos Vermelho-Amarelos Distróficos, com recorrência em todas às unidades de relevo. Particularmente na região marcada pelos relevos com declives das Serranias e da Depressão Escalonada, os latossolos encontram-se sujeitos a fenômenos erosivos. Na porção central, na divisa das Serranias da Zona da Mata mineira e o Planalto do Campo das Vertentes, observa-se a presença de Latossolos Vermelhos Distrófico. Já no extremo norte da região aparece Latossolos Amarelos Distróficos, que se diferenciam dos demais latossolos pelo alto teor de óxido de ferro encontrado; e argissolos vermelhos eutróficos. Na região, aparecem ainda cambissolos e argissolos vermelho-amarelos, principalmente na divisa com o Estado do Rio de Janeiro (GIOVANINI, 2006). Valverde (1958) aponta para a rara presença de solos de tipo de transição, particularmente latossólico-podzólico, com seus horizontes A e E bem delimitados. Cabe salientar que nas áreas de ocorrência dos sítios arqueológicos aqui enfocados predominam latossolos vermelho-amarelo distrófico. De modo geral, têm fertilidade moderada, com camada superficial rica e matéria orgânica<sup>2</sup>. Para a microrregião de Juiz de Fora, Corrêa (2009) chama ainda a atenção para a existência de gleissolos, que ocorrem em

---

<sup>2</sup> Informação extraída de da Agência Embrapa de Informação e Tecnológica. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONT000g05ip3qr02wx5ok0q43a0r3t5vj04.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000g05ip3qr02wx5ok0q43a0r3t5vj04.html)>. Acesso em jan. 2015.

áreas planas próximas aos rios, caracterizando-se por sua textura argilosa e maciça. O mesmo quadro pode ser identificado para a região de Carangola.

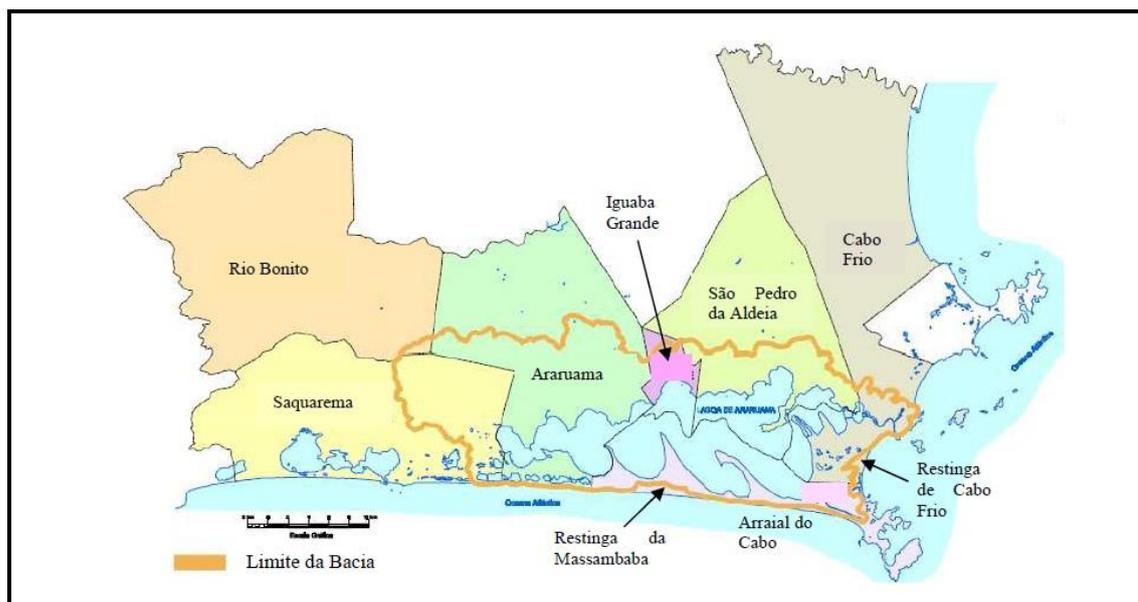
Em relação à cobertura vegetal regional, Valverde (1958) defende que antes da maciça intervenção humana, a Zona da Mata era completamente tomada por Floresta Estacional Semidecidual, que conformava um pacote contínuo com a floresta do médio Paraíba, ao sul. Integra, portanto, o bioma da Mata Atlântica, com ampla distribuição dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A região de interesse é marcada pela variação sazonal referente às estações de seca e de chuva, com evidente queda de folhas durante os meses secos, propiciando uma cobertura para o solo rica em matéria orgânica. Atualmente, a maior parte da vegetação original foi devastada para implantação de pastagens, provocando uma mudança radical na paisagem regional. Em alguns pontos isolados, observa-se a presença de matas secundárias, caracterizadas como aquelas que foram abandonadas após a destruição antrópica inicial (REIS, 2007).

## **1.2 Caracterização ambiental do Complexo Lagunar de Araruama**

A Lagoa de Araruama encontra-se delimitada entre as latitudes 22°49' – 22°57' S e longitudes 042°00' – 042°25' W, no Estado do Rio de Janeiro, ocupando parte do território conhecido como Região dos Lagos<sup>3</sup>. De modo geral, compõe uma área de 210 km<sup>2</sup>, abarcando os municípios de Araruama, Saquarema, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo (Fig.05). A lagoa possui profundidade média de 2,94 m, com profundidade máxima de 17 m, detectada em depressão localizada na Enseada de Massambaba (BEZERRA, 2014). Já a largura máxima é de 14 km por 33 km de comprimento, perfazendo um perímetro de 190 km. A ligação com o mar acontece por meio de um único canal, o Canal de Itajuru, situado na extremidade leste, no município de Cabo Frio (GOMES, 2009).

---

<sup>3</sup> De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social (SEMADS), a Região dos Lagos é formada pelos complexos lagunares de Araruama, Maricá e Saquarema.



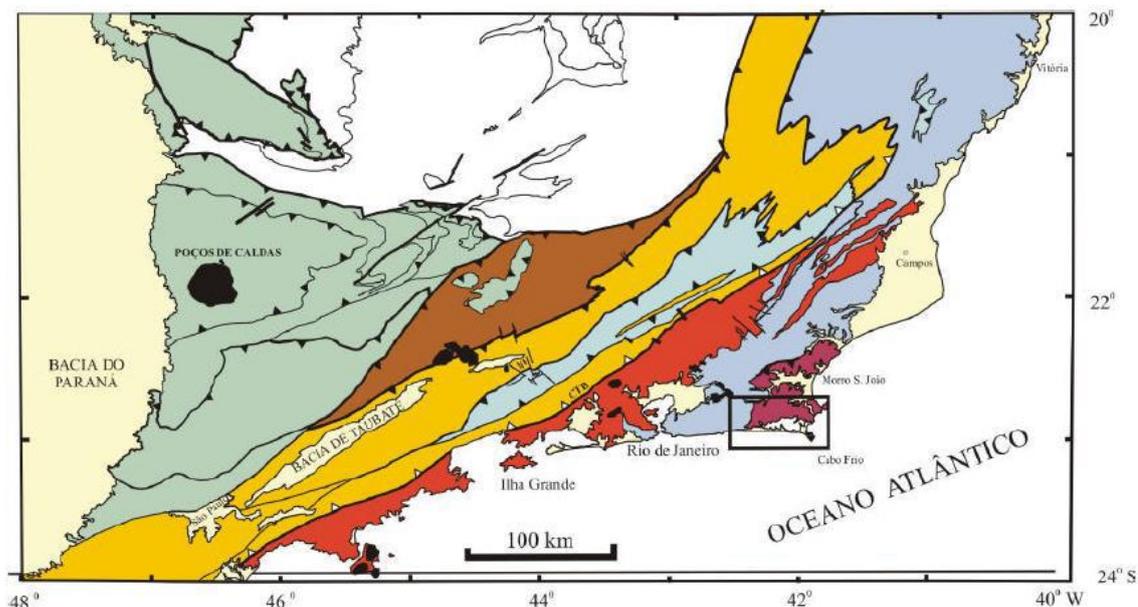
**Fig. 05:** Municípios que integram o Complexo Lagunar de Araruama. Fonte: Imagem adaptada por Gomes (2009), de autoria de Bidegain & Bizerril (2002).

### 1.2.1 Geologia e Geomorfologia

O ecossistema de Araruama encontra-se vinculado às feições das restingas de Massambaba e de Cabo Frio. Os processos geológicos que deram origem à formação iniciaram-se a cerca de 120 mil anos, durante o Pleistoceno, estendendo-se até a faixa situada entre sete e cinco mil anos (BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002). De fato, a hipótese mais aceita atualmente é de que a lagoa foi resultado de construção de restingas devido à oscilação do nível do mar, caracterizada por regressão que se estendeu até o Último Máximo Glacial, a cerca de 17.000 anos AP. O evento foi seguido por uma transgressão, com a formação do sistema de restingas entre 7.000 e 5.000 anos atrás, com duas linhas de cordões arenosos e pequenas lagunas (BRAGA, 1999). Essa hipótese contradiz àquela apresentada inicialmente por Lamego (1938, 1946), que permaneceu durante décadas como a explicação mais viável para os eventos responsáveis pela configuração do Complexo Lagunar de Araruama. De acordo com o pesquisador, a margem norte da lagoa era mar aberto, com pequenas praias, saliências e reentrâncias. Desse modo, a lagoa teria se formado no momento em que os sedimentos carregados por ondas e correntes marítimas, formaram duas restingas, perfazendo inicialmente uma bacia pequena, que logo em seguida foi fechada (BIDEGAIN & BIZERRIL 2002).

Conforme mencionado anteriormente, a região encontra-se inserida no contexto geotectônico da Faixa Ribeira. Trata-se de uma cinturacão com certa de 1.400 km de extensão, distribuída ao longo da região costeira atlântica, entre o sul do estado da Bahia até o estado do Paraná. É caracterizada por empurrões e sistema de dobramento que foram desenvolvidos do Neoproterozóico ao Eopaleozóico, em um intervalo de 300 milhões de anos, na borda sul/sudeste do Cratón de São Francisco (Fig.06) (VIANA ET AL, 2008). A Faixa Ribeira vem sendo caracterizada por quatro terrenos tectono-estratigráficos, de nordeste para o sudeste. Na margem retrabalhada do Cratón do São Francisco, incluindo os sistemas de empurrão de Andrelândia e Juiz de Fora, bem como o Domínio Autóctone, encontra-se o Terreno Ocidental. Já a escama de empurrão superior do segmento central da Faixa Ribeira representa o Terreno Paraíba do Sul. Por sua vez, o Arco Magmático Cordilheirano da Orogênese Ribeira, alojado em zona de cisalhamento com mergulho moderado perfaz o Terreno Oriental. Por fim, e de maior interesse para a presente contextualização, encontra-se o Terreno Cabo Frio, na parte mais oriental do segmento central da Faixa Ribeira (HEILBRON ET AL 2000, 2004 apud VIANA ET AL, 2008). São definidos como ortognaisses e ortoanfíbolitos de idades paleoproterozóicas, constituindo o Complexo Região dos Lagos.

Particularmente, este domínio tectônico, foi conformado durante os estágios terminais do Brasiliano no Paleoproterozóico. Viana et al (2008) chamam a atenção para a presença no complexo de ortognaisses bandados/ migmatíticos, cinzentos, de composição tonalítica a granítica, com altas taxas de composições graníticas, associados a corpos anfíbolíticos deformados em níveis variados. Complementando este quadro, Bezerra (2014) aponta para a existência de metamorfitos em relação com a natureza transicional, com graus de homogeneização diferenciados, assim como rochas xistosas, constituídas de granada, biotita, ortognaisses e xistos, que são intercalados em níveis quartzosos e calciossilicáticos. Ao mesmo tempo, verificam-se diferentes tipos de depósitos de sedimentos. Aqueles situados na margem norte da planície costeira apresentam composição cristalina, com sedimentos de areias mistas flúvio-lagunares. Já na margem norte, observam-se depósitos flúvio-marinhos siltico-areno-argilosos, com altas taxas de matéria orgânica. Por fim, a margem sul conta com depósitos de areias quartzosas homogêneas e sem estruturas, de origem quaternária costeira (BEZERRA, 2014).



**Fig. 06:** Distribuição tectônica da borda Sul do Cráton de São Francisco, com o Domínio Cabo Frio em destaque. Fonte: Imagem extraída de Bezerra (2014), de autoria de Heibron (1999).

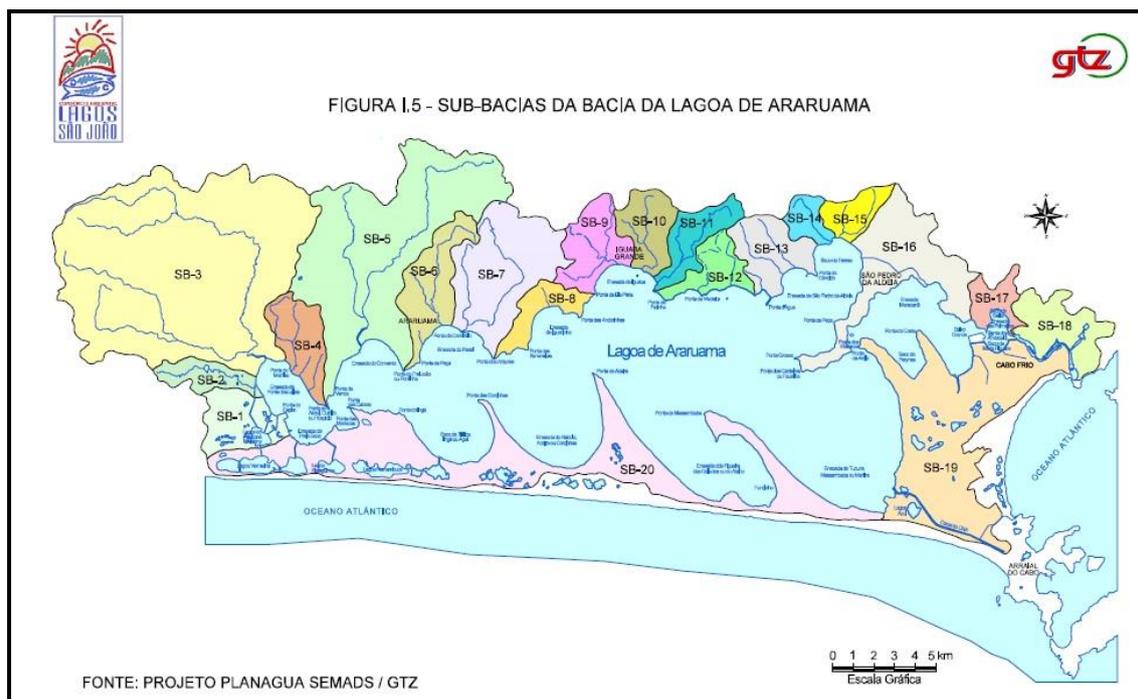
De acordo com Bohrer et al (2009), a região abrange dois domínios morfoestruturais – a faixa de dobramentos remobilizados e os Depósitos Sedimentares. Em síntese, sobre o contexto geomorfológico da Região dos Lagos, Guimarães (2007) ressalta a existência de três unidades geomorfológicas – Unidade Geomorfológica Maciços da Região dos Lagos, Unidade Geomorfológica Superfície Aplainada da Região dos Lagos e Unidade Geomorfológica Baixadas da Região dos Lagos. A primeira é caracterizada pela presença de alinhamentos serranos isolados e escarpados, cercado pelo aplainamento do litoral leste fluminense, de natureza colinosa. Pode ser entendido como zona dispersora de águas que convergem para as baixadas situadas nos sistemas lagunares de Maricá e Saquarema, que são separados por pontões oriundos de prolongamentos rochosos, como, por exemplo, o do Palmital (506 m), Cassorotiba (594 m) e Mato Grosso (890 m). A segunda possui colinas pouco dissecadas, com vertentes convexas e topos alongados ou arredondados, manifestando ainda sedimentação de colúvios a alúvios. A drenagem é baixa e o relevo é especificado por amplitudes topográficas inferiores a 50 m. Por fim, a terceira unidade é composta por planícies aluviais, constituídas por planícies de inundação, terraços fluviais, leques alúvio-colúviais, planícies flúvio-lagunares e planícies costeiras. Destaca-se o fato das planícies flúvio-lagunares serem terrenos mal drenados, com lençol freático superficial, com ocorrência de compartimentos argilosos osorgânicos de paleolagunas colmatadas em superfícies planas, apresentando ligação com sistemas deposicionais continentais e lagunares. Já as planícies

costeiras distinguem-se por contar com terrenos arenosos de terraços marinhos, cordões arenosos e campos de dunas. São bem drenados, com relevo configurado por processos de sedimentação marinha e eólica (GUIMARÃES, 2007).

### **1.2.2 Hidrografia**

No que diz respeito à hidrografia, encontra-se implantada na região de estudo a Bacia Hidrográfica Lagoa de Araruama, formada por 20 sub-bacias (Fig.07), com somente dois rios perenes – o rio das Moças e Mataruna –, que são os responsáveis pelas maiores cargas sedimentares. Compreende uma extensão territorial de 404 km<sup>2</sup>. Desse total, cerca de 60 km<sup>2</sup> correspondem a salinas e 6 km<sup>2</sup> são compostos por lagoas situadas em suas periferias. Ao oeste, a bacia é limitada pelas sub-bacias das lagoas de Jacarepíá e Saquarema; ao norte e nordeste, com as sub-bacias dos rios São João e Una; ao leste, com a estreita faixa da restinga de Cabo Frio. Ao sul, pelos trechos mais elevados da restinga de Massambaba. (BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002; BEZERRA, 2014; PRIMO & PEREIRA, 2005).

Para Bezerra (2014), no trecho correspondente especificamente à Lagoa de Araruama, é possível observar inflexões reduzidas, caracterizando um ambiente monótono e com notória homogeneidade topográfica. A paisagem costeira é marcada pela presença de extensos arcos praias, vinculados a cordões litorâneos que recorrentemente aparecem de forma dupla, ou seja, paralelos entre si, podendo ser separados por estreita depressão. Por conta dos cordões, observa-se que o litoral entre Cabo Frio e Guanabara é retificado, com irrupções representadas por promontórios rochosos que promovem a distinção das baixadas costeiras (MUEHE, 2006). Em relação ao entorno da lagoa, pode-se identificar serras e morros isolados, colinas, baixadas e restingas. Contudo, predominam colinas de topo arredondando, raramente ultrapassando os 70 m e com média geral inferior a 50 m. De fato, levando em consideração o quadro regional detectado para o litoral do Rio de Janeiro, as formações com maiores altitudes são a Serra do Mar, que promove a divisão entre o litoral e o interior, com trechos que ultrapassam 2.000 m e o Complexo de Guanabara, que inclui baía homônima e morros costeiros com até 1.000 m de altitude (BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002).



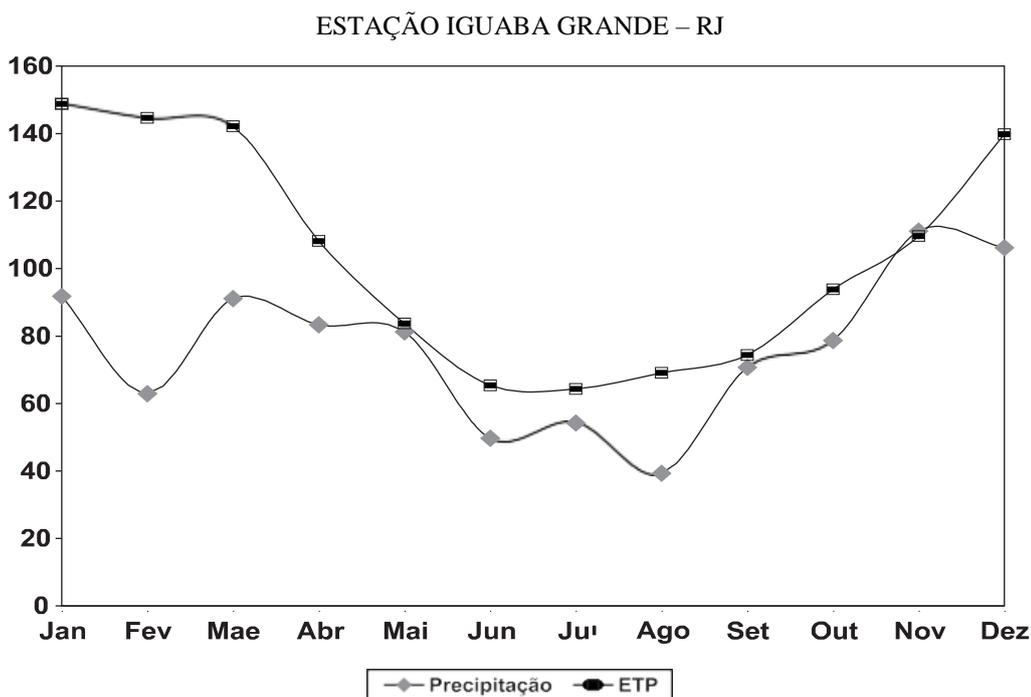
**Fig. 07:** Bacia hidrográfica Lagoa de Araruama, com sub-bacias em destaque. Fonte: Imagem extraída do Comitê de Bacias Lago São João<sup>4</sup>.

### 1.2.3 Clima

Em relação à configuração climática, a região de estudo encontra-se na maior parte do ano sob o domínio da Massa Tropical Atlântica, proveniente do Anticiclone Tropical Atlântico. Por conta disso, o clima é estável. A exceção são as interferências provocadas por Frentes Polares e Linhas de Instabilidade Tropical, contribuindo, assim, para os totais pluviométricos detectados anualmente. Em linhas gerais, a região apresenta a menor quantidade de chuvas do Estado de Rio de Janeiro, possuindo dois tipos de clima bem definidos. Na parte ocidental da lagoa, com base nos dados coletados no município de Iguaba Grande, limítrofe com Araruama, foi definido o clima tropical; já no lado oriental, foi diagnosticado o clima semiárido quente, a partir das informações averiguadas em Cabo Frio. No recorte de clima tropical, a precipitação média é de 898 mm, com evaporação de 1372 mm. A temperatura média no verão é de 26,4°C e de 21,5°C no inverno. Por sua vez, na parte com clima semiárido quente, a temperatura média no verão é de 25,1°C e 21,4°C no inverno. A taxa de precipitação é de 751 mm, enquanto a de evaporação é de 894 mm (Fig.08). Apesar das diferenças quantitativas em relação à distribuição de chuvas, o regime

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.lagossaojoao.org.br/nc-mapastematicos\\_lagoaararuama.htm](http://www.lagossaojoao.org.br/nc-mapastematicos_lagoaararuama.htm)>. Acesso em: jan. 2015.

pluviométrico segue um padrão sazonal. O maior índice de pluviosidade acontece entre outubro e abril. Já os menores valores são documentados para o bimestre de julho e agosto. A umidade relativa do ar varia no verão e inverno entre 82% e 80% no trecho oriental; e entre 75% e 77% na área mais ocidental (MANSUR ET AL, 2010; BRAGA, 1999; BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002; GOMES, 2009).



**Fig.08:** Balanço entre as taxas de precipitação e evotranspiração potencial (ETP), entre 1970-1999, com dados coletados na Estação Meteorológica de Iguaba Grande. Fonte: Freitas et al, 2005. Extraída de Bohrer et al, 2009.

Vale destacar que a desproporção observada entre evaporação e precipitação é responsável por um déficit hídrico na maior parte da bacia. A explicação para esta situação reside na distância entre a costa e as serras mais próximas, que eliminam precipitações causadas por efeito orográfico. Acrescenta-se também a predominância de ventos nordeste, principalmente, entre a Costa de Arraial do Cabo e Cabo Frio, acentuando a defasagem hídrica. De fato, o vento de maior frequência média anual é o nordeste (37%), que atinge velocidades entre 4 e 6 m/s em todo o ano, com máximo de 10 m/s entre setembro e abril. Para o trimestre de junho a agosto, acontecem rajadas intensas e de curta duração de ventos sudoeste e sudeste, com velocidades de 2 a 4 m/s (BIDEGAIN & BIZERRIL, 2002). Esses fatores são responsáveis pelo fenômeno de ressurgência nas imediações de Cabo Frio, onde a

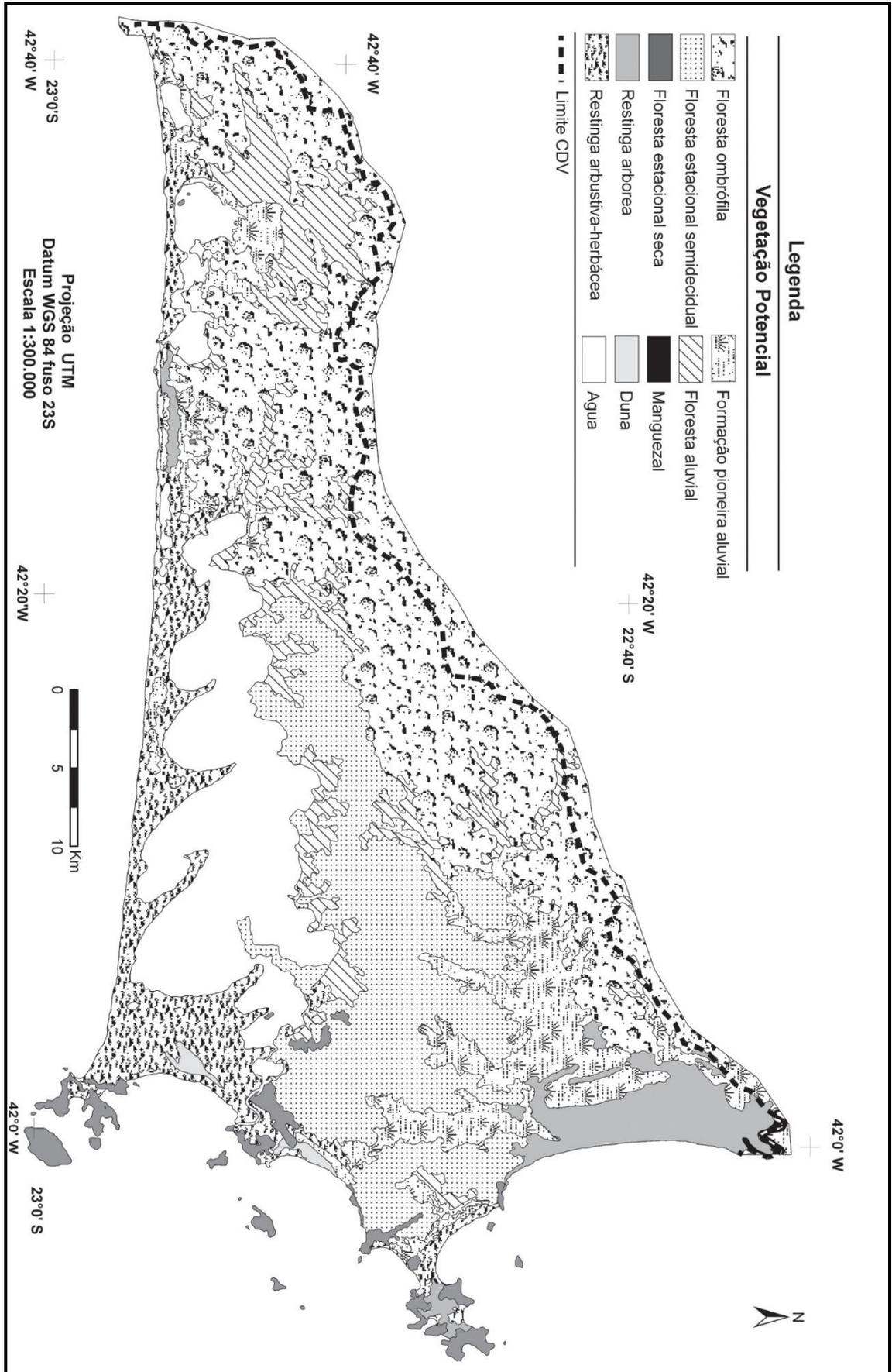
água fria de profundidade sobe para a superfície. O evento, contudo, é de caráter sazonal, acontecendo com maior intensidade no verão (GOMES, 2009).

#### **1.2.4 Pedologia e Vegetação**

A configuração climática exposta acima se reflete na distribuição de solos e cobertura vegetal na região. Em termos pedológicos, a região possui variedade de solos, destacando-se a presença de planossolo na superfície das colinas costeiras, ocupando, desse modo, a maior parte da região. Em seguida, verificam-se solos podzólicos nas planícies, podzols hidromórficos nas baixadas litorâneas, solos orgânicos a montante dos podzols hidromórficos. Com menor expressão encontram-se solos orgânicos, glei e solonchaks. Já em relação à vegetação, foi observada como predominante, no Complexo Lagunar de Araruama, a presença do tipo estépico, identificada como estepe arbórea aberta, entremeada de formações de Restinga do tipo Herbáceo (IBRAIMO ET AL, 2004).

No âmbito do Projeto RADAMBRASIL (1975), a região foi classificada como Floresta Estacional Semidecidual, distinguindo desse modo, um enclave fitogeográfico no litoral fluminense com fisionomia de “caatingas”, rodeada por Mata Atlântica (COÉ ET AL, 2007). Mais recentemente, Scarano (2001) defendeu a utilização de classificação mais abrangente, capaz de abarcar outros tipos de florestas e cobertura vegetal verificados na área de estudo. Apresenta, assim, o termo Domínio da Mata Atlântica, que compreende todos os tipos de florestas observadas para além das semidecíduais, como as pluviais, de Araucárias e floresta de brejo; além de incorporar as vegetações abertas.

Aprofundando este quadro, Bohrer e associados (2009) mapearam a cobertura vegetal local (Fig. 09), desconsiderando as interferências antrópicas. Diagnosticaram a presença de Floresta Ombrófila Densa nos terrenos pré-cambrianos e pleistocênicos, da porção central para o oeste. Já a Floresta Estacional distribuiu-se do centro para o leste, no mesmo tipo de terreno, englobando ainda tabuleiros terciários e morros alcalinos. Por sua vez, as Formações Pioneiras estendem-se por planícies arenosas, de origem marinha, tais como terraços, praias e campos de dunas; aluvial, com várzeas, depressões e margens de lagunas cobertas por vegetação herbácea e em alguns casos florestas; e flúvio-marinha, constituída por manguezais.



**Fig. 09:** Mapa de cobertura vegetal potencial da região de Araruama. Fonte: Bohrer et al, 2009.

### 1.3 Considerações sobre o capítulo

No presente capítulo, buscou-se sistematizar um conjunto de aspectos ambientais no intuito de promover a caracterização das regiões da Zona da Mata mineira e o Complexo Lagunar de Araruama. Cabe destacar que o objetivo com a empreitada não foi o de realizar uma reconstrução paleoambiental das áreas, mas sim balizar reflexões a respeito das semelhanças e diferenças que promovem a distinção do litoral e do interior.

Em síntese, observa-se que a Zona da Mata mineira se localiza, em termos geológicos, na Província Mantiqueira, a leste dos Cratóns do São Francisco e Rio de La Plata, em região de transição das Faixas Ribeira e Araçuaí. No tocante à geomorfologia, os locais de implantação dos sítios arqueológicos distinguem-se pela formação Serranias da Zona da Mata mineira, que tem como principal característica a conformação de serras de altitude e vales retilíneos. Já para hidrografia, os principais cursos de água detectados restringem-se ao rio Paraibuna, na microrregião de Juiz de Fora, e rio Muriaé, na microrregião homônima, todos afluentes da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. De modo geral, revelam amplos trechos navegáveis, além de oferecer disponibilidade de recursos. Para o clima, observa-se nas áreas de interesse a existência de dois tipos que manifestam períodos mais seco e frio, e chuvoso e quente. Na microrregião de Juiz de Fora, chama a atenção o clima tropical de altitude, com temperaturas mínima e máxima oscilando respectivamente entre 10,7°C e 28,1°C. Na microrregião de Muriaé, percebe-se o clima temperado úmido, com amplitudes térmicas mais demarcadas, distribuindo-se entre 12,4°C e 24,9°C, mas podendo chegar a extremos de 8°C e 39,9°C. Em relação à pedologia, predominam os latossolos vermelho amarelo distrófico, que apresentam elevada permeabilidade, baixa retenção de água e coesão, tornando-se mais suscetível a processos erosivos. Sobre a vegetação, prevalece uma feição do Bioma de Mata Atlântica, denominado de Floresta Estacional Semidecidual, que foi quase completamente suplantada por ações antrópicas nas últimas décadas.

Por sua vez, o Complexo Lagunar de Araruama encontra-se geologicamente situado na Faixa Ribeira, com as áreas de implantação dos sítios arqueológicos distribuídas na parte mais oriental, no Terreno Cabo Frio. Nesse lugar, observa-se a recorrência de três unidades geomorfológicas principais: Maciço da Região dos Lagos, Superfície Aplainada da Região dos Lagos e Baixadas da Região dos Lagos. Em linhas gerais, propiciam um relevo bastante diversificado, com serras de baixa altitude, amplos terraços e inselbergs oriundos de prolongamentos rochosos. Sobre a hidrografia, assume projeção a bacia hidrográfica da Lagoa de Araruama, que conta com dois rios perenes principais: rio das Moças e Mataruna, que

revelam trechos apropriados para navegação e outros inviabilizados por assoreamento e presença de bancos de areia. Particularmente sobre a Lagoa de Araruama, destaca-se por apresentar homogeneidade topográfica, com inflexões reduzidas e salinidade excessiva para as águas. Em relação à configuração climática, verifica-se clima mais estável e seco, com a menor quantidade de chuvas do Estado. Nos trechos de implantação dos assentamentos, percebe-se a existência de clima tropical, com temperaturas que oscilam entre 26,4°C e 21,5°C. Este arsenal de fatores determinam a prevalência de planossolos e solos pdzólicos, que podem manifestar restrições para o desenvolvimento de determinadas culturas agrícolas, por motivos atrelados com a permeabilidade lenta da água, adensada pela probabilidade de acúmulo de argila endurecida nas camadas mais superiores. Observam-se ainda os solos podzols hidromórficos, de natureza arenosa, com fertilidade média a moderada, com taxas significativas de argila (FERNANDES ET AL, 1999). Finalmente, sobre a vegetação, assim como a Zona da Mata mineira, o Complexo Lagunar de Araruama integra o Bioma de Mata Atlântica. Especificamente no litoral, observa-se a Floresta Estacional Semidecidual, atrelada com recortes proeminentes de vegetação estépica.

Frente a este cenário, no tocante aos aspectos ligados à ocupação humana, a existência de diferentes fontes de recursos em Araruama, relacionados com os ambientes do mar, da lagoa, dos rios, dos mangues e das florestas, podem ser considerados fatores determinantes para o estabelecimento de diferentes populações sambaquieiras no local desde 6.000 anos AP. Em estudo sobre grupos caçadores-coletores fixados na região, Gaspar (1996) averiguou a recorrência da coleta e consumo de gastrópodes e peixes provenientes das lagoas e rios. Dos pântanos e brejos foram consumidas algumas espécies de pássaros, tartarugas e jacarés. Observa-se ainda a abundância de mamíferos e roedores. Em relação aos frutos e sementes, existem indícios do consumo de espécies de araquá, pitangas e palmeiras, maracujá e leguminosas, entre outras. Além disso, deve-se salientar a presença de compartimentos adequados para a prática da agricultura realizada por grupos ceramistas, conforme destacado por Beltrão (1972).

Em relação à disponibilidade de recursos na região da Zona da Mata mineira, salienta-se que a área demonstra uma enorme diversidade florística e faunística, sendo possível observar o predomínio de vegetais pertencentes à família das *Leguminosae*, *Myrtaceae*, *Moraceae*, *Lauraceae* e *Annonaceae*, acarretando na presença de diversas plantas frutíferas, além de árvores de médio e grande porte (BEVILÁQUA, 2007; NETO, 2014). O mesmo quadro pode ser detectado para a variabilidade faunística, com existência de animais silvestres como o sagui, macaco-prego, gambá, cachorro-do-mato, tamanduá-mirim, capivara, além de

diversos tipos de pássaros, peixes e répteis, entre outros. Particularmente em relação aos sítios aqui abordados, encontram-se localizados em posição estratégica, com acessos a cursos de água e brejos, além das matas circundantes, capazes de conferir subsídios para alimentação, bem como matéria prima para produção de cultura material.

Se por um lado é possível detectar em ambas as regiões uma configuração ambiental propícia para o manejo de recursos voltados para a subsistência; por outro, é possível observar diferenças significativas no tocante à implantação dos sítios vinculados à Tradição Tupiguarani. Estes assentamentos serão abordados com maiores detalhes no Capítulo 5. Para o momento, levando em consideração os aspectos fisiográficos elencados, os sítios de Araruama situam-se em região de baixa altitude, entre 32 a 41 m em relação ao nível do mar, em posição adequada para exploração de recursos provenientes do complexo lagunar, levando em consideração as especificidades do bioma de Mata Atlântica no litoral: mangues, restingas, córregos, rios e lagoas, distribuídos por uma região mais seca e quente. Já na Zona da Mata mineira, os assentamentos estão fixados em uma realidade parcialmente diversa. A maioria dos contextos arqueológicos situa-se em topos de colina, com altitudes entre 440 e 750 m. Trata-se de áreas mais frias e úmidas, com amplitudes térmicas significativas, podendo chegar a 6°C, como verificado no município de Carangola, para o sítio Córrego do Maranhão (ARQUIVOS MAEA-UFJF, 2006). Do mesmo modo, a feição da Floresta Estacional Semidecidual no interior configura um sistema ecológico diferenciado no tocante à aquisição de recursos, com o predomínio da exploração de rios e córregos, brejos, florestas de mata fechada, encostas de morros e topos de colina.

Para todos os efeitos, as distinções no tocante à implantação dos sítios no litoral e no interior têm sido utilizadas como argumento para invalidar a pertinência de ocupações de grupos ancestrais dos Tupinambá em locais afastados da costa em momento anterior ao contato (GUIMARÃES ET AL, 2009; DIAS JUNIOR & PANACHUK, 2008; BUARQUE, 2009a, 2009b). Sobre o assunto, Guimarães et al (2008) afirmam, ao abordar o vale do Paraíba do Sul mineiro, que os sítios associados à Tradição Tupiguarani se caracterizam pela localização em topos e encostas de colinas, com cerâmicas escassas e dispersas, indicando pequenas aldeias. Para os autores, a presença desses ceramistas nos sertões é consequência dos movimentos de fugas empreendidos pelos grupos Tupinambá que viviam na costa, frente à colonização portuguesa. Quando se instalaram na região, incluindo a Zona da Mata, já apresentavam características correspondentes à desintegração de seu sistema sociocultural, o que justificaria a fixação em um quadro ambiental tão diverso (GUIMARÃES ET AL, 2009).

Uma proposta explicativa semelhante é oferecida por Dias Junior e Panachuck (2008), ao associar os diferentes tipos de implantação de assentamentos em Minas Gerais ao elemento colonizador. Enquanto os sítios de encosta teriam sido produzidos na presença dos europeus, aqueles situados em topos de morro poderiam estar relacionados à preocupação de evitar o contato direto com o colonizador. Para os autores, o interior foi tradicionalmente ocupado por populações associadas ao tronco linguístico Macro-Jê, de forma que as populações Tupi, ao chegarem ao local, se viram pressionados a habitarem as terras disponíveis, onde estruturaram aldeias pensando na defesa do território.

Ao contrário dessas interpretações, o cenário desvelado para a Zona da Mata mineira parece informar a respeito de uma “plasticidade” dos grupos no tocante à apropriação de áreas distintas em termos ambientais, algo que já foi observado por Brochado (1984) e vem sendo discutido por Albuquerque (2008), ao abordar a presença de ceramistas Tupiguarani no Nordeste. De toda sorte, o que os estudos têm revelado é que os sítios do interior estão longe de refletir sociedades sob impacto, dizimadas pela guerra ou em uma fuga desenfreada do apresamento. Isso pode ser percebido na identificação de sítios arqueológicos extensos, ultrapassando a área de 65.000 m<sup>2</sup>, com conjuntos cerâmicos numerosos e notória diversidade tecnológica. Nessa perspectiva, longe de inviabilizar ou constituir um obstáculo natural à fixação dos ceramistas Tupiguarani, o cenário averiguado para o interior aponta para a adaptação dos grupos em situações distintas por um longo período de tempo, de acordo com as cronologias absolutas obtidas.

Se por um lado as diferenças entre as regiões aparecem bem demarcadas nas condições de implantação dos sítios na paisagem, por outro lado revelam congruências, principalmente, no tocante à existência de marcadores na paisagem, associados com os assentamentos. Pode-se destacar, assim, a presença dos inselbergs rochosos, em forma de pontões gnáissicos do tipo “pão de açúcar”, em posição circundante aos pontos de habitação. Buarque (2009a) defendeu a ideia de que tais elementos foram deliberadamente escolhidos pelos Tupinambá, pelo fato de oferecerem uma visão panorâmica de todo o território a partir do topo. Desse modo, talvez tenham desempenhado papel simbólico e estratégico para os grupos, aumentando o controle sobre uma determinada área de ocupação. Considerações semelhantes são realizadas por Loures-Oliveira (2007), ao analisar o contexto da Zona da Mata mineira. O autor ainda destaca a recorrência de feições doliniformes, sem indícios de antropização no passado, nos centros dos sítios, em trecho estéril do ponto de vista arqueológico, como é visível no Córrego do Maranhão.

Para o estado do Rio de Janeiro, Beltrão (1995) observou a mesma configuração em sítios relacionados à Tradição Tupiguarani, mesmo não sendo identificada nos sítios escavados por Angela Buarque. Embora seja plausível concordar com as possíveis implicações simbólicas desse tipo de conformação (cf. BELTRÃO, 1995; LOURES-OLIVEIRA, 2007), ainda pouco discutida no âmbito da Arqueologia, é possível que questões de ordem prática tenham influenciado também na seleção de tais lugares, sendo a expressão concreta da racionalização e utilização do relevo no planejamento de uma instalação. Em outras palavras, a forma natural do terreno corresponde ao padrão etnográfico e etno-histórico detectado para as aldeias vinculadas a grupos Tupinambá (cf. ASSIS, 1996), com a disposição das unidades residenciais no entorno de um pátio central livre, compondo uma estrutura anelar ou circular.

Por fim, frente ao cenário apresentado neste capítulo, pode-se supor que o trânsito por contextos ambientais distintos, marcados por pressões de ordem diversa, constituiu a moldura por onde se distribuíram as relações de afinidades e discrepâncias entre os grupos que habitaram os sítios. Na conjuntura, o exame deste quadro sob o enfoque da Arqueologia Evolutiva, conforme proposto na presente tese, demonstra o potencial de alimentar inferências sobre o comportamento de traços relacionados com as necessidades imediatas dos grupos, estando muito mais ligados com questões adaptativas e de desempenho; bem como daqueles que expressam de modo mais incisivo a existência de relações históricas em comum ou acaso, cuja pertinência está atrelada a processos de transmissão cultural. Em outras palavras, mostra-se imperativo refletir sobre a natureza da variação, percebendo nos conjuntos cerâmicos abordados, aspectos que expressem a existência ou não de restrições decorrentes da localização dos sítios na paisagem, em consonância com o exame da atuação de diferentes mecanismos evolutivos. Particularmente em relação aos vestígios relacionados à Tradição Tupiguarani, considerando sua notável dispersão espacial e profundidade temporal, torna-se relevante balizar tal investigação com discussão concernente às formas que temas como transmissão cultural e variabilidade vêm sendo tratados nas pesquisas desenvolvidas, salientando o local de inserção da abordagem conduzida no momento.

## **CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI: VARIABILIDADE E TRANSMISSÃO CULTURAL**

O presente capítulo será dedicado à apresentação de um quadro geral de estudos referentes à cerâmica relacionada à Tradição Tupiguarani. Cabe salientar que esse exercício não pretende abarcar todas as problemáticas relacionadas ao assunto, nem mesmo a vasta quantidade de trabalhos produzidos nos últimos 200 anos – um esforço que demandaria uma profundidade de análise que ultrapassa os objetivos da presente tese. Na prática, alguns recortes foram realizados, a partir de obras emblemáticas e tendências mais perceptíveis, o que permitiu evidenciar diferentes abordagens nas formas em que temas como variabilidade e transmissão cultural têm sido tratados ao longo do tempo. Para a organização dos quadros descritos, buscou-se adotar uma perspectiva cronológica, mas reconhecendo que os marcos temporais adotados não devem ser entendidos como pontos de uma radical ruptura.

Vale destacar que, na elaboração dessa síntese, em diversos momentos, as fronteiras disciplinares da Arqueologia foram extrapoladas, tendo em vista o interstício estabelecido no tocante às questões levantadas, avaliação dos dados e interpretações oferecidas com os campos da Etnologia, Etno-história e Antropologia. Nesse movimento, a premissa norteadora foi a de que a evidenciação das rupturas e continuidades que configuram as investigações relacionadas à Tradição Tupiguarani é um passo fundamental no sentido de contextualizar a investida proposta nesta oportunidade. Ao mesmo tempo, permite visualizar, em um cenário mais amplo, os problemas de pesquisa que envolvem os recortes regionais da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama, no Rio de Janeiro.

### **2.1 Tupi-mania e uniformidade**

As primeiras descrições referentes aos grupos falantes de línguas Tupi podem ser verificadas a partir do século XVI, com a chegada dos portugueses na América. As principais populações apresentadas foram aquelas distribuídas pelo litoral brasileiro dos atuais estados do Maranhão, Pará, Bahia e Rio de Janeiro, denominados pela designação genérica de Tupinambá, que poderiam ser divididas em vários subgrupos regionais, tais como Tupiniquim, Tamoio, Tupina, entre outros (COUTO, 2008). Sobre os Tupinambá, particularmente, é relevante perceber que tal designativo buscou expressar na época a suposta unidade linguística e cultural desses grupos, conforme observado por Fernandes (1989). Nesse contexto, se os Tupinambá dominavam boa parte do litoral Sudeste, Nordeste e parte do Norte

do país, o litoral Sul seria domínio de grupos Guarani. Já o interior seria o local de morada dos temidos “Tapuia”, pouco afeitos aos contatos e de caráter belicoso (MONTEIRO, 1994).

As descrições pormenorizadas sobre os grupos Tupi, referentes aos seus aspectos sociais, culturais e linguísticos, foram apresentadas nos relatos produzidos por autores como Pero Vaz de Caminha (1500), José de Anchieta (1554), Thevet (1558), Hans Staden (1557), Pero de Magalhães Gândavo (1576), Jean de Léry (1578), Gabriel Soares e Sousa (1578), Fernão Cardim (1584), Yves D’Evreux (1614)<sup>5</sup>, entre outros. O foco nessas sociedades nos documentos produzidos pode ser explicado ao levar em consideração as maneiras como os diferentes grupos indígenas foram percebidos no momento da colonização.

Na opinião de Corrêa (2014), o aparecimento do termo geral Tupi encontra-se profundamente relacionado com as formas como os estrangeiros perceberam os grupos nativos, acompanhada da necessidade de categorizá-los em termos de inimigos e aliados. Assim, no século XVI, espanhóis usaram o termo Guarani para se referir a grupos que habitavam a bacia Platina, aplicando o termo Tupi para se referir aos povos falantes de um dialeto diferente e que mantinham relações próximas com os portugueses. Na constatação de Corrêa (2014), tais denominações apresentam, portanto, uma origem fundamentada na distribuição geográfica dos grupos citados e a relação que estabeleceram com os colonizadores no século XVI. Desse modo, a autoafirmação étnica dos grupos, bem como suas possíveis diferenciações, parentesco e relações estabelecidas foram deixadas de lado quando conveniente.

Para além desse binômio Tupi e Guarani, que delineou as primeiras décadas do século XVI, com a consolidação da empresa colonizadora e o contato cada vez mais intenso com os grupos nativos, foi estabelecida uma dicotomia entre grupos Tupi e os denominados Tapuia (MONTEIRO, 1994; RODRIGUES, 1995). Explicando melhor, ao elaborar seus trabalhos, os cronistas se viram desafiados por um problema fundamental, que foi o de lidar com as diferenças entre os grupos indígenas distribuídos no interior e no litoral do território recém-descoberto. Consolidou-se então uma oposição generalizante entre os dois compartimentos, fundamentada muito mais na distribuição geográfica dos grupos do que necessariamente nas suas supostas características culturais. Ao mesmo tempo, constituiu a base sobre a qual a maioria dos estudos elaborados mais tarde, entre os séculos XIX e início do século XX se apoiaram, determinando objetivos de pesquisa de áreas como a Etnologia, a Linguística e a Arqueologia.

---

<sup>5</sup> Pode-se acrescentar ainda a sistematização dessas fontes promovida por Fernandes (1949 e 1952).

No contexto desses contatos, estabeleceu-se uma dicotomia entre grupos Tupi e Tapuia – relacionados mais tarde a povos de línguas Jê e Macro-Jê (MONTEIRO, 1994; RODRIGUES, 1995). Sob essa perspectiva, nas abordagens dos grupos Tupi, eram enfocados aspectos como maior visibilidade geográfica, levando em consideração a ampla distribuição territorial, e a aparente uniformidade, expressa na língua, no comportamento sociocultural e na cultura material. Seguindo essas postulações, os estudiosos do período promoveram a homogeneização dos grupos em suas descrições e análises, na medida em que se limitavam a apresentar somente as disparidades mais aparentes, enfatizando as possíveis continuidades (RODRIGUES, 1995).

Paralelamente, percebe-se que os relatos quinhentistas e seiscentistas inauguraram uma longa tradição pautada na associação entre língua, modo de vida, cultura material e distribuição geográfica dos grupos Tupi, assumindo certa relação entre as sociedades, já que compartilhavam muitas características em comum (CORRÊA, 2014). Observa-se ainda o papel significativo atribuído à língua na identificação dessas conexões, já que semelhanças linguísticas entre grupos poderiam indicar similaridades culturais, como aquela detectada, por exemplo, entre os falantes de línguas Tupi, mais especificamente o Tupinambá e os Guarani (RODRIGUES, 1995).

Contextualmente, essa ênfase nos grupos Tupi prevaleceu até meados do século XX, sendo responsável pela configuração assumida pela incipiente Etnologia Brasileira no período. Em termos práticos, constituiu-se a partir do referencial composto pelas descrições dos cronistas coloniais e das classificações linguísticas e culturais dos naturalistas. No tocante aos objetivos de pesquisa perseguidos no momento, é possível observar uma movimentação em direção à organização e classificação dos nativos do território brasileiro, utilizando fundamentalmente as diferenciações linguísticas observadas (SCHADEN, 1976).

Para todos os efeitos, o enfoque fomentou o desenvolvimento de uma verdadeira “tupi-mania” (GOELDI, 1898; EDELWEISS, 1969), que se consolidou com os estudos comprometidos em revelar, além dos aspectos mitológicos, religiosos e materiais, os possíveis centros de origem e dispersão dos grupos falantes de línguas Tupi. A dinâmica dessa “tupi-mania” pode ser percebida de forma mais clara no debate estabelecido entre Karl von Martius e Emílio Goeldi, no final do século XIX. Com viés naturalista, Martius percorreu amplos compartimentos do território brasileiro entre os anos de 1817 e 1820, coletando dados referentes à Botânica e também a respeito de línguas indígenas. Revelou um interesse pela Arqueologia, sendo o responsável pela identificação de inúmeros sítios na região de Marajó, Trombetas e Manaus. A confluência de suas preocupações linguísticas e arqueológicas foram

sem dúvida os grupos Tupi – abordados para o estabelecimento de um modelo a respeito da origem e migração (FERREIRA, 2010).

Embora reconhecesse a inovação aberta pelo trabalho de Martius, Goeldi apontou a “tupi-mania” presente na sua obra como um obstáculo fundamental ao pleno desenvolvimento da pesquisa etnológica e arqueológica. Na opinião de Goeldi, Martius seguiu a tendência intelectual de sua época, condensando elementos etnográficos dispares em um conjunto homogêneo, conferindo, assim, uma dimensão exagerada à extensão geográfica e linguística referente aos grupos Tupi. Em outras palavras, na opinião de Goeldi, a ampla penetração da “tupi-mania” entre os intelectuais brasileiros promoveu distorções significativas nas classificações linguísticas dos grupos indígenas do Brasil, que ficaram devotadas a identificar a uniformidade (FERREIRA, 2009).

Frente a este debate, é possível perceber no contexto dessa “tupi-mania” o reforço de pressupostos como uniformidade cultural, linguística e material para os grupos falantes de línguas Tupi. O interesse, portanto, não foi o de detectar variabilidade entre grupos, muito pelo contrário, buscou-se evidenciar as continuidades que se distribuía ao longo do tempo e do espaço. Para os propósitos do presente trabalho, chama a atenção, no momento, o papel relevante atribuído à língua como um dos elementos capazes de comprovar as conexões existentes entre as sociedades Tupi.

Assim, as principais reflexões nesse sentido foram expressas nas primeiras ideias sobre dos centros de origem e rotas de dispersão das populações falantes de línguas Tupi. Percebe-se, portanto, a investida no tema da migração, aliada à transmissão cultural, ainda que este último não tenha sido declarado de forma explícita. Vale salientar o pouco potencial informativo atribuído aos vestígios arqueológicos, já que a sustentação das hipóteses desenvolvidas nesse momento foi fortemente baseada em suposições linguísticas e dados etno-históricos e etnológicos. Particularmente, quanto à cronologia, acreditava-se que a expansão não teria acontecido muito antes dos primeiros contatos (NOELLI, 1996).

## **2.2 Questões de origens, migração e degeneração**

Para fins de contextualização, o primeiro esforço investigativo nesse sentido, como já citado, foi o proposto por Martius<sup>6</sup>, em 1838. Partindo basicamente da documentação

---

<sup>6</sup> Não existe consenso em relação a este pioneirismo do trabalho de Martius. Noelli (1993, 1996), por exemplo, acredita em algumas oportunidades o desenvolvimento dos estudos comprometidos à temática a Alcides d’Orbigny.

produzida nos séculos XVI e XVII e em considerações linguísticas, ele deduziu que a região de origem deveria ser o Sul da Amazônia, em ponto próximo aos rios Paraguai e Paraná. O autor percebeu historicamente uma maior densidade das populações na bacia platina, em relação à costa brasileira, o que o levou a conjecturar a respeito do caráter recente desses movimentos, que teriam saído entre o Paraguai e o Sul da Bolívia, para seguir em direção ao sul e norte da costa brasileira (MARTIUS, 1905 [1838]; NOELLI, 1993).

Martius abriu caminho para um campo de investigação que continuou a arregimentar interessados no final do século XIX e início do século XX. Em termos teóricos, suas ideias encontram-se comprometidas com uma ótica de degeneração racial, pautada no difusionismo e evolucionismo de caráter determinista. Explicando melhor, utilizando como referencial o que vinha sendo discutido nos círculos europeus desde o século XVII, Martius formulou a ideia de que entre as populações indígenas que ocuparam a América, aquelas que poderiam ser consideradas desenvolvidas foram as sociedades Astecas, Maias e Incas, que deixaram como herança um passado monumental e indícios referentes à ampla densidade populacional e agricultura (MARTIUS, 1905 [1838], SOUSA, 2009). De acordo com Barreto (1999-2000), suposições do tipo tornaram-se populares entre os estudiosos brasileiros que foram formados a partir de uma ótica europeia e sentiam, desse modo, o inconformismo com o passado indígena, considerado pobre quando comparado com os demais países da América Latina, que em seus esforços nativistas e anticoloniais podiam invocar a monumentalidade de grandes impérios, por exemplo.

Assim, os indígenas fixados no Brasil seriam descendentes de grupos andinos, que ao adentrarem em terras tropicais vivenciaram um processo de degeneração, que se refletiu nas capacidades morais, produção de cultura material e organização social (MARTIUS, 1905 [1838], FUNARI & NOELLI, 2003). Importante notar, seguindo o raciocínio de Corrêa (2014), que é no trabalho de Martius que ganha relevância a ideia de tronco linguístico e centro de origem de onde partiria as demais línguas. Além disso, corroborou a unidade linguística de populações Tupi, ainda que estivessem separados em Tupi da Costa, Tupi do interior e Guarani, utilizando no movimento, os dados arqueológicos.

Um ano após a publicação do naturalista alemão, foi a vez do naturalista francês Alcides d'Orbigny apresentar suas reflexões sobre o tema. Ele propôs um centro de origem entre o Paraguai e o Brasil. Em 1886, o alemão Karl von den Steinen estabeleceu o centro de origem nas cabeceiras do rio Xingu, sem apresentar uma justificativa muito consistente. Chama a atenção no trabalho desse autor a criação do termo Tupi-Guarani, talvez no intuito de dirimir a confusão entre “tupis” e “guaranis” (NOELLI, 1994).

O centro de origem foi também enfocado pelo alemão Paul Ehrenreich, que participou da expedição ao Alto Xingu, liderada por Von den Steinen, em 1887. Publicado em 1891, o texto de Ehrenreich diferenciou-se por apresentar argumentações de caráter linguístico e etnográfico mais robustas. Defendeu a origem na região do Paraguai e suas vizinhanças, levando em consideração a quantidade de grupos que ainda habitavam aquele território. Para ele, a ampla dispersão dessas sociedades poderia ser explicada devido à irradiação a partir de um centro de origem. Conforme salientado por Noelli (1994), o que chama a atenção em Ehrenreich é a continuidade das hipóteses sobre centro de origem, já detectada na obra de D'Orbigny e Martius, assim como a ideia de irradiação central, mais profundamente trabalhada por von den Steinen. Vale salientar que esse conjunto de postulados serão constantemente revisitados por diferentes pesquisadores ao longo do século XX (NOELLI, 1996).

Nas primeiras décadas do século XX, os centros de origem e dispersão dos falantes de línguas Tupi são colocados em tela nos trabalhos de Affonso A. de Freitas (1914), Rodolfo Garcia (1922) e Fritz Krause (1925). O primeiro apresenta o centro de origem entre as cabeceiras do rio Madeira, lago Titicaca, rios Beni e Araguaia; o segundo, entre as bacias do rio Paraguai e Paraná; e o terceiro, um centro de origem dentro da Amazônia, entre os rios Napo e Juruá (NOELLI, 1994). Fica evidente, contudo, o pouco impacto que tais iniciativas representaram para as pesquisas desenvolvidas no período, sendo raramente citados nos estudos subsequentes.

Mais significativo foi o trabalho de Curt Nimuendaju, publicado em 1914. O autor tratou das migrações de todos os integrantes da família linguística Tupi-Guarani como orientado por uma motivação religiosa, a saber, a “busca da terra sem mal”. Na obra “As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocuva-Guarani”, o autor estendeu para um período anterior a colonização, as informações que levantou junto a um grupo Guarani que se deslocava pelas serras paulistas (NIMUENDAJU, 1987 [1914]). A partir desse encontro, deduziu que a motivação para as migrações de grupos Tupi era estritamente religiosa, abordando todos os movimentos dos integrantes da família linguística Tupi-Guarani como um único fenômeno. No contexto dessas migrações, a chegada ao litoral teria sido algo relativamente recente, em um período imediatamente anterior aos primeiros contatos com o colonizador, seguindo a tendência já observada no trabalho de Martius. Vale salientar que, para Nimuendaju, tanto os Guarani abordados no início do século XX, quanto os Tupinambá documentados historicamente teriam a mesma origem cultural, se deslocando por motivações religiosas (NIMUENDAJU, 1987 [1914]).

As hipóteses de Nimuendaju influenciaram de forma significativa o trabalho desenvolvido pelo etnólogo francês Alfred Métraux que, na década de 1920, dedicou esforços em estudar as migrações e outros aspectos das sociedades Tupi-Guarani, tais como a cultura material e o sistema religioso. Digno de nota, nesse sentido, foi o fato de Métraux ter se valido dos dados etnográficos produzidos para os Guarani, no intuito de preencher as lacunas verificadas nos relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII<sup>7</sup>, principalmente, no tocante as movimentações dos grupos Tupi pelo território brasileiro (NOELLI, 1993).

Profundamente marcado pelo difusionismo característico da perspectiva histórico-culturalista norte-americana, Métraux buscou identificar a mobilidade por meio das rotas de migração dos grupos estudados e áreas culturais, estabelecendo relações de continuidade entre os diferentes grupos agregados sob a família linguística Tupi-Guarani. No ano de 1928, é publicado o trabalho “*La Civilization Matérielle des Tribus Tupi-Guarani*”. Incorporando em suas análises os dados provenientes da cultura material, Métraux estabeleceu que o centro original poderia ser localizado em região vizinha da Amazônia, onde estaria limitada ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Paraguai, a leste pelo Tocantins e a oeste pelo Madeira, possivelmente na bacia de Tapajós ou do Xingu. A respeito dos caminhos que tais grupos teriam tomado pelo território brasileiro, acabou por fundir o modelo da expansão radial com movimentação do sul para o norte através da costa atlântica (METRÁUX, 1928).

Vale destacar que Métraux analisou mais detidamente os movimentos de fuga compreendidos com as pressões provocadas pela colonização europeia. Nesse esquema, estabeleceu que a fuga da escravidão portuguesa, associada à crença de um paraíso terrestre, teria forçado a dispersão dos grupos Tupi, habitantes das zonas litorâneas, para as regiões mais afastadas do litoral. De acordo com o autor, as “[invasões européias] longe de deter suas migrações provocou outras novas, contribuindo para a dispersão desta raça nas regiões que não ocupavam antes do século XVI” (METRÁUX, 1927, p. 02).

Noelli (1993) chama a atenção para o fato de esse modelo ter sido tomado como uma espécie de verdade absoluta, que nem mesmo a divulgação das primeiras datações absolutas, na década de 1960, conseguiram em curto prazo reverter. Prosseguindo em sua análise, ressalta o pioneirismo de Métraux ao trabalhar com dados provenientes de amplos recortes territoriais de uma forma mais sistemática. Isso porque, a partir de informações empíricas, Métraux atestou a uniformidade da cultura material e do sistema sociocultural dos grupos

---

<sup>7</sup> Algo semelhante ao que foi realizado por Nimuendaju (1987).

integrantes da família linguística Tupi-Guarani (NOELLI, 1996; MAGESTE, 2008a, 2008b; CORRÊA, 2014).

Desse modo, o trabalho de Metráux solidificou os principais pressupostos que vinham sendo sedimentados no tratamento das sociedades Tupi entre os séculos XIX e XX: a ênfase em informações linguísticas e etnográficas, bem como a localização histórica de grupos Tupi contemporâneos e, de maneira complementar, os dados arqueológicos; a “tupi-mania”; a associação direta de vestígios detentores de um conjunto particular de características, oriundos de diferentes regiões do país a grupos Tupi; explicações em termos de degeneracionismo; a identificação de padrões na produção material, que implicitamente estava atrelada às conexões que podiam ser estabelecida entre os diferentes grupos; pouca profundidade temporal conferida às movimentações pelo território da América do Sul (NOELLI, 2008a; SOUSA, 2009). Muitos desses pressupostos tiveram ampla penetração na Arqueologia Brasileira, sendo redimensionados frente a novas problemáticas de pesquisa, formando a base teórica e prática para os estudos desenvolvidos mais precisamente na década de 1960, com o estabelecimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – o PRONAPA.

### **2.3 O conceito de Tradição Tupiguarani: o PRONAPA**

O que pode ser percebido nos estudos arqueológicos desenvolvidos no Brasil, a partir da década de 1950, é um cenário propício para a elaboração de propostas comprometidas com perspectivas advindas do Histórico-Culturalismo, Difusionismo e determinismos cultural e ecológico. No país, essas premissas sedimentaram-se na criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans. A proposta foi, na verdade, parte de um projeto mais amplo de investigação da América do Sul e Central, financiada pelo Smithsonian Institution. De modo geral, o empreendimento estava comprometido em evidenciar as mudanças culturais ocorridas na América antes da Conquista Espanhola e Portuguesa, com a definição de áreas arqueológicas (ALVES, 2002).

Para todos os efeitos, muito já se discutiu sobre a conformação e atuação do PRONAPA nos direcionamentos assumidos pela Arqueologia Brasileira, seja para evidenciar as contribuições oferecidas ou salientar os “prejuízos” perpetrados em termos de interpretação arqueológica (BARRETO, 2000-2001, ALVES, 2002; HILBERT, 2007 SCHIAVETTO, 2003, entre outros). Nesse momento, será apresentado o histórico e problemas de pesquisa que foram evidenciados pelos estudiosos comprometidos com o Programa, focando-se

particularmente nos dados disponíveis para a Tradição Tupiguarani e o tratamento conferido para os aspectos relacionados à variabilidade e transmissão cultural<sup>8</sup>.

Historicamente, o gérmen para a criação do PRONAPA pode ser identificado nos debates estabelecidos no 31º Congresso Anual de Americanistas, realizado em São Paulo, em 1954. No evento, Meggers e Evans apresentaram os resultados das pesquisas que vinham sendo desenvolvidas na Amazônia, nos recortes representados pelo Amapá e das Ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana. Após esse movimento inicial, foram convidados a ministrar um curso de treinamento para arqueólogos brasileiros no Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológica (CEPA), da Universidade Federal do Paraná. O curso aconteceu em 1964, sendo assistido por 12 arqueólogos convidados, provenientes de sete estados brasileiros (PRONAPA, 1969).

O treinamento consistiu em discussões a respeito de teoria arqueológica, metodologia de campo, além de versar sobre classificação e interpretação da cerâmica. Conforme destacado por Oliveira (1991), esse movimento estava claramente comprometido com a possibilidade de formação de profissionais em um único sistema de teoria arqueológica, que seria expressa por meio da padronização da análise e descrição dos dados gerados nas investigações arqueológicas.

O PRONAPA funcionou entre 1965 e 1970, ocasião em que arqueólogos representantes de cada estado brasileiro ficaram responsáveis pelo devassamento de bacias hidrográficas inseridas em compartimentos ambientais específicos. No Rio Grande do Sul, as pesquisas foram coordenadas por Eurico Miller; em Santa Catarina, por Walter Piazza; no Paraná, por José Winson Rauth e Igor Chmyz; em São Paulo, por Fernando Altenfelder Silva; no Rio de Janeiro, por Ondemar Dias; na Bahia, por Valentin Calderón; e no Rio Grande do Norte, por Nássaro de Souza Nasser. Posteriormente, Silvia Maranca substituiu Fernando Altenfelder Silva nos trabalhos em São Paulo, assim como José Proenza Brochado e Celso Perota assumiram, respectivamente, a coordenação no Rio Grande do Sul e Espírito Santo (PRONAPA, 1969; NOELLI, 1996; SCHIAVETTO, 2003).

Em termos teóricos, apesar das inspirações iniciais oriundas do Neoevolucionismo Cultural e de acordo com o que vinha sendo discutido na Arqueologia Norte Americana, presentes nos escritos de Meggers e Evans, percebe-se que tais formulações se restringiram às

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que não nos aprofundaremos na oportunidade nas contribuições oferecidas pela Escola Francesa no período, expressas na criação do Projeto Parapanema, no estado de São Paulo, idealizado por Luciana Pallestrini, em 1968, e expandido nas décadas seguintes por seus estudantes (PALLESTRINI, 1969, 1974, 1988; ALVES, 1988, MORAIS, 1980, 1981, entre outros). O foco será no PRONAPA, por reconhecer sua relevância no tocante à criação das principais categorias utilizadas nos estudos referentes à Tradição Tupiguarani e, consequentemente, aspectos como cronologia e transmissão cultural.

pesquisas do casal na Amazônia (MEGGERS & EVANS, 1957). No quadro dos trabalhos conduzidos pelos estudiosos filiados ao PRONAPA, tal orientação teve fôlego reduzido, que pode ser verificado na adoção das classificações utilizadas. Se o Neoevolucionismo Cultural, em sua interface com a Ecologia Cultural, trabalhava com categorias taxonômicas como “arcaico”, “formativo” e “clássico”, no desenvolvimento das interpretações terão muito mais repercussão entre os pesquisadores, servindo como estrutura fundamental para a organização dos dados produzidos, os conceitos de “fase” e “tradição” (SOUSA, 2009).

Tratam-se de definições incorporadas e discutidas na obra de Gordon Willey e Philip Phillips (1958)<sup>9</sup>. No cenário brasileiro, no contexto do PRONAPA, tradição foi concebida como um “grupo de elementos e técnicas que se distribuem com persistência temporal” (CHYMZ, 1966, p. 35). Por sua vez, fase seria uma categoria menor, que incluiria “qualquer complexo de cerâmica, lítico e padrões de habitação, relacionados no tempo e no espaço” (CHYMZ, 1966, p. 14). A partir dessas conceituações, foram definidas as principais tradições ceramistas que se encontravam distribuídas pelo território brasileiro, cada uma contando com um conjunto de fases estabelecidas com base nos dados arqueológicos gerados com as pesquisas. Em um balanço sobre a atuação do PRONAPA, Schiavetto (2003) informa que, com o fim de suas atividades, em 1970, mais de 1.500 sítios arqueológicos tinham sido identificados em 11 estados, compondo cerca de 125 fases, das quais 37 foram consideradas pré-cerâmicas e 88 cerâmicas.

Sobre os sítios ceramistas abordados, foram estabelecidas 14 tradições arqueológicas, entre elas a Tradição Tupiguarani. Para essa tradição, particularmente, a definição aparece expressa no final da década de 1960, em conceituação clássica:

Após a consideração de possíveis alternativas, não obstante suas conotações linguísticas foi decidido rotular como “Tupiguarani” (escrito numa só palavra) esta tradição ceramista tardia amplamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação etno-histórica estabelecer correlações entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi e Guaraní, ao longo de quase todo litoral brasileiro (PRONAPA, 1969, p. 10).

Outra elaboração conceitual para a tradição foi proposta por Igor Chmyz (1969, p. 8), que na II parte do Manual de Arqueologia, a definiu como:

---

<sup>9</sup> Para uma crítica mais detalhada referente à utilização dos conceitos de tradição e fase pelos pesquisadores do PRONAPA, vide Dias (2007), Silva (2007) e Hilbert (2007).

Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelha ou preta sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tambetás (CHMYZ, 1969, p. 08).

Frente às conceituações apresentadas, algumas considerações podem ser tecidas. Em primeiro lugar, observa-se o interesse em normatizar e denominar com base em critérios bem específicos, algo que já vinha sendo realizado de forma indiscriminada nos estudos desenvolvidos desde o século XIX. Talvez a principal inovação instaurada pelos pesquisadores do PRONAPA tenha sido a de delimitar o alcance conceitual do termo, de modo a torná-lo operável para arqueólogos distribuídos de Norte ao Sul do país (LOURES OLIVEIRA, 2012).

O termo “Tupiguarani”, sem o hífen, aparece, portanto, como uma tentativa de dirimir possíveis confusões na hora de se referir à cultura material que, supostamente, teria sido produzida por grupos relacionados ao tronco linguístico Tupi, particularmente à família linguística Tupi-Guarani (OLIVEIRA, 1991; SCATAMACCHIA, 1990; NOELLI, 1993). Em outras palavras, a terminologia “Tupiguarani” veio atender à aspiração de classificar de uma forma mais científica os registros arqueológicos comumente relacionados a grupos Tupi, cuja interpretação, pelo menos em um primeiro momento, deveria ser orientada a partir de dados arqueológicos e não por correlações automáticas fundamentadas na linguística, na etnologia ou na etno-história (HILBERT, 2007; NOELLI, 2008b).

Paralelamente à atuação do PRONAPA, foram publicadas obras referenciais, claramente comprometidas com o ideal de padronização terminológica e metodológica nas pesquisas desenvolvidas. Em 1965, veio a público o livro “O Guia de Prospecção Arqueológica no Brasil”, de autoria do casal Meggers e Evans, que versou mais detidamente sobre os procedimentos que deveriam ser adotados em campo; em 1966, foi lançado o “Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica”, de autoria de Igor Chmyz (1966), dedicado ao estabelecimento das principais categorias teóricas e empíricas que deveriam ser adotadas na análise da cerâmica arqueológica.

Em termos práticos, o que os pesquisadores do Programa perseguiam era a explicação de processos de mudança cultural por meio de hipóteses de difusão e migração (MEGGER & EVANS, 1964). Nos estudos conduzidos no âmbito dessa perspectiva, a cerâmica foi enfatizada. O antiplástico e o tratamento de superfície foram eleitos como os elementos preferenciais para as análises, podendo em alguns casos serem os elementos diagnósticos para a definição de subtradições; depois, o foco recaiu sobre a forma e utilidade. Com a

sistematização dessas características, pretendia-se estabelecer sequências seriadas (OLIVEIRA, 2001).

Algumas premissas básicas orientavam o exercício de seriação: cada sequência tinha o papel de informar se no acervo estudado era possível reconhecer um estilo particular; as mudanças na técnica e no estilo se relacionariam com passagem de tempo; as maiores variações seriam detectadas em características estilísticas; a persistência de um determinado estilo indicava a continuidade de uma população; a variação de estilo equivaleria à mudança de população; as similaridades tipológicas indicariam relações de parentesco entre grupos; entre outras (MEGGERS & EVANS, 1958).

Apesar de o significado atribuído ao termo estilo<sup>10</sup> adotado não ter sido discutido, é possível perceber que ele foi usado para se referir aos aspectos formais da cerâmica, com ênfase nos elementos decorativos e antiplástico. Assim, quando um determinado estilo ou então algum elemento isolado dele, como o antiplástico, por exemplo, fosse específico de um recorte espacial e temporal, permitiria a definição de uma fase. Por sua vez, quando apresentasse persistência temporal e profundidade espacial caracterizaria uma tradição (MAGESTE, 2012). Na busca por se definir fases, tradições e subtradições, os aspectos funcionais da cerâmica foram em muitas ocasiões deixados de lado (OLIVEIRA, 2001).

Para Dias (2007), a adoção do conceito de fase nas pesquisas desenvolvidas distanciou-se da sua concepção original, tal como formulada no âmbito do Histórico-Culturalismo norte americano. Desse modo, teria considerado a comparação de fatores cronológicos, integrados sob a forma de uma tradição. De maneira semelhante, a ideia de tradição se afastou do objetivo fundamental pensado por Willey & Phillips (1958), que era “descrever fenômenos de continuidade temporal relacionados a aspectos de natureza tipológica” (DIAS, 2007, p. 63). Na prática, as fases foram associadas a comunidades autônomas ou semiautônomas; por sua vez, tradições representavam entidades tribais ou linguísticas, agrupando fenômenos que poderiam ser relacionados culturalmente.

Vale destacar, contudo, que críticas nesse sentido não são consensuais entre os arqueólogos brasileiros, como bem destacado por Loures Oliveira (2012). Hilbert (2007), por exemplo, ressaltou que os pesquisadores do Programa não buscavam estabelecer relações diretas entre vestígios arqueológicos e etnias por meio do conceito de tradição. Pelo contrário, na sua opinião, Meggers e Evans defendiam correlações somente quando os contextos

---

<sup>10</sup> Para uma discussão mais aprofundada acerca da aplicação de diferentes conceituações de estilo na Arqueologia Brasileira, vide MAGESTE, 2012.

arqueológicos estudados se mostrassem associados de forma irrefutável a populações indígenas conhecidas historicamente.

Discrepâncias a parte, é interessante perceber no momento certa vinculação entre a ideia de tradição e transmissão cultural, como nos alerta Albuquerque & Lucena (1991) ao dizer que:

Ao aceitar-se o conceito de tradição tecnológica está implícita a aceitação da transmissão de ideias dentro, ou mesmo entre regiões. Esta relação persiste ainda que se admita o desenvolvimento independente de uma mesma sequência de processos em mais de uma área (ALBUQUERQUE & LUCENA 1991, p. 09).

Nos trabalhos desenvolvidos, transmissão foi uma ideia implícita nas discussões a respeito de migração e difusão, com forte cunho histórico-culturalista, pautando-se no amálgama entre dados arqueológicos, linguísticos, etno-históricos e etnográficos. Assim, em 1972, após o término do PRONAPA, foi publicado o “Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras”, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, que consagrou definitivamente a utilização da expressão “Tradição Tupiguarani”. No texto, a tradição é sistematizada, informando os aspectos materiais que permitiriam seu reconhecimento. Ao mesmo tempo, foram elencadas suas diferentes fases, que buscavam expressar as variações passíveis de serem percebidas espacialmente e cronologicamente.

Particularmente em relação à cronologia, cabe destacar que foi nas pesquisas realizadas pelos integrantes do PRONAPA que as primeiras datações absolutas foram publicadas e discutidas, no intuito de se refletir a respeito da profundidade temporal dos grupos relacionados à Tradição Tupiguarani. Esses dados alimentaram as hipóteses estabelecidas na ocasião sobre migrações, marcada pela busca de centros de origem e rotas de dispersão. Sobre esse assunto, algumas das ideias que caracterizaram os modelos vigentes no período, podem ser identificadas em Brochado, ao apresentar a caracterização geral do “período cerâmico” no território brasileiro:

A manufatura da cerâmica parece ter sido introduzida na Bacia Amazônica ao mesmo tempo em que está também aparece nos sambaquis do litoral da Bahia. (...) A partir de então, evolução local e influências de complexos cerâmicos notadamente diferentes e originários da Venezuela, Colômbia, Equador e Peru resultaram no aparecimento de um mosaico de culturas regionais (PRONAPA, 1969, p. 24).

Para todos os efeitos, origem e migração será tema enfocado mais sistematicamente a partir da década de 1970, com a confluência das informações arqueológicas e datações absolutas, com dados etno-históricos e linguísticos (NOELLI, 1993). Uma das primeiras sínteses disponibilizadas no período foi elaborada por um pesquisador de fora do PRONAPA, o americano Donald Lathrap, que mesmo não abordando diretamente a Tradição Tupiguarani, estabeleceu um intenso debate com os integrantes do Programa. Por meio das informações oferecidas pela linguística histórica, Lathrap trabalhou com a ideia de uma expansão radial dos grupos, que configurou o denominado “modelo cardíaco”, discutido pormenorizadamente no livro *“The Upper Amazon”* (NOELLI, 2008b). Cabe destacar que o autor concebia a Amazônia como um centro de inovação cultural, sendo o lócus de desenvolvimento de diversos tipos cerâmicos, bem como do cultivo da mandioca (LATHRAP, 1975 [1970]).

No quadro de tais reflexões, a Amazônia Central foi considerada o ponto de origem da cerâmica pertencente à Tradição Policroma Amazônica (TPA)<sup>11</sup> por volta de 6 mil anos BP, podendo ser relacionada com os falantes de línguas “proto-Tupi”. Com o desenvolvimento da agricultura e de hábitos tipicamente sedentários, aconteceu um crescimento populacional, que impulsionou a dispersão para outras regiões do território. A origem Tupi deveria estar localizada no centro da bacia Amazônica, provavelmente entre os rios Amazonas e Madeira (LATHRAP, 1975 [1970]).

Outra proposta interpretativa foi discutida por Meggers, em 1972. Comprometida com as ideias do degeneracionismo, sugeriu que os grupos Tupi seriam descendentes de povos andinos, particularmente aqueles situados na Bolívia. Ao mesmo tempo, afirmou que a expansão dos grupos integrantes da família linguística Tupi-Guarani seguiu o movimento de sul para norte, a partir do Paraná, em 500 d.C. Em 1973, essa ideia foi revista por Meggers & Evans (1973), que apresentaram um outro centro de origem: a bacia amazônica e o leste do rio Madeira. Para isso, foram levadas em consideração as pesquisas sobre linguística desenvolvidas por Rodrigues (1964), que referendava esta área como aquela com o maior número de falantes de línguas Tupi (MEGGERS & EVANS, 1973; SOUSA, 2009). Vale destacar que o linguista apresentou como data para o proto-Tupi a idade de 5.000 anos atrás;

---

<sup>11</sup> As discussões mais sistemáticas a respeito da Tradição Policrômica Amazônica podem ser localizadas em Hilbert (1968). O autor dividiu a tradição em duas subtradições: Guarita e Miracanguera. As características da subtradição Guarita seria um conjunto de vasos simples, com ausência de urnas funerárias antropomorfas, com o uso do caraípe como tempero. A subtradição Miracanguera seria representada por um conjunto de vasilhames mais complexos, com formas triangulares, urnas antropomorfas e a presença do cauxi como antiplástico. Fundamentando-se em datações linguísticas e nas proposições de Lathrap (1975 [1970]), Brochado (1984), relacionou a cerâmica associada a grupos Tupi com a subtradição Guarita. Para uma discussão mais completa sobre o assunto, vide Heckenberger et al (1998) e Sousa (2009).

sendo que o surgimento do proto-Tupi-Guarani teria acontecido por volta de 2.500 anos (RODRIGUES, 1964).

Para o casal, a expansão teria acontecido primeiramente em direção ao Sul, atingindo o Uruguai e o norte da Argentina. Desse ponto, os movimentos se concentraram em direção ao norte, distribuindo-se ao longo da costa sudeste, nordeste e norte do Brasil. Ao mesmo tempo em que apresentavam suas ideias sobre a temática, Meggers e Evans (1973), buscaram expressar suas críticas em relação à hipótese defendida anteriormente por Lathrap (1975 [1970]), ao ratificar a improbabilidade da Amazônia ter sido um centro criativo, além de ressaltar a ausência de dados empíricos que tornassem plausíveis as associações entre a cerâmica policroma amazônica e populações relacionadas ao tronco linguístico Tupi. Em publicação de 1988, Meggers e colaboradores (MEGGERS ET AL, 1988) afirmam que o movimento mais antigo de expansão dos grupos Tupi teria acontecido por volta de 2000 AP, mantendo a proximidade com as ideias de Rodrigues (1964).

Em reflexão sobre as contribuições oferecidas por Meggers à Arqueologia Brasileira, Noelli & Ferreira (2007) identificaram continuidades entre os trabalhos de Von Martius e Varnhagen com o da pesquisadora, principalmente no tocante à adoção de ideias degeneracionistas. Para os autores, Meggers conferiu um novo fôlego a tal perspectiva, ao delinear o conceito de degeneração, inserindo-o nos quadros do determinismo ecológico. Por sua vez, Corrêa (2014) chama a atenção para as similaridades observadas entre o modelo estabelecido por Meggers e aquele defendido anteriormente por Métraux (1928).

De fôlego significativo para os estudos envolvendo a Tradição Tupiguarani, foi a proposta defendida por Brochado em 1973, eleita por Noelli (2008b) a melhor síntese dos objetivos do PRONAPA. Brochado (1973) situou o ponto de origem Tupi sendo limitado ao sul pelo rio Paraguai, ao norte pelo rio Amazonas, a leste pelo rio Tocantins e a oeste pelo rio Madeira. Desse recorte, hipotetizou a respeito da saída de duas ondas, bem demarcadas cronologicamente, onde uma seria bem mais antiga e a outra concomitante ao período da colonização. Digno de nota ressaltar que Brochado foi um dos autores que conferiu maior ênfase ao conjunto de datações absolutas disponíveis. Assim, estabeleceu que a primeira onda seguiu em direção ao leste, até a costa atlântica, desmembrando-se, onde parte teria subido no sentido norte até a desembocadura do Amazonas e seus tributários e outra parte chegou ao sul, descendo pela costa. Já a outra rota teria seguido pelo Paraná, até o rio da Prata (BROCHADO, 1973).

Essas migrações estariam bem expressas nos acabamentos plásticos de superfície da cerâmica e antiplástico, sendo a primeira onda representada pela dispersão da “subtradição

Pintada” e a segunda, da “subtradição Corrugada”. Na opinião de Brochado, essa última teria se transmutado na “subtradição Escovada” em alguns contextos sob influência dos europeus (BROCHADO, 1973). Para Noelli (2008b), este tratamento dos dados revela o comprometimento de Brochado na ocasião com as ideias de degeneracionismo cultural, pressupondo a simplificação da cultura material no ambiente de floresta tropical.

No trabalho, foi elaborado um mapa com a distribuição dos sítios, analisados por meio de seriação de cunho fordiano. Ao mesmo tempo, as datações disponíveis por C14 e TL foram problematizadas, no intuito de perceber a movimentação dos grupos Tupi em um sentido cronológico. Assim, estipulou que “a tradição cerâmica Tupiguarani teria se estendido desde ca. A.D. 400 ou talvez A.D 150, até o fim do século XVIII e em alguns casos até o fim do século XIX” (BROCHADO, 1973, p. 53). A diacronia foi demarcada com a análise comparada dos tratamentos de superfície da cerâmica, capaz de informar sobre certas diferenciações regionais e temporais (NOELLI, 2008b). O Paraguai aparece como centro de origem, de onde saíram as migrações: uma foi para o leste, até a costa atlântica, depois subindo para o norte até chegar na desembocadura do rio Amazonas; outra desceu pelo Paraná até chegar ao rio da Prata; e, por fim, uma desceu até o sul pela costa (BROCHADO, 1973). Na opinião de Noelli (1993, 2008b), o estudo de Brochado apresenta certa continuidade com as reflexões de Metráux (ao eleger o Paraguai como centro de origem) e com o pensamento de Meggers, no que diz respeito aos sentidos atribuídos as rotas de migração e o degeracionismo expresso nas interpretações apresentadas.

O degeracionismo imprimiu o tom no qual a transmissão cultural estava sendo entendida no contexto dos estudos referentes à Tradição Tupiguarani. Isso é evidente na percepção da ocorrência de simplificação dos acabamentos de superfície da cerâmica atribuída aos grupos Tupi ao longo do tempo. Complementarmente, Brochado (1973) pensou ainda sobre a atuação de processos que poderiam envolver a transmissão de uma tradição ceramista sem utilizar como recurso explicativo a migração. Nesse caso, tendo em vista o amplo território sobre o qual os grupos Tupi encontravam-se historicamente inseridos, o fluxo de ideias deveria ter circulado por populações sem cerâmica ou com cerâmica mais simples, situados ao longo das rotas identificadas, mas que possuíam tecnologia suficiente para receber as inovações e copiá-las com alto grau de fidedignidade, para depois passá-las para outros grupos (NOELLI, 2008b).

Fora do quadro de discussão referente aos centros de origem e rotas de migração, uma outra tendência pode ser verificada nas pesquisas arqueológicas que se dedicaram à Tradição Tupiguarani. Diversos estudos publicados apresentam um enfoque diferenciado, saindo do

contexto de um único sítio para apresentar especificidades regionais<sup>12</sup>. Isso pode ser percebido em uma série de trabalhos publicados a partir do final da década de 1960, para além dos relatórios de síntese dos resultados alcançados nos diferentes compartimentos regionais com o PRONAPA.

Para expressar alguns exemplos, podem-se citar as investigações de Andreatta (1976), com o “Projeto Arqueológico Anhaguera”; Beck (1970), com a apresentação de uma síntese de ocupação do litoral norte de Santa Catarina; Beltrão (1978), ao problematizar a pré-história do estado do Rio de Janeiro; Caldarelli (1983), ao descrever as denominadas “aldeias tupiguarani” no vale do Rio Mogi-Guaçu; Carvalho & Cheviche (1975), que enfocaram a região do Médio São Francisco mineiro; Dias Junior et al (1975), que apresentaram a síntese do quadro arqueológico de Minas Gerais, fortemente embasados nos dados gerados durante o desenvolvimento do PRONAPA; Laroche (1975), que buscou consolidar o conhecimento disponível a respeito da pré-história do estado de Pernambuco; alguns trabalhos de Schimtz (1976/1977, 1977, 1979, 1980, entre outros), que enfocou diferentes estados brasileiros, tais como Goiás e Rio Grande Sul, incluindo ainda parte da Argentina.

Nessa perspectiva, os quadros gerais estabelecidos para as bacias hidrográficas focadas pelos pesquisadores do PRONAPA tornaram-se o arcabouço referencial para que aspectos como cronologia e variabilidade fossem incorporados nos estudos e, geralmente, expressos em termos de fase. Salvo algumas exceções<sup>13</sup>, tal abordagem não culminou na época no desenvolvimento de propostas de Arqueologia Regional, que começa de fato a ganhar força, bem como referencial teórico e metodológico, somente na década de 1980 (GUIMARÃES, 2007). Além disso, poucas foram as tentativas de síntese e problematizações mais amplas a partir dos dados gerados no período, representados em sua maioria pelos estudiosos citados nominalmente nesse tópico, que abordaram a Tradição Tupiguarani de forma correlata ou central: Meggers e Evans, Brochado e Lathrap.

É possível conjecturar que um distanciamento temporal em relação às transformações experimentadas pela Arqueologia Brasileira na década de 1960 seria necessário para que

---

<sup>12</sup> Por outro lado, é possível identificar para o mesmo período a recorrência de trabalhos concentrados na problematização dos dados de um único sítio. Tratam-se de iniciativas que cumpriram o objetivo fundamental a que se propunham: revelar o conjunto de dados provenientes de contextos particulares – uma tendência presente até hoje na Arqueologia Brasileira. Esta perspectiva pode ser identificada em uma série de trabalhos publicados no período, como o de Albuquerque (1969, 1971), Nigro (1970); Eble & Scatamacchia (1974), Eble & Schimtz (1972), Kneip (1983), Leite (1975); Laroche & Laroche (1982); Lima & Rocha (1984); Maranca (1976, 1978), entre outros.

<sup>13</sup> Apesar de não ser diretamente relacionada às premissas do PRONAPA, um bom exemplo é o trabalho de Beltrão (1978), dedicado à sistematização de um quadro regional para a pré-história do estado do Rio de Janeiro. Outro exemplo é o trabalho executado por Luciana Pallestrini no Parapanema Paulista, já citado nesse capítulo.

fossem gestadas propostas de síntese e reflexão, dedicadas à análise crítica das bases teóricas e empíricas sobre as quais a Tradição Tupiguarani se assentava. Isso pode ser observado de forma mais clara a partir da década de 1980. Novos significados passaram a ser atribuídos à variabilidade, principalmente por meio da penetração de influências teóricas de autores estrangeiros dedicados a problematizar o tema.

#### **2.4 Entre sínteses, reflexões e novas abordagens**

Os esforços mais amplos, baseados em reflexões aprofundadas sobre os aspectos teóricos e metodológicos presentes nos estudos sobre a Tradição Tupiguarani podem, de fato, ser detectados na década de 1980. Nesse ponto, as atenções serão dedicadas em abordar as discussões e tentativas de síntese mais emblemáticas, que se constituíram em referenciais para uma vasta gama de propostas que se dedicaram em tratar de cronologia e variabilidade<sup>14</sup>. De fato, esse movimento crítico não se esgotou e parece bem longe de um fim, já que anualmente é possível observar a defesa de diversas dissertações e teses, execução de diferentes projetos de pesquisa, além da publicação de livros comprometidos com a temática, conforme evidenciado abaixo.

Este recorte pode ser iniciado com a análise de alguns trabalhos publicados por Brochado entre o final da década de 1970 e início de 1980. Trata-se de textos que expressam algumas das principais perspectivas que serão incorporados nos escritos do autor entre 1980 e 1990. Em termos gerais, nos estudos, foram analisados criticamente alguns dos pressupostos levados a cabo anteriormente no âmbito de sua atuação junto ao PRONAPA. Essa mudança de postura, pode ser relacionada às influências absorvidas com a conclusão de especialização realizada na Argentina, sob orientação de Eduardo Mário Cigliano, no Museo de La Plata, da Universidade Nacional de La Plata. Do mesmo modo, relevante foi o ingresso na Universidade de Illinois, em 1977, onde desenvolveu tese de doutoramento sob a orientação de Donald Lathrap. De acordo com Noelli (2008b), a reformulação das ideias de Brochado aconteceu na busca por uma teoria mais ampla, que considerasse elementos antropológicos, históricos, sociológicos e biológicos, ultrapassando somente a descrição e classificação de fragmentos cerâmicos.

---

<sup>14</sup> Novamente, destaca-se que não é de nossa pretensão dar conta de toda a profusão de textos publicados nesse amplo período, que se caracterizam fundamentalmente pela sua heterogeneidade, mas sim discutir alguns dos textos mais emblemáticos e referenciados.

Uma das primeiras expressões nesse sentido foi a publicação do estudo *Alimentação na Floresta Tropical*, em 1977, que se diferenciou por apresentar questões de variabilidade relacionadas à problemática da adaptação ecológica, pensando particularmente no consumo da mandioca. Sobre o assunto, é relevante destacar que a temática foi debatida anteriormente nos trabalhos de Lathrap (1975 [1970]) e Meggers (1971). Contudo, a obra de Brochado pretendeu estabelecer correlações fundamentadas em fontes históricas e etno-históricas entre a variabilidade detectada para determinadas formas de artefatos cerâmicos e líticos e o processamento e armazenamento de tipos específicos de alimentos, no caso a mandioca (BROCHADO, 1977).

De fato, o objetivo básico do trabalho foi relacionar forma e função, algo inovador para a Arqueologia desenvolvida no período, que se encontrava refém das análises de antiplástico e acabamentos plásticos de superfície. Aliado à identificação de forma e função, aparecia o tema da variabilidade, cuja evidenciação poderia informar a respeito das práticas alimentares estabelecidas por populações indígenas no contexto sul americano (BROCHADO, 1977). A proposta constituiu um pontapé inicial para fomentar, principalmente no Sul do país, análises que privilegiassem a diversidade decorativa e formal dos vasilhames, de modo a revelar suas prováveis funções na sociedade Guarani (DIAS ET AL, 2008; NOELLI 2008b).

No início da década de 1980, Brochado (1980 e 1981) publicou artigos que inauguraram suas considerações a respeito de variabilidade e cronologia, que foram discutidas pormenorizadamente em sua tese de doutoramento. Esse movimento foi fruto da já citada parceria intelectual estabelecida com Donald Lathrap, que contribuiu para o rompimento com as posturas degeracionistas expressas anteriormente. A partir desse momento, buscou verificar por meio de uma perspectiva ecológica, a continuidade entre contextos arqueológicos e culturais (BROCHADO & LATHRAP, 1980).

Particularmente, em seu doutorado, Brochado conferiu ênfase ao potencial interpretativo possível de ser apreendido das fontes históricas, etno-históricas etnográficas e linguísticas. O intuito de evidenciar relações de continuidade entre contextos arqueológicos e históricos é apresentado de forma imperativa:

Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas (BROCHADO, 1984, p. 565).

Inicialmente, apontou para as limitações da expressão “Tradição Tupiguarani”, considerado insuficiente para dar conta da variabilidade que poderia ser detectada no âmbito do conjunto rotulado por essa denominação. Além disso, o termo encerraria em si duas extensões distintas da Tradição Policroma Amazônia no leste da América do Sul, que se relacionava com as cerâmicas produzidas por grupos Guarani e Tupinambá. Com essa constatação, desmembrou a Tradição Tupiguarani nas subtradições Guarani e Tupinambá (BROCHADO, 1984).

Na abordagem dos grupos falantes de línguas Tupi, observou que a expansão para novos territórios seria muito mais um “enxameamento” e não necessariamente uma migração. Isso porque as regiões de onde saíam os grupos não ficavam vazias; muito pelo contrário, continuavam crescendo, até instar uma nova movimentação. Em todo o processo, o fluxo de ideias e conhecimento poderia ser constante, com grupos podendo retornar para áreas habitadas anteriormente. Essas postulações orientaram a reflexão sobre centro de origem e rotas de dispersão, a partir da análise de um vasto conjunto de dados compostos por datações absolutas e informações arqueológicas, linguísticas e etno-históricas (BROCHADO, 1984). Digno de nota perceber a compatibilidade dessas ideias com parte daquelas expressas anos mais tarde por Anthony (1990), ao discutir a estrutura dos fenômenos de migração, conforme será discutido mais detalhadamente no Capítulo 4.

Brochado (1984) relacionou o aparecimento do proto-Tupi à divisão estabelecida entre produtores da cerâmica relacionada à Tradição Policroma Amazônica, datada na época em ca. 1500 a.C., em região próxima à desembocadura do rio Madeira, na Amazônia Central. Determinou que as diferenciações observadas nas línguas e nas cerâmicas em uma perspectiva diacrônica permitiam identificar uma separação do proto-Tupi, provavelmente, causadas por pressões demográficas. Com essa divisão, relacionou os Guarani com os vestígios arqueológicos encontrados no oeste da Amazônia os Tupinambá com aqueles situados no leste amazônico.

Na discussão sobre a expansão dos Tupi, a preocupação cronológica fica mais evidente. Situou temporalmente a penetração dos ramos Guarani e Tupinambá para o início da Era Cristã. Para o autor, esses grupos invadiram o leste da América do Sul seguindo um esquema de progressão em forma de pinça. Desse modo, por volta do ano 100 d.C., a subtradição Guarani já se encontrava bem estabelecida no Sul do Brasil; próximo ao ano 500 d.C., a subtradição Tupinambá teria chegado ao Nordeste do Brasil. A partir desse momento, a expansão para leste da subtradição Guarani teria sido lenta, desenvolvendo-se em fluxos sucessivos, até cobrir áreas maiores do território. Por sua vez, a expansão Tupinambá para o

sul foi rápida e linear, ao longo do litoral. Próximo ao ano 1000 d.C., as duas frentes de expansão Guarani e Tupinambá se encontraram em algum ponto ao sul do curso do Tietê (BROCHADO, 1984).

Para a interpretação da cerâmica, Brochado (1984) conferiu importância ao conhecimento da distribuição de grupos étnicos em período histórico, no intuito de balizar de forma mais segura possíveis diferenciações ou ratificar relações de continuidade, embasadas por dados cronológicos. Especificamente em relação à variabilidade artefactual, Brochado reiterou a necessidade de serem incorporadas nas classificações observações referentes à forma e função dos vasilhames, que deveriam ser associadas à preparação e consumo de diferentes tipos de alimentos. Na sua opinião, a diversidade de vasilhas que constituem o registro arqueológico seria capaz de revelar padrões alimentares pretéritos, quando conjugadas com informações etnográficas (BROCHADO, 1984, 1989).

Uma publicação emblemática nesse sentido é o livro “Cerâmica Guarani”, elaborado em parceria com Fernando La Salvia, que se constituiu em obra referencial para as classificações tecnológicas da cerâmica vinculada à Tradição Tupiguarani. No trabalho, foram apresentados novos critérios para as análises da morfologia das cerâmicas, obtidas com medidas efetuadas em coleções de vasilhas inteiras. Em termos estruturais, os autores buscaram solidificar parâmetros que deveriam ser levados em conta nos estudos da cerâmica arqueológica, para, posteriormente, serem comparadas levando em consideração as “muitas dimensões de variação”. Para os autores, essas dimensões:

[...] estão dentro de quatro grupos:

- 1 - O material usado na fabricação das vasilhas
- 2 - As técnicas de construção das vasilhas, incluindo as de acabamento de sua superfície
- 3 - As posições relativas dos campos decorativos na superfície das vasilhas
- 4 - As categorias funcionais dos conjuntos de formas das vasilhas.

A ordem em que esses quatro grupos se apresentam e são estudados é indiferente, porque em realidade fazem parte de um contínuo que inicia com as funções para os quais eram destinados [...] (LA SAVIA & BROCHADO, 1989, p. 07).

Entre as décadas de 1980 e 1990, outras pesquisas que colocaram a Tradição Tupiguarani sob foco de análise foram a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento de Maria Cristina Scatamacchia. Trata-se de exercícios de sínteses, na medida em que foram devotados à sistematização de diferentes dados que permitiriam o entendimento e interpretação dos sítios arqueológicos e vestígios relacionados à referida tradição. Em “Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani”, Scatamacchia efetuou um amplo levantamento das

publicações dedicadas ao assunto, que enfocavam contextos situados em diferentes estados brasileiros. No que diz respeito à cronologia e variabilidade, a autora chama a atenção para a existência de determinados particularismos regionais dentro do que se convencionou chamar de Tradição Tupiguarani, que podem ser explicados se levados em consideração o padrão de estabelecimento dos grupos pretéritos (SCATAMACCHIA & MOCOSO, 1989).

Essa perspectiva fica mais evidente no seu doutoramento, “A Tradição Policrômica do Leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: Fontes Arqueológicas e Etno-Históricas”, defendido em 1991. O primeiro ponto a ser destacado sobre o estudo é a sinalização para o potencial de utilização da documentação etno-histórica no tocante à interpretação de contextos arqueológicos, algo próximo ao que Brochado defendeu em 1984. Desse modo, a autora realizou um mergulho nas fontes e nos dados arqueológicos para oferecer a síntese do quadro de conhecimento disponível na época, evidenciando as possibilidades interpretativas. Ao mesmo tempo, no tocante à variabilidade, é ressaltada novamente a existência de determinados regionalismos, verificáveis por meio de diferenciações de forma, tratamentos plásticos de superfície, entre outros aspectos, passíveis de serem melhor compreendidas com análises espaciais, bem como de padrões e de sistemas de assentamento<sup>15</sup>.

De fato, tal preocupação reflete uma especificidade da Arqueologia Brasileira no final da década 1980 e 1990, que foi a do crescimento de estudos comprometidos com as temáticas da análise espacial, padrão de assentamento e sistemas de assentamento<sup>16</sup>, fortemente influenciados pela penetração no país de referenciais teóricos advindos do Processualismo Americano e Inglês. Uma análise mais profunda desse momento pode ser visualizada no trabalho de Guimarães (2007). De acordo com a autora, o gérmen para esse movimento apareceu inicialmente nos trabalhos de pesquisadores formados no MAE-USP, tais como

---

<sup>15</sup> Nesse ponto, cabe ressaltar que, a partir de suas investigações sobre a Tradição Tupiguarani, Scatamacchia e colaboradores se empenharam (SCATAMACCHIA ET AL, 1991) no desenvolvimento de um projeto devotado à análise de coleções que se encontravam depositadas em museus, provenientes ou não de escavações controladas. O intuito foi apresentar, no tocante à variabilidade, um *corpus* referencial para interpretação dos vestígios, inclusive em relação à reconstituição de formas, levando em consideração a distribuição geográfica das diferentes morfologias e seus padrões decorativos. Desse modo, seria possível observar a persistência ou diversificação de certos traços morfológicos e decorativos, associados a determinadas regiões da América do Sul e relacionados historicamente a grupos Tupi e Guarani. Contudo, a síntese referente a este empreendimento nunca foi publicada integralmente. Um empreendimento semelhante foi proposto por Corrêa (2014) em seu doutoramento, defendido recentemente no MAE-USP.

<sup>16</sup> Com a continuidade dos estudos devotados à temática no século XXI, é possível perceber no contexto brasileiro a articulação do termo padrão de assentamento com o de sistemas de assentamento. Em termos práticos, padrão de assentamento consiste no levantamento dos dados referentes à análise espacial dos sítios e sua implantação na paisagem. Sua sistematização permitiria o estabelecimento de inferência a respeito de um sistema de assentamento, desde que prezasse por uma visão articulada e sincrônica dos sítios de uma determinada região (GUIMARÃES, 2007).

Paulo de Blassis, Maria Dulce Gaspar, Erika Robrán-Gonzales, expandindo-se posteriormente para o Sul do país. Profundamente influenciados por autores como Gibbon (1984), Higgs (1975), Jarman et al. (1982), Longrace & Reid (1971), Plog e Hill (1971) e Vita-Finzi & Higgs (1970), articularam a análise micro com a macro, efetuando assim análises espaciais com vistas a detecção de padrões de assentamento regionais. Nesse movimento a utilização do teste do vizinho mais próximo, metodologia sistematizada em Hodder & Horton (1990), foi amplamente empegada na construção de modelos arqueológicos e no tratamento da variabilidade.

Da influência processualista, veio a noção de sistema sociocultural, que poderia ser vislumbrado em um agrupamento de sítios, já que por meio de metodologia adequada seria possível identificar diferentes funções para os assentamentos, principalmente quando apresentassem distinções no tocante a sua implantação na paisagem e cultura material evidenciada (GUIMARÃES, 2007). Dois pontos relevantes para a discussão estabelecida nesse capítulo podem ser extraídos dessa premissa.

O primeiro é a suposição de conexões entre um grupo de sítios espalhados em uma dada região, extrapolando assim a análise do contexto de um único sítio para o de território. Cabe salientar que, no caso de estudos comprometidos com a Tradição Tupiguarani, a publicação do trabalho de Brochado (1984) e, posteriormente, de Noelli (1993) forneceram elementos que subsidiaram essa abordagem territorial. O segundo ponto relevante é que a sincronia foi escolhida em detrimento da diacronia nas investigações conduzidas. Isso por meio do recorte cronológico efetuado, que buscou elencar o momento mais provável da ocupação de todos os sítios de uma região, de modo que a partir desse exercício fosse possível evidenciar as suas relações dinâmicas (GUIMARÃES, 2007). No tocante à variabilidade, tal postura conduziu a perseguição de áreas de sociabilidades específicas distribuídas entre sítios e território, que poderiam refletir-se nas possíveis diferenças observadas na cultura material.

Por meio da análise dos trabalhos, enfocando a Tradição Tupiguarani entre as décadas de 1980 e 1990, é possível tecer algumas considerações, principalmente quanto à cronologia e variabilidade. Primeiramente, os dados cronológicos disponíveis serviram para embasar hipóteses sobre centros de origem e rotas de migração, conforme detectado no trabalho de Brochado (1984, 1989). Seria nessa diacronia informada pelas datações absolutas que a variabilidade se distribuiria, sendo percebida na diversidade de formas e funções da cerâmica produzida por grupos Tupinambá e Guarani, frente a diferentes quadros ecológicos.

Outro dado relevante colocado em voga no período é a utilização de documentação etno-histórica, histórica e etnográfica no tocante à interpretação de contextos arqueológicos,

defendida por Brochado e Scatamacchia, só para citar os autores mais emblemáticos do período. Com essa perspectiva, veio o reconhecimento que uma abordagem puramente tecnológica do registro arqueológico, tal como defendida por alguns pesquisadores do PRONAPA, seria insuficiente para dar conta da história cultural dos grupos. Os autores defenderam que por meio de determinados critérios seria possível utilizar esse referencial documental, promovendo a associação entre sítios e grupos Tupinambá e Guarani (de acordo com Brochado) ou Tupi e Guarani (na opinião de Scatamacchia). Essa continuidade entre contextos arqueológicos e históricos foi justificada pelo caráter prescritivo atribuído às sociedades Tupi, que teriam “perdurado com identidade própria por pelo menos mil anos”, “mantendo por tanto tempo a homogeneidade cultural” (SCATAMACCHIA ET AL, 1991, p. 13).

Ainda na metade inicial da década de 1990, outros três movimentos de sínteses reflexivas podem ser elencados, dedicados à revisão das hipóteses sobre centros de origem e rotas de expansão. Tratam-se dos trabalhos de Santos (1992a e 1992b), Dias Junior (1993, 1994/1995) e a dissertação de mestrado de Noelli (1993).

Santos (1992a, 1992b) analisou as bases linguísticas, etno-históricas e arqueológicas que embasaram os debates sobre origem e migração dos grupos Tupi. Para a autora, algumas questões mereciam discussões mais aprofundadas, relacionadas fundamentalmente com os aspectos conceituais dos termos “migração” e “difusão” e processos de transmissão cultural. Explicando melhor, para Santos (1992a), a caracterização de uma migração perpassaria pela identificação de povos que compartilhassem de um mesmo sistema cultural. Nesse caso, interpretações fundamentadas somente nas variações da cerâmica não seriam suficientes para dar conta dos diversos outros elementos que compõem o sistema cultural dos grupos, não permitindo, desse modo, o estabelecimento de rotas de migração. Já a utilização do termo difusão seria completamente equivocada, devido à ausência de estudos comprometidos explicitamente com a transmissão cultural por um território. Outros problemas nos modelos vigentes apontados pela autora dizem respeito à ausência de coerência entre dados arqueológicos e linguísticos e às formas como a variabilidade vinha sendo tratada e incorporada nas interpretações oferecidas.

Particularmente, em relação ao entendimento da variação expressa nos contextos arqueológicos, utilizada por Brochado (1984) para efetuar a diferenciação entre as subtradições Tupinambá e Guarani, Santos (1992b) estabeleceu uma crítica pertinente aos procedimentos de coleta de dados nos sítios. De acordo com a autora, os trabalhos de campo não seguiam técnicas de amostragem mais sistemáticas, de modo que os materiais

evidenciados poderiam muito bem se referir a distintas áreas funcionais dentro de um mesmo assentamento, sendo, portanto, insuficiente para caracterizar um grupo ou uma “fase”. Outro ponto observado refere-se à identificação e reconstituição das formas e funções da cerâmica relacionada à Tradição Tupiguarani. A autora salientou que a definição de subtradições a partir da identificação das variações das formas por um espaço geográfico não seria suficiente para revelar mudança cultural, já que para isto outros elementos provenientes dos contextos arqueológicos deveriam ser levados em conta nas interpretações elaboradas.

Considerações similares podem ser encontradas em Dias Junior (1993, 1994/1995, DIAS JÚNIOR & PANACHUK, 2008), ao propor um novo centro de origem, além de explicitar alguns pressupostos que deveriam nortear os estudos referentes à variabilidade. Dias Júnior considera a abordagem de Brochado “extremamente difusionista”. Na opinião do autor, na definição das subtradições Guarani e Tupinambá, Brochado teria se concentrado somente na decoração da cerâmica, deixando de lado outros aspectos como a morfologia dos vasilhames, práticas funerárias, padrões de adaptação, entre outros. Vale destacar nessa oportunidade, que apesar dos elementos decorativos terem tido certo destaque na obra de Brochado (1984), é verdade que o pesquisador buscou associá-los à forma e função, por sua vez relacionadas à dieta dos grupos, ao contrário do que é afirmado por Dias Junior.

Sobre cronologia, Dias Junior (1994/1995), destaca que o aspecto temporal no tocante à expansão Tupi não foi totalmente apreendido. Desse modo, baseando-se nas datações absolutas disponíveis, defende uma maior antiguidade dos vestígios relacionados à Tradição Tupiguarani para o Sudeste, sendo cada vez mais recente para o Norte. O possível centro de origem estaria assim situado em algum lugar no estado de São Paulo. Especificamente quanto à variabilidade, para Dias Junior, boa parte das interpretações se sustentaram na incompreensão de que nenhum sítio é igual a outro, já que cada grupo social possui elementos peculiares, específicos, tanto no âmbito individual, quanto grupal. Para o autor, o que os une sob o amplo conceito de tradição, são as tendências repetidas, a frequência de ocorrência de determinados elementos, sejam eles decoração, forma, função, localização das casas e aldeias, utilização do espaço, entre outros. Esses aspectos só podem ser entendidos quando estudados em suas micro-diferenciações. O primeiro passo em qualquer investigação deve ser o de detectar essas variações, que serão comparadas posteriormente com um contexto global mais amplo, onde será possível detectar semelhanças e diferenças.

Paralelamente às pesquisas de Dias Junior, Francisco Noelli (1993, 1994, 1996, 2007, 2008a, 2008b, entre outros) refletiu sobre as possibilidades interpretativas advindas da confluência de dados etno-históricos, linguísticos e arqueológicos para o entendimento de

algumas questões suscitadas pelo registro arqueológico no tocante aos estudos sobre a Tradição Tupiguarani. O pontapé inicial foram as proposições presentes em sua dissertação de mestrado, defendida em 1993, “Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS”.

Na primeira parte do trabalho, o autor promoveu uma análise crítica acerca das principais hipóteses referentes aos centros de origem e rotas de expansão que enfocaram ao longo dos séculos XIX e XX os grupos relacionados ao tronco Tupi. Em relação à interpretação do registro arqueológico, Noelli partiu da premissa de que existem elementos suficientes para dar consistência ao estabelecimento de relações entre grupos Tupi históricos e aqueles situados no período pré-colonial. Para o autor, é a partir dessas conexões que questões como origem e desaparecimento, continuidade e variabilidade podem ser discutidas de forma científica (NOELLI, 1996). Sobre variabilidade e transmissão particularmente, Noelli defende que diferenciações materiais devem ter acompanhado as diferenciações das línguas, o que justifica as associações entre registro arqueológico e populações historicamente conhecidas. Outra constatação é que as variações observadas no universo material não acontecem de forma isolada, mas estão inseridas em um quadro muito mais amplo, de fenômenos encadeados (NOELLI, 1993).

Essa perspectiva fica mais clara na análise do modelo desenvolvido pelo autor para tratar de problemáticas arqueológicas observadas no vale do Jacuí, especificamente em sítios associados a grupos Guarani. A partir do estudo das práticas de subsistência, concluiu que os grupos Tupi apresentavam alto grau de sedentarismo. Por isso, a expansão territorial deveria ter sido estimulada por crescimento demográfico. Nesse contexto de mudança, era necessário que os novos ambientes a serem ocupados fossem preparados previamente para a instalação da aldeia. Isso permite pensar que a expansão não aconteceu por saltos, mas sim por uma anexação contínua e progressiva de áreas adjacentes a territórios já ocupados, que não eram abandonados imediatamente – algo já salientando anteriormente por Brochado (1984). O quadro explicaria, por exemplo, a ocupação contínua de determinadas áreas por períodos superiores a 1.000 anos para os Guarani e de 1.500 anos, para os Tupinambá. Seguindo esse raciocínio, Noelli chamou a atenção para novas formas de lidar com a variabilidade detectada no registro arqueológico, que não deveria ser pensada em termos de um único sítio, mas sim em relação a um território correspondente a uma aldeia – Tekoha, no caso dos Guarani, Tecoaba no contexto dos Tupinambá.

Vale salientar que as pesquisas de Noelli alimentaram um debate expressivo ao longo da década de 1990 (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 1996; URBAN, 1996; HECKERBERGER ET AL, 1998). Em um quadro mais amplo, esse movimento coincidiu com certo amadurecimento das reflexões gestadas na Arqueologia Brasileira, atentando-se para as bases operacionais que os estudos devotados à Tradição Tupiguarani vinham sendo realizados. O ponto de ataque mais incisivo foi em relação às dificuldades inerentes ao estabelecimento de relações entre cultura material, identidade étnica, língua, registros históricos, etno-históricos e etnográficos.

Para todos os efeitos, indícios desse movimento crítico podem ser observados nos trabalhos de Albuquerque (1991) e Santos (1992a e 1992b). Os autores constataram que as associações entre achados arqueológicos e os dados oriundos da etnografia e da linguística não redundaram em um melhor entendimento referente à tradição. Muito pelo contrário, teriam provocado uma ampla generalização, forçando o enquadramento da variabilidade nos parâmetros que conferiam validade as associações efetuadas (ALBUQUERQUE, 1991; SANTOS, 1992a). Santos (1992a) chamou ainda atenção para o fato de ter acontecido uma superposição entre língua e cultura, de modo que alguns aspectos fundamentais referentes à formação e dispersão de uma língua foram ignorados para justificar as suas conexões com o universo material. Em outras palavras, a premissa é de que as vinculações entre cultura material e grupos étnicos estava acontecendo sem que necessariamente estivessem sendo comprovadas as relações culturais entre os diferentes grupos amalgamados sob o termo “Tradição Tupiguarani”. Outra crítica incisiva foi fornecida por Eduardo Viveiros de Castro (1996), em resposta as reflexões de Noelli (1996). No texto, o autor chamou a atenção para os problemas advindos das relações diretas estabelecidas entre dados arqueológicos, linguísticos e etnológicos.

Foi esse o tom da crítica que ganhou corpo na década de 1990. Coincidiu com a publicação de obras expressivas no cenário internacional, tais como “*Archaeological Approaches to Cultural Identity*” (1994), editado por Stephen Shennan, e “*The Archaeology of Ethnicity*” (1997), organizado por Sian Jones. Esses trabalhos foram amplamente referenciados no cenário nacional, principalmente a partir de 2000, em diversos estudos que enfocaram problemáticas relacionadas a Tradição Tupiguarani, como é o caso dos textos de Schiavetto (2003), Loures Oliveira (2006b), Lima (2011), entre outros.

No tocante ao entendimento da variabilidade, a penetração de tais perspectivas na Arqueologia Brasileira buscou romper com o pressuposto de que semelhanças detectadas na cultura material seriam o resultado das ações de grupos sociais portadores de uma mesma

identidade cultural, linguística e étnica. Quanto aos aspectos cronológicos, as críticas começaram a alertar para o fato que nada garantiria que uma uniformidade tecnológica distribuída por uma ampla faixa de tempo fosse a expressão de comportamentos prescritivos. Essa realidade poderia ser melhor percebida, por exemplo, nos contextos etnoarqueológicos (LIMA, 2011). Em resposta a estas críticas, é possível observar, a partir dos anos 2000, um refinamento nas associações efetuadas, que passaram a ser utilizadas em situações onde as ligações entre contexto arqueológico, histórico e linguístico eram inegáveis. Atrelados com esta perspectiva, observa-se a publicação de trabalhos que empregaram de forma mais sistemática o conceito de estilo tecnológico.

## **2.5 Variabilidade, estilo e transmissão cultural**

Questões de continuidade e mudança têm sido colocadas em debate com o desenvolvimento de investigações etnoarqueológicas entre grupos remanescentes dos Tupi. Boa parte das pesquisas tem se concentrado na região amazônica. Trata-se de local que vem sendo abordado sob esse enfoque desde a década de 1970. Conforme preconizado por Silva (2009), os estudos realizados na região têm por objetivo analisar as relações estabelecidas entre os grupos e o meio físico e material, no intuito de propor modelos sobre os processos de formação do registro arqueológico. Nas últimas décadas, contudo, o interesse tem sido o de verificar em detalhes a trajetória histórica dos povos, de modo a refletir sobre rupturas e continuidades na elaboração da cultura material (SILVA, 2009).

Um trabalho significativo nesse sentido foi aquele desenvolvido por Fabíola Silva (2000) em seu doutoramento, que versou sobre a produção da cerâmica entre os Asurini do Xingu – grupo relacionado à família linguística Tupi-Guarani. Em termos práticos, a pesquisadora percebeu que, na elaboração dos vasilhames, o artesão realiza determinadas escolhas tecnológicas, definidas a partir de fatores de ordem prática e simbólica, configurando o estilo tecnológico, definido posteriormente como: “[...] o modo de fazer alguma coisa, que é próprio de um tempo e lugar, e que resulta da dinâmica entre os preceitos da tradição, a criatividade dos artesãos e os processos históricos de transformação cultural” (SILVA, 2009, p. 33).

Assim, estabeleceu que no estudo da variabilidade, os arqueólogos não deveriam restringir suas atenções somente aos aspectos formais, mas sim a todo o conjunto de escolhas realizadas durante o processo de fabrico. Isso levando em consideração as diferentes maneiras que a variabilidade artefactual pode ser relacionada a aspectos como socialização, organização

da produção, utilização e distribuição dos bens materiais. No que diz respeito a questões relacionadas a rupturas e permanências, ressalta que as análises devem abarcar a observação da dialética entre continuidade e mudança, que acontece dentro de um processo histórico de longa duração. Um bom caminho para entender essa mudança, na opinião da autora, são as investigações em contexto etnoarqueológico de processos de transmissão cultural, já que o conhecimento tecnológico é passado de geração para geração no interior de um grupo, ao mesmo tempo em que se encontra sujeita a pressões externas (SILVA, 2000, 2007, 2009).

Um ponto relevante que pode ser observado no trabalho de Silva (2000, 2009) é a associação efetuada entre estilo tecnológico e transmissão cultural. A partir da adoção do conceito de sistema tecnológico, sob influência de Lemonnier (1992), a pesquisadora defende que as técnicas desenvolvidas por uma sociedade não são dotadas de elementos isolados, mas constituídas de forma sistêmica. Em concordância com o referencial fornecido por autores como Marcel Mauss (1974), Leroi-Gourhan (1984), Lévi-Strauss (1976, 1986), entre outros, postula que os sistemas tecnológicos estão relacionados com as formas de representação social de um grupo, que é culturalmente transmitido, sendo o lócus para manifestações estilísticas (DIAS & SILVA, 2001; SILVA, 2000).

Estas reflexões foram também sistematizadas em artigo seminal de Dias & Silva (2001), que estabeleceram as conexões entre o tema da variabilidade artefactual e estilo tecnológico para discutir as mudanças nas indústrias líticas do Rio Grande do Sul. A partir das constatações de Schiffer e Skibo (1997), defendem que a variabilidade artefactual encontra-se definida tanto pelo conhecimento do artesão, que é vinculado a individualismo, aprendizagem, agência, transmissão cultural e tradição tecnológica, bem como por aspectos contingenciais, atrelados procura de matéria prima, manufatura, uso, entre outros (DIAS & SILVA, 2001). Em conjunto, estes trabalhos constituíram referenciais para difusão de trabalhos comprometidos em entender variabilidade por meio do conceito de estilo tecnológico.

Antes de analisar a penetração do conceito de estilo tecnológico nos estudos dedicados aos ceramistas Tupiguarani, é necessário tecer algumas considerações de caráter crítico. Talvez a principal limitação da proposta envolva a falta de critérios e procedimentos específicos para o exame do mundo empírico. No contexto, falar de escolhas técnicas empregadas durante o processo produtivo, incluindo uso e descarte, parece servir ao propósito de suprir aspirações antropológicas frente o estudo da cultura material. Desse modo, emerge como a chave capaz de associar tecnologia com questões referentes às agências coletivas e individuais, destacando que todas as escolhas efetuadas se encontram relacionadas com

aspectos como história, sociedade e cultura. Ainda que esta premissa possa funcionar no estudo de quadros etnoarqueológicos, onde existe a possibilidade real de apreender algumas das opções realizadas pelos artesãos, conforme expresso no trabalho de Silva (2000), a situação altera-se quando o foco de interesse se torna os contextos arqueológicos. Isso porque existe o risco do conceito de estilo tecnológico torna-se somente tautologia, já que nesses termos, tudo é estilo ao mesmo passo que estilo é tudo.

Em tais condições, dificilmente é possível gerar explicações fundamentadas nos dados arqueológicos e independentes de correlações estabelecidas com referenciais etnográficos ou etnoarqueológicos. O quadro complica-se no momento que o conceito de transmissão cultural é inserido no esquema, buscando verificar sua atuação em quadros etnoarqueológicos, por exemplo. Nesse caso, existe a chance de observar parcialmente alguns dos mecanismos de ensino e aprendizagem vigentes em determinada sociedade em um período muito restrito de tempo, geralmente correspondente à permanência do analista entre o grupo. Contudo, escrutinar transmissão cultural, evidenciando suas causas, consequências e estrutura é um objetivo que se acomoda melhor na longa duração, com a visualização dos vestígios arqueológicos em uma perspectiva diacrônica. Assim, é possível observar questões de continuidade e mudança, separando o que de fato encontra-se mais sujeito a questões de história e acaso daquilo que se relaciona melhor com as exigências do meio e de desempenho. Pode-se, portanto, explicar a configuração da cultura material de forma mais precisa e efetivamente atrelada com os dados empíricos, libertando-se da ampla ideia de “escolhas técnicas”.

Finalmente, é preciso avaliar criticamente a premissa de que tecnologia é constituída de forma sistêmica, estando atrelada também de forma sistêmica com a multiplicidade de dimensões que caracteriza um determinado grupo social. Isto é, considerando a sua aplicação no tratamento de informações arqueológicas. De fato, ainda que seja possível conjecturar sobre a existência de dependência entre os diversos atributos que compõe a cerâmica, por exemplo, considerando sua inserção em determinado grupo social, é evidente também que nem todos os elementos mudam de acordo com mesmo fluxo de tempo, já que podem responder de formas diferenciadas as demandas impostas pelo meio ou as contingências de cada cultura. Consequentemente, na prática, para a resolução de questões arqueológicas, esta realidade complexa e conectada deve ser necessariamente segmentada por meio de diferentes tipos de análise, para que explicações sejam efetivamente geradas. Para todos os efeitos, este reconhecimento encontra-se consoante com os propósitos da Arqueologia Evolutiva, conforme discussão presente no Capítulo 4. No momento, é pertinente adiantar que a

perspectiva oferece, por meio da dicotomia teórica entre os conceitos de estilo e função, os aportes para o exame de continuidades e mudanças passíveis de serem percebidas nos dados analisados.

Retomando aos estudos desenvolvidos no contexto brasileiro, a partir da década de 2000, pode-se perceber o tratamento de questões envolvendo cronologia, variabilidade e, implicitamente, transmissão cultural no escopo da Tradição Tupiguarani em uma diversidade de estudos regionais (OLIVEIRA, 2000; ROGGE, 2004; MORAES, 2007; CORRÊA, 2009; GARCIA, 2012; ALMEIDA, 2013, só para citar alguns exemplos). Parte destas propostas foi analisada em oportunidade anterior (MAGESTE, 2012). Na ocasião, foi possível constatar que aplicações envolvendo o conceito de estilo tecnológico demarcaram uma tendência do período, aproximando-se nos trabalhos produzidos da ideia de tradição. De modo geral, tais investidas estiveram comprometidas em discutir os dados produzidos em regiões específicas, tendo em vista o conhecimento disponível para o cenário nacional. Nesses trabalhos, a busca foi a de revelar as especificidades de determinados contextos, no intuito de corroborar ou retificar o quadro estabelecido para o cenário nacional; e não o de promover uma comparação do registo arqueológico proveniente de diferentes compartimentos ambientais na busca de um melhor entendimento da variabilidade, conforme crítica efetuada por Corrêa & Sâmia (2006).

Nesse caso, um estudo que pode ser inicialmente citado é aquele desenvolvido por Oliveira (2000), ao se deter sobre as ocupações ceramistas Tupiguarani da Chapada do Araripe do Nordeste. Em seu texto, manifesta o desejo de caminhar em direção oposta às pesquisas que tratam estilo de uma maneira generalizante e que não especificam que aspectos da cultura material podem ser entendidos como estilísticos. Apesar de não citado diretamente no trabalho, fica evidente a influência de James Sackett (1977, 1985, 1986) e seu modelo isocréstico nas reflexões da autora. Assim, estilo é visto como diagnóstico de etnicidade, de maneira que sua recorrência em sítios diferentes pode ser o resultado de grupos culturalmente relacionados, já que seria muito complexo para ser reproduzido aleatoriamente. É a consequência direta das escolhas tecnológicas realizadas pelos grupos na produção de seu universo material.

A mesma perspectiva pode ser detectada no trabalho de Rogge (2004), que investigou os fenômenos de interação entre as tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira no Sul do país. Baseando-se em Sackett, definiu estilo como “um conjunto de práticas características e específicas, produzidas e reproduzidas dentro de um mesmo sistema sociocultural” (ROGGE, 2004, p. 62). Na percepção do autor, fica evidente, portanto, que estilo se relaciona profundamente com o próprio conceito de tradição arqueológica, na medida em que se

fundamenta no conjunto de características formais, decorativas e tecnológicas associadas a uma determinada unidade cultural geográfica e cronologicamente localizada (MAGESTE, 2012).

É possível encontrar uma configuração similar na pesquisa de Moraes (2007), que se deteve em discutir a variabilidade artefactual característica da Tradição Tupiguarani no Nordeste do estado de São Paulo. A autora dialoga com o referencial desenvolvido por diferentes autores tais como Sackett (1977, 1985, 1986), Wobst (1977), Wiessner (1983), Carr (1995), entre outros. Contudo, predomina em seu trabalho as postulações de Sackett, que são relacionadas pela autora às propostas de Schiffer & Skibo (1997) referentes à variabilidade artefactual. Desse modo, as premissas básicas que nortearam a concepção de estilo adotada é que estilo reside na escolha tecnológica, podendo ser reflexo de etnicidade.

Outro trabalho que apresenta premissas parecidas foi o desenvolvido por Corrêa (2009) ao abordar os sítios relacionados à Tradição Tupiguarani na microrregião de Juiz de Fora. Sob orientação de Silva, o autor corrobora os mesmos postulados dos trabalhos discutidos acima, estabelecendo um amálgama entre as reflexões oferecidas por Lemonnier (1992), Sackett (1977, 1985, 1986), Carr (1995), Schiffer & Skibo (1997) para sua definição de estilo tecnológico. Na percepção do autor, é o domínio das decisões tecnológicas tomadas ao longo de todo o processo produtivo, seja de modo consciente ou não. É algo específico de um tempo e um lugar, devido à complexidade de opções disponíveis que podem ser adotadas pelos artesões de um determinado contexto. Trata-se, portanto, de escolhas que são tradicionalmente transmitidas, configurando índices para a detecção de etnicidade (CORRÊA, 2009). Vale frisar que tal premissa aproxima-se da conceituação clássica de tradição, de acordo com o que foi empregado por parte dos pesquisadores envolvidos com o PRONAPA.

Particularmente sobre cronologia, Corrêa (2009) sistematizou um conjunto de 406 datas relacionadas à Tradição Tupiguarani, buscando inserir o foco de seu interesse na ocasião – a Microrregião de Juiz de Fora – no cenário de discussão dos centros de origem e rotas de dispersão para os grupos Tupi. O autor observou que as datas mais antigas estão situadas na região Sudeste, local com a maior quantidade de intervenções arqueológicas realizadas até o momento. Isso poderia representar um desvio amostral, já que a região da Amazônia, creditada como centro de origem, não foi completamente devassada. Essas reflexões foram ampliadas posteriormente (CORRÊA 2014), perfazendo um total de 643 datações, porém a conclusão permaneceu a mesma.

Já Garcia (2012), em dissertação de mestrado defendida em 2012, também sob a orientação de Silva, apresenta novos elementos teóricos para subsidiar as conexões que

podem ser estabelecidas entre estilo tecnológico e transmissão cultural ao discutir a ocupação Tupi na região do rio Cateté, no interflúvio Xingu – Araguaia – Tocantins. Ao utilizar o trabalho de Stark et al (2008) como referencial, a autora parte da premissa de que estudos sobre estilo tecnológico e fronteiras culturais têm fomentado as discussões que buscam entender os significados da variabilidade artefactual enquanto resultado de processos de sociabilização e transmissão de conhecimento. Nessa perspectiva, o conceito de *habitus* de Bourdieu (1983) é invocado para se referir a ações rotineiras que são desenvolvidas sem referências a regras ou ao domínio simbólico das regras, como parece ser o caso das técnicas, que incorpora na opinião da autora um sistema de disposições duráveis. No caso, *habitus* é entendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983, p. 65).

A constatação é que a tecnologia envolve, portanto, “o desenvolvimento da prática das tendências e da percepção cultural dos limites das escolhas em todas as etapas da cadeia operatória” (DIETLER & HERBICH, 1998, p. 246 apud GARCIA, 2012, p. 63). Desse modo, é possível entender a configuração de rupturas e continuidades e, ao mesmo tempo, as escolhas tecnológicas e o domínio das relações sociais. Frente a estas considerações, a autora ressalta a relevância de modelos e conceitos desenvolvidos no âmbito de estudos etnoarqueológicos no que diz respeito ao entendimento dos diferentes processos de transmissão cultural e, conseqüentemente, das similaridades e diferenças observadas na cultura material. Observa-se, portanto, um claro alinhamento com as proposições que vem sendo defendidas por Fabíola Silva desde o início da década de 2000.

Uma perspectiva semelhante pode ser identificada no trabalho de Almeida (2013), ao se deter no estudo da ocupação indígena do Alto Rio Madeira. No estudo, discussões sobre estilo e transmissão cultural constituem parte do referencial adotado para a interpretação de cinco sítios arqueológicos do sudoeste da Amazônia. Na empreitada, o autor invoca as reflexões de Bourdieu (1983) para se referir à reprodução da ordem social de caráter inconsciente. Isso por meio da organização das práticas sociais, que combina o mundo simbólico e o material em uma consciência politética<sup>17</sup>, que confere a orientação necessária às

---

<sup>17</sup> De acordo com Neves & Almeida (2015, p. 501): “Para compreender o que se quer dizer com “elementos politéticos”, será tomada emprestada a descrição das *Polythetic features* feita por David Clark (1978; cf. Adams

ações repetidas no dia a dia. Nessa perspectiva, o *habitus* internalizaria a história, tornando-a natural. Para o autor, nesse quadro, atividades que se relacionam com educação e transmissão do conhecimento teriam um caráter contraditório, já que ao mesmo tempo em que estabelecem as ferramentas para adaptação e transformação da ordem vigente, reforçam e legitimam essa ordem. Cabe frisar que essa contradição é de certo modo ilusória, pois a transmissão cultural se assenta fortemente em tradição, demonstrando pouca propensão para mudança. A variação, nesse caso, aparece nas distorções que caracterizam o processo, tais como os erros de cópia; quando as variáveis que estão sendo passadas adiante não se mostram mais pertinentes; entre outros aspectos, conforme será discutido mais detalhadamente no Capítulo 4.

Para Almeida (2013), a transmissão de conhecimentos não é pautada somente na repetição e imitação, mas constitui-se como ação politética, onde existe a reprodução de elementos combinados, sem que tais combinações tenham que abarcar todos os elementos todas as vezes. Este caráter politético confere múltiplos significados para um mesmo objeto. Citando Chernela (2008), o autor constata que tal configuração encontra-se presente no campo estilístico, visto como lugar para a construção de identidades sociais em uma perspectiva dialógica. Assim, para o autor, estilo informa sobre as estruturas que regem as práticas de uma determinada sociedade, incluindo as diferentes formas como o conhecimento é transmitido, reificado ou contestado, seja de modo consciente ou não, conforme vem sendo discutido por Stark et al (2008).

Para além das discussões que envolvem estilo e transmissão cultural, o quadro esboçado revela a projeção que os estudos regionais têm desfrutado nos últimos anos, no tocante à problematização de temas relacionados à Tradição Tupiguarani. De toda sorte, tais iniciativas têm contribuído para a sistematização de informações e constituição de um *corpus* referencial, aptos a serem analisados por outros pesquisadores a partir de perspectivas comparativas. Essa constatação fica evidente com a análise dos artigos disponíveis em duas obras publicadas no final da década de 2000: a série “Ceramistas Tupiguarani” (2008-2010), cujo primeiro volume foi dedicado à apresentação de sínteses regionais; e a coletânea “O Estado da Arte das Pesquisas Arqueológicas Sobre a Tradição Tupiguarani” (2009). O primeiro trabalho citado, editado por Tania Andrade Lima e André Prous, contou com sínteses de contextos da Amazônia (PEREIRA ET AL, 2008); Nordeste (ALBUQUERQUE, 2008);

---

& Adams 1991; Needham 1975). Para o autor, é possível definir um grupo de entidades por uma série de propriedades de forma que: (I) cada entidade possua um número alto, mas não específico, de um conjunto particular de atributos; (II) cada atributo seja compartilhado por um alto número de entidades; (III) nenhum atributo necessariamente pertença a todas as entidades do grupo (Clark, 1978, p. 36-37)”.

Rio de Janeiro e Minas Gerais (DIAS JUNIOR & PANACHUK, 2008); São Paulo (SCATAMACCHIA, 2008), Mato Grosso do Sul (KASHIMOTO & MARTINS, 2008), região Sul (RIBEIRO, 2008); e, por fim, Argentina (LOPONTE & ACOSTA, 2008).

Por um lado, são apresentados artigos dedicados em apresentar o estado da arte dos estudos desenvolvidos e a variabilidade cerâmica detectada para contextos específicos, utilizando a cronologia fornecida por meio de datações absolutas como aporte contextual. Essa postura pode ser detectada em quase todos os textos: Edithe Pereira e colaboradores, sobre a Serra do Sossego e a região da Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri, no Pará; Pedro Augusto Mentz Ribeiro ao caracterizar os sítios associados à Tradição Tupiguarani no Sul do País; e, por fim, Daniel Loponte e Alejandro Acosta ao abordarem as pesquisas na Argentina. Por sua vez, a cronologia aparece como balizadora das transformações detectadas no universo material, no trabalho de Kashimoto e Martins. Já Albuquerque contextualiza a Chapada do Araripe levando em consideração uma única datação disponível.

Por outro lado, é possível perceber em alguns dos trabalhos a utilização de dados gerados em recortes regionais para problematizar a respeito das bases conceituais referentes à Tradição Tupiguarani, refutando ou corroborando modelos estabelecidos. É o caso dos artigos de Dias Junior & Panachuk (2008), que apresentam os aspectos tecnológicos da cerâmica evidenciada e as datações absolutas obtidas para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, no intuito de estabelecer os horizontes de ocupação e, ao mesmo tempo, promover a revisão do modelo de origem e expansão dos Tupi, proposto por Brochado (1984).

Do mesmo modo, podemos retornar ao texto de Kashimoto & Martins (2008), que debatem sobre as associações diretas efetuadas entre registro arqueológico, etnográfico e etno-histórico. Contudo, chamam a atenção para a continuidade observada entre os horizontes indígenas etnograficamente reconhecidos e contextos arqueológicos, como parece ser a situação dos Terena e dos Guarani na área de estudo, o que parece tornar válida as associações entre cerâmica, língua e etnia para aquele cenário específico. Consideram também a pertinência das ideias de Brochado (1984) a respeito das migrações associadas às subtradições Tupinambá e Guarani, como possibilidade interpretativa para tratar a variabilidade artefactual verificada na região abordada.

Por fim, os artigos de Scatamacchia (2008) e Albuquerque (2008) promovem a confluência de informações arqueológicas, etno-históricas, etnográficas e históricas no objetivo de entender diferentes aspectos revelados pelos contextos arqueológicos abordados. Scatamacchia (2008) utiliza-se desse aparato referencial para hipotetizar sobre a possibilidade do estado de São Paulo ter sido palco de uma fronteira entre grupos Tupi e Guarani. Já

Albuquerque (2008) concentra a sua análise em revelar as particularidades da Tradição Tupiguarani no Nordeste Brasileiro, levando em consideração a sua inserção em diferentes compartimentos ambientais. As informações etno-históricas são utilizadas em larga medida para problematizar as possíveis funções atribuídas aos vasilhames bem como as transformações no universo material advindas do contato.

A heterogeneidade de abordagens fica ainda mais evidente na obra editada por Loures Oliveira (2009), que contou com artigos que discutem as problemáticas dos contextos da Zona da Mata mineira utilizando como ponto de referência o sítio Córrego do Maranhão, situado no município de Carangola (LOURES OLIVEIRA, 2009); a região de Araruama, no Rio de Janeiro (BUARQUE, 2009b); o estado do Rio de Janeiro (DIAS JUNIOR, 2009), o estado do Espírito Santo (PEROTA, 2009); o estado da Bahia (ETCHEVARNE, 2009); e, por fim, o estado de Pernambuco e Piauí (OLIVEIRA, 2009).

Em linhas gerais, todos os artigos discutiram a variabilidade detectada para a cerâmica, apresentando marcadores cronológicos obtidos por meio de datações absolutas. Nos trabalhos de Loures Oliveira (2009), Buarque (2009b) e Oliveira (2009), a cronologia é discutida tendo em vista a diversidade detectada para os acervos estudados. Os escritos das autoras se diferenciam, na medida em que sinalizam para as potencialidades que podem advir de uma comparação intercontextual – entre Araruama e a Zona da Mata mineira, de acordo com Loures Oliveira (2009) e Buarque (2009b); e em relação às áreas abordadas nos estados de Pernambuco e Piauí, no caso trabalho de Oliveira (2009).

Já nos textos de Dias Junior (2009), Scatamacchia (2009), Perota (2009) e Etchevarne (2009), as datações aparecem somente como aporte contextual, não sendo associadas de forma mais pormenorizada com a variabilidade artefactual indicada. Cabe destacar que, com exceção de Oliveira (2009) e Perota (2009), todos os autores mencionados se remetem às fontes etno-históricas em seus trabalhos, seja no intuito de problematizar a pertinência da aplicação frente a fatores cronológicos (LOURES OLIVEIRA, 2009 e SCATAMACCHIA, 2009), seja para refletir a respeito dos processos que podem ter gerado a variabilidade artefactual (BUARQUE, 2009b; DIAS JUNIOR, 2009; ETCHEVARNE, 2009). Implicitamente a esta postura, está a percepção de uma continuidade entre os contextos arqueológicos e históricos, de acordo com tendência inaugurada por parte de pesquisadores do PRONAPA e consolidada de forma definitiva na tese de doutoramento de Brochado (1984).

Por meio dos trabalhos discutidos, algumas tendências podem ser observadas no tocante ao tratamento de aspectos como variabilidade e cronologia nos estudos sobre a Tradição Tupiguarani. O primeiro continua sendo a larga utilização de fontes etno-históricas,

etnográficas e históricas nas interpretações oferecidas. O diferencial, nesse momento, é a explicitação das bases sobre as quais correlações são estabelecidas, geralmente, em cenários onde as relações de continuidade entre o passado abordado pela Arqueologia e aquele evidenciado pelas fontes documentais parecem ser inegáveis. No tocante à cronologia, as datações absolutas em geral aparecem como pano de fundo contextual para a apresentação da variabilidade ou para discutir os modelos explicativos para centros de origem e rotas de dispersão.

Por outro lado, em um quadro mais amplo, é possível identificar esforços no sentido de buscar entender a variabilidade por meio de uma perspectiva diacrônica. Nessas propostas, o objetivo é entender a diversidade verificada nos contextos arqueológicos, levando em consideração a análise de processos históricos mais amplos, construídos a partir de dados arqueológicos, utilizado de modo complementar informações históricas, etno-históricas e linguísticas (LOURES OLIVEIRA, 2006b, 2012; NEVES, 2007; ALMEIDA, 2008; CORRÊA, 2009, MORAES, 2007, MAGESTE, 2012, entre outros).

### **2.5.1 Contribuições do Projeto Amazônia Central: origem, expansão e transmissão cultural**

Um bom exemplo das tendências destacadas acima se refere às pesquisas desenvolvidas por Eduardo Neves e seus colaboradores e estudantes, por meio do Projeto Amazônia Central. A proposta foi formatada em meados da década de 1990, com o intuito inicial de testar com trabalhos empíricos as hipóteses de Donald Lathrap e seus alunos. Diversas investigações foram conduzidas, focando-se em aspectos como cronologia, classificação, densidade demográfica, organização social e política, paisagem e sociedade, contextos funerários, guerra e sistemas de assentamentos (MORAES & NEVES, 2012).

Dedicados em entender a complexidade que parece ter caracterizado a ocupação humana no recorte regional abordado, é evidente que os estudos conduzidos têm oferecido os aportes contextuais para as discussões referentes à origem, expansão, mudança e cronologia no tocante aos povos Tupi. Nas investigações levadas a cabo, o interesse tem sido o de elaborar uma história de longa duração, conjecturando sobre mudança cultural, ao confluir informações da etnologia e da linguística com a cronologia e variabilidade oferecida pelos dados arqueológicos, oferecendo um quadro diferente daquele defendido anteriormente por Lathrap e Brochado (HECKENBERGER ET AL, 1998; NEVES, 2007).

Neves (2007) tem observado que a Amazônia Central, no primeiro milênio d.C., foi caracterizada pela presença de tradições culturais locais distintas, relacionadas com o aumento do sedentarismo; enquanto, no segundo milênio d.C., seria possível observar uma mudança no registro arqueológico, passível de ser interpretado em termos de uma notável padronização cultural, representada pelo surgimento de sítios com cerâmica associados à Tradição Policroma da Amazônia. Sobre esse assunto, o pesquisador acredita que ocupações apresentando cerâmicas policromas associadas à subtradição Guarita, pelo menos do segundo milênio d.C. em diante, poderiam ser manifestações de grupos falantes de línguas proto-Tupi, que teriam se expandido para a Amazônia Ocidental, a partir da bacia do alto rio Madeira (MORAES & NEVES, 2012). Contudo, são ressaltadas as dificuldades inerentes à associação entre ceramistas portadores da subtradição Guarita com falantes de línguas proto-Tupi, principalmente ao levar em consideração os dados linguísticos para a Amazônia. Além disso, quando associados com os dados cronológicos disponíveis, permitem o questionamento da origem da cerâmica policroma na Amazônia Central (HECKENBERGER ET AL, 1998).

Cabe destacar aqui as contribuições oferecidas por Almeida (2008) para a problemática de origem e dispersão Tupi. De acordo com o autor, grupos relacionados a este tronco linguístico já estariam fixados na Amazônia Oriental cerca de 1.000 anos antes do contato. A partir da datação obtida para o sítio Bela Vista (480±20 a.C.) o autor conjectura sobre a possibilidade do berço de expansão Tupi estar localizado, na verdade, na Amazônia Oriental. Mesmo reconhecendo a improbabilidade da ideia frente aos dados cronológicos disponíveis, chama a atenção para o fato de linguistas como Melo e Kneip (2006) terem se atentado para essa possibilidade. Enquanto as cabeceiras dos rios Mamoré, Guaporé e Madeira, no atual estado de Rondônia, são elencadas por Urban como provável centro de origem, mesmo apresentando apenas um subconjunto da família linguística Tupi-Guarani, o leste amazônico apresentaria uma concentração de 14 línguas relacionadas a esta família (ALMEIDA, 2008).

Diante dos dados levantados em seu trabalho, o autor indica uma entrada pela Amazônia Ocidental, provavelmente por terra ou rios secundários. Inicialmente, os Tupi teriam se fixado no entorno da serra de Carajás. Por volta de 500 d.C., já estariam no entorno da atual cidade de Marabá, fixados no médio e baixo Tocantins. Nesse ponto, especialmente, poderiam ter gerado um núcleo Tupi e, de lá, terem se expandido para outros locais, chegando inclusive no interior maranhense. Para o autor, no segundo milênio da era cristã, a expansão amazônica dos Tupi teria diminuído de intensidade, seja pela carência de territórios com os aspectos ecológicos desejados, bem como a expansão e adensamento de outros grupos,

principalmente no Brasil Central, Maranhão e Leste Amazônico. Conforme explicitado pelo pesquisador, a proposta corrobora o pensamento de autores como Urban (1996), Meggers (1974, 1977, 1979, entre outros) e Schmitz (1991) (ALMEIDA, 2008).

A possibilidade de o centro de dispersão dos povos Tupi ter acontecido a partir do sudeste amazônico foi retomada em publicação de Neves & Almeida (2015). No trabalho, os autores apoiam-se na maior variabilidade linguística entre os falantes de línguas Tupi-Guarani detectadas na região, bem como a variabilidade arqueológica identificada em diversos sítios locais. Concomitantemente, é problematizada uma cronologia constituída por cerca de 57 datações, com algumas idades bem próximas da era cristã. A correlação entre dados arqueológicos, informações linguísticas e de cunho etnográficos somam-se na consolidação da hipótese apresentada. Nesse movimento, questões envolvendo transmissão cultural são explicitamente evocadas, em uma perspectiva muito próxima daquela apresentada por Almeida (2013). Significativamente, estas premissas embasam as suposições de continuidade entre os contextos linguísticos, arqueológicos e históricos:

A principal premissa dessa proposta é que por mais que as correlações entre cultura material e línguas sejam extremamente complexas e conjunturais, não se pode negar que existe uma relação entre a transmissão de conhecimento, a linguagem e os elementos estilísticos (i.e., uma coerência de elementos politéticos). Não se trata, portanto, de indagar sobre possíveis correlações entre línguas e grupos de objetos, mas sim em quais contextos é possível investigar como operaram tais correlações. No presente caso, pode-se argumentar que, se há um exemplo didático de correlação língua e cultura material na história das sociedades indígenas sul-americanas, este é o caso dos Tupi-Guarani (NEVES & ALMEIDA, 2012, p. 501-502).

### **2.5.2 Arqueologia Tupi?**

Torna-se esclarecedor, nesse momento, observar que, mesmo diante de severas críticas às associações efetuadas entre o binômio língua e cultura material para se referir à vinculação entre os registros arqueológicos e falantes de línguas relacionadas ao tronco linguístico Tupi, é possível na Arqueologia Brasileira um movimento paralelo, dedicado em explicitar de que modo as relações de continuidade entre esses diferentes universos são realizadas e validadas. Como esboçado acima, é possível que, nesse esforço, os conceitos de estilo e transmissão cultural (implicitamente ou explicitamente) sejam invocados para justificar o fato de que, a despeito das dificuldades que são inerentes às associações, se observa na cultura material relacionada aos grupos Tupi um padrão indefectível para além dos particularismos regionais, de maneira que sua reprodução ao longo do tempo e do espaço pode ser a expressão concreta

de uma tradição culturalmente transmitida. O principal desafio para os pesquisadores comprometidos com a temática seria articular uma notória continuidade que ultrapassa 2.000 anos de profundidade temporal, com a diversidade que aparece quando as fontes históricas, etno-históricas e etnográficas são enfocadas com atenção (MORAES, 2007; SOUSA, 2009).

Nesta confluência, vem ganhando espaço o termo “Arqueologia Tupi”, sinalizado em diferentes trabalhos publicados nas últimas décadas, alguns inclusive já referenciados nesse capítulo, tais como as investigações de Corrêa & Sâmia (2006), Moraes (2007), Corrêa (2009, 2014), Garcia (2012), Almeida (2008, 2012), Sousa (2009), Nogueira (2011), Noelli (2008b), Cruz (2008), Hepp (2012), entre outros. Uma boa definição do que pode ser entendido por “Arqueologia Tupi” pode ser encontrada em Moraes (2007, p. 16):

Adotamos o conceito de Arqueologia Tupi (grifo da autora), o qual significa que estamos abordando sítios arqueológicos associados à Tradição Tupiguarani, sítios estes ocupados por grupos de matriz cultural Tupi – relacionados ao tronco linguístico homônimo. Nesse sentido, a “Arqueologia Guarani” realizada no sul do Brasil, assim como a “Arqueologia Tupinambá”, realizada no litoral do Rio de Janeiro, também podem ser enquadradas nessa Arqueologia Tupi, embora seja interessante, quando possível, manter essas especificidades (MORAES, 2007, p. 16).

Em termos práticos, talvez a principal especificidade dessa “Arqueologia Tupi” seja a preocupação em evidenciar e discutir os elementos que sustentam as associações efetuadas entre o registro arqueológico e as informações provenientes de quadros etnográficos e etno-históricos, que são ligados implicitamente por uma noção de transmissão cultural fundamentalmente assentada na língua. Contudo, é preciso permanecer atento ao caráter das continuidades e mudanças observadas entre os diferentes contextos para não cair em posturas criticadas principalmente a partir da década de 1990. Isso porque nem sempre similaridade entre grupos é fruto da existência de relações históricas diretas, da mesma forma que nem toda variação é decorrente de contingências, podendo simplesmente ser respostas condicionadas por questões de desempenho.

De todo modo, um trabalho emblemático realizado sob a perspectiva, foi apresentado por Corrêa (2014) recentemente. No estudo, o autor empreendeu o levantamento e comparação de conjuntos artefatuais associados a grupos Tupi, a partir de perspectiva que buscou coligar dados arqueológicos, linguísticos, etno-históricos e etnográficos. Conceitualmente, de modo similar ao exercício efetuado em trabalho anterior, já citado (CORRÊA 2009), os conceitos de estilo tecnológico e transmissão cultural aparecem como balizadores das relações de continuidade estabelecidas entre contexto arqueológico e o

histórico e etnográfico. Assim, assume que cada população, detentora de uma língua específica foi responsável pela produção de conjuntos artefatuais cerâmicos com características particulares, diferente daqueles manufaturados por falantes de outras línguas, mas “que partiam de um padrão tipológico regido por regras do conhecimento tecnológico tradicional e reproduzido a cada geração” (CORRÊA, 2014, p. 01).

Digno de nota observar que o autor busca explicitar seu entendimento de transmissão cultural, reconhecendo que o fluxo e manutenção de conhecimento acontece por meio de diferentes estruturas, podendo configurar uma transmissão vertical, horizontal ou oblíqua, usando como referência o trabalho de Cavalli-Sforza & Feldman (1981). Contudo, na abordagem apresentada por Corrêa (2014), processos de transmissão e estilo são refinados com o conceito de *habitus* de Bourdieu (1983), de modo semelhante ao que foi apresentado por Almeida (2013). Constata, portanto, que em uma determinada tradição tecnológica, podem acontecer certas idiossincrasias, responsáveis pela particularização de determinados aspectos produtivos. A premissa é que estas diferenças devem acontecer dentro de alguns limites, não havendo controle, nem preocupação em inibi-las, desde que permita o reconhecimento imediato de forma e função.

No tocante a questões envolvendo mobilidade, ressalta que no que diz respeito ao estudo dos povos Tupi, as principais críticas foram desferidas às formas como o conceito de migração foi utilizado. Referenciando o trabalho de Anthony (1990) sobre o assunto, destaca que ao focar o tema na Arqueologia, o objetivo não deve ser o de classificar artefatos em unidades espaciais-cronológicas, efetuando ligações diretas com grupos conhecidos historicamente. Pelo contrário, é preciso reconhecer aspectos como fluxo, refluxo, fatores negativos e positivos de causalidade, movimentos de curta ou longa distância. Ainda que as causas da movimentação não sejam totalmente compreendidas, defende a necessidade de diagnosticar a estrutura que rege os processos de migração (CORRÊA, 2014).

Orientando por essas premissas e de posse de um conjunto de dados gerados por meio da análise de coleções depositadas em instituições em todo o Brasil, o autor identificou quatro conjuntos artefatuais com características bem específicas espalhados por um amplo território. A “Cerâmica Guarani”, evidenciada no Sul do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e provavelmente Bolívia; a “Cerâmica Tupinambá”, localizada no litoral, desde São Luís do Maranhão, Baía de Paranaguá, no Paraná, com ampla ocorrência no interior dos estados com litoral e, ainda, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O grupo identificado como “Cerâmicas Tupi do Norte” faz referência aos conjuntos identificadas por Brochado (1984) e que seriam diferentes do material comumente associado a

grupos Guarani e Tupinambá, apresentando ocorrência nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás. Por fim, Corrêa identificou um quarto conjunto composto por cerâmica etnográfica, heterógeno entre si devido aos processos históricos que originaram as coleções (CORRÊA, 2014).

Para os conjuntos identificados arqueologicamente, apresenta seus principais tipos de vasilhas. Desse modo, a “Cerâmica Guarani” apresentaria os cambuchi guaçu com borda complexa; cambuchi acinturado; cambuchi com apoio interno, yapepó e naetá guarani. Já a “Cerâmica Tupinambá” se distinguiria por contar com naetá Tupinambá; vasilhas com reforço interno; vasilha de abertura quadrangular e duplamente cambada. Por fim, a “Cerâmica Tupi do Norte” apresentaria pinturas com preenchimento, borda angular e o cambuchi (CORRÊA, 2014).

### **2.5.3 Os ceramistas Tupiguarani nos quadros da Arqueologia Evolutiva**

Nesse ponto, é preciso chamar a atenção para o desenvolvimento nas últimas duas décadas de estudos regionais declaradamente comprometidos com o enfoque da Arqueologia Evolutiva e que enfocaram centralmente ou correlatamente a Tradição Tupiguarani. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi aquela desenvolvida por Araujo (2001) em seu doutoramento. No trabalho, o autor visou a implementação de uma proposta de Arqueologia Regional para a Microrregião do Alto Taquari, denominada de “Área Alto Taquari”, delimitada a norte pelo Médio Vale do Paranapanema e a sul pelo Médio Vale do Ribeira de Iguape. Com o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas prospecções sistemáticas em sete áreas pilotos, que propiciaram a identificação de 89 sítios arqueológicos dentro dos limites estabelecidos e 26 sítios fora, perfazendo um total de 115 sítios, onde se incluem assentamentos relacionados à Tradição Tupiguarani (ARAUJO, 2001).

O ponto que chama a atenção no trabalho é o evidente comprometimento com as ideias defendidas por Robert Dunnell, principalmente no que diz respeito a um melhor entendimento da Classificação em Arqueologia. Desse modo, abre o caminho para uma discussão a respeito da Teoria Formativa e Teoria Explanatória, empregadas no tratamento e interpretação dos dados gerados. A Arqueologia Evolutiva é explicitada enquanto teoria explanatória, revelando a afiliação de Araujo a perspectiva defendida por Robert Dunnell e seus estudantes. Cabe destacar que o pesquisador pode ser incluído neste rol, já que passou uma temporada na Universidade de Washington sob orientação de Dunnell, por ocasião da realização de estágio sanduíche. Assim, destaca em seu trabalho que:

A Arqueologia Evolutiva de que tratamos surge apenas no início da década de 1980, desenvolvida inicialmente por Dunnell (1978b, 1980) e Rindos (1980) e posteriormente por vários seguidores (p. ex., Lanata & Neff 1999; Leonard & Jones 1987; O'Brien [ed.] 1996; Teltser [ed.] 1995). A esta corrente teórica dá-se o nome de “selecionista”, por se aproximar mais da formulação clássica utilizada na Biologia: os mecanismos que promovem a variação são distintos dos mecanismos de seleção, e são estes que em última análise são responsáveis pela forma, continuidade ou extinção de uma determinada cultura ao longo do tempo. A variação pode ser infinita e se dar de várias maneiras: invenção, difusão, ação de líderes carismáticos, ensinamentos de seres iluminados, ou seja, lá como for (ARAUJO, 2001, p. 72).

Outra proposta que seguiu premissas semelhantes no intuito de problematizar aspectos como variabilidade e cronologia no escopo da Tradição Tupiguarani foi desenvolvida por Loures Oliveira (2009-2011), em projeto financiado por Edital Universal do CNPq, intitulado “Seleção, hereditariedade e variação: possibilidades e limites de interpretação da cultura material dos sítios Tupiguarani da Zona da Mata mineira”, no qual atuamos. O trabalho abordou as variações identificadas no universo cerâmico dos sítios pesquisados no âmbito do “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”<sup>18</sup>, estabelecendo um quadro teórico a respeito de estilo e função na perspectiva defendida por Robert Dunnell. Os primeiros resultados da investida foram publicados em 2010 (LOURES OLIVEIRA et al 2010), onde foram destacadas as potencialidades da abordagem empregada em explicar as rupturas e continuidades que caracterizavam a cerâmica do compartimento regional estudado.

O quadro inicial, evidenciado no desenvolvimento dessa pesquisa, foi refinado em trabalho elaborado por nós (MAGESTE, 2012), com orientação de Araujo. Na ocasião, sob o viés da Arqueologia Evolutiva, enfocou-se a cerâmica da Tradição Tupiguarani evidenciada em seis sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira, tratada de modo a compor explicações em termos de estilo e função. Na ocasião, além de organizar cronologicamente os acervos estudados por meio de seriação, refletindo sobre a variação observada para a cerâmica ao longo do tempo, foi possível tecer inferências iniciais a respeito de questões de similaridades e de transmissão cultural. Assim, por meio de testes estatísticos, conjecturou-se a respeito da pouca restrição do meio geográfico nos processos de transmissão cultural e geração da variabilidade (MAGESTE, 2012).

Isso porque os sítios situados mais próximos um dos outros geograficamente e mais distantes temporalmente apresentaram as maiores diferenças, enquanto os assentamentos mais distantes geograficamente e mais próximos temporalmente se revelaram mais semelhantes.

---

<sup>18</sup> O contexto do referido projeto, bem como o histórico da Arqueologia na Zona da Mata mineira serão apresentados no próximo capítulo.

Naquela ocasião, foi possível estabelecer a hipótese de que a variação observada entre os acervos seria, de fato, oriunda de sua posição no tempo e não no espaço. Nesse sentido, a suposição trabalhada foi a de que os elementos analisados possuíam uma distribuição ubíqua, o que equivale dizer que determinadas características estiveram presentes em diferentes assentamentos, ocupados cronologicamente no mesmo momento (MAGESTE, 2012).

Fora da Zona da Mata mineira, pode-se citar a criação do grupo de pesquisa “Arqueologia e Patrimônio Cultural: o contexto do semiárido nordestino”, na Universidade Federal do Vale do São Francisco, sob nossa coordenação. Com os trabalhos desenvolvidos, a intenção tem sido a de evidenciar as potencialidades de investigação referentes à cronologia e variabilidade por meio de conceitos como homologia e analogia, estilo e função, seleção natural e deriva, aplicáveis no quadro da Arqueologia Evolutiva, sob a clara influência de Robert Dunnell. Desse modo, os esforços têm se concentrado no tratamento de dados gerados durante mais de três décadas de pesquisa em sítios relacionados à Tradição Tupiguarani situados no Parque Nacional Serra da Capivara, no estado do Piauí.

Os primeiros resultados da empreitada podem ser verificados nas publicações referentes ao projeto de pesquisa atrelado ao grupo citado, intitulado “Cronologia e Variabilidade: os ceramistas Tupiguarani do Nordeste Brasileiro” (PIVIC-UNIVASF / 2014-2015) (ALBUQUERQUE & ZANCHETTA, 2014; MILLER & FERNANDES, 2014, ALBUQUERQUE & FERNANDES, 2015; MAGESTE & FERNANDES, 2015). Nesse conjunto, merece destaque o exercício realizado no trabalho de conclusão de curso de Fernandes (2015), sob nossa orientação. Na oportunidade, foi focado o material cerâmico de três sítios arqueológicos relacionados à Tradição Tupiguarani, dedicando atenções aos acabamentos plásticos de superfície e pinturas: a Aldeia da Baixa dos Carvoeiros, Aldeia do Carlos e o Baixão da Serra Nova, que apresentam datações que se distribuem por um período superior a 1500 anos. Por meio das conceituações de estilo e função, oferecidas por Robert Dunnell, assim como a realização de seriações e testes de similaridade, foi conjecturada a possibilidade do sítio Aldeia do Carlos ter sido ocupado por diferentes grupos ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, estabelecidas hipóteses concernentes a processos de transmissão cultural que podem ter conformado as congruências detectadas (FERNANDES, 2015).

## **2.6 Considerações do capítulo**

Com o exercício realizado nesse capítulo, ficou evidente a heterogeneidade que caracteriza os estudos arqueológicos dedicados à temática Tupi/Tupiguarani, principalmente

quando o interesse é verificar as formas que temas, como variabilidade, transmissão cultural e cronologia, têm sido tratados ao longo dos anos. Frente ao conjunto de fontes abordado, foi possível estabelecer cinco recortes predominantes, demarcados por algumas tendências principais no tocante as investigações conduzidas. Vale salientar, contudo, que, longe de representar uma demarcação rígida ou hierárquica, a periodização proposta é fluida, existindo diversos pontos de encontro entre as disposições mencionadas.

Para os propósitos do presente trabalho, foi considerado como primeiro recorte o período inaugurado com as primeiras descrições oferecidas por cronistas e viajantes, do século XVI até a consolidação de uma “tupi-mania”, em meados do século XIX. Neste universo, observa-se a consolidação de dicotomias básicas, como entre Tupi e Guarani, e Tupi e Tapuia. Ao mesmo tempo, são elaborados e reificados aspectos que nortearam boa parte dos estudos desenvolvidos posteriormente, como a evidenciação de uniformidade e relações de continuidade entre os grupos falantes de línguas Tupi; acompanhada da percepção de unidade entre manifestações linguísticas, culturais e materiais.

O segundo recorte aqui elencado é situado entre meados do século XIX ao final da década de 1950. É evidente, nos principais trabalhos discutidos, a penetração de teorias degeneracionistas e difusionistas, que foram largamente aplicadas nas confabulações em torno da discussão sobre os centros de origem e rotas de migração de grupos falantes de línguas Tupi. Em termos práticos, tais investigações sustentavam-se na percepção de uma conexão histórica existente entre os povos Tupi e suas respectivas manifestações, identificadas de norte a sul do país. No movimento, as principais contribuições invocadas para a construção de modelos foram oriundas da Linguística, Etno-história e Etnografia. Na maioria dos casos, a cultura material foi utilizada de forma secundária nas construções efetuadas. De todo modo, mesmo diante dessa configuração, foi reafirmada a unidade das evidências materiais associadas aos grupos Tupi que, apesar de seus particularismos regionais, poderia ser facilmente reconhecida de norte a sul do país.

O terceiro recorte aqui apresentado abrange um período de cerca de três décadas, demarcado pelo surgimento do PRONAPA. Com a implantação do Programa, aconteceu uma abordagem mais sistemática do território brasileiro, bem como a incorporação dos conceitos de “fase” e “tradição”, desenvolvidas no seio do Histórico-Culturalismo norte-americano. Porém, na prática, as concepções foram redimensionadas, configurando na elaboração do termo “Tradição Tupiguarani”. O designativo foi utilizado para se referir aos dados arqueológicos referentes a falantes de línguas Tupi, composta por inúmeras fases, geralmente representativas de variações regionais. O diálogo com a Linguística, Etnografia e Etno-

história continuou profícuo nos modelos referentes aos centros de origem e rotas de migração. Contudo, os dados arqueológicos passaram a ocupar posição de destaque, principalmente as informações cronológicas que foram geradas com a condução das pesquisas. Apesar de raramente discutida, a noção de transmissão cultural encontra-se implícita.

O quarto recorte elencado compreende as décadas de 1980 e 1990, sendo marcada pelos movimentos mais sistemáticos de síntese e reflexão sobre os estudos que abordaram a Tradição Tupiguarani. No momento, as próprias bases que conferem sustentação ao termo Tradição Tupiguarani são questionadas, já que seriam insuficientes para tratar da diversidade de fenômenos relacionados aos falantes de línguas Tupi. Desse modo, novos modelos são consolidados a partir da confluência de dados arqueológicos, linguísticos, etno-históricos e etnográficos, permitindo a reflexão sobre a origem, migração, variabilidade e cronologia da cultura material, abrindo outras possibilidades para pensar sobre ocupação e expansão por territórios ecológicos particulares. Por um lado, observa-se a defesa explícita do estabelecimento de relações de continuidade entre contextos arqueológicos e o histórico e etnográfico, já que os grupos Tupi seriam historicamente conectados. Por outro lado, ganha penetração críticas à realização dessas associações, com pesquisadores chamando a atenção para a necessidade de se considerar os processos históricos particulares responsáveis por configurar a existência de cada grupo.

O quinto recorte discutido é referenciado a partir da década de 2000 e expressa mais notoriamente uma diversidade de abordagens e problemas referentes à Tradição Tupiguarani. Algumas das tendências identificadas no período referem-se à profusão de estudos regionais; a estreita conexão estabelecida entre os conceitos de estilo tecnológico, variabilidade e transmissão cultural (a despeito das críticas que podem ser suscitadas para estas relações); a importância conferida aos contextos etnoarqueológicos como lócus para o entendimento da conformação assumida pela variabilidade artefactual em concomitância com processos de transmissão do conhecimento; o tímido crescimento de trabalhos comprometidos com os aportes da Arqueologia Evolutiva, buscando equacionar cronologia, mudança, continuidade, estilo, função e transmissão cultural.

Por fim, frente ao quadro detectado, é possível observar a carência de iniciativas dedicadas em discutir explicitamente variabilidade e transmissão cultural no âmbito dos dados gerados para a Tradição Tupiguarani. Isso por meio da adoção de um enfoque diacrônico, acompanhados de discussões do ponto de vista da Classificação e o refinamento de métodos que confirmam o protagonismo necessário ao registro arqueológico. Conforme discussão presente no Capítulo 4, tais aspirações encontram ressonância nos quadros da Arqueologia

Evolutiva, com suas pretensões em definir de modo claro as unidades teóricas e empíricas utilizadas nas pesquisas. O movimento leva inclusive ao redimensionamento da própria noção de Tradição Tupiguarani, conforme observado por Araujo (2001). Por ter sido descrita de forma extensiva, conformando grupos, assumem relevância para fins heurísticos, servindo simplesmente para a função de denominação. Nesse caso, as suposições de processos de transferência de conhecimento como responsáveis pela profundidade temporal e dispersão espacial das manifestações arqueológicas vinculadas ao termo não podem ser assumidas a priori. Pelo contrário, devem ser balizadas com a construção de classes adequadas para estes fins e refinadas com a utilização de métodos capazes de informar sobre a estrutura da transmissão, o que é compatível com os objetivos perseguidos pela Arqueologia Evolutiva. Trata-se, portanto, de proposta bastante atraente na tentativa de evidenciar as conexões que podem ser estabelecidas entre os contextos arqueológicos da Zona da Mata mineira e Região de Araruama, no Rio de Janeiro, que vem sendo perseguida no presente trabalho.

### **CAPÍTULO 3 – ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA**

No presente capítulo, as atenções serão dedicadas em apresentar o histórico das pesquisas arqueológicas conduzidas na Zona da Mata mineira e no Complexo Lagunar de Araruama. No movimento, buscaram-se salientar as instituições e profissionais envolvidos, os materiais evidenciados e os problemas investigados no âmbito dos trabalhos realizados. Trata-se, portanto, de um esforço voltado para a exposição do contexto regional onde os sítios arqueológicos abordados nesta pesquisa encontram-se inseridos. Nesse caso, particularmente sobre a Tradição Tupiguarani, ganham projeção no cenário as investidas de caráter sistemático conduzidas pela equipe do MAEA-UFJF, no interior, e pelo MN-UFRJ, no litoral, sob a liderança de Angela Buarque. Isso devido à quantidade de dados gerados, à qualidade das informações registradas e às hipóteses estabelecidas.

#### **3.1 Pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira**

As investidas arqueológicas na região da Zona da Mata mineira tiveram início com as ações empreendidas por amadores, curiosos e poucas expedições científicas que percorreram diferentes compartimentos do território, no contexto do século XIX. Para a microrregião de Juiz de Fora, existem notícias referentes à descoberta de vestígios arqueológicos durante a construção da “Estrada Nova Paraibuna”, sob coordenação do engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld (CORRÊA, 2009). As obras iniciaram-se em 1836 e consistiram em uma melhoria do antigo Caminho Novo<sup>19</sup>, que ligava o litoral à região das minas, passando pelas Matas mineiras (LESSA, 1985; CARVALHO, 2005). Em 1840, nas imediações do atual município de Juiz de Fora, Halfeld encontrou um arranjo que denominou de cemitério indígena, composto por urnas com a presença de ossos. Pela documentação produzida a respeito dos achados, percebe-se a recorrência de pinturas policromas, que são

---

<sup>19</sup> Até o início do século XVIII, a Coroa Portuguesa proibia o trânsito e povoamento da Zona da Mata mineira, denominada neste período de Zona Proibida do Império e Sertões do Leste. O motivo para a proibição encontra-se atrelado à política fiscal. Desse modo, “procurava-se manter a ligação da capitania do Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e do contrabando” (MERCADANTE, 1973, p. 20). De fato, havia o temor de que região servisse de entreposto clandestino do ouro, facilitando o contrabando. O quadro se altera em 1702, quando Garcia Rodrigues solicitou autorização ao rei português para construção de nova rota que promovesse a articulação entre o Rio de Janeiro e a região das Minas. O empreendimento foi consolidado em 1709, constituindo em 1720, na principal rota entre o Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais (LAMAS, 2005). Uma síntese mais detalhada sobre o contexto histórico regional pode ser encontrada em Loures Oliveira (2003a) e Mageste (2008b).

atribuídas na atualidade à Tradição Tupiguarani. Na época, o alemão chegou a manifestar seu interesse em estudar com maior profundidade o local, o que nunca se concretizou (CORRÊA, 2009).

Ainda no século XIX, pode-se mencionar a realização de trabalhos científicos na Pedra da Babilônia, situada no município de Goianá. Trata-se de um inselberg de gnaise, com duas concavidades. Em uma delas, foi encontrado um cemitério indígena, com corpos mumificados e acompanhamentos. As primeiras ações no local foram conduzidas por Basílio de Furtado, acompanhado por Diogo Velho e Rozendo Muniz. Na ocasião, convidado por Diogo Velho, Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, montou uma expedição para trabalhar na área. A equipe contou com a participação de personalidades da época, como o naturalista e dirigente da Comissão Geológica do Império, Charles Frederick Hartt, o botânico Auguste François Marie Glaziou e o fundador da Escola de Minas no Brasil, Claude Henri Gorceix. Em termos práticos, a campanha acarretou na produção de um relatório com informações detalhadas a respeito dos vestígios encontrados e sua inserção na paisagem, publicado em 1875. Além disso, a maior parte do conjunto foi enviada para o exterior, para serem analisados por outros pesquisadores e incorporados em suas coleções científicas. Permaneceram para o estudo no Brasil três indivíduos mumificados, que foram doados para o Museu Nacional (CORRÊA & COLOMBO, 2014; PORTO, 2015).

Quase no mesmo período, a região de Carangola foi devassada por estudiosos e amadores em busca de vestígios de sociedades passadas. Conforme se observa para as expedições que adentraram o Brasil na época, tratava-se de incursões regidas pela especulação científica e iluminista, principalmente por se dedicar ao estudo da natureza de uma forma racional (BARRETO, 1999-2000). Particularmente para as incursões que passaram por Carangola, Loures Oliveira (2008) observa que:

Fruto de campanhas incentivadas pela Coroa, tais expedições compostas muitas vezes por pesquisadores renomados e especialistas de diferentes áreas do saber, tinham por meta coletar o maior número possível de vestígios de populações pretéritas para documentação e estudos sobre os primeiros habitantes do Brasil (LOURES OLIVEIRA, 2008, p. 87).

A primeira investida no local foi documentada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1896, sendo conduzida pelo engenheiro Henri Louis Xavier Bernard. Ao chegar em Carangola, o engenheiro foi acompanhado por outras personalidades, tais como o Capitão Américo Bento Machado, Inocêncio Bessa, Camilo Gonçalves, Sebastião Marques Guimarães, Antônio Bernardo, Cândido Carlos da Silva, Joaquim Antonio e Francisco de

Carvalho Guimarães. No relato de viagem, é descrito que, partindo da Vila de São Francisco do Glória, passaram por uma mata densa, andando uma légua e meia de distância até chegarem ao cume de uma elevação. No local, se depararam com um cemitério indígena, composto por ossadas e crânios de aproximadamente 20 indivíduos, possivelmente referente ao século XVIII (CARELLI, 1978, 2008). Não foram oferecidas informações que tornem possível a delimitação precisa do local identificado. No entanto, é relevante destacar que a distância percorrida, bem como a descrição da área visitada, parece ser coincidente com as terras que integram hoje o distrito de Alvorada, em Carangola, onde estão situados os sítios Córrego do Maranhão e Fazenda Santa Cruz.

Para o século XX, existem notícias referentes à condução de escavações em Ponte Alta de Minas, atual distrito de Carangola. O trabalho foi coordenado em 1927 por Deusdedit Catta-Preta, renomado cientista local. Como resultado, foram evidenciados três corpos mumificados, embalados em cestos de bambu, sendo enviados posteriormente para o Museu do Índio no Rio de Janeiro. Pelo que consta, o local abordado é bem diferente de outro sítio fixado na área, o “Toca dos Puri”, caracterizado como um abrigo sob-rocha, encravado em um paredão de gnaiss a 890 m de altitude, com indivíduos mumificados envoltos em elementos têxteis. Neste último sítio, os corpos humanos e acompanhamentos funerários foram depositados na superfície da cavidade, sendo parcialmente protegidos devido ao desmoronamento de parte do teto, conformando um contexto bem diferente daquele evidenciado por Catta-Preta. Contudo, mesmo não tendo sido focado no estudo, é certo que a “Toca dos Puri” era bem conhecida por curiosos e aventureiros desde o século XIX, que atribuíam a autoria dos vestígios a grupos “Puri-Coroados”<sup>20</sup>, possivelmente falantes de língua Macro-Jê, que resistiram na região até a segunda década do século XX (CARELLI, 1978, 2008; LARA, 2008; LOURES OLIVEIRA 2008, 2012; PORTO, 2015).

A Zona da Mata mineira permaneceu incólume do ponto de vista arqueológico nas décadas subsequentes, não sendo incorporada nos estudos desenvolvidos por pesquisadores ligados ao PRONAPA (LOURES OLIVEIRA, 2003a). As notícias sobre o contexto arqueológico regional aparecem somente após o fim do Programa, na década de 1970, decorrente das investigações conduzidas por Ondemar Dias Junior. Formalmente ligado ao PRONAPA, Dias Junior expandiu as investigações no estado de Minas Gerais por meio do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), no âmbito do projeto “Paraíba Mineiro”. Nos trabalhos realizados, foram percorridas as regiões do entorno dos rios Muriaé e Carangola.

---

<sup>20</sup> Para um melhor detalhamento do contexto etno-histórico regional, vide as sínteses disponíveis nos trabalhos de Loures Oliveira (2003a, 2006b) e Mageste (2008a, 2008b)

Com as ações, o pesquisador identificou no local a Fase Mucuri, associada à Tradição Una. Logo abaixo, no estado do Rio de Janeiro, observou a prevalência de sítios da Fase Ipuca, relacionados, por sua vez, à Tradição Tupiguarani. A proximidade das áreas levou Dias Junior a conjecturar sobre uma ocupação permanente, sem exclusividade regional para cada fase. Por fim, hipotetizou sobre a ocorrência de contatos entre os autores das fases Mucuri e Ipuca, que estaria bem expressa na cerâmica (DIAS JUNIOR, 1975; DIAS JUNIOR & PANACHUK, 2008).

Na década de 1980, o contexto arqueológico local voltou a ser escrutinado, no bojo dos trabalhos conduzidos por Maria Beltrão e Tania Andrade Lima na Pedra da Babilônia, em Goianá. O estudo se concentrou em diferentes frentes, contando com a colaboração de diversos pesquisadores, que se esforçaram em discutir por meio dos achados aspectos como radiologia, morfologia, etnografia, parasitologia, entre outros. Nesse movimento, as ações aconteceram em dois níveis: análise dos indivíduos mumificados, depositados no Museu Nacional/UFRJ e intervenções de campo. O arranjo funerário foi datado em 600±80 BP. Sobre as múmias, constatou-se tratar de uma mulher de aproximadamente 25 anos, acompanhada de duas crianças recém-nascidas, que se preservaram devido às peculiaridades do microclima da caverna onde foram depositados. Os vestígios de tecelagem que acompanhavam os mortos foram analisados inicialmente por Berta Ribeiro, que reconheceu a similaridade com as técnicas empregadas por populações falantes de línguas Macro-Jê, tais como os Maxakali, que teriam historicamente habitado a Zona da Mata mineira. Em relação às intervenções arqueológicas, as escavações revelaram solos estéreis no tocante a indícios de presença humana, levando a evidenciação de fragmentos de rocha oriunda de descamação e decomposição da rocha matriz, além de ossos de animais típicos de cavernas (BELTRÃO & LIMA, 1986).

Na década de 1990, outras pesquisas de caráter pontual foram levadas a cabo na Zona da Mata mineira. Inicialmente, pode-se mencionar a ação de equipe do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, liderada por André Prous. Em 1993, juntamente com Alenice Baeta, Prous visitou Carangola, a fim de elaborar o diagnóstico do patrimônio arqueológico local, considerando o seu estado de conservação e sugerindo estratégias de ação. Na oportunidade, visitaram a Toca dos Puri de Ponte Alta de Minas e o sítio Córrego do Maranhão, denominado na época de sítio Tupiguarani de Alvorada. Os pesquisadores se atentaram para o potencial de pesquisas sistemáticas, porém, nenhuma investida mais efetiva foi levada a cabo (BAETA & PROUS, 2008 [1993]; PROUS, 2013).

Posteriormente, podem-se mencionar as intervenções de Lina Kneip e Filomena Crâncio no município de Leopoldina. As atividades aconteceram na Fazenda Vargem Linda, em sítio homônimo, no ano de 1997. Por ocasião de obras de terraplanagem, foi evidenciada uma expressiva quantidade de fragmentos cerâmicos, ligados à Tradição Tupiguarani. Após a coleta do material, foram abertas sondagens e trincheiras, principalmente nas bordas do trecho impactado. Na ocasião, privilegiou-se a camada situada entre 20 e 60 cm de profundidade, por conta das perturbações verificadas em superfície. Como resultado, as pesquisadoras reconheceram uma cabana de forma oval, com aproximadamente 24 m<sup>2</sup>, em parte com sedimento de coloração mais escura. Ao mesmo tempo, documentaram um total de 709 fragmentos cerâmicos, que possibilitaram a reconstituição de sete tipos de formas de vasilhames. Em relação aos tratamentos de superfície, verificou-se a presença do alisado, corrugado, pintado, entalhado, ungulado e dígito-ungulado. Ao observar as pinturas, as autoras chamaram a atenção para o fato de que “os motivos decorativos representando serpente em Vargem Linda ocorrem também, segundo informações verbais, nas cerâmicas de sítios localizados nas proximidades da cidade mineira de Juiz de Fora” (KNEIP & CRANCIO, 1999-2000, p. 95).

Quase na mesma época, começou a ser desenvolvido na Zona da Mata mineira o “Programa Arqueológico Puri e Coroado”, sob a coordenação de Vladimir Luft. O interesse principal enunciado foi o estudo de grupos indígenas Puri e Coroado, a partir da confrontação de fontes orais, históricas e arqueológicas (LUFT ET AL, 1997). Nesse esforço, as referências sobre possíveis áreas de ocupação oferecidas pelo mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju e relatos de viajantes naturalistas, constituíram o ponto de partida inicial. Porém, em termos práticos, as ações concentram-se no município de Visconde do Rio Branco, especificamente na Serra da Piedade, com a escavação efetiva de dois sítios, o da Galhada e o Toca dos Anões, onde foram evidenciados conjuntos cerâmicos pequenos em termos quantitativos, relacionados com a Tradição Una. Apesar do interesse expresso em consolidar um projeto de caráter contínuo, as investigações não perduraram para além das intervenções nos sítios mencionados. Desse modo, os procedimentos adotados, bem como os resultados alcançados, aparecem sistematizados na tese de doutoramento do referido autor (LUFT, 2000).

A década de 2000 é marcada pelo início das atividades do “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”, conduzidas na época pelo recém-criado

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora<sup>21</sup>. A proposta teve início no ano de 2000, com o estabelecimento de convênios com prefeituras locais, que ofereceram a infraestrutura para os trabalhos. Adicionalmente a essa parceria, contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação do Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e das Pró-Reitorias de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROEX-UFJF e PROPESQ-UFJF). No que se refere à sua constituição, assentou-se sob a bandeira da interdisciplinaridade, visando o desenvolvimento da Arqueologia em um diálogo contínuo com outros campos do saber, como a Antropologia, Etno-história, História, Geografia, Biologia, só para citar alguns exemplos. (LOURES OLIVEIRA & MONTEIRO OLIVEIRA, 2001; REIS SILVA, 2006).

Na prática, sob a coordenação de Loures Oliveira, a equipe do MAEA-UFJF, geralmente, concentrava suas atenções em um determinado compartimento ambiental por cerca de dois anos, quando eram realizadas pesquisas intensivas. Para além das intervenções arqueológicas, desenvolviam concomitantemente ações de educação patrimonial, no escopo do projeto “Compartilhando Experiências: Educação Patrimonial e Socialização do Saber”, financiado pela PROEX-UFJF e FAPEMIG (LOURES OLIVEIRA & MONTEIRO OLIVEIRA, 2001). Da forma como foi articulado, as informações apreendidas no trabalho com o público retroalimentavam os estudos arqueológicos, com a emergência de notícias referentes à localização de sítios já conhecidos pela população. Ao final do período estipulado, era realizado um simpósio regional, no município sede dos estudos, acarretando na publicação de um livro<sup>22</sup>.

Em termos práticos, a convergência dessas ações culminou na elaboração dos arcabouços contextuais utilizados na interpretação dos sítios arqueológicos pesquisados.

---

<sup>21</sup> A origem do MAEA-UFJF remete-se ao ano de 1986, quando o pesquisador austríaco Franz Joseph Hochleitner, vinculado ao Departamento de História/UFJF, efetuou doação para a UFJF de acervo arqueológico oriundo de suas pesquisas sobre a Mesoamérica, culminando na criação do Setor de Arqueoastronomia, sob sua coordenação. Em 1992, o foco das pesquisas expandiu-se, com a incorporação de acervo etnográfico referente ao grupo Maxakali, habitantes do norte de Minas, por Neli Ferreira Nascimento, professora do Departamento de Ciências Sociais/UFJF. A partir desse momento, passou a ser denominado de Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana (SAEA-UFJF). Em 1999, a coordenação do espaço é assumida por Ana Paula de Paula Loures Oliveira, que direcionou o foco das investigações para a Arqueologia Brasileira e Etnologia Indígena. A nomenclatura é finalmente reformulada para aquela que se mantém até hoje (LOURES OLIVEIRA, 2003b).

<sup>22</sup> O Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais aconteceu no ano de 2004, no município de São João Nepomuceno; em 2006, na cidade de Juiz de Fora; e em 2008, em Carangola; sempre acompanhado pelo lançamento de livro com artigos versando sobre as pesquisas desenvolvidas, contando com a colaboração de outros pesquisadores. No ano de 2010, após a saída de Loures Oliveira da coordenação do MAEA-UFJF para integrar o Departamento de Museologia da UFOP, o evento aconteceu em Ouro Preto. Vale salientar que nas edições de 2008 e 2010, os encontros foram articulados com o Núcleo Regional da SAB SUDESTE, composto pela primeira vez no simpósio de Carangola.

Inicialmente, a equipe se concentrou em sistematizar as fontes documentais existentes, com vistas a oferecer um panorama do quadro histórico e etno-histórico regional. Assim, foram analisados os documentos e narrativas produzidos pelos viajantes naturalistas que percorreram a área nos séculos XVIII, XIX e XX, bem como a documentação produzida pela administração colonial e imperial e as fontes secundárias produzidas por historiadores e linguistas, que discutiram as origens dos grupos indígenas que habitaram o território em questão (LOURES OLIVEIRA, 2003a; LOURES OLIVEIRA, 2006b).

Com o exercício, observou-se que a maior parte das explicações históricas condicionava o início da colonização da Zona da Mata mineira à abertura do Caminho Novo por Garcia Paes Lemes, no início do século XVIII (cf. MERCADANTE, 1973; CASTRO, 1987; JOSÉ, 1965). Durante a devassa do território para a consolidação do empreendimento, aconteceram os primeiros contatos com os índios que habitavam a região – Puri, Coroado e Coropó – denominados genericamente de Tapuia (LOURES OLIVEIRA, 2006b, 2012; MAGESTE, 2008a, 2008b), associados no âmbito da Arqueologia aos vestígios materiais enquadrados na Tradição Una (LUFT, 2000).

Contudo, o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas pelo MAEA-UFJF adicionou certa complexidade a esse contexto de ocupação, com a identificação exclusiva de assentamentos relacionados à Tradição Tupiguarani, possivelmente conectados a grupos Tupi. Os primeiros movimentos nessa direção sustentaram-se em comparações iniciais da cerâmica coletada na Zona da Mata mineira com aquela estudada por Angela Buarque, no Rio de Janeiro, provenientes de ocupações de sociedades ancestrais dos Tupinambá, no período pré-colonial e, propriamente, Tupinambá, no período histórico (MAGESTE, 2008a; 2008b). Para avaliação dessa hipótese, foram examinados detidamente os relatos produzidos pelos autores quinhentistas e seiscentistas que fazem menção aos indígenas que habitavam a costa na época dos primeiros contatos. A finalidade era averiguar se havia referências sobre o modo de vida das populações nativas nos denominados Sertões do Leste, oferecendo condições para sustentar as hipóteses suscitadas a partir dos dados até então disponíveis.

No exercício, detectaram-se informações como aquelas apresentadas, por exemplo, pelo padre Anchieta ([1554-1594] 1933), que no século XVI escreveu sobre as sociedades Tupinambá que povoaram a região do Rio de Janeiro e realizavam contatos frequentes com outras fixadas entre 2 a 50 léguas para o interior, ou seja, entre 13 a 300 km, em área que corresponderia à localização da Zona da Mata mineira (MAGESTE, 2008). Já Vieira ([1608-1697] 1928) mencionou grupos locais Tupinambá situados nos sertões, muito longe da costa. Ou seja, não era, portanto, improvável que interações entre populações Tupinambá situadas

no litoral e no interior fossem constantes também na pré-história, de modo que similaridades verificadas no cultural material poderiam ser fruto de processos de transmissão cultural, conforme defendido na presente tese.

Em termos de tipologia e configuração, os sítios identificados pela equipe do MAEA-UFJF (Tabela 01 e Fig. 10), estão em sua maioria, localizados em topos de colinas, com altitudes entre 200 e 700 m, declividades variáveis, classificados como assentamentos a céu aberto colinares, lito-cerâmicos e unicomponenciais. Suas semelhanças são percebidas também na fixação em relação à rede hidrográfica, com declividades mais suaves voltadas para cursos d'água navegáveis, e na cultura material, que pode ser relacionada à Tradição Tupiguarani. Os vestígios foram encontrados, na maior parte das vezes, a pouca profundidade (de 20 a 30 cm) e com estratigrafia perturbada pela intensiva ação antrópica (LOURES OLIVEIRA, 2006a, 2006c).

No tocante à cronologia, as datações absolutas disponíveis indicam a presença desses ceramistas por uma amplitude temporal que vai de 1750±200 (para o sítio Córrego do Maranhão, situado em Carangola) a 230±40 AP (para o sítio Teixeira Lopes, localizado em Juiz de Fora) (LOURES OLIVEIRA, 2006a, 2006c; MAGESTE, 2012). Dos sítios identificados, seis foram efetivamente escavados e tiveram seus dados sistematizados, que serão apresentados pormenorizadamente no Capítulo 5. São eles: Emílio Barão e Teixeira Lopes, situados no município de Juiz de Fora; Primavera e Poca, na cidade de São João Nepomuceno; Mata dos Bentes, no município de Rio Novo; e, por fim, Córrego do Maranhão, no município de Carangola<sup>23</sup>.

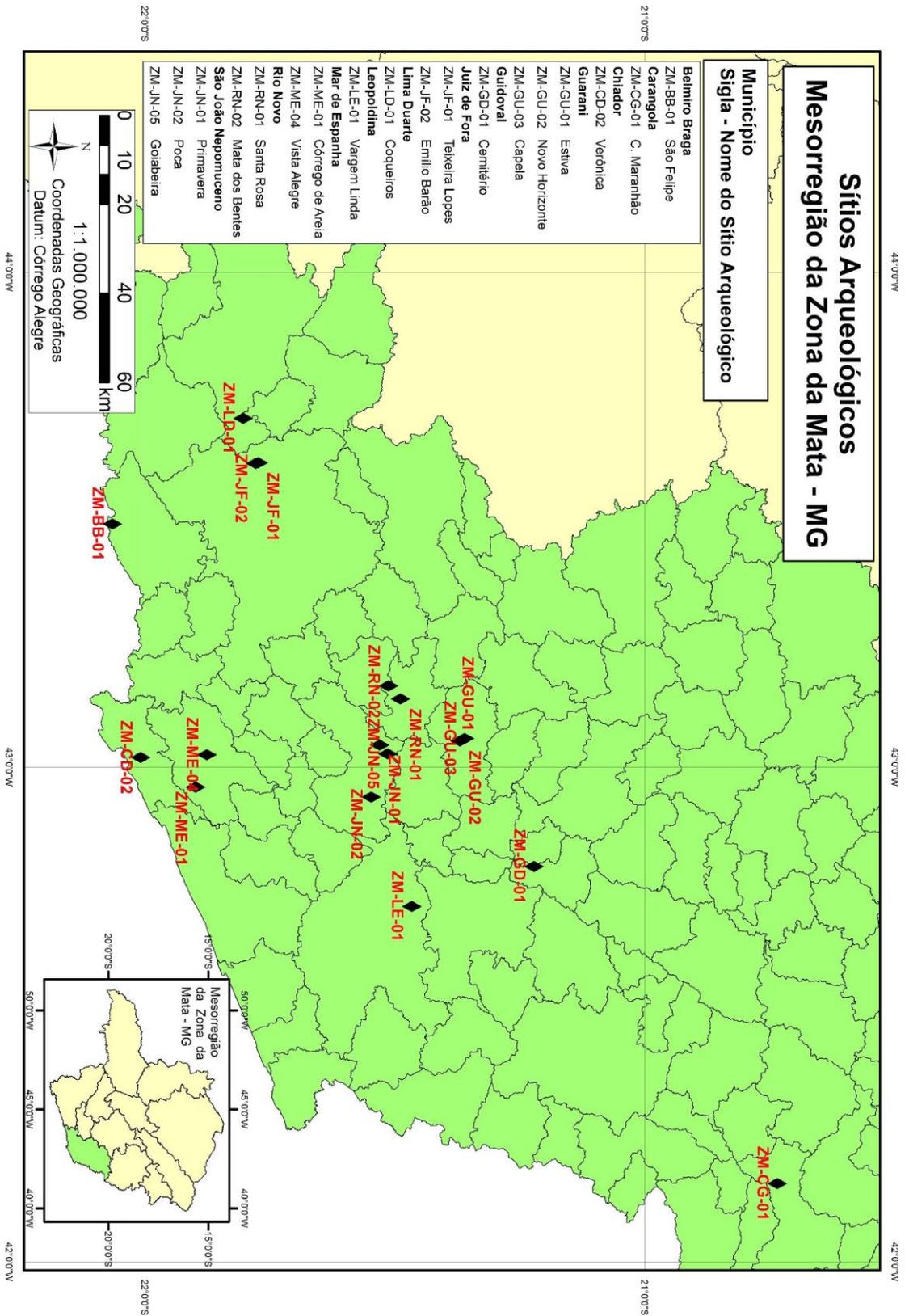
---

<sup>23</sup> Cabe destacar que foi escavado também, no município de Rio Novo, o sítio Santa Rosa (JF-RN-01). Contudo, após o encerramento das escavações, por problemas de ordem administrativa, o material tornou-se inacessível para os pesquisadores, encontrando-se atualmente na Fundação Chico Boticário.

Sítio	Município	Localização (UTM)	Altitude	Idade/ Amplitude temporal (AP)
Santa Rosa ZM-RN-01	Rio Novo	23K W=693099m S=7622591m	481 m	340 ± 140 (TL) 800±90 (TL)
Mata dos Bentes ZM-RN-02	Rio Novo	23K W=690224m S=7620010m	440 m	380±110 (TL) 1300±100 (TL)
Primavera ZM-JN-01	São João Nepomuceno	23K W=702618m S=7617899m	590 m	540±140 (TL) 800±350 (TL)
Poca ZM-JN-02	São João Nepomuceno	23K W=713452m S=7615863m	493 m	595±70 (TL) 920±280 (TL)
Goiabeira ZM-JN-05	São João Nepomuceno	23K W=704452m S=7619650m	415 m	-
Teixeira Lopes ZM-JF-01	Juiz de Fora	23K W=643259m S=7591633m	678 m	225±25(TL) 585±60 (TL)
Emílio Barão ZM-JF-02	Juiz de Fora	23K W=643391m S=7591053m	691 m	230±40 (C14) 590±60 (TL)
C. Maranhão ZM-CG-01	Carangola	23K W=796001m S=7704594m	780 m	350±50 (C14) 1750±200 (TL)
C. de Areia ZM-ME-01	Mar de Espanha	23K W=710869m S=7576992m	366 m	920±100 (TL)
Vista Alegre ZM-ME-04	Mar de Espanha	23K W=704130m S=7579562m	482 m	
Verônica ZM-CD-02	Chiador	23K W=704513m S=7564914m	270 m	-
Coqueiros ZM-LD-01	Lima Duarte	23K W=633980m S=7588374m	720 m	630±80 (TL) e 485±50 (TL)
Estiva ZM-GU-01	Guarani	23K W=701957m S=7635715m	490 m	485±50
Novo Horizonte ZM-GU-02	Guarani	23K W=701957m S=7635717m	488 m	-
Capela ZM-GU-03	Guarani	23K W=701470m S=7636695m	430 m	-
Cemitério ZM-GD-01	Guidoval	23K W=728484m S=7651729m	295 m	-
São Felipe ZM-BB-01	Belmiro Braga	23K W=655736m S=7559199m	480 m	-
Vargem Linda <sup>24</sup> ZM-LE-01	Leopoldina	23K W=0736510m S=7624540m	259 m	-

**Tabela 01:** Sítios pesquisados pelo MAEA-UFJF, na Zona da Mata mineira.

<sup>24</sup> Sítio registrado pela Prof.<sup>a</sup> Lina Kneip, na década de 1990.



**Fig. 10:** Sítios arqueológicos pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF.

As informações geradas nos trabalhos desenvolvidos alimentaram diversas pesquisas de mestrado conduzidas por ex-bolistas e pesquisadores do MAEA-UFJF, que se

concentraram em questões específicas delineadas no âmbito do projeto de Mapeamento. Nesse caso, podem-se mencionar os estudos de Loures-Oliveira (2007) que, sob o referencial da Arqueologia da Paisagem, refletiu sobre a implantação dos sítios arqueológicos no meio físico; o estudo de Corrêa (2009), dedicado em problematizar os contextos arqueológicos da microrregião de Juiz de Fora; as investidas realizadas por meio do enfoque da Arqueologia Evolutiva, visando à cerâmica oriunda do conjunto de sítios escavados (MAGESTE, 2012); as investigações de Porto (2015) sobre os vestígios de tecelagem identificados na Pedra da Babilônia em Rio Novo e Toca dos Puri em Ponte Alta de Minas; e, por fim, o mestrado em desenvolvimento de Rocha (2015), que tem discutido a relação entre público e patrimônio arqueológico, usando como pano de fundo o município de Carangola<sup>25</sup>.

Para além das pesquisas acadêmicas, a Zona da Mata mineira foi cenário de realização de trabalhos relacionados com a Arqueologia Preventiva. Porém, os dados oriundos dessas ações ainda são de difícil acesso, já que, na maioria dos casos, não geram publicações, permanecendo restritas aos relatórios técnicos submetidos ao IPHAN. Para todos os efeitos, na área de interesse da presente pesquisa, vale frisar os estudos realizados no âmbito do empreendimento Mineroduto Minas-Rio, de responsabilidade da empresa Anglo American, que levou à identificação do sítio arqueológico Fazenda Santa Cruz, situado em fazenda homônima, a menos de 300 m do sítio Córrego do Maranhão. Implantando no topo de uma colina com 768 m de altitude, está situado a cerca de 400m do córrego do Maranhão (marco natural), tributário do rio Carangola e apresenta vestígios cerâmicos em superfície, sobrepostos a uma plantação de café (SCIENTIA, 2011). No momento, está tramitando no IPHAN projeto de pesquisa visando a autorização para realização de pesquisas no local, sob nossa coordenação, em parceria com a equipe do MAEA-UFJF e apoio institucional da UNIVASF.

### **3.2 Pesquisas arqueológicas no Complexo Lagunar de Araruama**

O contexto arqueológico da Região dos Lagos tem chamado a atenção de diferentes pesquisadores desde a década de 1950, particularmente os complexos lagunares de Araruama e Saquarema (BELTRÃO, 1978). Ao longo das décadas, os estudos aconteceram de forma

---

<sup>25</sup> Atualmente, o MAEA-UFJF encontra-se sob a coordenação do Prof. Dr. César Henrique Barra Rocha, pesquisador vinculado ao Departamento de Transportes da UFJF. Situado no centro de Juiz de Fora, em casarão histórico datado do final do século XIX, entre 2014 e 2016, o prédio foi interditado pela Defesa Civil, devido aos riscos iminentes de desabamento, de modo que o acervo se tornou inacessível. Mais recentemente, mediado pelo Ministério Público Federal e IPHAN, a UFJF transferiu a instituição para estrutura mais adequada. No momento, encontra-se em fase de organização. Para maiores informações, vide o site <<http://www.maea.ufjf.br>>.

descontínua, realizada por arqueólogos vinculados a instituições diversas. Com as atividades, foram identificados 135 sítios, classificados da seguinte maneira: 86 são associados a grupos sambaqueiros; nove à Tradição Una; e 40 à Tradição Tupiguarani. Esse quadro já revela de antemão a complexidade da ocupação pré-colonial regional (GASPAR ET AL, 2004; GUIMARÃES, 2007).

Particularmente em relação à Araruama, as primeiras investidas arqueológicas datam da década de 1960, com a descoberta de assentamentos relacionados à Tradição Tupiguarani. De modo geral, as ações conduzidas aconteceram no âmbito de duas instituições: o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) e o Instituto Superior de Cultura Brasileira (ISCB), que se empenharam na identificação de assentamentos e estabelecimento de tradições e fases (BELTRÃO, 1978; GUIMARÃES, 2007). No contexto, foi verificada a existência de três tradições para o estado do Rio de Janeiro – Una, Tupiguarani e Neobrasileira –, com fases específicas para o estado do Rio de Janeiro e, particularmente, para a Região dos Lagos (DIAS JUNIOR & CARVALHO, 1980; DIAS JUNIOR & PANACHUK, 2008).

A Tradição Una encontra-se representada pelos vestígios de grupos que teriam entrado no Rio de Janeiro por volta de 550 AD, conformando a Fase Mucuri, situada principalmente na parte norte do estado, no baixo e médio rio Paraíba e região serrana. Enquanto a Fase Mucuri aparece nas regiões serranas, a Fase Una seria bem representada no litoral. A diferença entre as duas seria que, na primeira, os enterramentos acontecem em urnas, com presença de acompanhamento funerário, enquanto na segunda, os mortos são depositados diretamente no solo (DIAS JUNIOR & CARVALHO, 1980; OLIVEIRA, 2004; GUIMARÃES, 2007). Na opinião de Guimarães (2007), de acordo com o esquema consolidado na época, a Fase Una foi relacionada ao deslocamento de populações vinculadas à Fase Mucuri para o litoral, possivelmente atraídas pela disponibilidade de recursos.

Para Dias Junior (1967, 1969a 1969b), a presença de portadores da Tradição Tupiguarani é representada no estado do Rio de Janeiro pela existência de cinco fases: Guaratiba, Sernambitiba, Itabapoana, Itaocara e Ipuca. Para a área de interesse, é detectada a fase Guaratiba, cujas datações variam entre 1.650 a 800 AP, caracterizada por ocupações de terrenos baixos, situados na orla dos rios que desaguam nas baías da Guanabara e de Sepetiba. Posteriormente, acontece o predomínio da fase Sernambitiba, distribuída de forma mais extensa e com manifestações mais intensas no estado do Rio de Janeiro. Além de dominar parte da área tradicionalmente associada à Fase Guaratiba, também incorpora sítios localizados em terrenos arenosos, terrenos de praias de mar aberto e sistemas lagunares, meia encostas e morros de meia laranja. É a fase com maior expressão na Região dos Lagos,

incluindo os sítios pesquisados por Angela Buarque. Na época, estabeleceu-se fase com datação situada em  $1.150 \pm 100$  AP, definida pelo predomínio da pintura sobre o corrugado, sepultamentos em urnas e sítios com dimensões superiores a  $3.000 \text{ m}^2$  (DIAS JUNIOR, 1967; DIAS JUNIOR & PANACHUCK, 2008).

Sobre as demais fases citadas, a Itabapoana foi datada em 1.600 AP, sendo localizada nas imediações da Lagoa Feia, nas margens do rio Itapaboana, em terrenos de antigas florestas e mares de morros e nas proximidades com a divisa do Espírito Santo. Já a Fase Itaocara, localizada cronologicamente entre 1.400 e 1.500 AD, seria específica de sítios de interior, geralmente localizados em colinas, nas proximidades do médio curso do rio Paraíba, entre o município de Três Rios (quase divisa com Juiz de Fora, em Minas Gerais) e Itaocara (DIAS JUNIOR, 1969a e 1969b). Por fim, Dias Junior (1969a) identificou a fase Ipuca, temporalmente distribuída entre 1.200 e 1.400 AD e, desde São Fidélis, chegando inclusive em Minas Gerais, na bacia do rio Muriaé.

No tocante à Tradição Neobrasileira, considerou-se sua formação por meio de duas fases, a Calundu e Parati (SIMÕES, 1972). Cronologicamente, encontram-se inseridas no contexto do século XVII. Os elementos principais da cerâmica relacionada com esta tradição seria a mistura de tecnologia indígena com elementos europeus, como asas e alças, geralmente, associados a artefatos de origem europeia. A diferença mais relevante entre as fases, seria que, na Calundu, é possível verificar aumento da diversidade de formas, acompanhada por acabamentos de superfície mais simples e uniformes e a menor quantidade de objetos europeus (DIAS JUNIOR, 1971; 1988). Dias Junior (1975) situou a fronteira entre as fases no Rio de Janeiro com a fase Calundu, espalhando-se para o norte e Parati, ao sul.

Mais tarde, na década de 1970, foi realizada uma intervenção pontual, dedicada à análise do sítio Três Vendas (KNEIP, 1978, 1983). Localizado em Araruama, encontrava-se parcialmente destruído por atividades agrícolas. Frente a este cenário, Kneip montou uma equipe interdisciplinar, com base no Museu Nacional/UFRJ e colaboração de pesquisadores do então Museu Paulista da Universidade de São Paulo, iniciando os trabalhos de campo em 1977. As atividades consistiram fundamentalmente em prospecções sistemáticas e escavações por superfícies amplas, permitindo a evidência de fragmentos cerâmicos relacionados à Tradição Tupiguarani e Neobrasileira. Para a autora, o quadro informa sobre a sobreposição de uma aldeia pré-histórica e histórica. As datações obtidas para o sítio por meio de carvões –  $220 \pm 125$  e  $185 \pm 120$  BP enquadram o sítio no período histórico. Contudo, aparentemente não fazem referência ao contexto pré-colonial, que apresenta uma configuração espacial diferente

daquela documentada nas fontes quinhentistas e seiscentistas, bem como os aldeamentos religiosos dos séculos XIX e XX (KNEIP, 1983).

No final da década de 1970, deve-se mencionar a execução do projeto “O Aproveitamento Ambiental das Populações Pré-Históricas no Rio de Janeiro”, realizado pela equipe do Museu Nacional/UFRJ, inicialmente sob a coordenação de Osvaldo Heredia. O objetivo principal perseguido com a proposta foi o de investigar o modo de vida de populações de pescadores-coletores que ocuparam o litoral do Estado do Rio de Janeiro. Com o decorrer das pesquisas, diversos subprojetos foram conduzidos pelos colaboradores envolvidos no projeto, aprofundando das questões levantadas com o desenvolvimento dos trabalhos (vide os estudos de GUIMARÃES, 1999; 2001; 2007; CEZAR, 1999; FRANCO, 1992; GASPAR, 1991; SCHEEL-YBERT, 1998; TENÓRIO, 1991, 2003; OLIVEIRA, 2004; BUARQUE, 2009a, só para citar alguns exemplos).

De acordo com Gaspar et al (2004), o pressuposto que norteou os trabalhos foi a adoção do trinômio “homem-ferramenta-ambiente”, pautado principalmente na identificação de diferentes unidades culturais. Desse modo, foi escavada uma grande quantidade de sítios, que seguiram explicitamente a metodologia desenvolvida por Willey & Phillips (1958). Ao focar os sambaquis, Heredia tentou comprovar a hipótese de que as ocupações sambaqueiras eram de caráter sazonal, com os grupos se dirigindo para o interior em determinadas épocas com o intuito de explorar ambientes mais diversificados. Apesar de não terem sido gerados dados que confirmassem essa situação, foram produzidas arqueografias detalhadas dos sítios, buscando refletir sobre a sua implantação na paisagem, levando em consideração as estratégias de subsistência. Ao mesmo tempo, buscou-se definir tipologias para o material encontrado nos sambaquis que se desvencilhasse do modelo classificatório desenvolvido pelo PRONAPA, marcado por fases e tradições.

Na segunda fase do projeto, realizada entre 1982 e 1984, a Região dos Lagos foi incorporada no escopo dos trabalhos conduzidos. A ênfase continuou sendo nos sambaquis, com prospecções sistemáticas sendo realizadas no Canal de Itajuru, que liga a Lagoa de Araruama ao mar e em Armação dos Búzios. Nesse contexto, os sítios ceramistas, em geral implantados em áreas sob o impacto direto da urbanização, atividades agrícolas e extração de areia, acabaram sendo considerados destruídos e com potencial informativo reduzido (GASPAR ET AL, 2004; BUARQUE, 2009a). As ações estenderam-se por toda a década de 1980, com a execução de investidas coordenadas por Maria Dulce Gaspar, no Canal de Itajuru e Maria Cristina Tenório, em Armação de Búzios e Ilha Grande. Com o falecimento de Heredia em 1989, Gaspar assumiu formalmente a coordenação do projeto. Digno de nota

observar que neste período foram incorporadas nas pesquisas a preocupação com a identidade e organização social dos grupos sambaquieiros e o processo de interação com sociedades relacionadas às tradições Una e Tupiguarani (GASPAR ET AL, 2004).

Em 1993, um desdobramento das pesquisas que já vinham sendo conduzidas foi o projeto “Soberanos da Costa”, coordenado por Maria Dulce Gaspar e também executado pela equipe do Museu Nacional/ UFRJ. O foco da proposta permaneceu sobre os grupos sambaquieiros. Contudo, as denúncias constantes de destruição de sítios arqueológicos relacionados a grupos ceramistas, bem como a percepção de sua importância no quadro arqueológico regional, levou à inclusão de tais contextos nas análises desenvolvidas, particularizadas por meio de subprojetos (TENÓRIO, 1999). Duas iniciativas desenvolvidas por colaboradores dos projetos citados devem ser destacadas: a conduzida por Jeane Cordeiro Oliveira, em Cabo Frio, enfocando a Tradição Uma; e a de Angela Buarque, sobre a presença Tupinambá em Araruama (OLIVEIRA, 2004; BUARQUE, 2009a).

Em pesquisa de mestrado, Oliveira (2004) concentrou-se sobre o sítio Grande do Una, situado em Cabo Frio. O interesse com a pesquisa foi o de compreender o contexto de relações interétnicas estabelecidas entre os ceramistas e os sambaquieiros e elaborar uma narrativa histórica enfocando os portadores dessa tradição. Foram delimitadas quatro áreas para escavação, que levou à evidência de um material relativamente simples, sem decoração, com espessura e tipo de pasta variáveis, desde fragmentos pouco espessos, com areia fina e cor enegrecida, até fragmentos mais grossos, com areia de maior granulometria e com cor laranja avermelhada. Os trabalhos de campo revelaram ainda três pesos de rede, além de artefatos líticos lascados e polidos. Cronologicamente, o sítio foi inserido em  $920\pm 60$  BP e  $170\pm 90$  BP, por meio de carvões datados por C14. O conjunto de dados trabalhos permitiu que a autora confirmasse a ligação entre a Tradição Una e grupos Goitacá que habitaram a região em período histórico (OLIVEIRA, 2004; GASPAR ET AL, 2004).

Por sua vez, Angela Buarque concentrou-se no estudo de sítios relacionados à Tradição Tupiguarani, localizados no município de Araruama. Na ramificação, o objetivo passou a ser o de compreender aspectos como estrutura funcional, a disposição espacial, a relação com o meio ambiente e os processos de migração empreendidos por essas sociedades ceramistas (GASPAR ET AL, 2004; GUIMARÃES, 2007; BUARQUE, 2009a). Nos trabalhos conduzidos, a pesquisadora percebeu a recorrência entre a distribuição dos sítios arqueológicos e a localização de aldeias Tupinambá apresentadas pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essas similaridades mostraram-se mais evidentes perante à morfologia cerâmica e os acabamentos plásticos de superfície e pintura, que também se

apresentaram congruentes com ilustrações presentes na documentação iconográfica. Por fim, a descoberta das primeiras estruturas funerárias, idênticas àquelas escritas pelos autores dos séculos XV e XVI permitiu inferir a respeito de uma ocupação Tupinambá na região (BUARQUE, 1999, 2002, 2009a, 2009b, 2010, 2011).

Com o aprofundamento das pesquisas, acompanhada pelas análises da cultura material, das estruturas funerárias e da cronologia, Buarque defendeu a continuidade entre os grupos, que ultrapassou uma faixa superior a 2.000 anos. A constatação levou à elaboração de hipótese aprofundada em sua tese de doutoramento: a de que as sociedades que habitaram no passado o Complexo Lagunar de Araruama pertenceram a uma unidade sociocultural, composta por ancestrais dos Tupinambá, em período pré-colonial, e Tupinambá propriamente dito, no período histórico. No contexto, a mudança é identificada mais claramente no período final de ocupação Tupinambá na região, frente a pressões instauradas pelos colonizadores e incursões de outros grupos indígenas na região (GASPAR ET AL, 2004, SCHEEL-YBERT EL AL 2008; BUARQUE, 2009a, 2009b, 2010, 2011).

Em termos práticos, tais suposições basearam-se nos dados obtidos com as escavações iniciadas em 1993, com atividades mais intensivas em sete sítios arqueológicos (Fig.11), situados no município de Araruama, que serão enfocados com maiores detalhes no Capítulo 5: Morro Grande, Serrano, Bananeiras, São José, Condomínio Jardim Bela Vista, Barba Couto e Santo Agostinho<sup>26</sup>. Trata-se de assentamentos localizados próximos à Lagoa de Araruama, em área de vegetação de restinga, não muito distante do litoral, em altitudes que variam entre 20 e 40 m. Geralmente, aparecem nos sopés das colinas, em um raio de 600 m das lagoas de Saquarema e Jacone, em posição limítrofe com as formações rochosas que estabelecem fronteira com a planície costeira. O pacote arqueológico pode ser evidenciado desde a superfície até a profundidade máxima de 60 cm, com maiores concentrações de vestígios entre 10 e 30 cm. A exceção foi a evidenciação de algumas urnas, perceptíveis a partir dos 50 cm, podendo atingir até 1,30 m de profundidade, como no caso do sítio São José (BUARQUE, A. comunicação pessoal, 2014). No caso, chamou a atenção datações muito antigas reveladas para o sítio Morro Grande, com idades de  $2920 \pm 70$  BP até  $315 \pm 50$  BP.

---

<sup>26</sup> No âmbito das pesquisas do Museu Nacional/UFRJ na região, foi identificado cerca de 20 assentamentos vinculados à Tradição Tupiguarani. No momento, a maioria encontra-se em franco processo de destruição devido à crescente urbanização e a extração ilegal de areia (BUARQUE, A. comunicação pessoal, 2014).

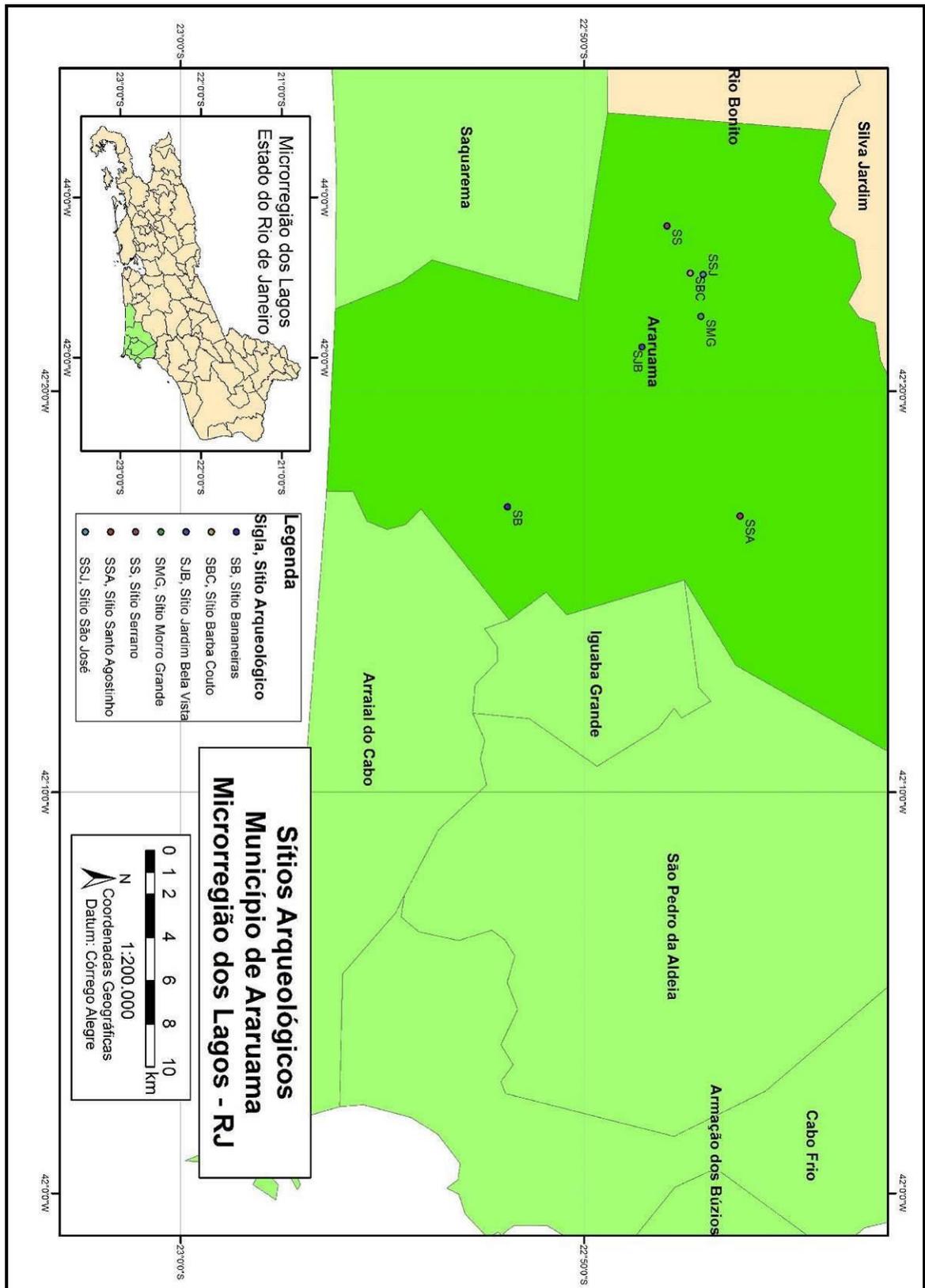


Fig. 11: Sítios pesquisados na região de Araruama/RJ.

Adicionalmente, com os trabalhos efetuados, foi possível recuperar estruturas funerárias e de combustão, bem como vasilhames inteiros, que possibilitaram interpretações

referentes aos aspectos da vida social e cerimonial dos grupos. Devido à carência de financiamento, aliado às ações destrutivas perpetradas por empresas de extração de areia, que provocaram a destruição de diversos sítios, somente três áreas contam com datações absolutas: Morro Grande, Bananeiras e São José. Por meio das características observadas na cultura material, é possível afirmar com segurança que os lugares se encontravam habitados no século XVI. Porém, não é desconsiderada a possibilidade de os locais terem sido ocupados muito antes dos contatos, o que será efetivamente averiguado na presente tese. Finalmente, Buarque mostrou-se cautelosa em corroborar a inserção dos assentamentos no contexto do século XVII, devido à inexistência de fontes históricas que explicitem uma presença Tupinambá na região neste período.

### **3.3 Considerações sobre o capítulo**

Neste capítulo, buscou-se apresentar o histórico dos estudos arqueológicos conduzidos nas regiões da Zona da Mata mineira e a Região dos Lagos, destacando a atuação de diferentes profissionais ao longo do tempo, os tipos de achados realizados, bem como os problemas de pesquisa que vem sendo discutidos.

Em síntese, para a Zona da Mata mineira, existem referências que apontam para a ocorrência de investidas pontuais desde o século XIX, responsáveis pela evidenciação de vestígios que podem ser atrelados atualmente às tradições Tupiguarani e Una, com abrangência nas microrregiões de Juiz de Fora e Muriaé. Apesar da relevância destas investidas para a caracterização do quadro arqueológico regional, careceram de caráter sistemático, não gerando reflexões que articulassem o compartimento focado em questões mais amplas envolvendo a dinâmica da ocupação indígena. Esta realidade começou a ser alterada com o “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”, a partir do ano 2000, que possibilitou a identificação de mais de 20 sítios arqueológicos, com intervenções sistemáticas em estudos da cultura material em pelos menos seis assentamentos: os sítios Emílio Barão e Teixeira Lopes, em Juiz de Fora; o Primavera e Poca, em São João Nepomuceno; o Mata dos Bentes, em Rio Novo; e Córrego do Maranhão, em Carangola.

Um quadro similar pode ser detectado para a Região dos Lagos, que foi devassada por pesquisadores vinculados a diferentes instituições ao longo do tempo, permitindo a descoberta de contextos associados a grupos sambaquieiros, portadores das tradições Una, Tupiguarani e Neobrasileira. Particularmente, para o Complexo Lagunar de Araruama, as ações mais incisivas começam a ser levadas a cabo no âmbito do projeto “O Aproveitamento Ambiental

das Populações Pré-Históricas no Rio de Janeiro”, realizado pela equipe do MN-UFRJ, desenvolvido desde a década de 1970, dedicado, inicialmente, ao estudo de sítios relacionados com populações de pescadores-coletores. Em 1993, as pesquisas se desdobraram no projeto “Soberanos da Costa” que, apesar de manter o foco sobre os assentamentos sambaquieiros, incorporou os locais associados com a ocupação de ceramistas Tupiguarani, sob a liderança de Angela Buarque. No decorrer das atividades, mais de 20 sítios arqueológicos foram diagnosticados na região, com a execução de ações sistemáticas em pelo menos seis, todos situados no município de Araruama e vinculados a grupos Tupinambá e seus ancestrais. São eles: Morro Grande, Barba Couto, São José, Bananeiras, Jardim Bela Vista e Serrano.

De modo geral, os estudos efetuados em ambas as regiões ampliaram as expectativas temporais para a presença dos ceramistas Tupiguarani no Sudeste Brasileiro. Para a Zona da Mata mineira, as idades absolutas obtidas, distribuídas entre  $1750 \pm 200$  AP (sítio Córrego do Maranhão) e  $225 \pm 25$  AP (sítio Teixeira Lopes) apontaram para ocupações distribuídas por um período superior a 1.500 anos. Isso permitiu confirmar que o território se encontrava habitado por tais grupos muito antes do contato, ao contrário do que foi sugerido por alguns autores que elegeram o interior somente como rota de fuga frente às pressões exercidas pela colonização europeia (METRÁUX, 1927, 1928; MERCADANTE, 1973; FERNANDES, 1989). Do mesmo modo, para Araruama, as datações disponíveis indicam habitações desde  $2920 \pm 70$  BP (para o Morro Grande) até o contexto dos séculos XVII (para o sítio São José). Soma-se a este fato a detecção de vestígios relacionados com a influência europeia, que garantem a inserção dos assentamentos estudados em contexto histórico. Na prática, o cenário informa sobre um período de 2.000 anos de presença de ceramistas Tupiguarani no local, contradizendo os modelos clássicos de origem e dispersão de populações Tupi, já que revelam uma antiguidade muito maior do que é geralmente admitido para fora da Amazônia (RODRIGUES, 1964; BROCHADO, 1984; URBAN, 1996; entre outros).

Na conjuntura, apesar de existirem diferenças marcantes entre as duas regiões, conforme discutido no Capítulo 1, parecem ser evidentes as semelhanças verificadas na cultura material de sítios relacionados com a Tradição Tupiguarani, principalmente no tocante às pinturas e morfologia, fomentando a hipótese de ambas as regiões comporem uma área de ocupação Tupinambá (MAGESTE, 2008a; LOURES OLIVEIRA, 2009, BUARQUE 2009a, 2009b; CORRÊA, 2009). De fato, esta premissa vem sendo efetivamente consolidada, principalmente, quando é levada em consideração a configuração da cerâmica coletada nessas regiões com aquelas escrutinadas em outros compartimentos ambientais (CORRÊA, 2014).

Sobre este assunto, frente aos dados gerados, pode-se afirmar que permanecem em aberto as possibilidades de pesquisa comprometidas em desvendar as relações entre os sítios relacionados com a Tradição Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Araruama, considerando a sua inserção em contexto pré-colonial e histórico. Nesse sentido, torna-se necessário explicitar as bases que tem sustentado a percepção de semelhanças e diferenças, no intuito de oferecer explicações fundamentadas no comportamento esboçado pelos vestígios materiais em uma perspectiva diacrônica. Desse modo, o referencial oferecido pela Arqueologia Evolutiva, no tocante à aplicação das conceituações de estilo e função, atrelados com reflexões sobre transmissão cultural e mobilidade, sendo balizados por procedimentos de classificação comprometidos em enfatizar continuidade e mudança nos artefatos, emerge como estratégia adequada para o tratamento dos contextos em tela.

## CAPÍTULO 4 – ESTILO, FUNÇÃO E TRANSMISSÃO CULTURAL

O intuito de explicar as semelhanças e diferenças nos artefatos produzidos ao longo do tempo tem sido um objetivo caro para a Arqueologia. Nessa empreitada, classificações foram, inicialmente, criadas a fim de medir relações cronológicas expressas pelo registro arqueológico, de modo semelhante ao esforço realizado por biólogos ao lidar com espécies e os paleontólogos ao tratar do registro fóssil (O'BRIEN & LYMAN, 2002a). Para todos os efeitos, os procedimentos elaborados se revelaram úteis em detectar padrões entre os conjuntos analisados. Contudo, deixaram a desejar no tocante à tarefa de responder como e por que surgem as rupturas e continuidades passíveis de serem percebidas na cultura material (O'BRIEN & LYMAN, 2002a; KRAUTKRAMER, 2009).

Em boa medida, a Arqueologia Evolutiva ou Darwiniana, desenvolvida a partir da década de 1970, com base nas reflexões de Robert Dunnell, tem buscado oferecer as respostas para esse objetivo, ao afirmar-se como um campo comprometido em entender a variabilidade numa perspectiva diacrônica. No quadro dos trabalhos conduzidos, os conceitos de estilo, função e transmissão cultural assumem papel fundamental, na medida em que permitem evidenciar e, ao mesmo tempo, relacionar as mudanças observadas em acervos diversos.

Na primeira parte deste capítulo será apresentado o quadro geral que norteia os estudos de transmissão cultural. Posteriormente, as atenções se concentrarão em evidenciar o redimensionamento da temática sob a égide da Arqueologia Evolutiva<sup>27</sup>. Na oportunidade, é de interesse conectar as proposições defendidas por Dunnell na consolidação da abordagem com o tema de transmissão cultural. Tal movimento conduzirá a uma necessária reflexão sobre a Classificação em Arqueologia, na expectativa de explicitar os aspectos que nortearam parte do tratamento da cultura material aqui enfocada. Depois, será realizada uma breve contextualização referente aos estudos de mobilidade em Arqueologia, ressaltando seu potencial na construção de modelos dedicados à transmissão cultural. O capítulo se encerra com a apresentação e discussão dos pressupostos que tem orientado algumas das investigações utilizadas como parâmetro na elaboração desta tese: as pesquisas de Carl Lipo (2001a, 2001b, 2005, entre outros) e equipe, no Vale do rio Mississipi; e de Ethan Cochrane (2001, 2002, 2004, 2008), no estudo das Ilhas Yasawa, em Fiji Ocidental, na Polinésia.

---

<sup>27</sup> Vale salientar que não será apresentada na oportunidade uma discussão mais pormenorizada a respeito da aplicação e dicotomia dos conceitos de estilo e função na Arqueologia em contexto global e brasileiro, exercício já realizado anteriormente (MAGESTE, 2012). As atenções se concentrarão, desse modo, em estabelecer as conexões necessárias entre estilo, função e transmissão cultural numa perspectiva evolutiva.

#### 4.1 Breve histórico de estudos sobre transmissão cultural

Em sua definição básica, transmissão cultural pode ser entendida como a transferência de informações entre indivíduos, ou seja, as ideias que são compartilhadas de diversas maneiras ao longo do tempo e do espaço (O'BRIEN, 2003; COCHRANE, 2004; SHENNAN, 2007). Na Antropologia, é possível observar a utilização tácita do conceito, nos textos publicados desde o final do século XIX. Assim, as primeiras movimentações científicas nesse sentido podem ser identificadas nos escritos de Edward Tylor, no quadro de suas reflexões sobre o conceito de cultura.

Tylor postulou que a cultura deveria ser compreendida como todo o complexo que incluísse conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade (TYLOR, 1889 [1871]). Ao mesmo tempo, o autor concentrou grande atenção em evidenciar aspectos relacionados com a aquisição de cultura. Tal postura implicou no reconhecimento de diferentes modos de transmissão, que circulavam por trilhas espaciais e sociais. Em termos práticos, forneceu uma base preliminar para que temas como difusão, aprendizagem, migração e imitação fossem lentamente incorporados nos debates desenvolvidos (LYMAN, 2008).

Foi no escopo do difusionismo, sob o viés do Histórico-Culturalismo, que questões relacionadas à transmissão cultural encontraram maior vigor. De modo geral, os estudiosos comprometidos com a abordagem passaram a interpretar as similaridades identificadas entre grupos humanos como resultado da difusão de traços culturais<sup>28</sup> de um local de origem para outro periférico, geralmente por meio de processos de transferência como migração, comércio, guerra, interações, entre outros (STOREY & JONES, 2011).

Historicamente, no continente europeu, podem-se mencionar inicialmente as ideias de Gustav Kossina sobre o assunto. O pesquisador abordou diferentes tópicos relacionados à migração e difusão, nas investigações sobre a origem dos falantes de línguas indo-europeias. Apresentou a primeira definição de cultura arqueológica para se referir a um conjunto de traços visualizados como a manifestação empírica de grupos de pessoas do passado. O interesse foi promover ligações de continuidade entre o período pré-histórico e o histórico propriamente dito. Para tanto, apoiou-se na premissa de que o mapeamento de distribuição de tipos de artefatos vinculados a determinados grupos fornecia a chave para explicar onde tais sociedades teriam vivido ao longo do tempo (DANIEL, 1950, TRIGGER, 2004).

---

<sup>28</sup> O termo traço cultural é geralmente usado para se referir a uma unidade de transmissão cultural, ainda que não exista no período nenhuma explicitação ou discussão teórica nesse sentido (LYMAN, 2008).

Seguindo os caminhos abertos por Kossina, Gordon Childe (1929, 1950) invocou a migração na tentativa de caracterizar culturas arqueológicas e explicar sobre mudanças culturais. Postulou que a migração poderia ser identificada quando um inteiro cultural mudava de um lugar para o outro, deixando marcas claras no registro arqueológico. Assim, quando plotadas espacialmente, culturas arqueológicas semelhantes presentes em locais diversos indicariam a existência de uma migração no passado. Para o pesquisador, invenções independentes aconteciam de forma relativamente rara, de modo que similaridades nos traços materiais eram a expressão de algum tipo de relação cultural (CHILDE 1929, 1950). Digno de nota destacar que estas conclusões são semelhantes àquelas alcançadas por pesquisadores como Leo Frobenius e Fritz Graebner. Fundadores da Escola Vienense de Antropologia, eles se empenharam respectivamente na análise de grupos nativos da África e da Oceania. Os autores interpretaram a presença de traços culturais similares em localidades separadas por amplas distâncias geográficas como um reflexo de interação social e transmissão de informações provenientes de um núcleo difusor para as sociedades periféricas (TRIGGER, 2004; EERKENS & LIPO, 2007).

As ideias referentes à transmissão cultural encontraram um terreno mais fértil para o desenvolvimento na América do Norte, inicialmente por conta da obra de Franz Boas. O autor elaborou o conceito de particularismo histórico, onde advogava que cada cultura era o resultado de contingências históricas específicas, de modo que só poderia ser entendida em seus próprios termos. Para Boas, povos que viviam próximos uns aos outros tinham mais chances de apresentar elementos culturais em comum, enquanto os grupos distantes seriam mais diferentes (BOAS, 2004).

Nos casos onde a premissa fosse verdadeira, congruências poderiam ser interpretadas como resultado de uma origem em comum. Um bom exemplo de tal postura foi o entendimento do autor de similaridades linguísticas, considerado explicitamente o resultado de fenômenos de transmissão cultural. Porém, apesar de falar abertamente a respeito de uma “teoria da transmissão”, Boas não chegou a aprofundar seus estudos sobre o assunto, de modo que a expressão foi, na maioria das vezes, invocada para explicar semelhanças culturais de forma oposta a outra teoria popular na época, defendida inclusive por Tylor, que foi a da unidade psíquica da humanidade<sup>29</sup> (BOAS 2010, O'BRIEN & LYMAN, 2002a).

---

<sup>29</sup> Tylor recorreu a ideia de “unidade psíquica da humanidade” para explicar as semelhanças observadas em sociedades muitas vezes não relacionadas. Para ele, os seres humanos respondiam da mesma forma quando diante de contextos situacionais idênticos (CUCHÉ, 1999).

Ainda no terreno da Antropologia, podem-se citar as contribuições de Edward Sapir (1916). O autor discutiu a transmissão cultural de forma explícita, salientando que tal mecanismo assegurava um alto grau de fidelidade na reprodução de determinadas características entre ancestrais e descendentes. Assim, buscou identificar os aspectos que influenciavam as taxas de transmissão que, em sua opinião, se encontravam relacionadas a três fatores independentes. O primeiro seria a rapidez e facilidade com que uma característica poderia ser comunicada entre diferentes grupos; o segundo seria a celeridade com que o traço sob análise poderia ser efetivamente adotado; e o terceiro se referia às condições externas que levariam os grupos a rechaçar ou resistir frente o conhecimento transmitido.

Para Lyman (2008), o exercício analítico de Sapir chamou a atenção para a complexidade dos processos de transmissão cultural, na medida em que o autor reconheceu a enorme variedade de possibilidades, bem como a dificuldades inerentes às tentativas de efetuar qualquer tipo de mensuração. Vale destacar que uma das principais inovações do trabalho do pesquisador foi a percepção de que a transmissão cultural compunha a base teórica necessária para a utilização de abordagens históricas diretas com o intuito de medir tempo. Tal afirmação faz mais sentido quando se leva em consideração o fato de Sapir ter sido o primeiro antropólogo americano a usar o termo “seriação”, para se referir a um método de “seriação cultural” voltado para a composição de sequências históricas a partir de dados puramente descritivos da Antropologia Cultural (O'BRIEN & LYMAN, 2002b).

Em suma, as ideias apresentadas pelos diferentes autores elencados tiveram um impacto significativo nos estudos arqueológicos executados a partir do início do século XX. No contexto, os trabalhos de Franz Boas adquiriram notória projeção, consolidando uma escola de pensamento que orientou diversos esforços de pesquisa. Paralelamente, os arqueólogos passaram a interpretar mais sistematicamente as congruências nas formas dos artefatos ao longo do tempo e do espaço como o resultado da difusão de informações ou migração de pessoas. Os maiores investimentos de análise foram direcionados para a articulação de aspectos como forma, tempo e mudança (LYMAN ET AL, 1997; JOHNSON 2000; TRIGGER, 2004).

Nesse quadro, um exemplo relevante é constituído pelas pesquisas de Alfred Kroeber, aluno de Boas. O pesquisador buscou romper todos os laços entre o universo cultural e o biológico, postulando a supremacia do primeiro sobre o segundo. Advogou pela noção de cultura como um sistema de mudanças que é mantida por meio de processos de herança cultural, envolvendo indivíduos e gerações (KROEBER, [1917] 1949). Defendeu, portanto, que similaridades e diferenças entre grupos poderiam ser entendidas com o mapeamento da

distribuição das características analisadas em um território, onde a difusão aconteceria a partir de uma área central. A distância em relação a esse foco difusor não refletiria diferenças físicas ou geográficas, mas diferenças culturais, compondo os limites de uma área cultural. Kroeber considerou que os erros experimentados em tal processo de difusão acabavam por afetar a distribuição histórica e cultural de traços ao longo do espaço (LYMAN ET AL, 1997; KRONFELDNER, 2008; O'BRIEN, 2003; EERKENS & LIPO, 2007). É digno de nota observar que Kroeber (1923) comparou o termo hereditariedade com transmissão genética, para postular que transmissão cultural acontecia de forma separada do plano biológico, já que se assentava na ideia de tradição. No movimento, chamou a atenção para a confusão que pairava a respeito de difusão e tradição e suas conexões com processos de transmissão. Em sua opinião, tradição diz respeito à transferência de informações entre pessoas ou entre gerações, dentro de uma mesma população. Já difusão referia-se a movimento de ideias de uma população para outra. Assim, enquanto tradição encontrava-se fortemente ancorada no tempo, difusão relacionava-se de forma muito mais próxima com o espaço geográfico. Desse modo, assumiu a complexidade que envolvia o tema, ao afirmar que enquanto no universo biológico os processos de transferência aconteciam somente por uma via, o universo cultural era marcado pela multiplicidade de possibilidades (LYMAN, 2008).

No continente americano, pode-se detectar a utilização implícita de ideias concernentes à transmissão cultural nos trabalhos Rouse (1939), Krieger (1944), Mckern (1939), Spaulding (1953a), Ford (1954a), só para citar alguns exemplos. Em termos gerais, os pesquisadores citados manifestaram interesse em verificar as continuidades e mudanças que poderiam ser observadas por meio do estudo de artefatos. Contudo, de maior impacto no período, para além dos estudos de Alfred Kroeber, foi o trabalho de Willey e Phillips (1958), que buscou oferecer fundamentação teórica e consolidar procedimentos para boa parte da Arqueologia desenvolvida no período. De fato, os autores elaboraram um guia prático para a condução de pesquisas arqueológicas comprometidas com o *corpus* teórico-metodológico do Histórico-Culturalismo. Tendo em vista a ênfase conferida por esta abordagem aos procedimentos classificatórios, com vistas à elaboração de uma seriação cultural, o texto de Phillips e Willey objetivou definir unidades arqueológicas que permitissem articular três dimensões fundamentais para a elaboração de uma história cultural: espaço, forma e tempo. Nesse ponto, complementando a discussão lançada no Capítulo 2, cabe chamar a atenção para as conceituações apresentadas para “horizonte” e “tradição”, consideradas unidades capazes de integrar semelhanças e diferenças observadas na cultura material em uma ampla escala geográfica (WILLEY & PHILLIPS, 1958; DIAS, 2007; SILVA, 2007).

De acordo com os autores, um horizonte poderia ser estabelecido com a identificação de um conjunto específico de artefatos que se encontravam distribuídos por vastas áreas em um intervalo breve de tempo. Por sua vez, tradição também se referia ao conjunto de materiais cuja distribuição poderia ser delimitada espacialmente, mas diferenciava-se por apresentar maior profundidade temporal (WILLEY & PHILLIPS, 1958). Na prática, horizonte fazia referência à difusão, caracterizando processos de transmissão em uma mesma geração. Por sua vez, tradição poderia ser entendida como formas culturais socialmente transmitidas e com persistência temporal, implicando, portanto, em transmissão entre gerações diferentes (LYMAN, 2008).

Embora desconectado de um corpo teórico mais robusto para tratar de transmissão cultural, foi no escopo do Histórico-Culturalismo que o tema da transmissão cultural ganhou contornos mais sólidos. Por um lado, observa-se em boa parte dos estudos desenvolvidos, a associação imediata entre transferência de conhecimento e as ideias de difusão e migração. No contexto, difusão foi usada de forma genérica para se referir à transmissão em qualquer situação. Por outro lado, mesmo não se concentrando em pormenorizar os processos e explicitar suas bases teóricas, diversos procedimentos de análise que foram criados no período apresentavam, implicitamente, a noção de transmissão cultural – seriação, classificação, abordagem histórica direta, entre outros (LIPO ET AL, 1997; LYMAN ET AL, 1997; LYMAN & O'BRIEN, 1998; O'BRIEN & LYMAN, 2002a, 2002b, LIPO 2001a; LYMAN, 2008).

A partir da década de 1960, sob a égide da Nova Arqueologia e, posteriormente, da Arqueologia Processual<sup>30</sup>, a transmissão cultural não desfrutou de um desenvolvimento mais profícuo. A justificativa para esse quadro pode ser verificada nos direcionamentos teóricos assumidos no período. O principal expoente da época, Lewis Binford (1962, 1964, 1965, 1968, entre outros), definiu de forma clara o objetivo da Arqueologia, que deveria ser o de dar conta do amplo espectro de semelhanças e diferenças no comportamento cultural. Essa premissa refletiu-se na definição de cultura adotada nas pesquisas, concebida como um meio extrassomático de adaptação (BINFORD, 1962). De acordo com Binford (1962), a conceituação encerrava em si a percepção de que cultura seria um sistema adaptativo empregado por grupos sociais na interação com o ambiente e com outros sistemas culturais.

---

<sup>30</sup> De acordo com Hegmon (2003), a Nova Arqueologia consolida-se entre as décadas de 1960 e 1970, defendendo explicitamente abordagens consideradas mais científicas no afã de se detectar leis gerais referentes aos padrões identificados no registro arqueológico e suas conexões com o comportamento humano. Para críticas sobre esse suposto cientificismo, vide Dunnell ([1971] 2006). Com o amadurecimento da disciplina, ganha corpo o que se convencionou chamar de Arqueologia Processual que, embora não rejeitasse os objetivos perseguidos anteriormente, conferiu maior ênfase a aspectos como “processos” e “sistemas” (LYMAN, 2007a).

Por essa perspectiva, mudanças nos sistemas culturais seriam externas, podendo ser encaradas como adaptações às alterações do ambiente natural ou mesmo competição com grupos vizinhos. Digno de nota observar, contudo, que apesar das causas para mudança serem consideradas provenientes “de fora”, elas deveriam ser entendidas a partir das respostas oferecidas por cada sistema cultural. A abordagem buscou, desse modo, enfatizar as relações sistêmicas, as continuidades nas mudanças percebidas, não conferindo tanta importância às descontinuidades causadas por processos de migração e difusão (TRIGGER, 2004). Pelo contrário, defendeu a capacidade de invenção e reinvenção dos grupos humanos. Binford (1962, 1964, 1968) rejeitou a visão de cultura como um conjunto de ideias compartilhadas e transmitidas de geração para geração em diversas oportunidades. De acordo com Flannery (1967), pelo fato da maioria dos arqueólogos processualistas empregar uma concepção sistêmica de cultura, a difusão e, paralelamente, a transmissão cultural, só foram consideradas possíveis nas situações onde todo o sistema cultural também se difundisse e não somente alguns traços isolados. Nos estudos da cultura material, o interesse foi o de revelar os contextos funcionais, econômicos e adaptativos de inserção dos artefatos (BINFORD, 1979, 1980, 1986, 1989).

Binford (1968) acusou os arqueólogos comprometidos com o Histórico-Culturalismo de carecerem de métodos capazes de tratar efetivamente da vasta extensão de similaridades culturais existentes entre os grupos humanos. Nesse caso, o autor chamou a atenção para a dificuldade de se diferenciar, na prática, elementos fruto de relações históricas daqueles que poderiam ser somente respostas equivalentes para determinadas situações adaptativas. Na opinião de O'Brien & Lyman (2002a e 2002b), apesar de ter identificado um problema relevante para o desenvolvimento da disciplina, Binford não dedicou maiores atenções para a sua resolução. Focou-se no estudo da forma e função dos artefatos estudados, buscando problematizar semelhanças análogas e, nesse movimento, conseguir tecer considerações científicas a respeito de processos culturais.

Digno de nota observar que, ao relegar para segundo plano fatores explicativos como migração e difusão, Binford (1980, 1982, 1990) concentrou-se em discutir aspectos relacionados à mobilidade e distribuição de sítios em uma paisagem. Assim, fomentou a ideia de complexo de sítios, pensando nas articulações e função de diferentes áreas de interesse arqueológico em uma determinada região e as estratégias de movimentação visando a captação de recursos. O foco foi, portanto, na sincronia ao invés da diacronia, no intuito de marcar diferença em relação a interpretações de caráter “histórico-cultural”. Mesmo se

deparando com questões que poderiam ser tratadas levando em conta a transmissão, não aprofundou tais investigações.

Ao que parece, as contribuições mais significativas para o tratamento arqueológico da temática da transmissão cultural no período podem ser identificadas na obra de David Clarke, expoente do processualismo europeu. Na obra “Analytical Archaeology”, Clarke (1968) apresentou reflexões a respeito das medidas de semelhanças e distinções entre conjuntos artefatuais, salientando seu potencial no tocante à percepção de continuidades historicamente relacionadas, em uma posição muito próxima daquela adotada pelos arqueólogos evolutivos. Para o pesquisador, a continuidade era mantida por transmissão. Nas suas investigações, efetuou a distinção necessária no tratamento da cultura material entre arranjo fenético e cladístico, considerando as chances de o primeiro evidenciar as relações de descendência e ascendência que poderiam ser expressas por um conjunto sob análise, conferindo bases mais seguras para o diagnóstico de uma tradição (CLARKE, 1968; LYMAN & O’BRIEN, 2002a, 2002b; COWGILL, 1972; LYMAN, 2008). Digno de nota observar que essas ideias foram discutidas no contexto de aplicação de seriações por frequência. Não é de se surpreender, portanto, que tal postura tenha despertado a crítica de Binford (1972), que acusou Clarke de continuar preso a velhas armadilhas da Arqueologia Histórico-Culturalista, perpetuando uma indesejada perspectiva normativa de cultura (PALAVESTRA & PORCIC, 2008).

Para todos os efeitos, apesar da relevância do trabalho de David Clarke para questões envolvendo a transferência de conhecimento e, correlatamente, para o flerte com elementos relacionados à teoria evolutiva darwiniana, é verdade que suas análises não foram suficientes para fomentar o desenvolvimento de estudos mais sistemáticos devotados ao assunto<sup>31</sup>. De fato, isso só veio a acontecer nas décadas de 1980 e 1990, quando o tema da transmissão cultural passou a ser escrutinado em busca de fundamentos teóricos mais explícitos e refinamento de métodos para sua verificação no mundo empírico. Em boa medida, isso ocorreu devido à interface estabelecida com a teoria evolutiva darwiniana, que ofereceu para os interessados no assunto, os subsídios necessários para explicar a variação no comportamento humano ao longo do tempo.

Os movimentos nessa direção partiram da Biologia Evolutiva, por meio dos esforços investigativos de Cavali-Sforza e Feldman (1981) e Boyd e Richerson (1985). Os autores citados propuseram-se a discutir e mensurar diversos tipos de transmissão cultural, utilizando

---

<sup>31</sup> Uma explicação possível para esta situação talvez se relacione com o falecimento prematuro de David Clarke em 1976, quando tinha somente 38 anos, marcando o interrompimento de uma notória produção acadêmica (ISAAC, 1977).

para isso modelos matemáticos oriundos da genética, na tentativa de avaliar o comportamento de determinados traços culturais em termos cronológicos e espaciais (MARWICK, 2005).

Particularmente, a obra de Boyd e Richerson (1985) consolidou a “teoria da dupla herança”, versando a respeito do comportamento humano ser o resultado tanto de processos de evolução genética como de cultural. A partir dessa premissa, apresentaram modelos que visaram sistematizar os processos de transmissão cultural. O primeiro modelo estabelecido foi o de “viés baseado em conteúdo” (*content-based bias*), que ocorre quando indivíduos se propõem a aprender, lembrar e ensinar determinados traços culturais em função do conteúdo que ele expressa. O segundo modelo é o “viés baseado em frequência” (*frequency-based bias*), que leva em consideração a frequência dos traços replicados, sejam eles comuns ou raros. Nessa perspectiva, quando uma determinada característica é mais frequentemente transferida, o processo de transmissão pode ser avaliado como conformista (*conformist bias*). O terceiro é o “viés baseado em modelo” (*model-based bias*), que acontece quando uma determinada característica é passada adiante em conjunto com outras. Por fim, pode-se falar de um modelo de “variação guiada” (*guided variation*), quando indivíduos adquirem novas variantes ao copiar comportamentos existentes e modificá-los durante a reprodução por tentativa e erro, de acordo com suas necessidades.

Essas concepções tiveram ampla repercussão na Arqueologia, sendo redimensionadas para a análise da cultura material por diferentes autores (LIPO, 2001a, 2001b, 2005; LIPO & EERKENS, 2005, 2007; LIPO ET AL, 1997, SHENNAN, 2000, 2003, 2007; LYMAN ET AL, 2008; entre outros). Nesse sentido, parte das investidas foi realizada no contexto da Arqueologia Evolutiva. A abordagem ofereceu aos arqueólogos os subsídios para entender a variabilidade expressa pelo registro arqueológico com a operacionalização dos conceitos de estilo e função, sob o viés da teoria da transmissão cultural. Vale frisar, no momento, que, mesmo reconhecendo as diferentes perspectivas sobre o assunto em áreas como Biologia, Ecologia Humana, Ecologia Cultural, Antropologia, entre outros, a discussão se concentrará nas reflexões Dunnell e expandida por seus alunos e os estudantes destes, tendo em vista a sua utilização no tratamento do cenário empírico que é foco desta tese.

#### **4.2 Sob a égide da Arqueologia Evolutiva: estilo, função e transmissão cultural**

Em livro publicado originalmente em 1971, “*Systematics in Prehistory*”, Robert Dunnell revelou seu profundo descontentamento com as propostas de trabalho conduzidas nos quadros da Arqueologia Histórico-Cultural (também denominada por ele de Arqueologia

Tradicional) e da Nova Arqueologia. No contexto de debates entre os defensores de ambas as perspectivas, o pesquisador observou que alguns aspectos continuavam sendo negligenciados no escopo da disciplina: a falta de explicitação teórica na literatura produzida; a utilização acriteriosa de uma vasta quantidade de termos, sem definições muito precisas; dificuldade em distinguir entre os termos e os resultados provenientes destes; e até mesmo a ausência de uma definição clara do que seria a Arqueologia. Apesar de reconhecer os esforços de arqueólogos comprometidos com a Nova Arqueologia em serem científicos, o autor afirmou que continuavam utilizando implicitamente boa parte dos pressupostos da Arqueologia Tradicional, padecendo, portanto, de problemas parecidos (DUNNELL, [1971] 2006).

Para Dunnell (1970, [1971] 2006, 1978, 1980), por um lado, a Arqueologia Tradicional permaneceu obscurecida em torno da busca por uma “história cultural”. Os arqueólogos comprometidos com a abordagem não conseguiram apresentar uma boa explicação de como e por que a Arqueologia funcionava, nem demarcar a confiabilidade das conclusões alcançadas com seus estudos. Por sua vez, os proponentes da Nova Arqueologia avançaram com muito entusiasmo no intuito de rechaçar o “velho” e sublinhar o “novo”, desconsiderando nesse movimento um vasto conjunto de experiências acumuladas. Mais tarde, Dunnell (1978) chamou a atenção para o fato de que os estudos produzidos até então, apesar de terem se empenhado em distinguir aspectos chave no entendimento do registro arqueológico – como os conceitos de estilo e função, por exemplo – encontravam-se desconectados de uma teoria robusta que permitisse gerar argumentos sobre os diferentes processos que atuavam de modo a produzir a variabilidade no registro arqueológico.

Na opinião de Dunnell (1970, [1971] 2006, 1978, 1980), o “calcanhar de Aquiles” da Arqueologia foi a importação indiscriminada de modelos da Antropologia Sociocultural, desde as categorias criadas até as interpretações produzidas. Para o autor, tal postura pode ser identificada desde o Histórico-Culturalismo, com a pretensão de alguns pesquisadores em realizar paleoetnografias, sendo levadas ao extremo a partir da década de 1960, com declarações de que a Arqueologia é Antropologia ou nada (cf. BINFORD, 1968). Desse modo, ressaltou que nas investigações conduzidas estava sendo deixado de lado o interesse de avaliar a mudança em uma perspectiva diacrônica (DUNNELL, [1971] 2006, LIMA, 2006). Frente a estas constatações, direcionou-se por um lado no sentido de buscar subsídios em um referencial teórico poderoso o suficiente para alimentar investigações arqueológicas – a teoria

evolutiva darwiniana<sup>32</sup>. Por outro, concentrou força em elucidar e problematizar procedimentos, métodos e, finalmente, a definição e concepção de dados no bojo da disciplina, sinalizando para a necessidade de criação de unidades de análise significativas para a condução das pesquisas. Tais preocupações foram incluídas em sua proposta de Classificação (que será tratada de forma mais detalhada no tópico seguinte). Na interface entre essas duas posturas, encontrava-se o desejo expresso de tornar o campo da Arqueologia um terreno científico, com explicações construídas por meio do conjunto de dados oferecidos pelos contextos abordados e com a possibilidade real de serem testadas e confrontadas (DUNNELL, 1970, [1971] 2006, 1978, 1980, 1982, entre outros).

Sobre a relação estabelecida entre Arqueologia e teoria evolutiva darwiniana, pode-se dizer que apresenta uma configuração semelhante às aproximações que acontecem entre a Paleontologia e a Biologia Evolutiva, conforme destaca Lyman (2007b). O entendimento desta relação permite contextualizar de forma mais clara os apelos de Dunnell. Utilizando a metáfora da “alta mesa”, onde se “sentariam” as disciplinas dotadas de caráter científico e de teoria, Lyman (2007b) apresenta o empenho da Paleontologia em ter sua relevância reconhecida nos mesmos termos da Biologia Evolutiva. Para o autor, até a década de 1970, o lugar na “alta mesa” era corriqueiramente negado aos paleontólogos, pois se acreditava que dificilmente poderiam fazer contribuições significativas para a teoria evolutiva. O quadro só veio a se alterar com a elaboração da teoria do equilíbrio pontuado<sup>33</sup>, de Niles Eldredge e Stephen Jay Gould, balizada pelo registro fóssil (GOULD, 1981).

Nessa mesma linha, o autor destaca o desejo da Arqueologia Americana em cavar um lugar na “alta mesa” junto à Antropologia Sociocultural. Em sua opinião, esse desejo parece ser inerente à conformação disciplinar assumida nos Estados Unidos. Explicando melhor, por lá, a Arqueologia é geralmente classificada como subcampo da Antropologia, de acordo com o esquema do “*Four-Field Model for Anthropology*”<sup>34</sup>. Na prática, estudantes interessados nas investigações arqueológicas são treinados em Antropologia e Etnografia, podendo aspirar

---

<sup>32</sup> Cabe destacar nesse ponto o uso obliquo da teoria evolutiva darwiniana nos trabalhos produzidos por Betty Meggers (1959) que, desde a década de 1950, apontou para as potencialidades da relação entre Teoria Evolutiva e Antropologia (LIMA, 2006).

<sup>33</sup> Trata-se de hipótese apresentada por Eldredge e Gould, que perceberam a existência de mudanças evolutivas “aos saltos” ou “episódica”, ao invés de seguirem somente um ritmo gradual. Nessa argumentação, são levados em consideração a origem aparentemente súbita de novas espécies bem como a ausência de formas graduais no registro fóssil (GOULD, 1981).

<sup>34</sup> Trata-se de modelo americano de Antropologia desenvolvido por Franz Boas, composta por quatro campos disciplinares: a Antropologia Sociocultural, a Linguística, a Antropologia Física ou Biológica e a Arqueologia (BOAS, 2004, 2010)

o “*status* de ouro” que tais áreas possuem. Contudo, o lugar na “alta mesa” sempre foi negado, devido à percepção da natureza fragmentária do registro arqueológico e suas limitações em permitir a escrita de etnografias de pessoas do passado. Foi esta constatação que motivou Binford (1968) a equiparar a Arqueologia à Antropologia em referência aos seus objetivos de estudo. Contudo, mesmo com seus esforços sistemáticos, a “alta mesa” permaneceu distante, principalmente pelo reconhecimento de que a Arqueologia passava longe de contribuir com alguns dos principais debates da Antropologia, como por exemplo, as discussões em torno do conceito de cultura (LYMAN, 2007b).

Assim, a conclusão é que, em vez de perseguir um lugar ao sol junto à Antropologia, a Arqueologia deveria realizar um movimento semelhante ao da Paleontologia e buscar o seu espaço na “alta mesa” da Biologia Evolutiva. Isso porque ambas as disciplinas compartilham de um mesmo objetivo fundamental, que é explicar como e por que as mudanças acontecem ao longo do tempo. Nesse caso, o trabalho na sincronia no bojo de uma “Arqueologia Antropológica” só contribui para que o principal poder da Arqueologia seja ignorado: o de gerar interpretações que articulem continuidade e mudança em grandes escalas de tempo. Arqueologia, portanto, é essencialmente uma disciplina histórica (tal como a Biologia Evolutiva), que trata de um tipo particular de conjunto dados (com suas potencialidades e limitações, da mesma forma que o registro fóssil) (LYMAN, 2007a; DUNNELL, [1971] 2006, 1978; COCHRANE, 2008; LYMAN & O’BRIEN, 1998, 2002a e 2002b; O’BRIEN, 2002; SHENNAN, 2007; LIMA, 2006).

Frente ao quadro apresentando, é possível compreender de forma mais acurada os objetivos de Dunnell (1970, [1971] 2006, 1978, 1980, entre outros) ao estabelecer as bases para a incorporação da teoria evolutiva darwiniana, consolidando a abordagem que ficou conhecida como Arqueologia Evolutiva. Em termos práticos, os arqueólogos comprometidos com a perspectiva dedicam-se em construir explicações darwinianas para o registro arqueológico. Isso por meio da descrição de padrões históricos responsáveis pela persistência de traços diferenciais, sempre observando a forma como o processo evolutivo atua na conformação desses padrões (LYMAN & OBRIEN, 1998). Ela se sustenta, portanto, em três pontos fundamentais. O primeiro é que existe variação nos organismos; o segundo diz que essa variação é transmitida ou herdada; e o terceiro estabelece que algumas variantes funcionam melhor do que outras em determinadas circunstâncias (LEONARD, 2001; COCHRANE, 2008).

Nesse contexto, comportamento foi associado à cultura material por meio do conceito de fenótipo. Em termos biológicos, fenótipo é definido como a soma das características de um

indivíduo, tanto físicas quanto comportamentais. É o resultado da interação estabelecida entre genótipo e o ambiente, sendo o lócus sobre o qual a seleção natural atua (FUTUYMA, 1993). Para a Arqueologia Evolutiva, o registro arqueológico pode ser considerado como equivalente aos restos fossilizados do fenótipo, na medida em que se caracterizam como a extensão física de comportamentos humanos, em seus aspectos biológicos e sociais (O'BRIEN & LYMAN, 2002a). A partir dessa premissa, ganha relevância no tratamento da cultura material conceitos como linhagens culturais, seleção natural, transmissão cultural, inovação, difusão, hereditariedade, homologia, analogia, entre outros (LIPO ET AL, 1997; LYMAN & OBRIEN, 1998; COCHRANE, 2004).

A abordagem de Dunnell (1978, 1980) conferiu ênfase à seleção natural, sendo, por isso, denominada por muitos de “selecionista”<sup>35</sup>. Na Biologia Evolutiva, o conceito de seleção natural é usado para se referir à ideia de sucesso replicativo, ou seja, as características hereditárias seriam favoráveis à manutenção de um indivíduo, tendem a permanecer nas gerações sucessivas e, ao longo do tempo, acabam por se tornar predominantes (MEYER & HEL HANI, 2005). Na Arqueologia Evolutiva, o termo é utilizado para explicar os mecanismos responsáveis pela forma, continuidade e extinção de determinadas características na cultura material, sendo substancialmente diferentes dos mecanismos que promovem a variação que, por sua vez, podem acontecer devido à invenção, difusão, migração, entre outros fatores (DUNNELL, 1980; NEFF, 1992; RAMENOFISKY, 1998).

Para esse último caso, o mecanismo evolutivo levado em consideração na abordagem de Dunnell (1978) é a deriva. Trata-se de termo cunhado no âmbito da Biologia Evolutiva e usado para se referir à mudança aleatória, geralmente associada a processos de mutação, observada na frequência de dois ou mais alelos nos genes de uma população (FUTUYMA, 1993). Na Arqueologia Evolutiva, a designação é utilizada para denominar a mudança na frequência de atributos<sup>36</sup> da cultura material devido ao acaso, por motivos que não envolvem qualquer vantagem adaptativa<sup>37</sup>. Podem ser copiadas e transmitidas (SHENNAN, 2007).

---

<sup>35</sup> Lipo et al (1997) discutem a utilização do termo “selecionista” para tratar da perspectiva defendida por Dunnell. Para os autores, a denominação pressupõe uma ênfase exagerada em processos de seleção natural, o que não acontece na prática. Reconhecem, portanto, que há bastante tempo os biólogos tem percebido que nem toda mudança resulta da interação diferencial com o ambiente (LIPO ET AL, 1997; LIPO, 2001a).

<sup>36</sup> De acordo com Dunnell ([1971] 2006:252), atributo é “a menor unidade qualitativamente distinta discriminada para um campo de fenômenos em uma dada investigação”.

<sup>37</sup> Adaptação é definida pelos arqueólogos evolutivos como uma característica fenotípica que promove o aumento da aptidão de um indivíduo, sendo moldada através do tempo pela seleção natural. Logo, tem significado completamente diferente daquele defendido pelos adeptos da Ecologia Cultural e do Processualismo (O'BRIEN & HOLLAND, 1995; TRIGGER, 2004).

Aprofundando este quadro, Araujo (2015) oferece informações adicionais ao efetuar a distinção entre história e acaso para se referir às mudanças decorrentes de fatores não adaptativos. Tal esclarecimento torna-se necessário, principalmente por conta da confusão que talvez ocorra na utilização dos termos, que podem ser colocados como sinônimos sem uma discussão mais detalhada dos seus significados. Para todos os efeitos, pode-se dizer, no momento, que a ideia de história nos quadros da teoria evolutiva darwiniana está fortemente assentada em relações de causa e efeito, sendo determinada por uma cadeia de eventos que leva a um determinado estado que é fortemente dependente dos estados anteriores. Por sua vez, o acaso encontra consonância com a noção de deriva, aproximando-se mais da ideia de aleatoriedade.

Particularmente sobre historicidade, Araujo (2015) chama a atenção para três situações que podem estruturar os dados examinados. A primeira assenta-se no diagnóstico de vários estados passados possíveis para os traços analisados; a segunda ancora-se no reconhecimento de vários resultados prováveis; e a terceira pressupõe uma relação de dependência entre estado passado e o resultado, erigindo as condições necessárias para que aspectos históricos sejam determinantes para explicar o cenário desvelado. Correlatamente, o reconhecimento da historicidade conduz à identificação de outra distinção, atrelada, por um lado, com a evidenciação de conexões entre um resultado específico e as condições iniciais do traço sob análise; e, por outro, de vínculos entre o produto final e o caminho evolutivo percorrido. No primeiro caso, as diferenças percebidas desde o início entre dois conjuntos seriam responsáveis pela tomada de caminhos evolutivos distintos. Já o segundo caso é constituído por populações que, ao ultrapassar seu estado inicial, tomam caminhos diferenciados devido a eventos imprevisíveis.

Certamente, tais diferenciações apresentam uma natureza teórica, dependendo da escala de análise utilizada para analisar os dados, ou seja, se o foco de interesse é um único conjunto ou vários (ARAUJO, 2015). Ao mesmo tempo, no âmbito da Arqueologia, nem sempre é possível separar os diferentes tipos de historicidade, ou mesmo, efetuar a distinção entre acaso e história, devido à natureza limitada das informações disponíveis, que podem não gerar padrões claramente reconhecíveis (O'BRIEN & HOLLAND, 1992).

Retornando às postulações de Dunnell, em seus escritos, a ênfase foi sobre as ideias de deriva e seleção natural para direcionar o tratamento da variabilidade, oferecendo uma alternativa para explicações que se focavam unicamente em aspectos como difusão, contatos, invenções independentes entre outros. As reflexões iniciais sobre o assunto foram apresentadas ao público em 1978, em artigo intitulado *“Style and Function: a Fundamental*

*Dichotomy*". No trabalho, foi estabelecido que estilo e função são conceitos dicotômicos e encontram-se sujeitos a ação de diferentes mecanismos evolutivos.

Ao definir função, Dunnell se afastou completamente do significado utilitário atribuído ao termo pela Arqueologia. Para ele, função pode ser encarada como a relação artificial que é firmada entre um objeto e seu ambiente natural. Trata-se de características controladas por processos de seleção, que fornecem maiores vantagens adaptativas em determinados cenários de modo a se tornarem recorrentes. Por sua vez, estilo foi utilizado para denominar variantes neutras no que diz respeito à adaptação, regidas por deriva ou podendo estar relacionada com contingências históricas específicas (DUNNELL, 1978).

Em seus escritos, Dunnell (1978, 1980, 1986, 1989, entre outros) não elencou quais as características da cultura material poderiam ser de fato classificadas enquanto estilísticas e funcionais, se era a morfologia, queima, tipo de pasta e elementos decorativos. Isso porque um artefato nunca é puramente funcional ou estilístico, o que inviabiliza generalizações desse tipo. Pelo contrário, atributos poderão ser considerados funcionais ou estilísticos somente dentro de contextos históricos específicos. Assim, um atributo inicialmente estimado como estilístico pode muito bem se tornar funcional e vice-versa. Para O'Brien (2003), é o pouco entendimento desse princípio básico que tem levado diversos pesquisadores a rechaçar as potencialidades advindas do enfoque no estudo do registro arqueológico.

Para Dunnell (1978) a dicotomia entre estilo e função é fundamentalmente teórica. A distinção entre características estilísticas e funcionais conduz a expectativas específicas quanto às maneiras como estas duas classes de traços podem se comportar ao longo do tempo e através do espaço. A identificação de um traço particular como estilístico ou funcional começa como uma hipótese, que é então empiricamente avaliada. São então comparados os padrões com pertinência espaços-temporais detentores de características particulares.

Vale salientar que a dicotomia entre os conceitos de estilo e função não caracteriza uma novidade inaugurada pela Arqueologia Evolutiva (DUNNELL, 1978; LIPO ET AL, 1997; LIPO 2001a; O'BRIEN & LEONARD, 2001; O'BRIEN & LYMAN, 2002a). Nesse sentido, Lipo (2001a) aponta que a distinção foi realizada no contexto das pesquisas realizadas por arqueólogos histórico-culturalistas, como Holmes (1886), Spier (1917), Kroeber (1919), entre outros. Na ocasião, os pesquisadores mencionados perceberam que atributos estilísticos, geralmente equiparados à decoração cerâmica, poderiam fornecer informações relevantes a respeito de mudanças no registro arqueológico, servindo como excelentes balizadores cronológicos. Contudo, apesar de estilo ser considerado um conceito promissor frente às classificações criadas no período, a ausência de teoria e critérios que

permitissem avaliar se um determinado atributo era ou não estilístico breçou o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema.

Desse modo, para o tratamento de características estilísticas e funcionais, Dunnell (1978, 1986) importou da Biologia Evolutiva os conceitos de homologia e analogia. Características que tiveram uma origem em comum configuram uma situação de homologia, podendo demonstrar uma natureza estilística ou funcional. Inversamente, somente elementos funcionais são considerados análogos, ou seja, são respostas adaptativas semelhantes fornecidas por traços não relacionados historicamente. Adicionalmente, parte-se da premissa de que estilo é algo tão complexo que a probabilidade de grupos diferentes efetuarem os mesmos tipos de escolhas aleatórias é muito baixa, de modo que a sua ocorrência por um recorte geográfico e temporal só pode ser explicada por homologia. O enfrentamento de questões de estilo, função, homologia e analogia abarcam reflexões sobre a atuação e verificação de processos de transmissão cultural (O'BRIEN & LYMAN, 2002a, 2002b; O'BRIEN, 2003).

Inicialmente, no quadro das reflexões desenvolvidas no contexto da Arqueologia Evolutiva, a ideia de transmissão cultural foi redimensionada. Se no final do século XIX e início do século XX, os trabalhos que abordaram a temática basearam-se na percepção de que as ideias eram difundidas em relação a grupos comprimidos em fronteiras culturais, no cenário de aplicação da teoria evolutiva darwiniana, o foco recai sobre o entendimento de atuação dos processos de transmissão e suas potencialidades em gerar a variabilidade. Em outras palavras, buscaram-se avaliar mudanças a partir da verificação de taxa de alterações, taxas de erros ocorridos durante o processo de transmissão, bem como das condições que poderiam incrementar ou dirimir tais desvios (EERKENS & LIPO, 2007).

Sob a perspectiva evolucionista, a concepção de transmissão cultural sustentou-se no reconhecimento que cultura constitui um mecanismo pelo qual a hereditariedade acontece. Nesse caso, cultura é mais proveitosamente concebida como um mecanismo de aprendizagem, que envolve aspectos relacionados à imitação e experimentação de comportamentos. Aprendizagem emerge no contexto como o elemento chave que promove a separação necessária entre transmissão cultural e transmissão genética. Em outras palavras, transmissão cultural acontece de uma forma diferenciada, suscitando um tipo particular de processo evolutivo. Isso porque o resultado de aprendizagem pode ser passado para os outros indivíduos ou grupos de várias maneiras, estando sujeitas ou não a mecanismos evolutivos, gerando a variabilidade entre os grupos humanos que podem ser expressas na cultura material (BOYD & RICHERSON, 1985; COCHRANE, 2001, 2004).

Particularmente, no tocante a estilo e função, parte-se do princípio de que as características estilísticas, por serem adaptativamente neutras, são explicadas por homologia, permitindo mensurar interação e transmissão cultural (DUNNELL, 1978; SHENNAN, 2007; LEONARD, 2001). Por sua vez, as formas funcionais são excelentes categorias para avaliar mudanças decorrentes de seleção natural e adaptação. Por um lado, é possível relacioná-la com a analogia, a partir da premissa de que grupos não relacionados podem inventar respostas semelhantes para determinados problemas. Por outro, função pode também ser fruto de homologia, informando a respeito de processos de transmissão cultural que são mediados por seleção natural e questões adaptativas de ordem diversa. Em outras palavras, embora seja verdade que as características análogas são funcionais, o contrário não é correto, já que função pode ser homóloga ou análoga (DUNNELL, 1978; SHENNAN, 2000, 2007; O'BRIEN & LYMAN, 2000a, 2002b; LIPO, 2001b; COCHRANE, 2004).

Um ponto chave que aparece na dicotomia entre estilo e função parece ser a noção de neutralidade, tema bem discutido no trabalho de Lipo et al (1997) e Lipo (2001b). A origem da ideia é proveniente da Biologia Evolutiva, com a observação nos estudos de DNA, de que certas mudanças evolutivas a nível molecular não são causadas por seleção natural, mas pela deriva aleatória de genes mutantes neutros e processos estocásticos (LIPO, 2001b; KIMURA, 1983). Na Arqueologia Evolutiva, estilo aparece atrelado à neutralidade e processo estocástico, o que justificaria o seu comportamento unimodal no tempo e no espaço (DUNNELL, 1980). Sobre este assunto, O'Brien & Lyman (2002a) chamam a atenção para o fato de que o termo estocástico nessa relação não pode ser equiparado a ideia de caos ou simples aleatoriedade. Pelo contrário, significa que as características que surgem em determinado momento dependem em parte daquelas anteriores, isto é, das continuidades que são fruto de hereditariedade, ou seja, de fenômenos de transmissão.

Vale salientar que apesar de questões relacionadas à neutralidade e suas implicações para a Arqueologia terem sido preconizadas por Dunnell de forma mais sistemática desde 1978, foram os trabalhos de Carl Lipo e equipe que conferiram maior fôlego ao assunto, demonstrando a sua avaliação por meio da construção de procedimentos e modelos. Nos estudos, tem sido declarado que muitos atributos fenotípicos expressos pela cultura material podem demonstrar potencial para informar a respeito de processos de interação e, conseqüentemente, transmissão cultural. Isto é, se a seleção não é capaz de alterar a frequência da característica, sua distribuição pode ser explicada pelo padrão geográfico que apresenta ao longo do tempo, podendo ser o reflexo concreto de interações. Assim, atributos

que não afetam o desempenho, de modo que suas frequências não respondem à seleção, podem ser considerados neutros e estilísticos (LIPO ET AL, 1997).

Frente a este cenário, vale salientar que a neutralidade pode ser entendida como a base partir da qual a variabilidade e continuidade hereditária são avaliadas e relacionadas a contingências históricas ou acaso e não a processos de seleção natural. Ainda que a produção de características estilísticas também envolva um custo, se ele for equivalente, a ideia de neutralidade continua valendo, com a variação acontecendo em função da complexidade dos processos de transmissão cultural (LIPO et al, 1997; LIPO & EERKENS, 2007). Por sua vez, os atributos que oferecem contribuições negativas ou positivas em termos de *fitness*, são funcionais. Desse modo, sua distribuição estará muito mais atrelada às pressões advindas de um ambiente seletivo do que necessariamente aos contatos ou relações entre linhagens (LIPO ET AL, 1997).

Um bom exemplo para observar como questões envolvendo estilo, função e transmissão cultural são conformadas no registro arqueológico é oferecida por Neff (1992). O autor considera que o fenótipo de uma ceramista inclui, além de suas feições físicas, os conhecimentos que são empregados na elaboração dos vasilhames, geralmente compartilhados no âmbito de uma tradição cultural. Não obstante, ainda que dois ceramistas tenham aprendido as mesmas técnicas para fazer cerâmica, existe variação de ordem individual nas formas como os potes são produzidos, que estão relacionados ao sucesso de transmissão das noções de produção cerâmica. Aqueles aspectos que são transmitidos com maior facilidade tendem a se tornar mais comuns. Para o autor, fica evidente que a seleção atua nesse processo, já que as vasilhas com características que atendem de forma mais adequada às necessidades de um grupo, ou seja, os elementos funcionais, podem vir a permanecer, apresentando sucesso replicativo.

Contudo, existem traços que são neutros em termos seletivos, de modo que sua persistência se deve somente à transmissão, estruturado por contingências históricas ou acaso e não por uma relação diferencial com o ambiente. Na prática, pode se referir, por exemplo, a um determinado acabamento impresso na superfície da cerâmica, que não contribui de modo efetivo para o seu desempenho, podendo no máximo prestar-se a transmitir alguma mensagem em particular, no bojo, por exemplo, de situações históricas (cf. PIKIRAYI, 2007; BRADY, 2008). Por não responderem a nenhuma necessidade em específico, se comportam de forma unimodal, passando por picos de popularidade, para depois testemunhar uma diminuição na sua replicação. Justamente por este motivo, se tornam elementos promissores para a tarefa de medir tempo e interação social (NEFF, 1992).

Na expectativa de mensurar variação em uma perspectiva diacrônica e refletir sobre estilo e função, arqueólogos comprometidos com a teoria evolutiva darwiniana tem se concentrado em construir classes e unidades de análise que sejam capazes de explicar os padrões porventura identificados na cultura material como resultado de transmissão cultural e continuidade hereditária atuando sob diferentes circunstâncias. O interesse é, portanto, o de entender variabilidade em relação à transferência de informação e não o de reconstruir pormenorizadamente cada evento de transmissão (NEFF, 1992, 2006; LIPO ET AL, 1997; LIPO, 2001a; COCHRANE, 2004, entre outros). Parte-se da premissa de que os processos de transmissão cultural variam em relação ao conteúdo que expressam, o contexto ao qual se relacionam e os modos como a informação é adquirida e, por fim, a sua dispersão (EERKENS & LIPO, 2007).

Uma discussão mais detalhada sobre conteúdo, contexto e modo pode ser encontrada na revisão elaborada por Eerkens & Lipo (2007). De acordo com os autores, conteúdo diz respeito à informação que está sendo transmitida entre indivíduos, na medida em que isto terá implicações diretas para a variação que pode ser observada na cultura material. Conteúdo refere-se à complexidade da informação transmitida, a forma e como ela se apresenta e a repetitividade que caracteriza o processo. A complexidade da informação irá impactar as taxas de erro durante a sua incorporação na mente do receptor, bem como a posterior materialização dessa informação pela memória. Esse mesmo princípio pode ser levado em consideração para analisar a repetitividade das informações transmitidas. Quanto mais repetida for uma informação, maiores são as chances de elas serem materializadas com menos erros.

Por sua vez, o contexto referente aos processos de transmissão, diz respeito ao ambiente social e físico no qual a informação cultural é passada adiante. De modo geral, o ambiente físico e social pode influenciar significativamente o que está sendo transmitido. Ou seja, informações podem ser investidas de autoridade e credibilidade, ser privadas ou públicas, vir de grupos parecidos ou mais distantes. Todos esses fatores vão influenciar na forma como elas serão recebidas e o grau de fidelidade que norteará a sua reprodução (EERKENS & LIPO, 2007).

Finalmente, o modo refere-se ao processo pelo quais os indivíduos transmitem e adquirem informações. Existem diversas maneiras pelo qual a transmissão pode acontecer, acarretando em padrões bem específicos no tocante à variabilidade expressa na cultura material. De fato, sabe-se que o modo de transmissão pode variar significativamente, levando em conta aspectos como o número de indivíduos envolvidos, a direção da transmissão, as

perspectivas de mundo e experiências prévias dos receptores e emissores, entre outros fatores (EERKENS & LIPO, 2007).

Em relação à quantidade de pessoas envolvidas, os pesquisadores comprometidos com a temática referem-se a processos de transmissão de um indivíduo para outro indivíduo; de muitos para um; de um para muitos; e, por fim, de muitos para muitos. Cada um desses caminhos apresenta expectativas em relação às taxas de variação geradas a partir dos dados que estão sendo transmitidos (COCHRANE, 2002; SHENNAN 2000, 2007).

No tocante a sentido, transmissão cultural pode ser: vertical, quando acontece entre gerações diferentes, com os pais passando informações para os filhos; horizontal, entre pessoas situadas na mesma geração; e também oblíqua, se envolver a relação entre indivíduos de gerações diversas e não aparentados (BOYD & RICHERSON, 1985). De acordo com Shennan (2000, 2007), as direções verificadas na transmissão influenciam a variação que pode ser percebida entre indivíduos e sociedades no que se refere às práticas culturais estabelecidas, incluindo o registro arqueológico. Colocando de outra forma, espera-se, por exemplo, que nos casos de transmissão vertical, a mudança esperada dentro de uma unidade familiar seja mais baixa do que aquela que pode ser verificada ao longo do tempo entre unidades familiares distintas.

Prosseguindo em sua análise, Eerkens & Lipo (2007) informam que transmissão cultural pode ser influenciada pela forma como os dados são transmitidos, gerando assim padrões detectáveis no registro arqueológico. Dois exemplos bem marcados são: a transmissão conformista, que acontece geralmente quando as informações são passadas de muitos para um, ou seja, reifica-se determinadas normas que são gestadas no interior de uma sociedade, representada pelo comportamento médio dos traços sob análise; outro tipo é a transmissão prestigiosa-tendenciosa que opera a partir de princípios similares. Nesse esquema, as informações partem de determinados indivíduos que apresentam um *status* diferenciado em um determinado grupo social.

O modo de transmissão também pode variar de acordo com a maneira como a informação é codificada. Determinadas características podem ser passadas adiante em conjunto, compondo um único pacote de informação. Um bom exemplo seria pensar que aprendizes ao copiar uma oleira, por exemplo, copiam as pinturas impressas na superfície da cerâmica em associação com as formas onde elas são mais recorrentes. Essa forma tem sido denominada de “*hitchhikes*”, que pode ser traduzido para algo próximo a “pegar carona”. Tais constatações alimentam os modelos de transmissão indiretamente tendenciosa, abordado mais pormenorizadamente por Boyd e Richerson (1985), que se sustenta na premissa que

tecnologias complexas, em circunstâncias específicas podem ser transmitidas de uma vez só (O'BRIEN, 2003).

Pode-se dizer que a reflexão da transmissão cultural nos quadros da Arqueologia Evolutiva tem desfrutado na atualidade de certa popularidade, se traduzindo em diferentes esforços de pesquisa e publicações. Nos trabalhos produzidos, ferramentas como a seriação<sup>38</sup> têm sido empregadas na tentativa de construir novas unidades de análise capazes de testar hipóteses referentes às rupturas e continuidades que podem ser observadas na cultural material. Cabe observar que, nesse movimento, muito dos estudos elaborados tem se concentrado em material previamente coletado e classificado por demais pesquisadores, demarcando o potencial da abordagem em propor novas construções a partir de conjuntos que aparentemente já tinham sido devassados (BETTINGER & EERKENS, 1999; EERKENS & BETTINGER, 2008; LYMAN ET AL, 2008; LIPO ET AL, 1997; LIPO, 2001b; BENTLEY & SHENNAN, 2003; EERKENS & LIPO, 2007; entre outros).

De toda sorte, para melhor apreensão da discussão estabelecida aqui, será apresentada com maiores detalhes as investigações conduzidas por Carl Lipo e equipe e Ethan Cochrane, ao final do capítulo. Mas antes desse movimento é necessário realizar um mergulho, ainda que raso devido à complexidade do assunto, na proposta de classificação defendida por Robert Dunnell, tendo em vista sua relevância na condução de pesquisas com enfoque evolutivo.

### **4.3 Arqueologia e Classificação: proposta para construção de linhagens de artefatos**

Ao manifestar seu descontentamento com as formas que a Arqueologia vinha sendo desenvolvida até a década de 1970, Robert Dunnell diagnosticou uma verdadeira confusão que se refletia na proliferação de termos, procedimentos e classificações que mais atrapalhavam do que ajudavam no estudo do registro arqueológico. Por conta da ausência de padronização e explicitação das bases conceituais que possibilitavam a realização de inferências, com novos termos e definições sendo criadas a cada pesquisa, constatou que dificilmente a Arqueologia conseguiria alcançar o *status* de Ciência, a despeito dos movimentos nesse sentido de arqueólogos comprometidos com a Nova Arqueologia. Isso porque o cenário caótico dificultava a distinção entre unidades empíricas e teóricas; o teste de

---

<sup>38</sup> Uma discussão mais detalhada sobre seriação será apresentada no Capítulo 7.

proposições; e, principalmente, a elaboração de explicações que revelassem o porquê dos dados se comportarem da forma como se comportavam (DUNNELL, [1971] 2006).

Passadas quatro décadas desde a publicação do livro seminal sobre o assunto, “*Systematics in Prehistory*”, os apelos de Dunnell permanecem atuais e relevantes para a Arqueologia de uma forma geral, já que arqueólogos continuam a lidar cotidianamente com funções básicas, mas nem sempre com seus significados evidentes, como classificar, agrupar, organizar, definir e interpretar. Desse modo, nessa oportunidade, as atenções se concentrarão em discutir o conceito de Classificação, unidades ideacionais e empíricas; descrição e definição; grupos e classes; e tipos de classificação, no intuito de explicitar as premissas que orientaram a organização e análises dos dados apresentados nos capítulos 6 e 7.

Inicialmente, Dunnell denominou de Classificação o “conjunto de proposições, conceitos e operações usados na criação de unidades dentro de qualquer disciplina científica” (DUNNELL, [1971] 2006, p. 25). Assim, buscou apresentar uma estrutura conceitual que pudesse ser aplicada para revelar o funcionamento da Arqueologia de uma maneira formal. O foco, portanto, é sobre conceitos e não em operações, já que o intuito final é explicitar a base a partir da qual os procedimentos são avaliados, testados e comparados (DUNNELL, [1971] 2006). Seguindo as reflexões de Dunnell, Banning (2002:36) destaca que:

Nossa necessidade de Classificação decorre do fato de que tudo o que nós gostaríamos de fazer observações é único: tem a sua própria combinação particular de valores sobre um número infinito de atributos. Quando tentamos realizar uma análise, no entanto, não é muito útil tratar cada objeto como único ou aglutinar tudo em um único grupo que compreenda toda a população ou amostra. Categorias ou classes, e grupos com membros que compartilham alguns atributos ou são similares de alguma maneira, nos ajudam a fazer sentido para os dados [...]. Ser capaz de agrupar observações ou atribuí-las a categorias é um passo necessário para fazer comparações (BANNING, 2002, p. 36)<sup>39</sup>.

Para Banning (2002), uma das características mais marcantes da Classificação é o fato de ser completamente arbitrária. Em termos práticos, significa reconhecer que a forma como os dados são trabalhados e organizados constitui somente uma possibilidade entre um conjunto de opções infinitas, de modo que os objetivos perseguidos por cada pesquisador

---

<sup>39</sup> “Our need for systematics stems from the fact that everything on which we would like to make observations is unique: it has its own particular combination of values on an infinite number of characteristics or attributes. When we try to carry out an analysis, however, it is not very useful to treat each object as unique or to clump everything into a single group that comprises the whole population or sample. Categories or classes, and groups with members that share some attributes or are similar in some way, help us to make sense out of data [...]. Being able to group observations or assign them to categories is a necessary step in making comparisons” (BANNING 2002, p. 36).

serão os fatores determinantes nos tipos de arranjos criados. De acordo com o autor, a expressão concreta da Classificação são os tipos apresentados pelos arqueólogos, ainda que quase nunca apresentem uma explicitação de termos e categorias conceituais utilizadas.

Antes de adentrar nesse ponto, é importante destacar que a classificação, conforme pensada por Dunnell, assenta-se em uma perspectiva materialista em oposição ao essencialismo; ou então populacional ao invés de tipológico, se levarmos em consideração o tom das discussões no âmbito das Ciências Naturais. Por um lado, o pensamento essencialista ou tipológico remete-se à filosofia de Platão. Sustenta-se na premissa de que os tipos descobertos pelos analistas são reais, ou seja, a expressão no mundo fenomenológico de um número fixo de tipos ou essências. Por essa perspectiva, somente os tipos são reais, de forma que a variação é tratada como ilusória, uma distorção. Por outro lado, o pensamento materialista ou populacional admite que se os fenômenos são únicos, os tipos são criados a partir das médias que o analista estabelece. Nesse caso, a única coisa real é a variação, enquanto os tipos são visualizados somente como abstrações (MAYR, 1959; SOBER, 1980; LYMAN ET AL, 1997; LIMA 2006).

Na Arqueologia, o confronto entre essencialismo e materialismo ficou expresso nos debates conduzidos entre James Ford (1954a, 1954b, 1954c) e Albert Spaulding (1953a, 1953b, 1954a, 1954b), voltado para a criação de tipos<sup>40</sup>. Inicialmente, Ford (1954a) observou no estudo da cultural material que as variações dos artefatos apresentavam uma tendência em direção a uma média, que poderia ser considerada o tema central de um determinado tipo. Contudo, para ele, os tipos eram uma abstração criada pelo analista. Em sua opinião, é verdade que os tipos poderiam refletir ideias culturais, dentro de uma perspectiva normativa de cultura, mas isso não alterava a percepção de que eram criados pelos arqueólogos no intuito de revelar a variação no tempo e no espaço (CORTES, 1984).

Spaulding (1954a) respondeu às colocações de Ford, chamando seu trabalho de tecnicamente incompetente. Depositou suas atenções na construção de tipos por meio de métodos estatísticos, acreditando que, desse modo, era oferecida a possibilidade de detectar padrões reais, ou seja, concebidos pela sociedade sob estudo. Para ele, os arranjos poderiam ser encarados, então, como o processo de descoberta da combinação de atributos realizadas pelos seus produtores, identificando, assim, uma ordem que era externa aos procedimentos do analista (SPAULDING, 1953b). Em resposta, Ford (1954b) acusou Spaulding de ingenuidade ao acreditar que métodos estatísticos eram suficientes para criar tipos com pertinência real,

---

<sup>40</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a construção de tipos na Arqueologia norte-americana pode ser encontrada em Lyman et al (1997).

além de salientar que o mais importante estava sendo deixado de lado: perceber mudança no tempo e no espaço (FORD, 1954c). Na opinião de O'Brien & Lyman (2002a), a contenda pouco contribuiu para esclarecer as confusões que envolviam a construção de tipos. Contudo, demarcaram duas posições bem definidas: a de Ford, que conferia aos tipos o tratamento de unidades ideacionais, dentro de uma perspectiva materialista; e a de Spaulding, que vislumbrava os tipos como constatações empíricas e resultado de esquemas existentes no passado.

A constatação é que no âmbito do essencialismo, as unidades estavam esperando para serem descobertas e os principais direcionamentos deveriam ser no sentido de medir as diferenças entre elas. Intrinsecamente, as unidades não mudam, sendo cravadas no tempo. Por sua vez, no bojo do materialismo, os tipos estão em constante transformação, como resultado das observações realizadas. Assim, tópicos relacionados à mudança só podem ser discutidos após a variação ter sido medida e identificada. Isso configura um desafio para os profissionais que trabalham em tal perspectiva: a necessidade de criação de unidades que revele a variação e possibilite medir a mudança. O tempo é, então, percebido de modo contínuo, sendo segmentado de modo arbitrário para o analista conduzir os seus esforços investigativos (O'BRIEN & LYMAN, 2002a).

Para todos os efeitos, o cenário ressalta a relevância em definir as unidades de análise nos trabalhos conduzidos. Nos quadros da Classificação, unidades acabam se tornando ferramentas que permitem que determinados fenômenos sejam concebidos e medidos. Neste processo, é relevante distinguir entre unidades ideacionais e empíricas (DUNNEL, [1971] 2006, 1989). Unidades ideacionais são compostas por dimensões e seus estados de atributos, que são abstrações criadas para mensurar as unidades empíricas. Um vasilhame cerâmico é uma unidade empírica, já que existe no mundo real, pode ser tocado e manipulado. Já as formas de estabelecer medidas sobre esse objeto são construídas a partir de abstrações. Pode-se medir a sua altura, por meio de uma régua com unidades ideacionais de cm, calcular o seu volume medido em ml, estimar o seu ângulo de borda. Todos os aspectos exemplificados são representações de algo com existência na realidade. Contudo, somente com a utilização das unidades ideacionais é possível expressar tais fenômenos em um texto ou uma tabela, por exemplo (O'BRIEN & LYMAN, 2002a, 2002b; DUNNELL, [1971] 2006).

O'Brien & Lyman (2002a) complementam este quadro salientando que unidades ideacionais podem ser descritivas ou simplesmente teóricas. A primeira diz respeito às feições que são elencadas para descrever determinados estados de atributos: as medidas das partes de um vasilhame cerâmico ou de uma ponta de flecha, por exemplo. Por sua vez, as unidades

teóricas buscam expressar uma relação. Em outras palavras, são criadas para fins analíticos específicos, tendo significado explicativo por causa de sua relevância. Um bom exemplo são as reconstituições cerâmicas, que podem se basear na relação estabelecida entre ângulo da borda e seu diâmetro.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a diferença entre definição e descrição. Definição está ligada ao mundo das palavras, podendo ser entendida como uma declaração de sentido. Assim, as unidades podem ser definidas extensivamente ou intensivamente. Para Dunnell ([1971] 2006), definição extensiva é simplesmente a enumeração de todos os objetos ao qual um determinado termo se aplica. Por exemplo, a definição extensiva de um vasilhame cerâmico pintado seria uma lista com todos os vasilhames pintados que existem, não existindo a preocupação em definir, primeiramente, o que está sendo entendido por vasilhame pintado. A utilidade de definições desse tipo encontra-se delimitado no tempo e no espaço, não sendo úteis para situações que demandam “a transmissão de informações que não são comuns” ou quando referências preliminares não estão disponíveis (DUNNELL, [1971] 2006).

Em outra mão, as definições intensivas são teoricamente explícitas e voltadas para caracterização de objetos conhecidos ou não. Servem, portanto, para exprimir novas informações, estabelecendo as condições necessárias para criação de unidades. Voltando ao exemplo citado acima, uma definição intensiva de vasilhames pintados apresentaria um conjunto dos atributos que constitui um vasilhame pintado, possibilitando o seu reconhecimento em qualquer ponto do tempo e do espaço. Se uma situação inédita for identificada, a definição pode ser ampliada de modo a incorporar a novidade (DUNNELL, [1971] 2006). Fica evidente que, no estudo da mudança em uma perspectiva diacrônica, são exigidas unidades que sejam definidas intensivamente.

Por sua vez, descrição só apresenta relevância quando conectada com definições intensivas, podendo ser entendida como a síntese dos atributos variáveis que compõe um caso individual ou um grupo de casos. Por exemplo, ao descrever os vasilhames pintados definidos intensivamente, pode-se elencar uma série de atributos que compõe essa unidade: cores, motivos, tipos de tinta, entre outros. Observe que nenhum desses atributos define a categoria sob análise, simplesmente promove a sua pormenorização. Para colocar de outra forma, definições fazem referência a ideias enquanto descrição é aplicada para o mundo fenomenológico (DUNNELL, [1971] 2006).

A preocupação em distinguir unidades empíricas de unidades ideacionais conduz necessariamente a uma reflexão sobre as diferenças entre classes e grupos. De acordo com Dunnell ([1971] 2006, p. 69), classes e grupos:

[...] contrastam como membros dos domínios ideativo e fenomenológicos. As classes precisam ser definidas, não podem ser descritas e não tem existência objetiva. Fazem parte dos sistemas ideativos. Os grupos, por outro lado, não são e não podem ser definidos, mas sim descritos, e estão ligados a uma dada posição no tempo e no espaço (DUNNELL, [1971] 2006, p. 69).

As classes são definidas de forma intensiva, levando em consideração seus atributos correspondentes. Pelo fato de serem unidades ideacionais, apresentam distribuição no tempo e no espaço, sendo excelentes balizadores para medir mudança e variação. A criação de classe acontece por meio de uma definição marcada por um conjunto de condições necessárias para que uma determinada amostra possa ser incorporada como membro. Isso não significa dizer que os componentes de uma classe sempre terão uma existência real no mundo empírico, já que os parâmetros estabelecidos para uma classe podem não existir na coleção estudada. Um bom exemplo é imaginar um arqueólogo em laboratório, comparando o material depositado na sua frente com a definição de uma determinada classe. Se o material é compatível, ele é então associado; caso contrário rejeitado. Nesse processo, novas classes podem ser criadas e adicionadas ao esquema inicial (O'BRIEN & LYMAN, 2002a).

Já os grupos podem ser grosseiramente entendidos como uma coleção de objetos, não estando associados a princípio com qualquer unidade teórica ou aporte conceitual para a criação do conjunto. Colocando de outra forma, isso significa dizer que as propriedades que estão sendo enfocadas na composição de um grupo não seguem nenhuma condição prévia que estipule a forma que o grupo deve assumir, sendo determinada pelo interesse do analista. Na prática, a criação de grupos é realizada corriqueiramente: em um laboratório, diante de uma pilha de fragmentos cerâmicos, o analista pode segregar conjuntos baseados em atributos compartilhados, como, por exemplo, o peso, a cor ou forma. Assim, diferentes pilhas podem ser formadas, sendo completamente dependentes dos objetos que contém e não de definições prévias. Devido a seu caráter empírico, grupos possuem localização no tempo e no espaço. Na Arqueologia, podem ser úteis para averiguação de determinados eventos ou elaboração de descrições de caráter mais particularista, não sendo muito uteis para se pensar nos temas da continuidade e mudança em uma perspectiva diacrônica (DUNNELL, [1971] 2006; O'BRIEN & LYMAN, 2002a).

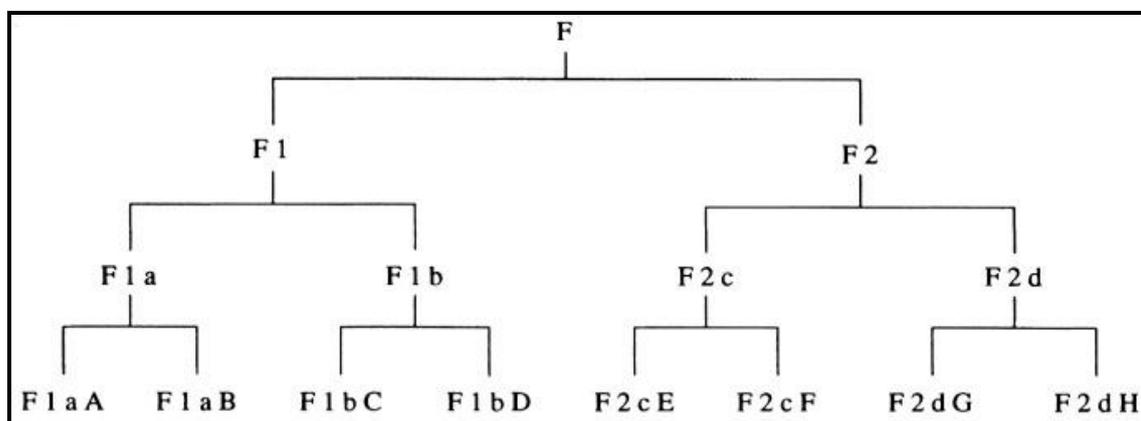
Classes e grupos são criados respectivamente por meio de procedimentos de classificação e agrupamento, que são dispostos sob a forma de arranjos, voltados para organização dos dados sob análise em unidades significativas (BANNING, 2002). Nesse movimento, cabe destacar que classes são criadas a partir de grupos, da mesma forma que grupos podem ser estabelecidos diante de um conjunto de classes. Sobre o assunto Dunnell ([1971] 2006, p. 68) afirma que:

O termo classificação restringir-se-á ao arranjo no domínio ideativo e será definido como a criação de unidades de significado pela estipulação de redundâncias (classes). O termo agrupamento será usado para denotar arranjo no domínio fenomenológico e se definirá como a criação de unidades de coisas (grupos). Agrupamento e classificação articulam-se entre si por meio da identificação, o processo de usar classes para atribuir fenômenos aos grupos, essencialmente combinando-se um sistema de classes com um corpo de fenômenos para criar grupos que são análogos a classes. [...] classes são inúteis sem grupos e que os grupos não têm sentido sem as classes (DUNNELL, [1971] 2006, p. 68. Grifo do autor).

Especificamente sobre Classificação, Banning (2002) ressalta que, de forma simples, pode ser visualizada como os procedimentos estabelecidos para filiação de categorias tendo em vista um sistema pré-estabelecido. A premissa é a existência de regras bem claras para que as relações de pertencimento ou exclusão possam ser reconhecidas. Existem diferentes classificações dedicadas à construção de classes, mas em sua análise Dunnell ([1971] 2006) concentra-se em dois tipos: a Classificação Taxonômica e a Classificação Paradigmática.

A Classificação Taxonômica (Fig.12) fundamenta-se em “um conjunto ordenado de oposições ou contrastes que resultam em uma divisão do campo de classificação em classes e subclasses e assim por diante” (DUNNELL, [1971] 2006, p. 106). Trata-se de organização hierárquica, baseada em dicotomias, que envolve, portanto, entidades de nível menor, alocadas dentro daquelas consideradas maiores. O resultado final é uma ordem serial (O’BRIEN & LYMAN, 2002a). Para a identificação de uma classe a qual determinado item pode ser atribuído, é preciso percorrer a sequência de distinções efetuadas. No exercício, os critérios situados mais perto do tipo hierárquico vão influenciar mais fortemente a classe a qual uma característica será relacionada do que os elementos mais próximos à base. Além disso, as dicotomias estabelecidas não precisam ser simétricas, já que cada distinção desfruta de certo grau de autonomia em relação a outra. Por fim, classes vazias serão quase inexistentes, já que dificilmente o analista criaria uma oposição levando em consideração uma situação que nunca espera encontrar (BANNING, 2002). Para fins de exemplificação, vale salientar que a Classificação Taxonômica foi empregada por Lineu na organização das

espécies vivas. Desse modo, dependendo dos objetivos de pesquisa, podem expressar relações de descendência e ascendência entre os elementos do universo sob análise (FUTUYMA 1993).



**Fig. 12:** Classificação Taxonômica Simétrica com estabelecimento de 8 classes (F1aA, F1aB, F1bC, F1bD, F2cE, F2cF, F2dG e F2dH). Fonte: Imagem extraída de O'Brien & Lyman, 2002a.

Já a Classificação Paradigmática é constituída pelo arranjo não hierárquico de diferentes estados de atributos de determinadas dimensões de objetos. As classes emergem da intersecção dessas características (DUNNELL, [1971] 2006). Nesse tipo de classificação, todas as dimensões apresentam equivalência em relação a sua importância, do mesmo modo que os estados de atributos de cada dimensão. Vale salientar que as classes criadas são mutuamente exclusivas, já que nenhum item pode pertencer a uma determinada categoria ao mesmo tempo. Além disso, é possível que sejam criadas classes que não contenham amostras reais, ressaltando que algumas combinações podem não existir por não condizer com a realidade de uma determinada coleção. Digno de nota observar que a Classificação Paradigmática se torna útil em Arqueologia desde que as dimensões e estados de atributos de cada dimensão trabalhada sejam bem definidos, evitando assim ambiguidades (BANNING, 2002; O'BRIEN & LYMAN, 2002a). Na prática, dois arqueólogos trabalhando com dimensões e estados de atributos idênticos devem obter o mesmo conjunto de classes. Contudo, aquelas que serão efetivamente foco de análise visando a resolução de questões específicas podem variar de acordo com os interesses perseguidos por cada pesquisador. Isso aponta mais uma vez para o enorme potencial informativo de coleções arqueológicas depositadas em museus e instituições de pesquisa, cujos procedimentos de classificação podem ser reavaliados frente à construção de novas classes.

Na tabela abaixo (Tabela 02), é fornecido um exemplo simples de classificação paradigmática para cerâmica arqueológica a partir de duas dimensões: parte morfológica e tipo de pasta. Com a intersecção dos diferentes estados de atributos, tais como pasta fina (PF), pasta média (PM), pasta grossa (PG), para tipo de pasta; e lábio (L), borda (B), bojo (Bo), base (Ba) e apêndice (A), para as partes morfológicas, foram obtidas 15 classes – PF.L, PF.B, PF.Bo, PF.Ba, PF.A, PM.L, PM.B, PM.Bo, PM.Ba, PM.A, PG.L, PG.B, PG.Bo, PG.Ba, PG.A. Vale frisar que algumas dessas classes podem ser quantitativamente vazias, já que a organização é inicialmente teórica. Por exemplo, pode ser que na coleção sob escrutínio não existam apêndices, de modo que as classes PF.A, PM.A e PG.A não vão apresentar correspondência empírica, permanecendo no plano ideacional. Por outro lado, caso alguma novidade seja identificada no momento das análises do material, pode-se incluir um novo estado de atributo ou dimensão, sem causar nenhum prejuízo para o arranjo.

	Pasta Fina (PF)	Pasta Média (PM)	Pasta Grossa (PG)
Lábio (L)	PF.L	PM.L	PG.L
Borda (B)	PF.B	PM.B	PG.B
Bojo (Bo)	PF.Bo	PM.Bo	PG.Bo
Base (Ba)	PF.Ba	PM.Ba	PG.Ba
Apêndice (A)	PF.A	PM.A	PG.A

**Tabela 02:** Exemplo de construção de classes por meio de classificação paradigmática.

Diferentemente das classificações, os agrupamentos têm como objetivo o estabelecimento de grupos de objetos, baseados em algum critério de similaridade uns com os outros. Geralmente, é base para a criação de qualquer sistema classificatório, já que uma vez que as semelhanças e diferenças são reconhecidas e o material sob análise agrupado, os dados gerados podem vir a alimentar procedimentos de classificação mais formais, como a Classificação Taxonômica ou Paradigmática (BANNING 2002). Os grupos criados são definidos extensionalmente, isto é, são informados em termos da síntese de características das “pilhas” de objetos separadas pelo analista. Cabe frisar que grupos podem ainda ser formados a partir de um conjunto de classes para fins analíticos específicos, utilizando de coeficientes de associação ou coeficientes de similaridade (O’BRIEN & LYMAN, 2002a).

Banning (2002), ao refletir e expandir as proposições originais de Dunnell ([1971] 2006) chama a atenção para duas formas principais de agrupamentos. O agrupamento limitado, onde os objetos são reunidos com base em algum limite externo ou intrínseco. Por

exemplo, artefatos podem ser agrupados com base em sua camada estratigráfica de proveniência (que é um parâmetro externo) ou então por aspectos como sua cor ou espessura (que são parâmetros intrínsecos). Por sua vez, o agrupamento baseado em tendências centrais é fortemente fundamentado nos elementos intrínsecos dos objetos que estão sendo organizados, com ênfase nas tendências principais identificadas. É possível inclusive trabalhar com uma coleção de referência composta por tipos ideais, a partir da qual os artefatos podem ser comparados em termos de semelhança que compartilham e, posteriormente, agrupados. Ainda que este princípio pareça ser muito semelhante com aquele que determina a composição de classes, é preciso ter em mente que os critérios para atribuição de um objeto a um grupo não perpassam por uma total identificação, mas sim pelas tendências observadas, devido à certa incerteza sobre onde residem os limites de cada categoria.

Pode-se imaginar o processo de análise de vestígios cerâmicos, provenientes de um sítio. Inicialmente, o material é disposto em cima de uma mesa e separado a partir de características internas e externas: peças de diferentes campanhas podem ser colocadas em lados opostos da mesa; da mesma forma, grupos menores podem ser formados levando em conta a proveniência espacial informada pelas etiquetas. Depois, pode-se afinar a segregação, distinguindo bordas, bojos, bases, lábios e apêndices, e também entre aquelas peças que apresentam algum tipo de tratamento de superfície e aquelas que são lisas. Durante todo este processo, está sendo realizado o agrupamento limitado. Na realização do trabalho, o analista pode perceber algumas características significativas em parte do material: existência de fragmentos com pintura policroma nas cores preto e vermelha sob engobo branco nas superfícies externas e/ou interna; tratamentos plásticos de superfície, como o corrugado, o unglado, o estocado, entre outros elementos. Tais informações podem levar o pesquisador a agrupar o material sob o termo “Tradição Tupiguarani” (cf. PROUS, 1992). Nesse caso, fica evidente que o agrupamento criado foi baseado em algumas tendências principais e não em uma relação completa de similaridade. De fato, conforme observado no exemplo citado, a despeito da recorrência de fragmentos com superfícies lisas, a presença de acabamentos de superfície em parte do material, entre outros elementos, acabou sendo o parâmetro mais importante no estabelecimento do arranjo.

Frente à discussão estabelecida até este momento, é possível constatar a relevância dos princípios da Classificação no tratamento dos dados arqueológicos e na produção de explicações que possam ser efetivamente avaliadas e contrastadas. Contudo, a pouca atenção conferida ao assunto na atualidade (contrariando os apelos insistentes de Robert Dunnell desde a década de 1970), pode fomentar um cenário de confusão na hora de expressar

unidades ideacionais e empíricas, nublando o desenvolvimento da disciplina e dirimindo o potencial informativo das evidências materiais, já que os objetivos de pesquisa podem não ser compatíveis com os arranjos criados.

Nos quadros da Arqueologia Evolutiva, a Classificação desfruta de um renovado interesse, sendo empregada na construção teórica de linhagens de artefatos. De modo semelhante aos biólogos e paleontólogos, os arqueólogos evolutivos buscam estudar linhagens de artefatos, consideradas a linha temporal de mudança devido à existência de hereditariedade, a partir do entendimento da atuação de mecanismos de seleção natural, deriva, transmissão cultural e invenção. Colocando de outra forma, o conceito de linhagem tem sido aplicado à sequência de entidades que podem ser organizadas por relações de ancestralidade e descendência. Quando aplicadas para o estudo do comportamento humano e, conseqüentemente, do registro arqueológico, as linhagens encerram em si aspectos relacionados à variabilidade no tempo e no espaço (COCHRANE, 2004).

Desse modo, a partir da premissa de que a evolução é descendência com modificação, os pesquisadores buscam estabelecer relações de continuidade hereditária entre os conjuntos estudados, capazes de revelar e explicar a mudança em uma perspectiva histórica e não somente apresentar uma mera sequência temporal de sucessão de formas, traços, entre outros. Seguindo essas premissas, as pesquisas em Arqueologia Evolutiva geralmente acontecem em duas etapas. Primeiramente, por meio de classes definidas intensivamente, busca-se construir as linhagens e elucidar a sua conformação. Para isso, são informadas as possíveis relações de descendência com modificação, que exigem o controle cronológico e o entendimento das relações de hereditariedade entre as manifestações arqueológicas analisadas (O'BRIEN, 1996; LYMAN & O'BRIEN, 1998; SHENNAN, 2000, 2007; O'BRIEN & LYMAN 2002a, 2002b; LYMAN ET AL, 1997; COCHRANE, 2004, 2011).

Por sua vez, o segundo passo envolve a identificação dos mecanismos que provocam as rupturas e continuidades em uma linhagem. Para isso, são levadas em consideração hipóteses referentes à pertinência de mecanismos de transmissão cultural, seleção e deriva para explicar a conformação do registro arqueológico, em termos de estilo e função, buscando entender como e por que a variação surgiu. No entanto, isso não é uma tarefa fácil, já que inicialmente é preciso determinar qual tipo de mecanismo é pertinente para o tratamento dos dados analisados. Nesse contexto, evidenciar a configuração assumida por uma linhagem, exige que as contingências históricas que influenciaram sua distribuição no tempo e no espaço sejam incorporadas nas análises geradas (LIPO ET AL, 1997; LIPO 2001b; O'BRIEN, 2003).

De todo modo, o que fica evidente é que a ideia de transmissão cultural e hereditariedade é subjacente à construção das linhagens culturais. Para os pesquisadores comprometidos com a abordagem, um passo decisivo é definir as unidades de transmissão cultural. Nesse sentido, ressalta-se que não existe uma unidade empírica para transmissão cultural, já que a transferência se sustenta na troca de ideias e informações, independente da escala ou do meio físico em que isso acontece. A ausência de uma unidade empírica suscita a necessidade de definição teórica no desenvolvimento dos estudos, comprometidas em medir informações. Um bom exemplo foi a definição proposta por Richard Dawkins para o conceito de meme – a menor unidade de informação cultural que se replica no cérebro humano. Por sua vez, outros pesquisadores, como Eerkens e Lipo (2007) e O’ Brien (2003), preferem simplesmente falar de informação cultural, deixando clara a inexistência de unidades empíricas de transmissão. Na perspectiva evolucionista, a frequência de tais unidades entre grupos humanos ou na cultura material é o resultado de fatores de transmissão, podendo ser associados com mecanismos de seleção e deriva (O’BRIEN, 2003). De acordo com Cochrane (2004, 2011), unidades de transmissão são aplicáveis ao universo empírico a partir da definição de classes adequadas para este fim.

Observa-se, portanto, a importância conferida à definição de classes nas pesquisas comprometidas com a Arqueologia Evolutiva. Para que elas estejam aptas para compor linhagens, explicando fenômenos como transmissão cultural, seleção natural e invenção, devem atender algumas premissas básicas. De acordo com Shennan (2003), em primeiro lugar, as classes definidas têm que apresentar uma mudança gradual detectável no registro arqueológico. Isso porque se traços surgirem inteiramente em cada recorte cronológico, torna-se difícil aplicar qualquer modelo de transmissão cultural para tratar a variabilidade. Em segundo lugar, as classes analisadas devem ter sido reproduzidas ao longo do tempo, de modo que várias cópias de uma mesma característica tenham sido realizadas por diferentes gerações culturais. Por fim, as classes de traços construídas devem ser aptas a medir variabilidade em termos temporais e espaciais, com base em amostras que permitam inferir que as variabilidades observadas podem ser o resultado de diferentes mecanismos evolutivos (COCHRANE, 2004).

Na discussão estabelecida até o momento, buscou-se articular pressupostos pertinentes à transmissão cultural sob o viés da Arqueologia Evolutiva, atrelada aos princípios da Classificação, com ênfase na constituição de unidades ideacionais e empíricas e, particularmente, a definição de classes e descrição de grupos. Isso com o intuito de evidenciar os requisitos para a constituição de linhagem de artefatos. Porém, um flanco continua em

aberto nesta empreitada: a relevância da dimensão espacial nos processos que envolvem transferência de informações, que podem estar atrelados a diferentes tipos de movimentos populacionais em determinado território, tornando necessária uma reflexão sobre os meios para sua verificação no registro arqueológico.

#### **4.4 Mobilidade e transmissão cultural: possibilidades de análise**

Nos quadros da Arqueologia, o tema da mobilidade entre grupos humanos passou ser devassado com mais afinco a partir do século XIX, sob o rótulo de migração. De fato, juntamente com a ideia de difusão, compôs o principal binômio que orientou boa parte das pesquisas desenvolvidas até a segunda metade do século XX, algo já mencionado neste capítulo (KROEBER, [1917]1949; CHILDE, 1950; BELLELI, 2001; TRIGGER, 2004). Mais tarde, na década 1960, o termo migração passou a ser associado a tudo aquilo que deveria ser evitado em Arqueologia, por se remeter a problemas de pesquisa considerados como superados ou não tão relevantes para o desenvolvimento da disciplina. Foi substituído pela noção de mobilidade, para se referir principalmente a movimentos de caçadores-coletores por um território em função à disponibilidade de recursos (BINFORD 1980, 1982, 1990). Na década de 1980, o quadro se complicou, com o redimensionamento da temática, que passou a desfrutar de um novo fôlego, marcado pela profusão de estudos conectados com as mais diversas abordagens teóricas (RENFREW 1982, 1987, 1988; ANTHONY, 1990; BURMEISTER 2000)<sup>41</sup>. Na empreitada, o objetivo tem sido entender a estrutura do fenômeno de migração bem como diferentes estratégias de mobilidade, que parecem ser os aspectos mais condizentes para lidar com a complexidade de formas e táticas inerentes à circulação de pessoas por uma determinada área geográfica (SHAW, 2009).

Explicando melhor, a migração voltou a figurar na agenda das pesquisas arqueológicas, principalmente por conta da repercussão alcançada pelos estudos de Colin Renfrew (1982, 1987, 1988) sobre o colapso da sociedade Maia e as origens dos indo-europeus. Contudo, as contribuições mais efetivas, com preocupação explícita em desvendar diferentes estratégias de migrações e sua relevância para a Arqueologia, foram apresentadas em artigo já clássico de David Anthony (1990), *“Migration in Archaeology: The Baby and de*

---

<sup>41</sup> Enquanto migração parece se referir ao deslocamento de pessoas de um lugar para o outro, geralmente envolvendo a mudança de residência, mobilidade no contexto pode se referir tanto a estes movimentos quanto a circulação por um domínio territorial (SHAW, 2009). De fato, em diversos estudos, os termos aparecem dotados de compatibilidade, com migração sendo entendida como uma forma de mobilidade entre grupos humanos, principalmente, a partir das perspectivas sobre o assunto abertas por Anthony (1990). Exemplos dessa abordagem podem ser encontrado nos trabalhos de Killgrove (2010) e Dommelen (2014).

*Bathwater*”. Por meio de uma perspectiva interdisciplinar, fortemente calcada em dados da Antropologia, Demografia e Geografia, o autor concentrou-se em entender a estrutura dos processos de migração, visualizando-a como um fenômeno bem demarcado no comportamento humano.

Inicialmente, Anthony (1990) apresentou a ideia de “efeito *push-pull*” como um primeiro passo em direção ao entendimento do funcionamento de migração. Para ele, migração acontece nas ocasiões em que existe um estresse negativo na região de origem (efeito *push*) e atração positiva na região de destino (efeito *pull*), intermediada por custos aceitáveis no transporte entre ambos os lugares. Na lógica desse esquema, questões envolvendo a transmissão cultural parecem gozar de um lugar privilegiado, já que a existência de um fluxo de informações é fator determinante no sucesso da empreitada. Em outras palavras, informações sobre o destino em potencial podem expandir ou restringir o movimento, levando, portanto, ao desenvolvimento de estratégias específicas para que notícias sobre o local de destino sejam transferidas, ou seja, a conformação de uma “rota de transmissão”. Seguindo por este raciocínio, é de se esperar que grupos dificilmente saiam ao acaso, manifestando preferência por locais já conhecidos ou com algum tipo de conexão de parentesco ou amizade.

A partir dessas premissas, Anthony (1990) buscou entender as migrações de longa distância e curta distância, atentando-se para suas diferentes variáveis. Sobre o movimento de curta distância, parece ser mais comum em sociedades economicamente difusas, que exploram diversos nichos em um determinado território. Para o autor, é possível que a maioria dos movimentos no passado seguisse deslocamentos curtos por uma determinada paisagem. Os indícios arqueológicos referentes seriam sutis, de difícil identificação. Por sua vez, a migração de longa distância envolve a superação de fronteiras ecológicas e culturais, demandando considerável planejamento e esforços que deixariam marcas mais evidentes no registro arqueológico. Transmissão cultural é novamente essencial neste processo, já que sociedades focadas em estratégias de subsistência podem ter desenvolvido amplas redes de comunicação visando a divulgação de informações sobre zonas de recursos disponíveis.

Realizadas as distinções necessárias, Anthony (1990) chamou a atenção para cinco situações concernentes à migração que podem gerar contextos arqueológicos bem específicos. O primeiro caso é denominado de efeito “*leapfrogging*”, onde grandes distâncias podem ser percorridas sem a existência de pontos intermediários entre elas. O segundo é denominado de “correntes migratórias”, onde grupos tendem a percorrer caminhos bem definidos em direção a determinados destinos, consolidando verdadeiras rotas de acesso. O terceiro são as

“migrações de retorno”, com a volta de parte das pessoas que migraram para o lugar de origem, se os fatores “*push*” não forem tão intensos. O quarto é a “frequência migratória”, que se assenta na suposição de que sujeitos que migraram uma vez possivelmente irão migrar novamente. E, por fim, a “demografia migratória”, que estabelece a recorrência de fatores estruturais em uma população, baseados em sexo e idade<sup>42</sup>, serem fatores determinantes à existência de movimentos.

Para todos os efeitos, as considerações de Anthony (1990) fomentaram o desenvolvimento de diversos estudos comprometidos em verificar os indícios arqueológicos referentes à migração e mobilidade. Para os propósitos desta tese, tais trabalhos se tornam relevantes na medida em que buscaram identificar taxas de movimentação, envolvendo a mudança de residência ou não, a partir de características da cerâmica arqueológica (SIMMS & BRIGHT, 1997; EERKENS, 2000, 2003, 2008; EERKENS ET AL, 2002; EERKENS ET AL, 2007; BRIGHT ET AL, 2005; SHAW, 2009; WALLIS ET AL, 2010; MURIETA-FLORES ET AL, 2012; HERZOG, 2014; DOMMELEN, 2014; AMARAL, 2015; só para citar alguns exemplos). Vale salientar que o interesse nas empreitadas não tem sido o de explicar as causas da migração, que é, na maioria dos casos, inacessível por estar associada a quadros históricos específicos, mas sim à sua estrutura de funcionamento.

Inicialmente, as suposições sobre a correlação entre mobilidade e cerâmica foram refletidas no âmbito de estudos dedicados a grupos caçadores-coletores que produziam esse tipo de vestígio (SIMMS & BRIGHT, 1997; EERKENS, 2008). Com o aprofundamento das investigações, observou-se que as unidades de análise estipuladas poderiam ser expandidas para dar conta de populações agrícolas. No percurso, aconteceu o redimensionamento da noção de sedentarismo, acompanhada pela percepção de que populações consideradas tradicionalmente sedentárias ou com alto domínio dos recursos do ambiente podem vir a se movimentar com diferentes frequências, por motivos de ordem diversos, impactando a produção cerâmica (BRIGHT ET AL, 2005; GIBBS, 2012).

A partir de padrões detectados etnograficamente, consolidou-se a premissa de que um maior investimento na produção da cerâmica estaria atrelado a uma menor mobilidade, do mesmo modo que menor investimento poderia ser identificado em grupos mais móveis (SIMMS & BRIGHT, 1997). Estas proposições foram inauguradas no trabalho de Simms e Bright (1997), sendo refinadas por estudos posteriores (BRIGHT & UGAN, 1999;

---

<sup>42</sup> Para Anthony (1990), em algumas sociedades, as altas taxas de homens jovens podem estar atreladas à migração, na medida em que tais sujeitos podem atuar como “batedores”, desbravando e obtendo informações sobre novos territórios e comunicando-os para o resto do grupo (ANTHONY 1990).

EERKENS, 2008; entre outros). O quadro de mobilidade pode ser identificado em algumas variáveis-chaves. A primeira variável seria o tipo de pasta. Vasilhames com pasta mais fina e grãos menores de tempero sinalizariam para um maior investimento e atenderia as necessidades de desempenho. Do mesmo modo, a maior diversidade de componentes químicos nas cerâmicas de um mesmo sítio, pode indicar exploração de diferentes fontes de matéria-prima e, conseqüentemente, uma maior circulação por uma paisagem. A segunda variável eleita foi a espessura dos fragmentos. Quanto menor a espessura, maior o trabalho conferido em sua elaboração. Outra dimensão significativa é o tamanho do vasilhame. Apesar de intimamente relacionada à função desempenhada pelo mesmo, parece evidente que potes maiores estariam associados a grupos mais fixos. Por fim, foi identificada variável referente aos tratamentos de superfície. Cerâmicas mais grosseiras poderiam indicar alta mobilidade, enquanto cerâmicas bem alisadas ou com maior diversidade decorativa demandariam maior esforço e, conseqüentemente, maior estabilidade residencial (SIMMS & BRIGHT, 1997; BRIGHT ET AL, 2005).

Estas reflexões iniciais foram balizadas por elementos adicionais, no intuito de refinar o modelo. Bright & Ugan (1999), destacam a necessidade de levar em conta nas análises os recursos disponíveis por uma paisagem, que podem ter desempenhado papel relevante sobre a decisão de um grupo se mover. Por sua vez, Eerkens (2008) aponta para a exigência de se considerar a função para a qual os vasilhames eram empregados, principalmente a fim de verificar se diferenças no tamanho e espessura dos potes são determinados por demandas cotidianas de ordem prática ou realmente refletem um menor investimento em decorrência de mobilidade. Finalmente, Simms et al (2005) apontam para a importância em caracterizar os tipos de sítios que estão sendo avaliados, já que diferentes estratégias podem envolver sítios residenciais e sítios de curta duração. Nesses casos, cerâmicas podem ser facilmente transportadas e armazenadas, podendo gerar uma configuração completamente diversa da esperada em termos de investimento.

Para além dos procedimentos de verificação da cerâmica, a dimensão espacial concernente à mobilidade tem arregimentado diversos pesquisadores nos últimos anos (HARRIS, 2000; BELL & LOCK, 2000; LEUSEN, 2002; COOPER, 2010; MURIETA-FLORES ET AL, 2012; HERZORG, 2015; entre outros). Nos estudos, com a utilização de ferramentas SIG, têm sido propostas hipóteses a respeito de áreas potenciais de trânsito entre grupos pretéritos, pautando-se em cálculos de custos referentes aos movimentos por uma paisagem. Para isso, são calculados os obstáculos representados por fatores naturais, como a inclinação de vertentes, rios, montanhas, entre outros aspectos. A partir da análise de custo de

superfície, são desenvolvidos algoritmos com sua respectiva projeção em esquemas cartográficos, permitindo assim a visualização dos caminhos de menor custo – o “least-costs path” (MURIETA-FLORES ET AL, 2012; HERZORG, 2014). Evidentemente, trata-se da construção de modelos de caráter preditivo, cujo valor explicativo reside na possibilidade de confrontação com dados de diferentes naturezas, tais como a distribuição de sítios por uma paisagem e a cronologia de ocupação disponível para um determinado território.

Neste ponto, algumas considerações de caráter crítico são necessárias, no intuito de avaliar a plausibilidade das estratégias de detecção de mobilidade apresentadas em gerar interpretações confiáveis diante do registro arqueológico. De forte caráter processualista, os estudos aqui listados focam na detecção de padrões e, fundamentalmente, assumem a existência de uma relação direta entre aspectos funcionais dos vasilhames, investimento e as estratégias de captação de recursos em um determinado contexto adaptativo. Assim, pouca atenção é conferida para as variáveis seletivamente neutras e, conseqüentemente, para o efeito de questões históricas específicas, que podem levar um grupo a agir por vieses particulares e não em função de uma possível “otimização”.

Um bom exemplo dessa premissa pode ser encontrado na discussão conduzida por Araujo (2015), ao avaliar a ocupação do território brasileiro por grupos paleoíndio, particularmente relacionados com a Tradição Umbu, Itaparica e Lagoa Santa. Considerando sua presença por amplos territórios, com a exploração de diferentes ambientais naturais, o autor defende que as diferenças detectadas na cultura material encontram-se menos influenciadas por aspectos pertinentes ao meio. Desse modo, salienta as similaridades entre as populações no tocante à subsistência, de acordo com o que é evidenciado pelos dados zooarqueológicos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado para questões decorrentes de mobilidade, já que os vestígios arqueológicos parecem estar ligados a grupos caçadores-coletores com diferentes estruturas tecnológicas, não suportando conjecturas que vinculam a variabilidade com maior permanência ou propensão para deslocamentos. Na opinião de Araujo (2015), a melhor alternativa para explicar variabilidade entre as indústrias líticas, nesse caso, perpassa por historicidade e não por questões de “otimização”.

Não se trata aqui de desconsiderar as contribuições das propostas citadas, muito pelo contrário. O que se defende é que tais parâmetros podem constituir um excelente ponto de partida para criação de hipóteses sobre mobilidade e transmissão cultural. Contudo, as suposições geradas devem ser comparadas com outros tipos de análises dedicadas em avaliar o comportamento dos traços enfocados no tempo e no espaço, com a percepção de que nem sempre a busca pela “otimização” pode ser a resposta mais pertinente.

Um bom exemplo dessa postura pode ser identificado no contexto brasileiro no trabalho desenvolvido por Amaral (2015), que buscou refinar o tratamento de questões envolvendo mobilidade de curta distância de grupos relacionados à Tradição Tupiguarani em um compartimento regional, tema ainda pouco debatido na Arqueologia Brasileira. O foco foi a Chapada do Araripe, situada no município de Araripina, Pernambuco. O autor formulou um modelo dedicado em evidenciar indicadores de mobilidade a partir de vestígios cerâmicos, problematizando-os frente aos recortes ambientais que se encontram inseridos – a Depressão Sertaneja e a Chapada. O referencial teórico utilizado caracteriza-se pela heterogeneidade, pontuando reflexões de pesquisadores filiados a diferentes escolas que problematizaram mobilidade e sua identificação perante o registro arqueológico, tais como Binford (1980, 1982, 1983, 1990), Anthony (1990), Simms et al (1997), Eerkens (2000), Wallis et al (2010), Hill (2013), entre outros. Elegeu quatro indicadores como determinantes para as inferências estabelecidas: acabamentos de superfície, tipo de pasta, tamanho e espessura.

Na concretização da empreitada foram efetuadas as análises tecnológicas da cerâmica de 24 sítios arqueológicos, aliada as técnicas arqueométricas de fluorescência de raios-X. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido SIG tendo em vista a configuração topográfica da região abordada com vistas à identificação de possíveis rotas de conexão. Com a articulação das diferentes informações, o autor constatou uma alta mobilidade nos sítios estudados, informada pela presença de bordas (hipoteticamente equivalentes a vasilhames) com a ausência de acabamento adicional de superfície, pasta sem a presença de antiplástico intencionalmente adicionado, vasilhames com tamanho médio e espessura média (AMARAL, 2015).

Para os propósitos da presente tese, fica evidente, portanto, que questões referentes à mobilidade devem ser necessariamente integradas a um quadro envolvendo transmissão cultural. No âmbito da Arqueologia Evolutiva, Cochrane (2008) destaca que a teoria darwiniana fornece as bases para tratar de migração de uma forma diferenciada, amparada nas ideias de seleção, transmissão e inovação, permitindo o teste de explicações por meio da comparação de variabilidades e semelhanças evidenciadas no registro arqueológico. Neste caso, continua relevante a tarefa de perceber semelhanças homologas e análogas, no intuito de verificar os indícios de conexões entre grupos.

Desse modo, Cochrane (2008) aponta para alguns passos necessários no tocante ao esforço de tratar migração sob o ponto de vista da transmissão cultural. Primeiramente, os conjuntos de artefatos das duas áreas geográficas sob análise devem ser descritos a partir de classes de artefatos capazes de revelar semelhanças que são expressão de homologia ou analogia. Depois, métodos de cladística e seriação podem ser invocados para explicitar as

relações de transmissão entre as diferentes classes. Posteriormente, a distribuição geográfica é equacionada e comparada com as relações de transmissão evidenciadas, possibilitando a composição de arranjos capazes de expressar processos de transferência de conhecimento e eventos de migração. Por fim, os conjuntos provenientes de cada área estudada devem ser separados e comparados no intuito de construir abordagens plausíveis para conjecturar acerca de processos de transmissão ligados ou não um movimento definitivo de indivíduos por um território.

Como conclusão, mesmo reconhecendo a necessidade em tratar do tema da migração sob um quadro de transmissão cultural, Cochrane (2008) destaca um fator limitante. Para ele, os argumentos gerados são sustentados em torno das semelhanças homólogas de artefatos, já que em muitas situações, a evidência empírica do movimento de populações encontra-se restrita ao universo biológico, acessíveis por meio de análises de DNA, morfologia óssea, entre outros. Contudo, chama a atenção para as potencialidades de refletir sobre o assunto no âmbito da Arqueologia Evolutiva, na medida em que permite refinar os estudos concernentes a similaridade e continuidade, que deixam de ser vistas de modo generalista, para ser associada a linhagem de artefatos capazes de indicar grupos historicamente relacionados. Em suma:

Sem métodos para definir similaridades homólogas e linhagens culturais, os resultados de pesquisa de migração pode erroneamente igualar artefatos semelhantes com a existência de pessoas culturalmente relacionadas em múltiplas áreas geográficas (COCHRANE, 2008, p. 145)<sup>43</sup>.

#### **4.5 Estilo, função e transmissão cultural: propostas de Carl Lipo e Ethan Cochrane**

Nessa parte, as atenções se concentrarão em apresentar em linhas gerais, as proposições e procedimentos que têm norteado as pesquisas conduzidas por Carl Lipo e colaboradores no estudo do Vale do Rio Mississippi, e Ethan Cochrane, na investigação dos sítios arqueológicos das Ilhas Yasawa, em Fiji Ocidental, na Polinésia. Trata-se de abordagens que compartilham da mesma fundamentação no tocante a métodos e teoria. Oferecem, desse modo, os aportes metodológicos para compreender, por meio da variabilidade expressa pela cerâmica, questões relacionadas com estilo, função e transmissão cultural, coadunando-se com a investigação conduzida na presente tese.

---

<sup>43</sup> “Without methods for defining homologous similarities and cultural lineages, the results of migration research may mistakenly equate like-looking artifacts with the existence of a culturally related people in multiple geographic areas” (COCHRANE 2008:145)

De modo geral, Lipo e colaboradores têm usado a teoria de transmissão cultural para avaliar a evolução de traços neutros (estilo) ao longo do tempo e do espaço, buscando identificar como diferentes mecanismos de transmissão encontram-se expressos na cultura material. O ponto de partida para as pesquisas foi o modelo elaborado por Neiman (1995). No trabalho, é estabelecido que sob determinadas condições, tal como ausência de barreiras geográficas significativas, todos os indivíduos de um grupo apresentam a mesma probabilidade de interagir e de trocar informações. Assim, aquelas características não sujeitas a pressões seletivas, ou seja, as classes estilísticas (neutras), deveriam se comportar de forma estocástica ao longo do tempo e do espaço. Em realidades onde indivíduos são livres para interagir, os processos de transmissão cultural seriam os responsáveis pela variação das características neutras, que podem ser organizadas em termos de continuidade hereditária.

Na empreitada, Lipo tem dispensando atenções aos procedimentos de seriação como pertinentes para evidenciar determinados padrões que talvez estejam associados a distintos processos de transmissão cultural e interações entre grupos na pré-história. Quando é possível observar a mudanças nas características neutras agrupadas nas classes previamente definidas, a seriação – principalmente a seriação por frequência – emerge como procedimento que permite mensurar a mudança ao longo do tempo (LIPO, 2001a, 2001b, 2005).

Nesse caso, a questão da variabilidade espacial é minimizada com a adoção do conceito de área local, considerada um recorte geográfico onde os indivíduos se deslocam e interagem livremente, o que acaba por maximizar os vieses temporais na investigação da mudança. Porém, ainda que se consiga controlar tal dimensão, outros fatores devem ser levados em conta, tais como duração de um determinado traço, sistemática de classificação e problemas decorrentes de amostragem. Na prática, estas premissas fundamentaram os estudos realizados no Vale do rio Mississipi. No movimento, Lipo e equipe problematizaram os estudos conduzidos na região por Phillips, Ford e Griffin na década de 1940, mencionados na Introdução desta tese. Ao mesmo tempo, geraram novos dados, que foram incorporados às seriações realizadas para revelar continuidade hereditária demarcada por interação social (LIPO ET AL, 1997; LIPO, 2001b).

Por sua vez, partindo de premissas semelhantes, Ethan Cochrane abordou a cerâmica oriunda de 11 sítios arqueológicos por meio do estabelecimento de linhagens de artefatos, no intuito de discutir questões relacionadas a processos de transmissão cultural. Para o pesquisador, na construção dessas linhagens, os procedimentos de classificação assumiram papel fundamental, na medida em que possibilitaram o estabelecimento de classes teóricas que organizaram a variação percebida no mundo empírico. Construída a classificação, o

objetivo foi revelar as similaridades resultadas de parentesco histórico. Na concretização desse intento, seguindo as orientações de Lipo (2001a, 2001b, 2005; ERKENS, 2005, entre outros), a seriação – por ocorrência e por frequência – acompanhada da cladística apareceu como estratégia de investigação, oferecendo os subsídios para verificação de aspectos como ancestralidade e descendência para o material sob análise (COCHRANE 2002, 2004). Particularmente sobre a seriação, é concebida como ferramenta capaz de informar a respeito de surgimento, desaparecimento e continuidade hereditária entre as classes analisadas.

De forma similar a Lipo (2001a, 2001b), Cochrane (2004) afirma que, para explicações baseadas em mecanismos de transmissão cultural sejam realmente pertinentes frente aos dados analisados, é preciso considerar aspectos como continuidade de transmissão, duração da transmissão, a configuração da população e do espaço geográfico e os processos referentes à formação do registro arqueológico, bem como as técnicas de amostragem empregadas pelos arqueólogos. Em relação à continuidade de transmissão, chama a atenção para o fato de que, se a transferência de informações não acontecer com uma frequência suficiente, a homologia pode não ser perceptível na cultura material. Em outras palavras, se as distribuições das classes de traços culturais não são contínuas ou mesmo sobrepostas, não existe certeza se os elementos analisados são resultados de processos de transmissão no interior de uma linhagem. Uma alternativa oferecida para contornar discontinuidades é estabelecer linhagens com base em múltiplas classes de traços culturais, já que é mais difícil que sinais de rupturas drásticas possam ser observados para todas as classes ao mesmo tempo.

Cochrane (2004) chama a atenção para o fato da duração da transmissão apresentar um impacto direto sobre as taxas de similaridades que podem ser observadas na cultura material. Nesse caso, duração representa o tempo que o conjunto de elementos sob análise levou para aparecer associado. Em qualquer exercício comparativo, é preciso trabalhar com amostras com durações aproximadas. Em outras palavras, se existem diferenças substanciais no tempo em que um artefato leva para ser produzido, então é possível que as variações medidas sejam decorrentes da duração de um determinado processo de transmissão e não do mecanismo em si (COCHRANE, 2004). Trata-se de um princípio que é levado em consideração para o estabelecimento de sequências seriadas, que pressupõe a obrigatoriedade dos traços analisados se distribuírem por escalas temporais compatíveis (LYMAN & O'BRIEN, 2003).

Um outro aspecto destacado refere-se às relações entre a configuração da população responsável pela produção dos artefatos e as linhagens de cultura material elaboradas, algo também sinalizado por Shennan (2000, 2007). Em linhas gerais, o aumento efetivo da população equivale ao crescimento das chances de inovação e de processos de transmissão

acontecerem. O contrário também é verdadeiro, pois ao passo que o contingente demográfico diminui, a frequência na transferência de informações também decai, refletindo diretamente no decréscimo de determinadas classes em termos de presença e abundância. Desse modo, quanto maior for a população responsável pelos vestígios analisados, maior é a variabilidade detectada; com a diminuição radical de um grupo, geralmente por causas catastróficas, a perda da diversidade é evidente, acompanhada da extinção de alguns traços culturais.

Por fim, o espaço geográfico deve ser avaliado em relação aos processos de transmissão cultural. Isso porque os caminhos para transferência não são todos os mesmos e alguns envolvem custos maiores que os outros. De modo geral, essa configuração pode aumentar ou diminuir as chances de acontecerem contatos e conseqüentemente a transmissão de informação e geração da diversidade. Diversos fatores são elencados para relacionar sob essa perspectiva, população, transmissão e espacialidade. Por exemplo, a presença de cursos d'água navegáveis, correntes marítimas, condições climáticas favorecem o deslocamento e conseqüentemente aumentam as chances de contato entre grupos. Por outro lado, montanhas, serras, pântanos e outras barreiras geográficas podem ser considerados um empecilho. Obviamente, tais fatores constituem efetivamente facilitadores ou obstáculos frente às contingências históricas de cada grupo e a tecnologia disponível. Quando conjugados, esses elementos podem levar à criação de sistemas geográficos, que permitam a avaliação das opções de trajetos disponíveis em uma paisagem, sinalizando as viagens que demandam um menor custo energético (COCHRANE, 2004).

De toda sorte, é com base nesses pressupostos que Cochrane tem buscado entender a variabilidade cerâmica expressa por uma cronologia de 2.700 anos para a sua área de interesse. Nessa empreitada, utilizou procedimentos de seriação e cladística para quatro dimensões da cerâmica utilizadas na criação de classes: as formas da borda, o antiplástico, os acabamentos de superfície e a composição da argila. Os resultados obtidos revelaram que a diversidade cultural responsável pelas distinções no registro arqueológico declinou em torno de 2000 BP. Por volta de 600 BP, um novo grupo relacionado à transmissão cultural da linhagem de artefatos apresentou-se, sendo responsável pelo aumento da variação na cultura material analisada. Esse aumento da diversidade pode estar associado a possíveis mudanças ambientais, responsáveis pela modificação das pressões seletivas e por talvez, impactar o espaço geográfico fomentando a transmissão intragrupo. Tal constatação levou o autor a sugerir uma vultosa movimentação de grupos pelas Ilhas Fiji, que teria acentuando as distinções observadas na cerâmica (COCHRANE, 2002, 2004, 2008).

Ao final, fica evidente que as pesquisas de Carl Lipo e Ethan Cochrane têm expressado as potencialidades de se trabalhar com questões de estilo, função e transmissão cultural no estudo e comparação de contextos regionais específicos. De fato, tais perspectivas permitem, por exemplo, redimensionar a ideia de tradição. Isso porque, no quadro da Arqueologia Evolutiva, sua definição perpassa por aspectos como identificação de relações de hereditariedade cultural, processos de transmissão e o entendimento de diferentes mecanismos evolutivos. Ou seja, pressupõe que as associações entre um conjunto de elementos pautem-se nas relações de continuidade verificadas empiricamente e não em mera semelhança, que podem muito bem não expressar um quadro de homologia.

#### **4.6 Considerações sobre o capítulo**

O objetivo do presente capítulo foi apresentar um quadro teórico para o tratamento de questões relacionadas às rupturas e continuidades passíveis de serem identificadas na cultura material. Do ponto de vista da transmissão cultural, ficam evidentes as possibilidades de análise dos dados oriundos da Zona da Mata mineira e Araruama, no Rio de Janeiro, principalmente, quando conectadas com as preocupações da Arqueologia Evolutiva. Em termos práticos, isso levou à realização de seriação por ocorrência e por frequência para os tipos de pasta, bordas e tratamentos de superfície externa, acompanhado pela construção de classes com base nas dimensões citadas, que foram avaliadas quanto a sua capacidade de informar sobre traços estruturados pelo acaso ou por contingências históricas específicas, refletindo interações, daqueles oriundos de processos orientados por pressões seletivas (vide Capítulo 7).

Historicamente, foi destacada a associação efetuada entre transmissão cultural com ideias de difusão e migração, o que provocou o seu abandono como explicação a partir da década de 1960. As críticas manifestadas na ocasião parecem ter sido o suficiente para jogar o tema na obscuridade, na tentativa de fomentar o desenvolvimento científico da disciplina. Desse modo, foi desconsiderado um vasto conjunto de procedimentos, dados e resultados, acusados de uma notória carência teórica e geralmente vinculados a objetivos de pesquisa não tão relevantes para o escrutínio de processos mais amplos concernentes ao comportamento humano (BINFORD, 1968; LIPO ET AL, 1997; LYMAN ET AL, 1997).

Vale salientar que talvez a principal limitação da abordagem histórico-culturalista não foi tratar de migração ou reconhecer o poder explicativo inerente a difusão. Pelo contrário, foi a ênfase exagerada nesses processos, encarados como capazes de refletir toda e qualquer

variabilidade ou congruência diagnosticada no registro arqueológico. Nesse sentido, os arqueólogos comprometidos com a perspectiva não enfatizavam os diferentes processos evolutivos responsáveis por influenciar a forma assumida pelos materiais ao longo do tempo. Em outras palavras, ao não diferenciar explicitamente os traços sujeitos à seleção natural daqueles que poderiam ser considerados neutros, os pesquisadores acabavam colocando no mesmo pacote indicadores de homologia e analogia, assumindo a existência de mecanismos que envolviam transmissão para situações que poderiam ter acontecido mediante, por exemplo, a uma convergência adaptativa (O'BRIEN & LYMAN, 2002a, 2002b, LYMAN ET AL, 1997).

Digno de nota observar que arqueólogos histórico-culturalistas estabeleceram classificações e criaram procedimentos visando avaliar a distribuição de determinadas características ao longo do tempo. Mesmo obtendo bons resultados, não conseguiram explicar porque alguns dos tipos criados funcionavam tão bem para medir variação ou porque os procedimentos de seriação geravam curvas unimodais que informavam sobre o aparecimento, popularidade e extinção de alguns traços. Conforme destacado ao longo deste capítulo, as dificuldades podem ser relacionadas, em parte, à ausência de discussões voltadas para Classificação. Em uma estrutura formal, não foram definidas unidades ideacionais e empíricas e muito menos classes (LIPO ET AL, 1997; LIPO 2001b; O'BRIEN & LYMAN 2002a).

Assim, ao incorporar tais inquietações na formatação de uma abordagem dedicada em avaliar a mudança em uma perspectiva diacrônica, Robert Dunnell buscou evidenciar o que seria a especificidade da Arqueologia, rompendo nesse movimento os esforços vigentes em transformar a disciplina em Antropologia. Para o autor, Arqueologia não é Antropologia ou História Cultural: é simplesmente Arqueologia. Ainda que aproximações teóricas com a Biologia Evolutiva sejam possíveis, principalmente devido ao caráter histórico expresso nas investigações conduzidas em ambas as áreas, defendeu a necessidade das explicações serem construídas com base nos dados arqueológicos. Por isso, concentrou-se em refinar conceitos e procedimentos capazes de expressar os fatores responsáveis pela continuidade e mudança visualizada no registro arqueológico, sintetizados nos conceitos de estilo e função.

De fato, estilo e função referem-se, respectivamente, ao reconhecimento da atuação de processos históricos particulares (como interação e transmissão cultural) ao lado daqueles conduzidos no âmbito de pressões seletivas. Observa-se, portanto, que os arqueólogos evolutivos não negam o poder do livre arbítrio, das agências, do indivíduo, entre outros temas geralmente enfocados por agendas pós-processualistas. Pelo contrário, as contingências estão incluídas no escopo daquilo que pode ser considerado estilo. Em outras palavras, apesar de

detectarem padrões que correspondem a aspectos situacionais, reconhecem a impossibilidade de verificar cientificamente suas características particulares (BENTLEY, 2011). Por outro lado, elementos relacionados com seleção podem ser inferidos, por exemplo, por meio de testes de desempenho que buscam simular o comportamento de determinado traço em diferentes situações (NEFF, 1992; FEATHERS 2006).

Em relação ao contexto brasileiro, o quadro é marcado por uma ausência de investimento na aplicação de Classificação e em estudos comprometidos com a Arqueologia Evolutiva (cf. ARAUJO, 2001; LOURES OLIVEIRA ET AL, 2010; OKUMURA & ARAUJO, 2013). Geralmente, o trabalho de Dunnell é rotulado como de “difícil entendimento” e sua preocupação com as categorias básicas de análise não parece desfrutar do mesmo poder de sedução de perspectivas pós-processuais, com o seu foco em hermenêutica, agência, intenção humana, símbolos, significados, entre outros. Assim, a consequência dessa carência de reflexões mais aprofundadas sobre Classificação pode ser exemplificada em algumas situações relatadas abaixo.

Conforme discutido no Capítulo 2, no Brasil, muitos debates foram aglutinados em torno do termo “tradição”, visando discutir sua aplicação ou mesmo defender sua reformulação ou completo abandono (PRONAPA, 1969; BROCHADO, 1973, 1984; SANTOS, 1992a; SCHIAVETTO, 2003; LIMA, 2011; LOURES OLIVEIRA, 2012; só para citar alguns exemplos). De modo geral, a tradição foi postulada como a expressão de um grupo de elementos e técnicas que se distribuem ao longo do tempo, com pertinência espacial (CHYMZ, 1966). Uma tradição, nesse caso, seria a expressão de continuidades em uma perspectiva diacrônica. Para fins de coerência, deveria ser definida intensivamente, com a explicitação das condições que permitiriam a filiação de um determinado fenômeno sob seu escopo. Contudo, o que se verifica é uma descrição extensiva, com a listagem de determinados elementos para serem comparados. Assim, sua utilidade acaba sendo heurística, devendo ser entendida como uma simples denominação atribuída a determinado tipo de agrupamento (ARAUJO, 2001; OKUMURA & ARAUJO, 2013). Paradoxalmente, apesar de carregar em seu cerne a noção de transmissão cultural, não fomenta a composição de arranjos significativos para tratar do assunto.

Diretamente relacionada com esta constatação, encontra-se o fato de as análises da cultura material serem geralmente realizadas de modo a compor agrupamentos, dificilmente se prestando à construção de classes como resultado dos procedimentos de classificação aqui listados (MEGGERS & EVANS, 1970; CHYMZ, 1966, 1969; OLIVEIRA, 1991, 2000; entre outros). Evidentemente, a constituição de grupos é sempre válida e relevante, na medida em

que pode responder a diferentes questões colocadas perante o registro arqueológico, por meio da evidenciação do comportamento de dimensões específicas dos artefatos. Este reconhecimento levou à incorporação e reflexão desses dados na pesquisa em tela (vide Capítulo 6), onde foram submetidos a testes específicos visando avaliar o seu potencial informativo (vide Capítulo 7). No entanto, admite-se a limitação dos agrupamentos quando o interesse é investigar a mudança em uma perspectiva diacrônica, pois pelo fato de serem constituídos empiricamente, talvez manifestem localização precisa no tempo e no espaço. É verdade que métodos de datação absoluta podem ser empregados no intuito de balizar temporalmente os agrupamentos sob análise. Porém, mesmo com esses esforços, podem não demonstrar distribuições com pertinência cronológica, já que esta é uma qualidade distintiva das classes.

O cenário parece se tornar mais complexo quando o foco é a denominada Tradição Tupiguarani. Com sua profundidade cronológica e dispersão geográfica amplamente reconhecida, a existência de relações entre as diferentes manifestações arqueológicas localizadas no tempo e no espaço é assumida a priori. Desse modo, no registro arqueológico, congruências e diferenças são visualizadas por meio de características mais visíveis ou comparações quantitativas, podendo ser balizadas por dados linguísticos e etno-históricos. Contudo, permanecem abertas as possibilidades de construção de classes com o potencial de subsidiar tais conexões, no esforço de elaborar arranjos capazes de informar sobre homologia, analogia, estilo e função. Frente a esta constatação, a próxima parte da tese versará sobre os sítios abordados, materiais evidenciados e métodos aplicados no estudo dos contextos da Zona da Mata mineira e Araruama, buscando explicitar relações de afinidade e discrepância entre os sítios abordados, que serão refletidas em termos de estilo, função e transmissão cultural.

# PARTE II

## **CAPÍTULO 5 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PESQUISADOS NA ZONA DA MATA MINEIRA E COMPLEXO LAGUNAR DE ARARUAMA**

O foco do presente capítulo recairá sobre a apresentação dos sítios relacionados à Tradição Tupiguarani efetivamente abordados na pesquisa, que foram escrutinados inicialmente no âmbito das ações conduzidas pelas equipes do MAEA-UFJF, na Zona da Mata mineira, e do MN-UFRJ, no Complexo Lagunar de Araruama, sob a coordenação de Angela Buarque. Na oportunidade, o interesse será demonstrar a caracterização dos sítios, as estratégias de intervenção adotadas, a cronologia absoluta disponível, bem como questões e hipóteses que podem ser levantadas frente aos dados gerados. Cabe destacar que as informações dos contextos abordados englobam uma vasta bibliografia, produzida pelos pesquisadores envolvidos nas iniciativas em muitas ocasiões (LOURES OLIVEIRA & MONTEIRO, 2001; LOURES OLIVEIRA, 2003a, 2004a, 2004b, 2006a, 2006b, 2006c, 2008, 2009, 2012; LOURES OLIVEIRA ET AL, 2005, 2008a, 2008b, 2010; BUARQUE, 2000, 2002, 2004, 2009a, 2009b, 2010, 2011; GASPAR ET AL, 2004; SCHEEL-YBERT ET AL, 2008; entre outros), sendo inclusive parcialmente abordadas pelo presente autor em trabalho anterior (MAGESTE, 2012). Desse modo, o interesse na ocasião é o de apresentar a base empírica para a construção de reflexões envolvendo estilo, função e transmissão cultural.

### **5.1 Sítios pesquisados na Zona da Mata mineira**

No momento, serão expostas as informações sobre os sítios situados na Zona da Mata mineira. São eles: Emílio Barão, Teixeira Lopes, Primavera, Poca, Mata dos Bentes e Córrego do Maranhão. No cenário, o sítio Córrego do Maranhão distingue-se devido às estratégias metodológicas empregadas nas intervenções, o trabalho de documentação do acervo, as características da cultura material, a cronologia detectada e as questões suscitadas. Para todos os efeitos, esta configuração permitiu que os dados referentes a este assentamento fossem utilizados como parâmetro referencial nos estudos envolvendo o processo de ocupação da região por ceramistas Tupiguarani (LOURES OLIVEIRA, 2009; MAGESTE, 2012).

#### **5.1.1 Sítio Teixeira Lopes (ZM-JF-01)**

O sítio Teixeira Lopes (Fig. 13) situa-se na Fazenda Penalva, no povoado de Valadares, em Rosário de Minas, distrito do município de Juiz de Fora, a 100 m das margens

da BR-267, mais especificamente nas coordenadas 23K W=0643231 m S=7591618 m, a 678 m de altitude, em lado diametricamente oposto ao sítio Emílio Barão. Encontra-se implantado em pequena elevação, que pode ser caracterizada como planície fluvial, que se estende por cerca de 3 km<sup>2</sup>, com declives suaves em todo o seu em torno. Apresenta uma forma aplainada, provavelmente decorrente de ação de terraplanagem no passado. Contudo, são perceptíveis no terreno pequenas elevações conformando desníveis de 10 a 15 m. A cerca de 500 m, localiza-se o rio do Peixe (LOURES OLIVEIRA ET AL, 2005; LOURES-OLIVEIRA, 2007).

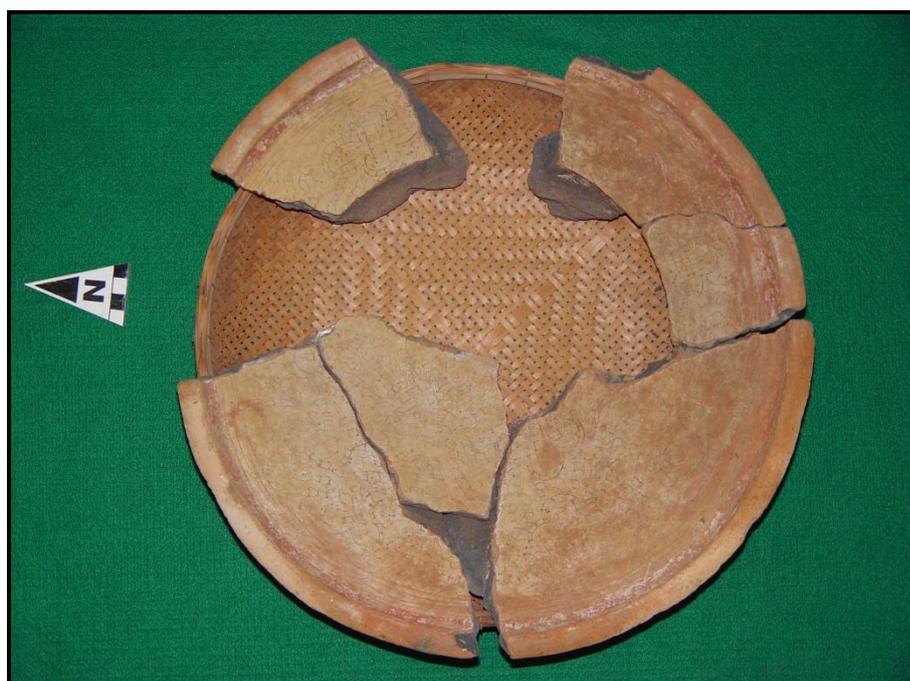
Os primeiros achados remetem-se a 1988, ocasião em que foram abertos dois silos de invernada, o que acarretou impactos negativos na área de implantação do sítio. A empreitada revelou fragmentos cerâmicos e vasilhames parcialmente inteiros, doados na época ao então Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana da UFJF (SAEA-UFJF) (Fig.14 e 15).



**Fig. 13:** Local de implantação do sítio Teixeira Lopes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 14:** Local de abertura dos silos, no sítio Teixeira Lopes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig.15:** Parte do material doado ao SAEA, em 1988. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

No ano de 2004, o sítio foi inserido no rol de pesquisas do “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”, sendo efetivamente escavado. Inicialmente, com o exame da dispersão dos vestígios pelo terreno, foi estimada uma área de 20.590 m<sup>2</sup>. Depois, os trabalhos consistiram na delimitação de duas trincheiras contínuas.

Uma aberta por retroescavadeira<sup>44</sup> (Fig. 16), com as dimensões de 25 x 0,7 m e profundidade de 2,3 m, e outra composta por 5 quadriculas de 1 m<sup>2</sup>. Na primeira trincheira (T1), direcionada para parte sul da colina, foi evidenciada a parede sul do primeiro silo e detectada estratificação apontando para movimentação de terra, possivelmente decorrente de terraplenagem. Na segunda trincheira (T2), observou-se marcas no solo decorrentes da escavação de um dos silos citados, além de uma primeira camada de sedimentos, com aproximadamente 0,3 m, bastante perturbada. De fato, em relação à estratigrafia, os pesquisadores verificaram camada de aterro, seguido por horizonte A, com 0,2 m. Depois, detectaram o horizonte B distribuído por 0,3 m de profundidade. Na sequência, evidenciaram uma camada de coloração mais escura, com 0,3 m, seguida por camada semelhante ao horizonte B, com 0,3 m, até atingir o horizonte C, de coloração amarelada (LOURES OLIVEIRA ET AL, 2005).

Foram também abertas outras 21 quadriculas, de 2 x 1 m, que atingiram a profundidade média de 1,1 m ou então até o ponto de encontro com o horizonte C. Os pontos de intervenção foram distribuídos entre o intervalo de localização dos silos e a parte mais a leste da área trabalhada. De modo geral, os vestígios arqueológicos encontrados restringiram-se a fragmentos de cerâmica bastante erodidos e lascas de quartzo, espalhados de forma irregular no terreno, aparecendo nas escavações entre 15 e 30 cm de profundidade. No total, foram escavados cerca de 62 m<sup>2</sup> e recuperados 784 fragmentos cerâmicos (Fig.17 e 18) (LOURES OLIVEIRA, 2006c; CORRÊA, 2006, 2009). O sítio conta com três datações por TL que vão de 225±25 a 585±60 AP (Tabela 03).

Paralelamente aos trabalhos interventivos, parte do terreno de implantação do sítio foi vistoriado com o Radar Penetrante de Solo, ou “*Ground Penetrating Radar*”, doravante GPR<sup>45</sup>, em trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Aranha (UFMG). Foi delimitada área de abordagem de 1650 m<sup>2</sup>. Durante os trabalhos, observaram-se diversos pontos de anomalias, posteriormente verificados por meio da escavação de sondagens. Porém, nenhuma das informações indicadas fazia referência a vestígios arqueológicos em sub-superfície, mas sim a elementos antrópicos de caráter contemporâneo, tais como lixo doméstico e objetos metálicos, além da presença de bioturbações (ARANHA, 2006).

---

<sup>44</sup> A retroescavadeira foi utilizada em área comprovadamente perturbada por processos de soterramento e terraplenagem. O intuito da equipe foi o de verificar a configuração estratigráfica da área, levando em conta os diferentes processos pós-deposicionais (LOURES OLIVIERA ET AL, 2005; LOURES OLIVEIRA, 2006c).

<sup>45</sup> A utilização do GPR em pesquisas arqueológicas consiste em ação não destrutiva ou invasiva, que permite investigar o subsolo com elevada resolução, por meio de imagens bidimensionais e tridimensionais de áreas selecionadas, o que possibilita a delimitação mais segura dos pontos que serão efetivamente escavados (GRANJEIA & MATIAS, 2008).



**Fig. 16:** Trincheira aberta com retroescavadeira no sítio Teixeira Lopes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 17:** Visão parcial de área escavada no sítio Teixeira Lopes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

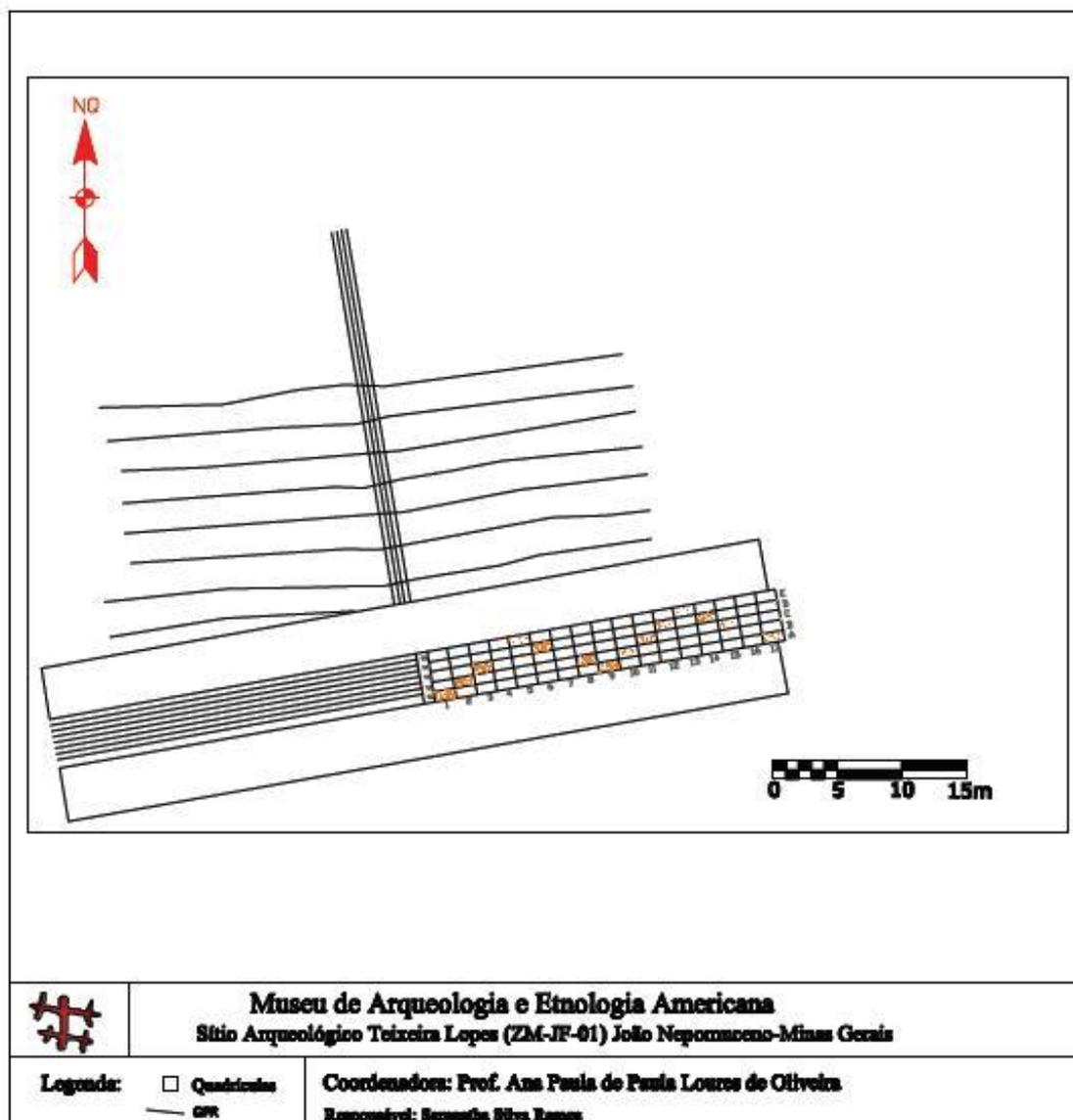


Fig.18: Planta com intervenções no sítio Teixeira Lopes. Fonte: MAEA-UFJF.

Sítio	Método	Idade (AP)	Referência
Teixeira Lopes (ZM-JF-01)	TL (FATEC/SP)	225±25	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		360±70	DAT 2993, Amostra C7, Dose Anual 2.473±348, Dose Acumulada 0,88.
		585±60	LOURES OLIVEIRA, 2006c

Tabela 03: Idades disponíveis para o sítio Teixeira Lopes. Fonte: MAGESTE, 2012.

### 5.1.2 Sítio Emílio Barão (ZM-JF-02)

O sítio (Fig.19) está situado no povoado de Valadares, em Rosário de Minas, distrito do município de Juiz de Fora, nas coordenadas 23K W=643391m S=7591053 m, a 100 m das margens da BR 267, defronte ao sítio Teixeira Lopes. Situa-se em topo de colina de feição do tipo meia laranja, que possui vertentes suaves nas direções sudeste, leste, nordeste, norte, noroeste, oeste e sudoeste. A proximidade com o rio do Peixe permite que o terreno seja caracterizado como terraço aluvial. Entre o assentamento e as margens do rio é possível observar a presença de brejos. O entorno do local apresenta ainda córregos, nascentes, depósitos de argila e até uma pequena queda d'água (LOURES-OLIVEIRA, 2007).



**Fig. 19:** Visão geral da área de implantação do sítio Emílio Barão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

A área foi diagnosticada durante os trabalhos de campo no sítio Teixeira Lopes, do qual dista menos de 500 m, sendo delimitada com 17.200 m<sup>2</sup>. No total, foram realizadas duas campanhas de campo. A primeira ação interventiva (Fig. 20), realizada em 2004, consistiu na abertura de 21 quadrículas, de 1 m<sup>2</sup>, em local perpendicular à estrada que corta o sítio, que mostrava considerável concentração de fragmentos em seu perfil. Os vestígios foram identificados até os 20 cm de profundidade, distinguindo-se por apresentar desgaste erosivo e grande dispersão pelo terreno. Chamou a atenção durante os trabalhos de campo, a evidenciação de estrutura de combustão em fossa, caracterizada por mancha escura de forma

cônica, preenchida com areia, cinzas, carvão, fragmentos cerâmicos e algumas lascas líticas (Fig. 21) (ARQUIVO MAEA-UFJF, 2004).



**Fig. 20:** Visão parcial da área escavada na primeira campanha no sítio Emílio Barão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 21:** Visão geral de combustão em fossa. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Em 2005, através de parceria estabelecida entre o MAEA-UFJF e a equipe de Arqueologia do Museu de História Nacional da UFMG (MHN-UFMG), foi levada a cabo outra etapa interventiva (Fig. 22 e 23). Nessa ocasião, os esforços se concentraram na abertura de seis trincheiras e demarcação de quatro setores para serem escavadas por superfícies amplas, compostos por quadrículas de 1 m<sup>2</sup>. Os vestígios foram localizados em maior concentração até os 20 cm de profundidade, corroborando as informações iniciais levantadas com a primeira campanha. Em termos estratigráficos, observou-se a presença de um horizonte de coloração mais escura, decorrente de acúmulo de matéria orgânica até os 25 cm, seguido por camada de solo amarelado e argiloso, com quase a mesma espessura, marcada pela baixíssima presença de material arqueológico. Depois, apareceu outro horizonte mais escuro, com cerca de 20 cm de profundidade, seguido novamente por parte com solo argiloso e de coloração amarela (ARQUIVO MAEA-UFJF, 2005).

No conjunto das atividades executadas, foi abordada uma área de 405 m<sup>2</sup> e coletados 19.766 fragmentos cerâmicos (Fig. 24). Destaca-se entre o material evidenciado a presença de fragmento modelado cilindro-cônico, semelhante a um pé aplicado em vasilhames e uma conta de *Rouen*, que inseriu o sítio em período histórico (CORRÊA, 2009). Posteriormente, a cronologia disponível foi ampliada, passando a contar com um conjunto de oito datações absolutas, que se distribuem entre 230±40 e 590±60 AP (Tabela 04). Vale salientar que concomitante aos trabalhos de escavação, o terreno foi verificado com o GPR, em trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Aranha (UFMG). A ação propiciou a delimitação de cinco áreas com anomalias, que foram escavadas para fins de verificação. Nenhuma correspondeu à alteração de caráter antrópico, restringindo-se a bioturbações (ARANHA, 2006).



**Fig. 22:** Visão parcial de área escavada em segunda campanha no sítio Emílio Barão. Fonte: ACERVO-MAEA-UFJF.



**Fig. 23:** Concentração cerâmica na segunda campanha do sítio Emílio Barão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Sítio	Método	Idade (AP)	Referência
Emílio Barão (ZM-JF-02)	TL (FATEC/SP)	210±30	LVD 1811, Amostra Quadrícula $\gamma$ 11, Dose Anual 2.483±232, Dose Acumulada 0,53
		330±60	DAT 2997, Amostra T6, Dose Anual 3.906±488, Dose Acumulada 1,27
		390±50	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		410±90	DAT 3107, Amostra R5, Dose Anual 3.132±526, Dose Acumulada 1,27.
		450±60	LVD 1810, Amostra Quadrícula 3, Dose Anual 1.511±128, Dose Acumulada
		460±80	DAT 3108, Amostra B9-2, Dose Anual 3.435±402, Dose Acumulada 1,57.
		480±50	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		530±280	DAT 2994, Amostra S4C, Dose Anual 3.054±283, Dose acumulada 1,63.
		590±60	LOURES OLIVEIRA, 2006c
	C14 (Beta Analytic)	230±40	LOURES OLIVEIRA, 2006c

**Tabela 04:** Idades disponíveis para o sítio Emílio Barão. Fonte: MAGESTE, 2012.

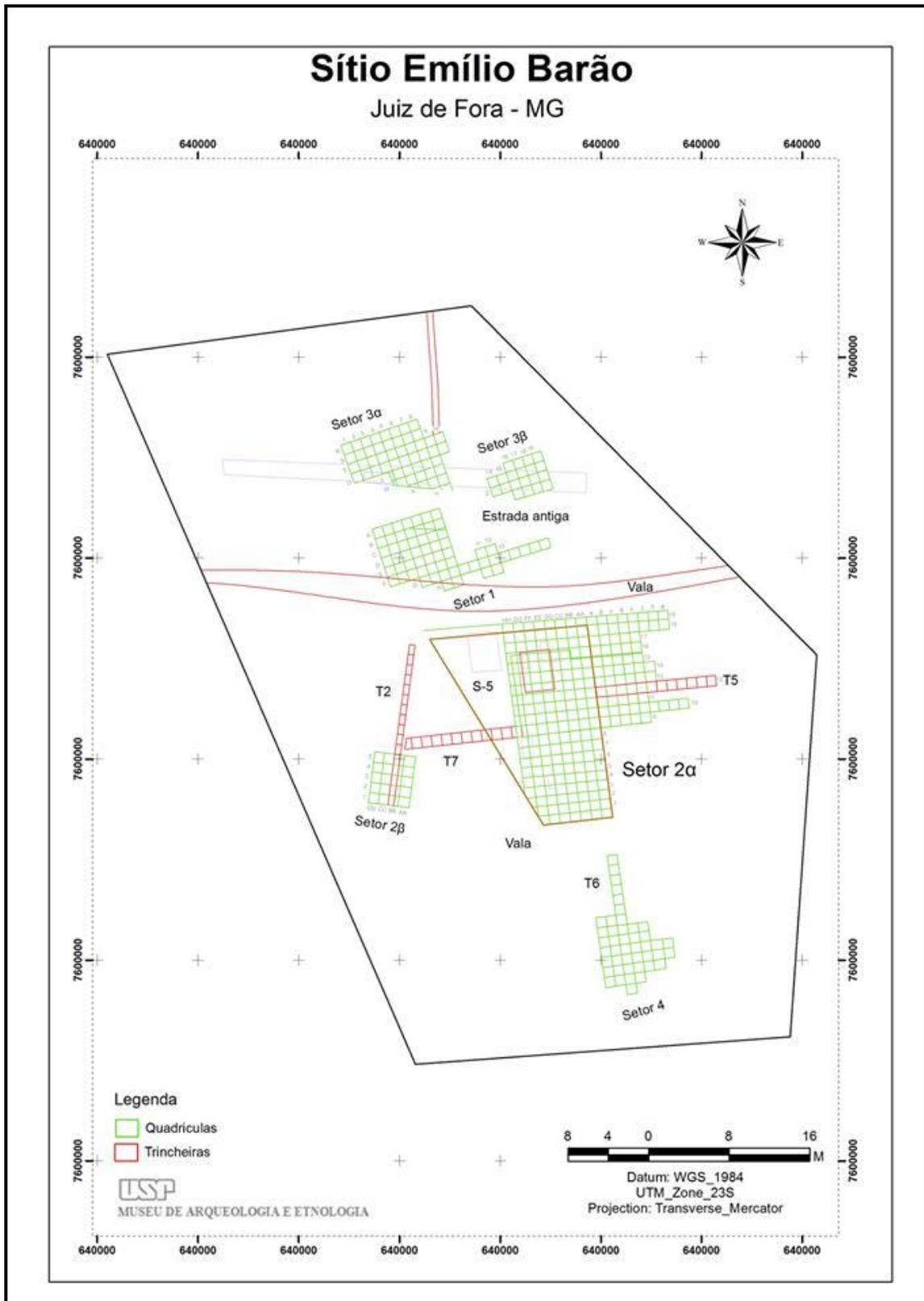


Fig. 24: Planta das intervenções no sítio Emílio Barão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Por sua vez, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Barros (UFRJ) coletou sedimento para a realização de análises palinológicas<sup>46</sup>. Sobre este trabalho, as amostras foram retiradas de um perfil de solo de aproximadamente 110 cm de profundidade, em uma das trincheiras abertas durante as escavações. Os dados publicados referem-se aos resultados do primeiro horizonte do solo, com 4 cm de espessura. Em laboratório, identificou-se 1.575 esporomorfos, dos quais 1.342 podem ser classificados em 14 taxa diferentes. De modo geral, os tipos polínicos principais averiguados foram da família *Gramineae*, *Asteraceae* (*Vernonia*), *Rubiaceae* (*Borreria*), *Malvaceae*, *Palmae*, *Amaranthus/Chenopodiaceae*, *Bignoniaceae*, *Lecythidaceae*, *Euphorbiaceae*, *Meliaceae*, *Pteridophyta* e *Bryophyta*, bem como esporos de fungos e tecido vegetal carbonizado (BARROS ET AL, 2007). Os tipos ruderais, tais como *Asteraceae*, *Rubiaceae* (*Borreria*) e *Poaceae*, são diretamente relacionados com áreas impactadas por ações antrópicas. Já a presença de partículas de tecido vegetal carbonizadas pode se referir às atividades rudimentares de limpeza do solo por meio de queimadas (MISUMI ET AL, 2011).

### 5.1.3 Sítio Primavera (ZM-JN-01)

O sítio Primavera (Fig. 25) está situado no município de São João Nepomuceno, coordenada 23K W=702955m S=7617862m, em propriedade homônima. O local tornou-se público em 2002, época em que a equipe do MAEA-UFJF foi informada sobre a presença de vestígios arqueológicos em superfície e sub-superfície. O sítio caracteriza-se por se encontrar implantado em topo de colina que compõe a Serra dos Núcleos, com declividades acentuadas a sul, leste e norte, com altitude média de 590m. A vegetação predominante no em torno é a *Brachiaria decubens*, ainda que seja possível identificar Floresta Estacional Semidecidual. No em torno do sítio, observa-se a existência de diversas nascentes, depósitos de argila e afloramentos gnáissicos e graníticos. No fundo de vale, a oeste da colina, situa-se o córrego Fazendinha, que deságua no ribeirão Carlos Alves, a cerca de 1,4 km do sítio, consistindo em afluente do rio Novo. De acordo com relatos fornecidos pelo proprietário das terras, o local foi intensivamente empregado no cultivo do café até a década de 1960 (LOURES OLIVEIRA & CORRÊA, 2003a, 2003b; LOURES OLIVEIRA 2004a, 2004b; LOURES-OLIVEIRA, 2007).

---

<sup>46</sup> Em síntese, “a Palinologia aplicada à Arqueologia visa identificar grãos de pólen e esporos provenientes de sítios arqueológicos, assim como interpretar os resultados dessas análises, sendo possível reconstituir a vegetação da área de estudo e inferir a extensão das interferências antrópicas, como queimadas, desmatamentos e cultivos” (MISUMI ET AL, 2011:01).



**Fig. 25:** Visão geral da Serra dos Núcleos, com área de implantação do sítio Primavera em destaque. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

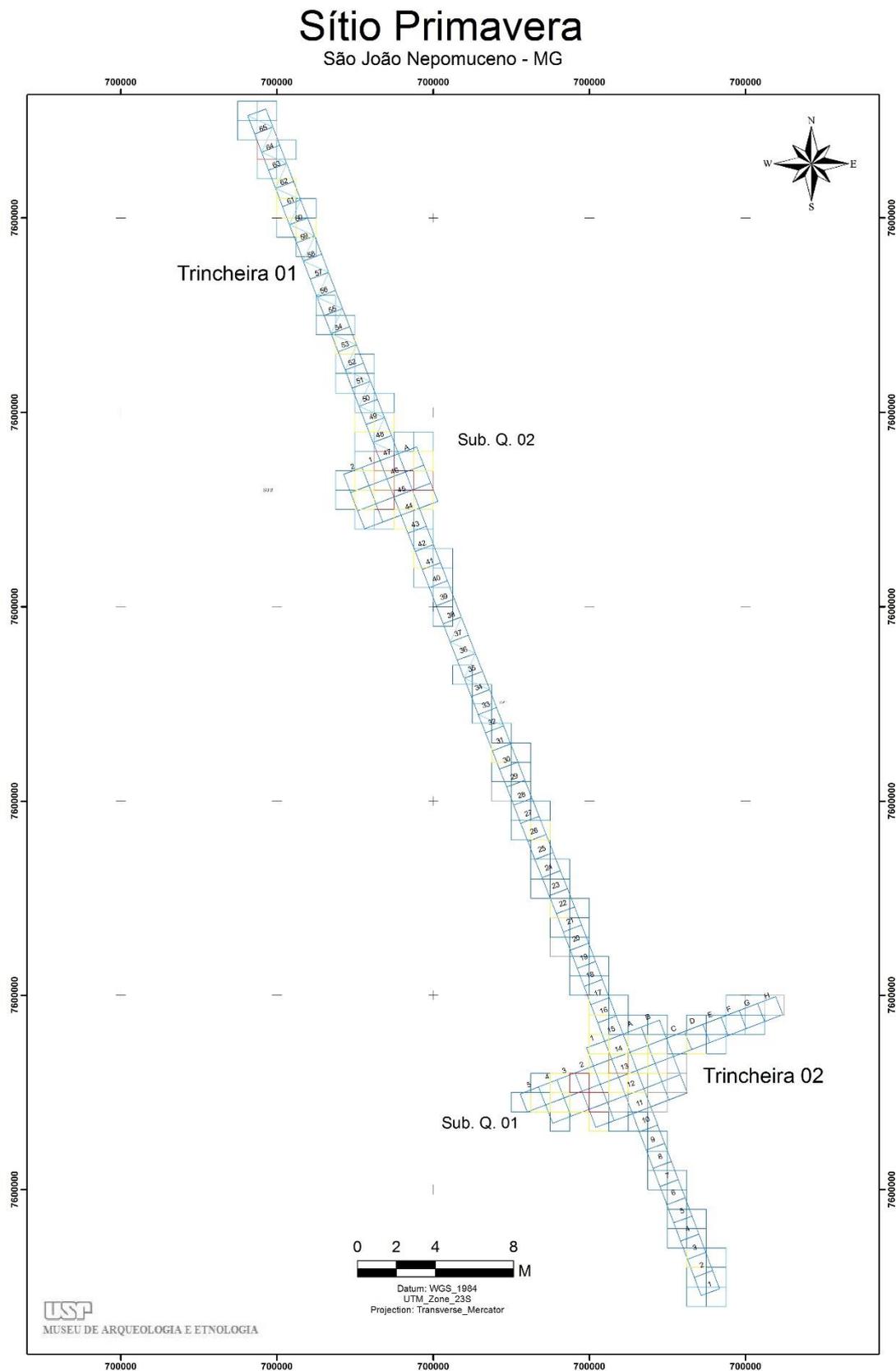
No tocante às ações interventivas, foram executadas três campanhas de campo, entre 2001 e 2003, que em um primeiro momento se dedicaram em delimitar as áreas de concentração de vestígios, distribuídos por uma área de 3.517 m<sup>2</sup> (Fig. 26). Para isso, foram abertas duas trincheiras, uma com 65 x 1 x 1 m e outra com 12 x 1 x 0,5 m. Posteriormente, foram delimitadas duas áreas, com respectivamente 22 m<sup>2</sup> e 9 m<sup>2</sup>, escavadas por superfícies amplas. Paralelamente, foram abertos três poços de controle, de 1 x 1 m e 1,5 m de profundidade. Em termos estratigráficos, observou-se a presença de um horizonte A grumoso, até os 30 cm de profundidade, seguido por horizonte B latossólico, de 55 cm, chegando, por fim, ao horizonte C, de natureza argilosa. O material arqueológico evidenciado consistiu em fragmentos cerâmicos e algumas poucas lascas líticas, situadas em superfície e, principalmente, entre os 10 e 20 cm de profundidade, com alto grau de perturbação (Fig. 27). No total, foram abordados aproximadamente 102 m<sup>2</sup> e recuperados 3.038 vestígios cerâmicos (Fig. 28) (LOURES OLIVEIRA, 2004a; LOURES OLIVEIRA, 2006c; CORRÊA, 2009). Paralelamente, datou-se por TL seis amostras de cerâmica e sedimento, que apresentaram idades entre 540±140 e 800±350 AP (Tabela 05).



**Fig. 26:** Visão parcial das escavações do sítio Primavera. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 27:** Fragmentos cerâmicos a 10 cm de profundidade no sítio Primavera. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 28:** Planta com intervenções no sítio Primavera. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Sítio	Método	Idade (AP)	Referência
Primavera (ZM-JN-01)	TL (FATEC/SP)	540±140	DAT 3105, Amostra L.L, Dose Anual 2.950±632, Dose Acumulada 1,58.
		550±70	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		560±130	DAT 3106, Amostra 46 <sup>a</sup> , Dose Anual 3.035±520, Dose Acumulada 1,71.
		580±210	DAT 3000, Amostra 07, Dose Anual, 2.757±838, Dose Acumulada 1,61.
		790±100	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		800±350	DAT 2996, Amostra S1, Dose Anual 3.089±1.178, Dose Acumulada 2,48.

**Tabela 05:** Idades disponíveis para o sítio Primavera. Fonte: MAGESTE, 2012.

Durante os trabalhos de campo, foi realizada na área escavada do sítio a coleta de sedimentos para análise palinológica, sob coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Aguiar de Barros (UFRJ). A investida permitiu a composição de seis amostras distribuídas ao longo de 76,5 cm de profundidade. Nos níveis examinados, verificou-se a abundância de partículas vegetais carbonizadas e de fungos diversos, bem como degradação nos grãos de pólen, possivelmente relacionados à exposição ao ar e realização de queimadas. Os dados obtidos revelaram-se mais abrangentes e pormenorizados do que os desvelados para o sítio Emílio Barão.

No nível mais profundo, entre 75 e 76,5 cm, predominaram esporos de *Pteridophyta/Bryophyta*, sendo encontrados dois tipos polínicos representantes da vegetação de campo, *Poaceae* e *Asteraceae*. No nível compreendido entre 40 e 41,5 cm, observou-se a mesma configuração, diferenciando-se somente pela maior quantidade de esporos de fungos. Entre 31 a 32,5 cm, continuou a aparecer esporos de *Pteridophyta/Bryophyta*, ainda que em concentrações menores. Outras famílias identificadas foram: *Poaceae*, *Asteraceae* e *Euphorbiaceae*. De 23 a 24,5 cm de profundidade, os pesquisadores evidenciaram o tipo polínico *Zea mays*, referente ao milho, para a atividade agrícola no local. Permaneceram nesse nível, vestígios da família *Poaceae* e um aumento na concentração de esporos de *Pteridophyta/Bryophyta*. Evidenciou-se também o tipo polínico *Cordia*. No nível determinado entre 10 a 11,5 cm, a vegetação de campo aparece de forma predominante, com ocorrência de *Poaceae*, *Borreria*, *Sida* e *Hyptis*. Do mesmo modo, nota-se aumento de *Zea mays*. Os tipos referentes a árvores e arbustos são representados pela *Cordia* e *Sapindaceae*. Acontece uma redução dos esporos de *Pteridophyta/Bryophyta* e de fungos. O último nível, com 5 a 6,5 cm de profundidade informa sobre a continuidade da predominância da vegetação de campo, com

indícios de *Poaceae*, *Asteraceae*, *Vernonia*, *Borreria*, *Sida* e *Ericaceae*. O *Zea mays* aparece, juntamente, com o *Manihot*, relacionado com a mandioca. Observa-se ainda a família *Sapindaceae*, esporos de *Pteridophyta/Bryophyta* e de fungos (BARROS ET AL, 2004).

Frente ao contexto desvelado com o trabalho, algumas situações chamaram atenção dos pesquisadores, tais como a redução na biodiversidade dos grãos de pólen verificada nos níveis 1 a 4; as altas taxas de esporos de *Pteridophyta/Bryophyta*; a coloração escura dos palinomorfos e a presença de partículas vegetais carbonizadas. Para todos os efeitos, o quadro aponta para a realização de queimadas sistemáticas na área, visando o preparo do terreno para o plantio de cultivares, detectado no nível 4. A partir desse nível, o aumento da vegetação de campo aponta para a recuperação do local após a queimada (Tabela 06).

<b>Profundidade</b>	<b>Vestígios</b>
75 a 76,5 cm NÍVEL 1	- Esporos de <i>Pteridophyta/Bryophyta</i> - <i>Poaceae</i> e <i>Asteraceae</i> (Vegetação de Campo)
40 a 41,5 cm NÍVEL 2	- Esporos de <i>Pteridophyta/Bryophyta</i> - <i>Poaceae</i> e <i>Asteraceae</i> (Vegetação de Campo)
31 a 32,5 cm NÍVEL 3	- Esporos de <i>Pteridophyta/Bryophyta</i> - <i>Vernonia</i> , <i>Poaceae</i> e <i>Asteraceae</i> (Vegetação de Campo) - <i>Euphorbiaceae</i> (Outras árvores e arbustos)
23 a 24,5 cm NÍVEL 4	- Esporos de <i>Pteridophyta/Bryophyta</i> - <i>Zea mays</i> (Cultivares) - <i>Poaceae</i> (Vegetação de Campo) - <i>Cordia</i> (Outras árvores e arbustos)
10 a 11,5 cm NÍVEL 5	- Esporos de <i>Pteridophyta/Bryophyta</i> - <i>Poaceae</i> , <i>Borreria</i> , <i>Sida</i> e <i>Hyptis</i> (Vegetação de Campo) - <i>Zea mays</i> (Cultivares) - <i>Cordia</i> e <i>Sapindaceae</i> (Outras árvores e arbustos)
5 a 6,5 cm NÍVEL 6	- Esporos de <i>Pteridophyta/Bryophyta</i> - <i>Poaceae</i> , <i>Asteraceae</i> , <i>Vernonia</i> , <i>Borreria</i> , <i>Sida</i> e <i>Ericaceae</i> (Vegetação de campo) - <i>Zea mays</i> e <i>Manihot</i> (Cultivares) - <i>Sapindaceae</i> (Outras árvores e arbustos).

**Tabela 06:** Quadro síntese da análise palinológica do sítio Primavera. Fonte: Elaborado a partir de BARTH ET AL, 2003 e BARROS ET AL, 2004.

Vale salientar, contudo, a possibilidade dos sedimentos depositados entre os níveis 4 e 5 terem sido revolvidos devido a ações agrícolas no passado. Desse modo, é possível que a análise tenha identificado diferentes pólenes misturados em um único pacote. Nesse caso, ainda que chame atenção a presença de vestígios de milho e mandioca em níveis coincidentes com os achados arqueológicos, não é possível estabelecer com os dados disponíveis inferências de caráter cronológico (BARROS ET AL, 2004). De toda sorte, a ausência de relatos a respeito do plantio desses cultivares em época histórica (cf. LOURES OLIVEIRA & CORRÊA, 2003a; LOURES OLIVEIRA, 2004a, 2004b) parece confirmar a hipótese de se tratar de evidências referentes às práticas agrícolas desenvolvidas pelos grupos indígenas que habitaram o local.

Para verificação da vegetação contemporânea, foram conduzidos levantamentos florísticos pela equipe coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Gonçalves Salimena, do herbário Leopoldo Krieger, da UFJF. As amostras foram coletadas a partir de caminhamentos aleatórios realizados no entorno do sítio, principalmente nos caminhos que se situavam na face sudeste da Serra dos Núcleos, encostas e topos de morros. Nesses locais, a coleta restringiu-se aos ramos terminais que possuíam folhas, flores, frutos ou qualquer outra estrutura acessória. Em termos práticos, foram identificadas 210 espécies, pertencentes a 69 famílias botânicas. As espécies mais representativas pertencem às famílias: *Leguminosae*, com 29 espécies; *Rubiaceae* e *Euphorbiaceae*, com 13 espécies cada; *Bignoniaceae*, com nove espécies; e *Melastomataceae*, *Solanaceae* e *Verbenaceae*, com sete espécies cada. Desse total, 182 foram consideradas nativas, com ampla distribuição no compartimento da Zona da Mata mineira; doze com proveniência desconhecida e quatro exóticas, sendo uma asiática, uma africana, uma da Bacia do Prata e uma cosmopolita (CASTRO ET AL, 2003, 2004). Em comparação com os dados palinológicos, é possível notar uma sensível mudança na configuração vegetacional, não aparecendo indícios de cultivares com o domínio da vegetação de campo.

#### 5.1.4 Sítio Poca (ZM-JN-02)

O sítio (Fig. 29) está situado em Roça Grande, distrito do município de São João Nepomuceno, na coordenada 23K W=715173 m S=7615865 m, distando 13 km em linha reta do sítio Primavera. Localiza-se em topo de colina, a 493 m de altitude, com declividades acentuadas a sul e norte. A vegetação predominante no terreno é a *Brachiaria decubens*, com ocorrências de Floresta Semidecidual em estado de regeneração avançada. Em seu entorno,

observa-se diversas nascentes e córregos, com alguns depósitos de argila e a presença de afloramentos de gnaiss e granito. A cerca de 500 m, encontra-se o ribeirão Roça Grande, correndo de noroeste para sudeste (LOURES OLIVEIRA, 2006c).



**Fig. 29:** Localização do sítio Poca, com área de implantação do sítio em destaque. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

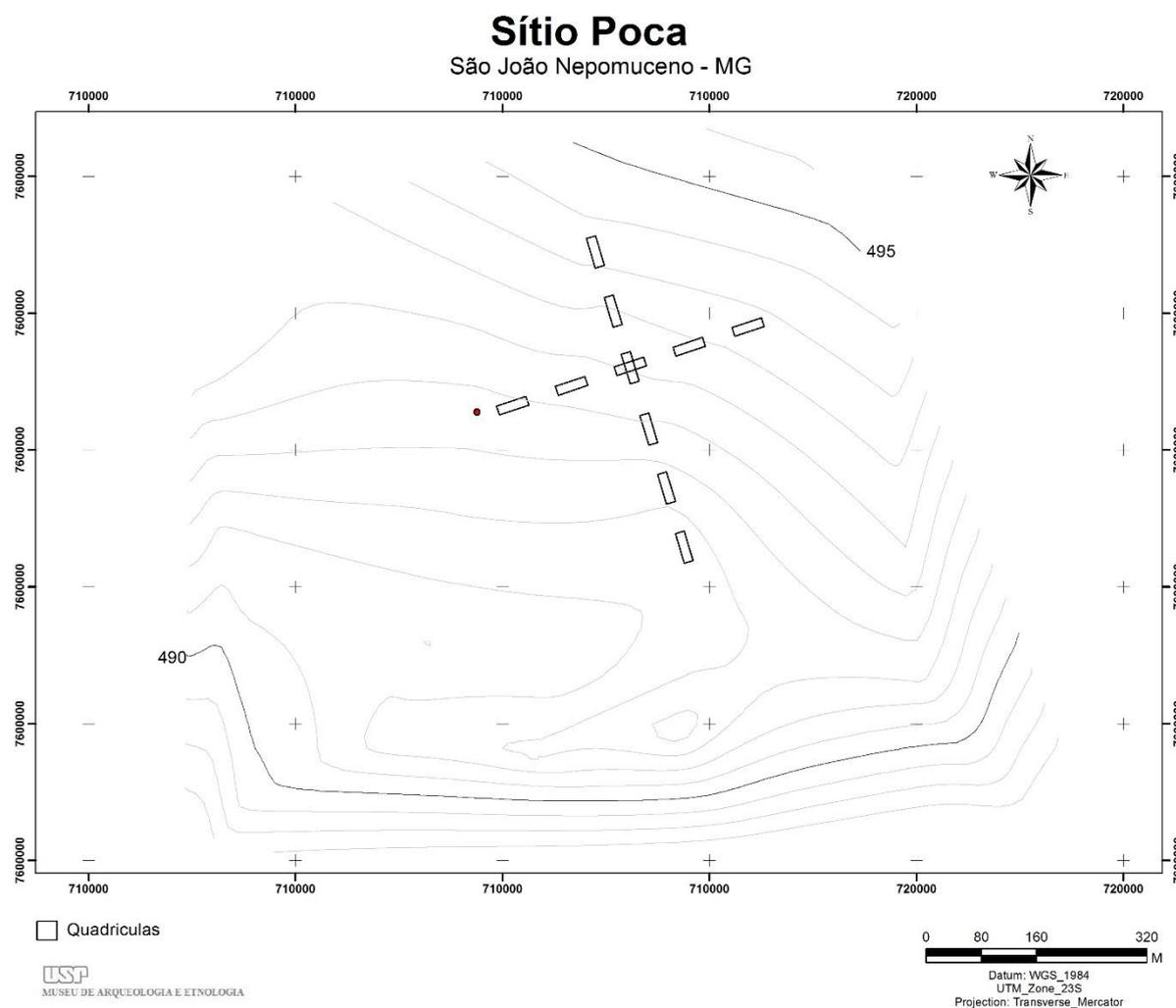
O local foi identificado pela equipe do MAEA-UFJF em 2002, sendo abordado sistematicamente no ano de 2004, quando foi estimada uma área de dispersão dos vestígios de 1.738 m<sup>2</sup>. Na oportunidade, foi levada a cabo ação interventiva (Fig. 30), que se concentrou na coleta de material em superfície e na escavação de nove quadrículas, de 2 x 0,6 m e 0,6 m de profundidade e quadrícula central, de 2,04 m<sup>2</sup>, denominada pela equipe de “poço de controle”. Foram evidenciados vestígios cerâmicos e algumas lascas líticas, geralmente, encontrados até a profundidade de 20 cm (Fig. 31), em camada de sedimento com coloração mais escura, perfazendo o horizonte “A”. Ao fim dos trabalhos, foi escrutinada uma área equivalente a 13,34 m<sup>2</sup> e recuperados 1.061 fragmentos cerâmicos (Fig. 32). No total, seis amostras de cerâmica e sedimento foram datados por TL, apresentando resultados que se distribuem entre 595±70 e 920±280 AP (Tabela 07) (LOURES OLIVEIRA, 2006c; MAGESTE, 2012).



**Fig. 30:** Escavações no sítio Poca. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 31:** Concentração de fragmentos cerâmicos evidenciados no sítio Poca. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 32:** Planta de escavação do sítio Poca. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Sítio	Método	Idade (AP)	Referência
Poca (ZM-JN-02)	TL (FATEC/SP)	595±70	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		630±80	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		750±90	LOURES OLIVEIRA, 2006c
		760±160	DAT 3115, Amostra C1, Dose Anual 2.424±377, Dose Acumulada 1,85.
		850±260	DAT 2995, Amostra PC, Dose Anual 3.044±780, Dose Acumulada 2,60.
		920±280	DAT 2998, Amostra D4, Dose Anual 2.835±728, Dose Acumulada 2,62.

**Tabela 07:** Idades disponíveis para o sítio Poca. Fonte: MAGESTE, 2012.

### 5.1.5 Sítio Mata dos Bentes (ZM-RN-02)

O sítio (Fig. 33) encontra-se situado na divisa dos municípios de Rio Novo e Goianá, próximo a MG-353, mais especificamente na coordenada 23K W=690473 m S=7620460 m. Foi identificado durante terraplenagens referentes às obras da construção do Aeroporto Regional da Zona da Mata mineira, em local que hoje corresponde à pista de pouso. Antes de sua descaracterização e efetiva destruição, encontrava-se implantado a uma altitude de 448 m, em ponto de mata secundária, em estado de regeneração, no topo de colina de feição tipo meia laranja. Suas vertentes eram suaves e a cerca de 400 m localizava-se o rio Novo. Outras nascentes e córregos puderam ser observados a sudoeste e noroeste (LOURES-OLIVEIRA, 2007).



**Fig. 33:** Visão aérea do sítio Mata dos Bentes, com local de implantação do sítio em destaque. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Em linhas gerais, os trabalhos de campo no local iniciaram-se em 2004, com coleta de superfície, permitindo o diagnóstico de uma área de 2.899 m<sup>2</sup> (Fig. 34). Depois, por meio da delimitação das áreas de maior concentração, foram estabelecidos quatro *transects* no sentido norte-sul e outro no sentido leste-oeste. Em cada um, foram abertas sondagens em intervalos

de 5 m, com dimensões de 50 x 50 cm e profundidades variando entre 50 cm e 60 cm, de acordo com o surgimento de camada estéril em termos arqueológicos. As sondagens que apresentaram maior concentração de vestígios foram ampliadas para visualização da dispersão do material em subsuperfície. Em relação aos achados, restringiram-se a fragmentos cerâmicos e poucas lascas líticas, com profundidade máxima de 20cm. Encontravam-se associados com camada de sedimento mais escuro até a profundidade de 15cm (Fig. 35), estendendo-se em alguns casos por 5cm de horizonte arenoso, com coloração amarelada. Vale salientar que o material evidenciando não se apresentou estruturado, estando inclinado em diferentes posições, apontando para a ocorrência de atividades envolvendo o arado no passado. Ao todo, foram escavadas 80 sondagens, perfazendo uma área equivalente a 100m<sup>2</sup> e resgatados mais de 6.000 fragmentos cerâmicos (LOURES OLIVEIRA, 2004b; LOURES OLIVEIRA, 2006c; CORRÊA, 2009, MAGESTE, 2012) (Fig.36). Com o prosseguimento dos estudos, foram enviadas para datação por TL seis amostras de cerâmica e sedimento, que apresentaram resultados que vão de 380±110 a 1300±100 (Tabela 08).



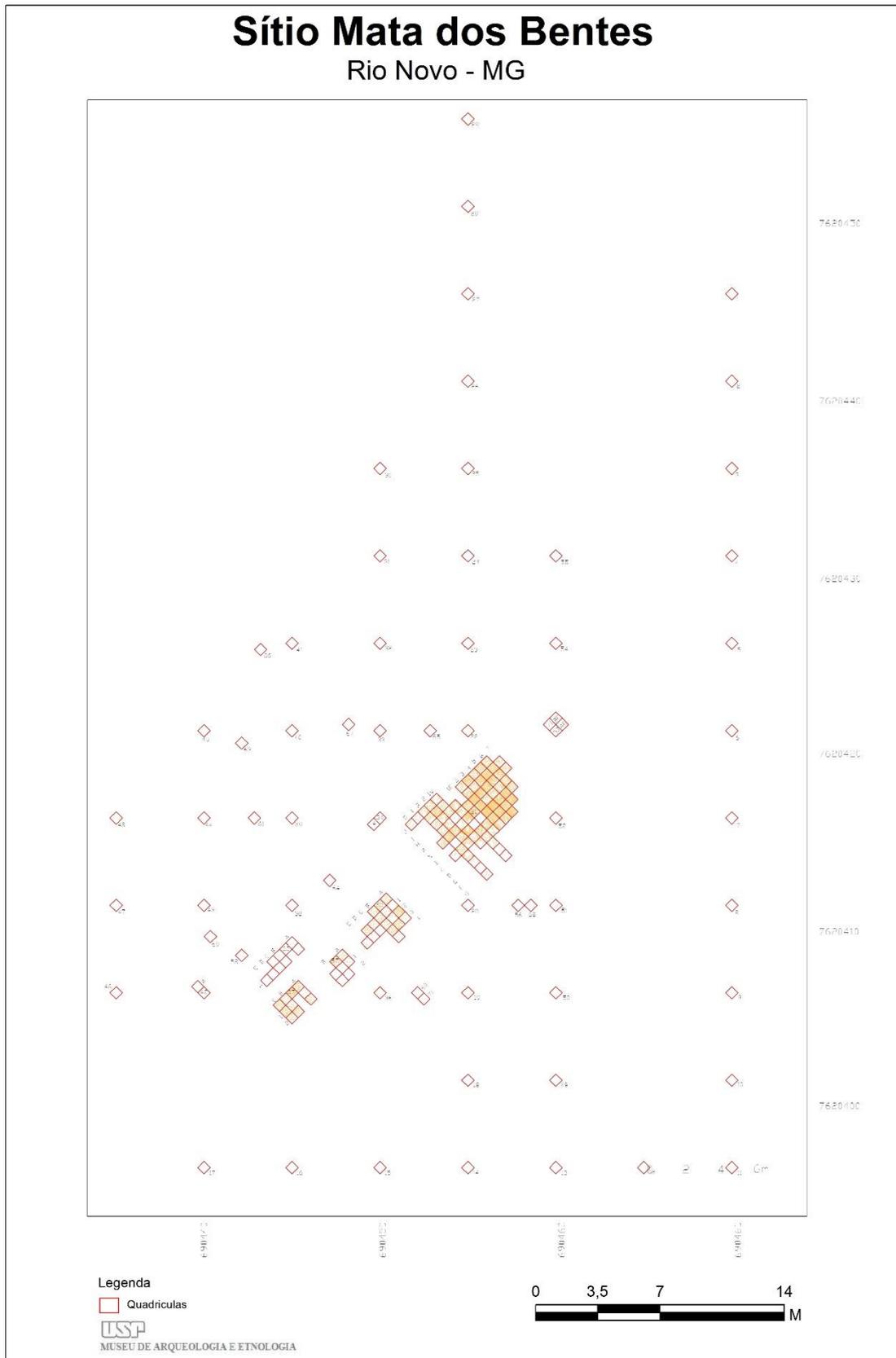
**Fig. 34:** Coleta de material em superfície no sítio Mata dos Bentes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 35:** Fragmentos cerâmicos evidenciados no sítio Mata dos Bentes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Sítio	Método	Idade (AP)	Referência
Mata dos Bentes (ZM-RN-02)	TL (FATEC/SP)	380±110	DAT 2992, Amostra 21H4L, Dose Anual 3.465±840, Dose Acumulada 1,32.
		390±70	DAT 3104, Amostra 521B1W, Dose Anual 3.054±381, Dose Acumulada 1,2.
		460±120	DAT 3102, Amostra 521A, Dose Anual 2.974±622, Dose Acumulada 1,38.
		480±110	DAT 3103, Amostra AC, Dose Anual 3.096±542, Dose Acumulada 1,49.
		570±60	DAT 2999, Amostra 21, Dose Anual 3.194±167, Dose Acumulada 1,82.
		1300±100	LOURES OLIVEIRA, 2006c.
	AMS (Beta Analytic)	380 ±40	Beta – 275030, Cal BP 510 to 310 (2 σ)

**Tabela 08:** Idades disponíveis para o sítio Mata dos Bentes. Fonte: MAGESTE, 2012.



**Fig. 36:** Planta de escavação do sítio Mata dos Bentes. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

### 5.1.6 Sítio Córrego do Maranhão (CM-CG-01)

O sítio Córrego do Maranhão (Fig.37), coordenada 23K W=796017 m S=7704609 m, está localizado em Alvorada, distrito do município de Carangola, Minas Gerais. Pode ser caracterizado como lito-cerâmico, colinar a céu aberto. Situado a 790 m de altitude, na Fazenda Maranhão, apresenta vestígios distribuídos por uma área de aproximadamente 65.000 m<sup>2</sup>, no topo de uma colina de 1.5 ha paralela ao córrego do Maranhão (marco natural). Distingue-se por possuir declividade que varia de 20° a 30°, bem como uma grande feição doliniforme, implantada quase no centro do sítio, no sentido leste/oeste, com 56 m de diâmetro e 2 m de profundidade. Conhecido pela comunidade desde o início do século XX, foi visitado pela equipe da UFMG em 1993, conforme citado anteriormente. Mais tarde, em 1997, foi vistoriado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tania Andrade Lima, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que realizou o cadastro do sítio no IPHAN com o nome “Sítio da Fazenda Córrego do Maranhão” (LOURES OLIVEIRA, 2006d).



**Fig. 37:** Local de implantação do sítio Córrego do Maranhão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Cabe destacar que o sítio constituiu o foco principal de investigação conduzida anteriormente (MAGESTE, 2012). Distingue-se dos demais apresentados até esse momento devido ao caráter extensivo e intensivo das ações desenvolvidas, que levou à consolidação de um *corpus* documental capaz de dar conta das especificidades dos contextos evidenciados e

vestígios coletados. Os trabalhos arqueológicos conduzidos pela equipe do MAEA-UFJF tiveram início no ano de 2006, ocasião em que o sítio foi inserido no rol de ações do “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mara mineira” (LOURES OLIVEIRA, 2008). Na época, apresentava uma grande quantidade de material em superfície, em decorrência das sucessivas aragens do solo para o plantio de café (Fig. 38). Do mesmo modo, era possível observar a presença de pedras calcinadas dispostas circularmente, dispostas de forma semelhante a fogões e associadas com os fragmentos cerâmicos (Fig. 39) (LOURES OLIVEIRA, 2006d).



**Fig. 38:** Material em superfície, sobreposta à plantação de café no sítio Córrego do Maranhão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 39:** Blocos de pedra dispostos no sítio próximos a concentrações de cerâmica. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Entre os anos de 2006 e 2010, o sítio foi palco de quatro campanhas de campo. A primeira pautou-se na Coleta de Superfície Plotada Individualmente (CSPI) (cf. ARAUJO, 2001/2002), em decorrência de sucessivas aragens sofridas pelo terreno (Fig. 40). Com o intuito de facilitar os trabalhos de demarcação topográfica, o sítio foi dividido em quatro setores, estabelecidos aleatoriamente a partir das antigas estradas para escoamento da lavoura de café e que foram utilizados como parâmetros espaciais para todas as intervenções realizadas. Em termos práticos, através de uma varredura sistemática do terreno e utilizando um GPS geodésico. Cada fragmento maior que 5 cm foi plotado individualmente,

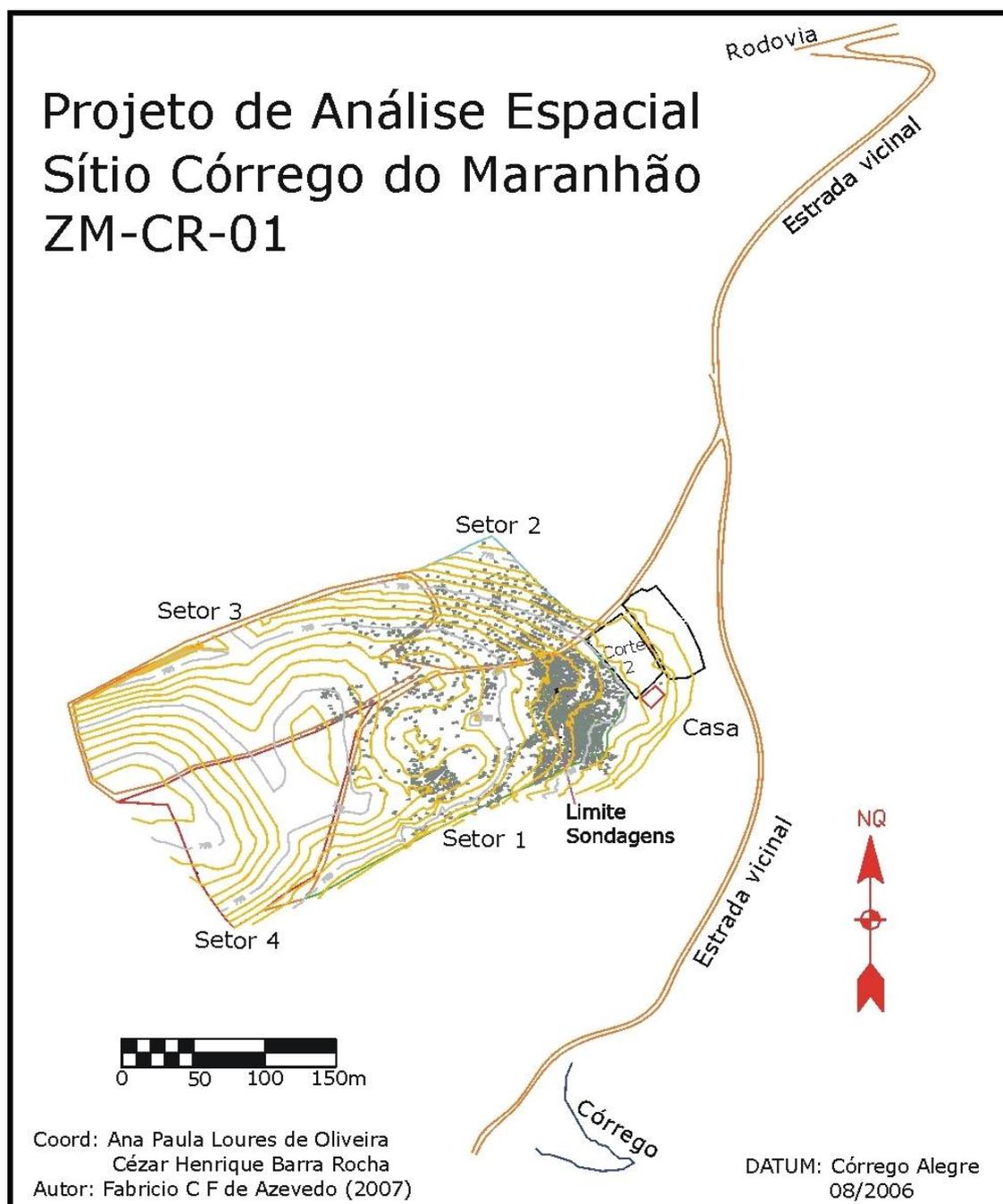
bem como as concentrações dispersas pelo terreno (AZEVEDO ET AL, 2008a, 2008b). Concomitantemente, foram abertas 24 sondagens de 2 x 1 m. Esses pontos se concentraram apenas no Setor 1, área com maior incidência de material em superfície (Fig. 41). Algumas das sondagens foram expandidas, devido à alta concentração de fragmentos cerâmicos em subsuperfície, conforme planta de escavação (Fig. 42 e 43).



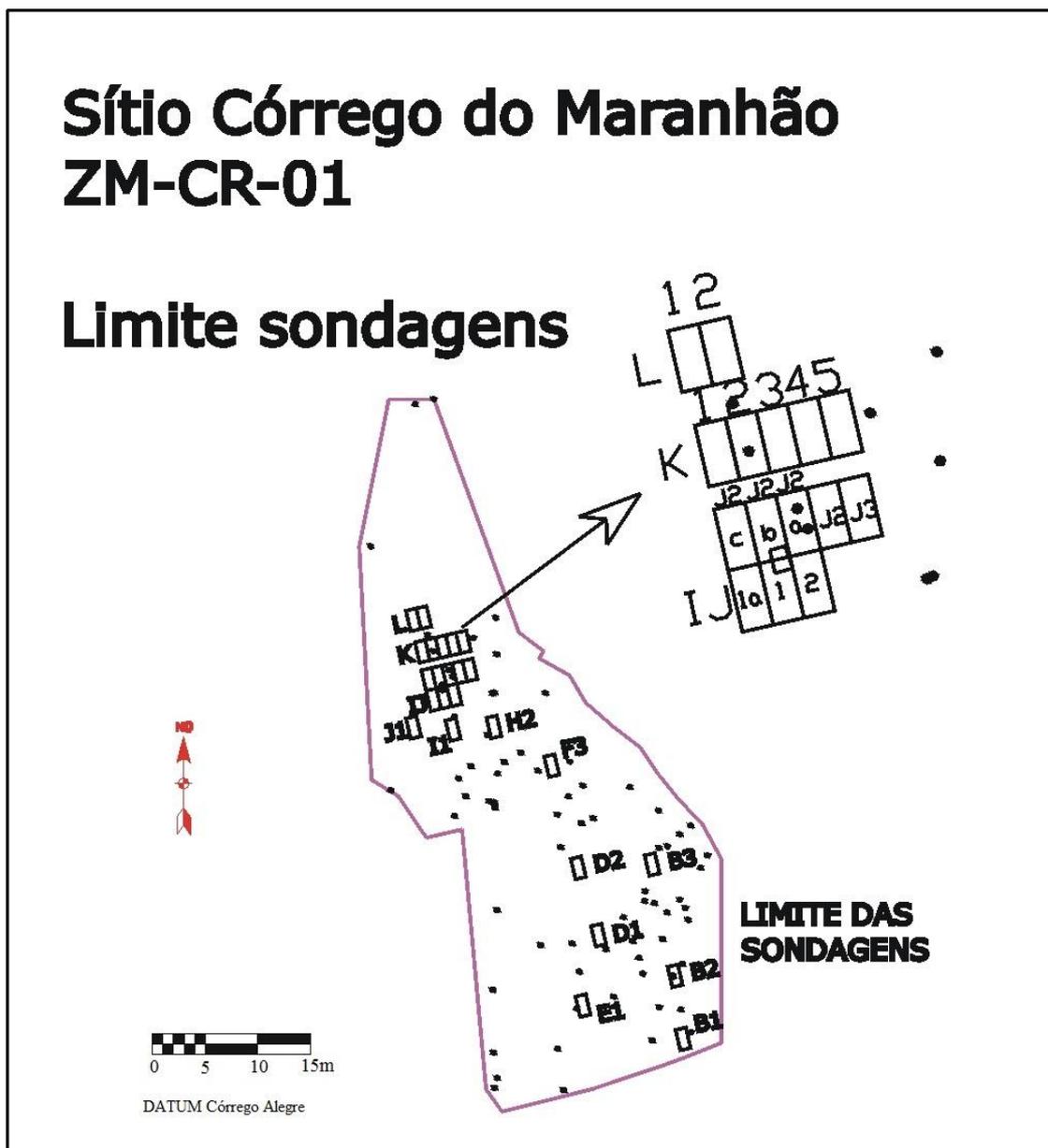
**Fig. 40:** Coleta de Superfície Plotada Individualmente aplicada no sítio Córrego do Maranhão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 41:** Escavações no Setor 1 do sítio Córrego do Maranhão. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 42:** Planta do sítio Córrego do Maranhão, com concentração de fragmentos. Fonte: LOURES OLIVEIRA, 2009.



**Fig. 43:** Sondagens escavadas na Primeira Campanha. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

No trabalho seguinte, executado em 2008, o foco foi o detalhamento planialtimétrico do sítio, que levou à coleta, documentação de material em superfície e envio de amostras para datação (Fig. 44). Posteriormente, visando um melhor detalhamento cronológico da área, foi realizada uma prospecção sistemática de todos os setores do sítio, visando a retirada de material para datação (Fig. 45). Assim, foram abertos cerca de cinquenta pontos de sondagem, de 20 x 20 cm, que permitiram a coleta de nove amostras de cerâmica e sedimento para datação. Com os trabalhos, foi possível confirmar a baixa densidade de fragmentos em sub-superfície nos setores 2 e 3, em relação ao Setor 1 (MAGESTE, 2012).



**Fig. 44:** Levantamento planialtimétrico na segunda campanha no sítio Córrego do Maranhão. ACERVO MAEA-UFJF.



**Fig. 45:** Marcação e abertura de sondagem durante prospecção sistemática. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

No ano de 2010, foi conduzida a quarta campanha, com o intuito de aprofundar as informações disponíveis sobre o contexto arqueológico local. As ações realizadas pautaram-se pela coleta de material exposto em superfície e abertura de trincheiras em pontos distintos do

Setor 1, denominadas de “A”, “B” e “C”. Na área A, foram abertas duas trincheiras, T1 e T2, cada uma com 10 m, sendo orientadas no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste, compostas por quadrículas de 1 m x 1 m. Com os trabalhos, 16 pontos foram efetivamente escavados até aproximadamente 50 cm, revelando uma baixa densidade de vestígios arqueológicos. A segunda área foi denominada Área B, tratando-se do local que apresentou as maiores concentrações de material arqueológico em superfície nas primeiras campanhas. A estratégia de abordagem se pautou pela abertura de uma trincheira, T1, de 11 x 1 m, em sentido Norte-Sul, composta por 11 quadrículas, de 1 x 1 m, das quais 10 foram efetivamente escavadas. Tendo em vista a quantidade expressiva de fragmentos cerâmicos evidenciados até 30 cm de profundidade, optou-se por abrir mais uma trincheira, próxima a Área B, mais especificamente, a 7 m da quadrícula situada mais a sul. No local, denominado de Área C, foi demarcada uma trincheira de 11 x 1 m, denominada de T1, orientada no sentido Norte-Sul e composta por 11 quadrículas, de 1 x 1 m. Nessa oportunidade, verificou-se uma quantidade expressiva de fragmentos cerâmicos de grandes dimensões, relacionados de modo a compor estruturas nas quadrículas denominadas de T1.7 e T1.8 (Fig. 46). Essa configuração motivou a abertura de duas trincheiras. A partir da quadrícula T1.7 foi delimitada uma trincheira de 2 x 1 m, nomeada de T2.A, da quadrícula T1.8 foi marcada trincheira de 5 x 1 m, chamada de T2. Especificamente nas quadrículas T1.8 e T2.1, foi possível evidenciar fragmentos cerâmicos associados a carvão a cerca de 30 cm de profundidade, possibilitando a composição de quatro amostras que foram enviadas para o laboratório *Beta Analytic*, em Miami, Flórida/EUA, para serem submetidos à datação por C14 (MAGESTE, 2012).



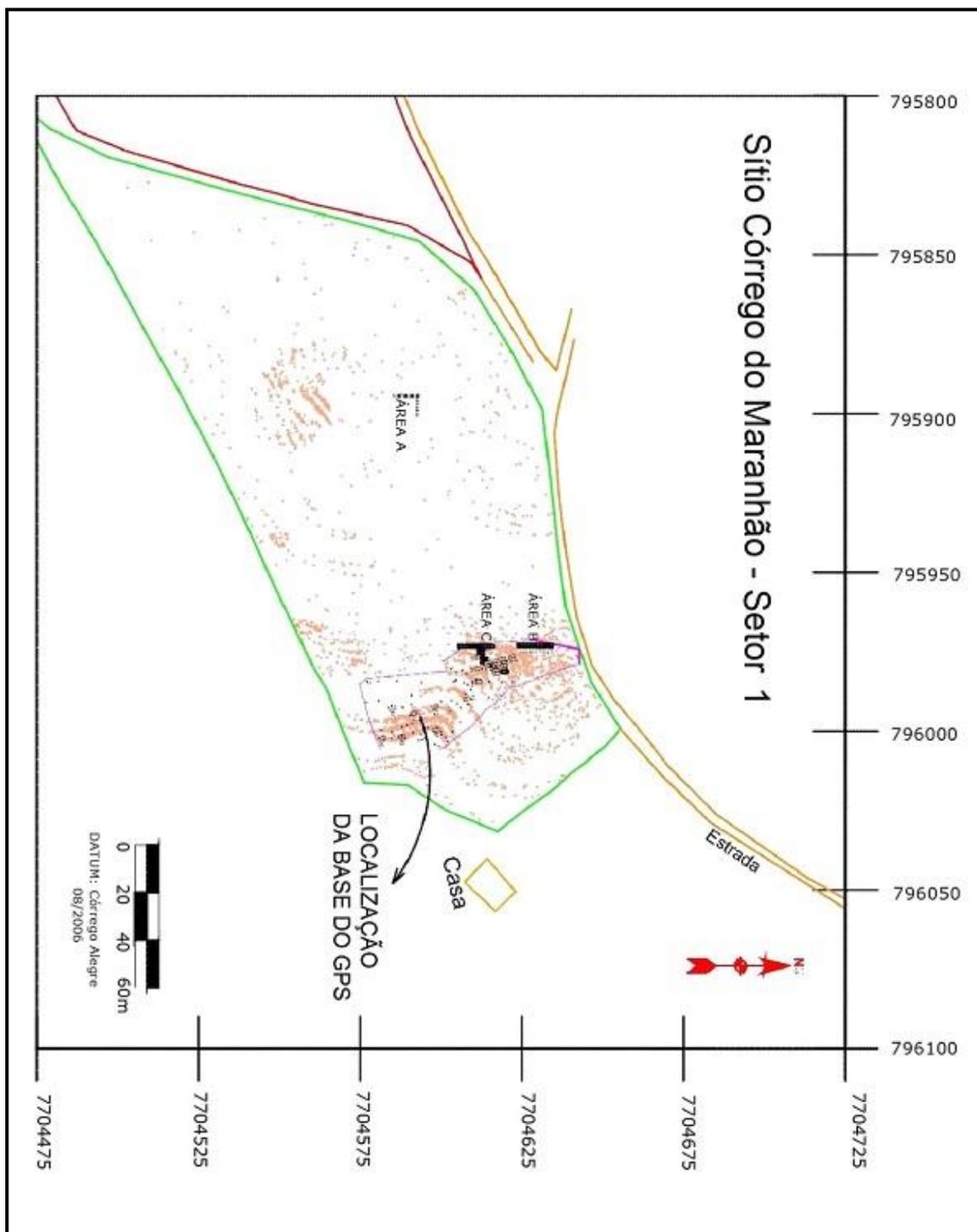
**Fig. 46:** Visão parcial de escavações na Área C, no sítio Córrego do Maranhão. Fonte: MAGESTE, 2012.

Nos locais de intervenção, foram abertos poços de controle, de aproximadamente 2 m de profundidade, no intuito de examinar a configuração estratigráfica do terreno e estipular a profundidade máxima que seria alcançada pelas atividades (Fig. 47). Com isso, verificou-se a presença de um horizonte “A” de coloração mais escura, que se distribui até uma cada de 50 cm, seguido por horizonte “B”, de sedimento com coloração avermelhada, até os 40 cm, para atingir novamente pacote de sedimento de coloração escura, com profundidade indefinida. Nesse sentido, vale frisar que o material arqueológico evidenciado durante as atividades – fundamentalmente fragmentos cerâmicos e poucos vestígios líticos – encontrava-se na maioria dos casos até a profundidade máxima de 30 cm. Ao final de todos os trabalhos, foi escavada uma área total de 113 m<sup>2</sup>, possibilitando a coleta de 24.044 fragmentos de cerâmica e a obtenção de 13 datações por TL, 6 por C14 e 1 por AMS<sup>47</sup> (Fig. 48 e Tabela 09 e 10) (MAGESTE, 2012).



**Fig. 47:** Poço de controle estratigráfico aberto no sítio Córrego do Maranhão. Fonte: MAGESTE, 2012.

<sup>47</sup> A datação obtida por AMS junto ao laboratório Beta Analytic – 4130±40 BP – ultrapassou qualquer expectativa cronológica para a Tradição Tupiguarani no contexto regional. Em boa medida, esse resultado pode estar relacionado à possibilidade do carvão analisado já se encontrar presente na composição da argila antes dela ser manufaturada, conforme sugerido pelo Dr. Ron Hatifield, pesquisador do Beta Analytic. Para todos os efeitos, devido à sua improbabilidade, não é levada em consideração nos estudos desenvolvidos (MAGESTE, 2012).



**Fig. 48:** Planta das escavações realizadas na 4ª Campanha. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

<b>Setor</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Idade (AP)</b>	<b>Referência</b>
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	840±90	LVD 2488, Amostra A3L3S5, Dose Anual 1.921 ± 116, Dose Acumulada 1,62.
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	910±130	LVD 2487, Amostra A3L2S2, Dose Anual 1.812 ± 163, Dose Acumulada 1,65.
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	1.080±130	LVD 2489, Amostra A3L3S4, Dose Anual 2.014 ± 137, Dose Acumulada 2,18.
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	1.060±200	LVD 2490, Amostra A2L3S5, Dose Anual 2.773 ± 372, Dose Acumulada 2,93.
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	1.500±190	LVD 1809, Amostra I2C1, Dose anual 260±94, Dose Acumulada 1,89.
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	1600±220	LVD 1807, Sondagem LS1, Dose anual 1.527±132, Dose Acumulada 2,44.
<b>1</b>	TL (FATEC/SP)	1750±200	LVD 1808, Sondagem JS2, Dose Anual 1.394±94, Dose Acumulada 2,43.
<b>2</b>	TL (FATEC/SP)	960±110	LVD 2493, Amostra A3L3S2, Dose Anual 2.908 ± 179, Dose Acumulada 2,78.
<b>2</b>	TL (FATEC/SP)	1.070±110	LVD 2492, Amostra A3L1S1, Dose Anual 1.960 ± 96, Dose Acumulada 2,09.
<b>2/3</b>	TL (FATEC/SP)	580±110	LVD 2022, Amostra 53, Dose Anual 2.740 ± 392, Dose Acumulada 1,576
<b>3</b>	TL (FATEC/SP)	590±70	LVD 2491, Amostra PE, Dose Anual 1.690 ± 126, Dose Acumulada 0,99.
<b>3</b>	TL (FATEC/SP)	500±60	LVD 2495, Amostra A2Sx, Dose Anual 3.211 ± 246, Dose Acumulada 1,62.
<b>3</b>	TL (FATEC/SP)	970±90	LVD 2494, Amostra A1L2S3, Dose Anual 1.529 ± 70, Dose Acumulada 1,49.

**Tabela 09:** Idades obtidas para o sítio Córrego do Maranhão por meio de TL. Fonte: Adaptado de MAGESTE,

2012.

Setor	Procedimento	Idade (AP)	Referência
1	C14 (BETA)	350 ± 50	Beta 290694/ 510-300 cal BP (2 σ)
1	C14 (BETA)	350 ± 50	Beta 290695/ 510-300 cal BP (2 σ)
1	C14 (BETA)	460 ± 50	Beta 290692/ 550-460 cal BP (2 σ)
1	C14 (BETA)	470 ± 50	Beta 290693/ 550-470 cal BP (2 σ)
1	AMS (BETA)	4130±40	Beta 275034/ 4830-4520 cal BP (2 σ)
1	C14 (BETA)	580 ± 50	Beta 290691/660-520 cal BP (2 σ)
2/3	C14 (BETA)	650±40	Beta 245433/ 670-550 cal BP (2 σ)

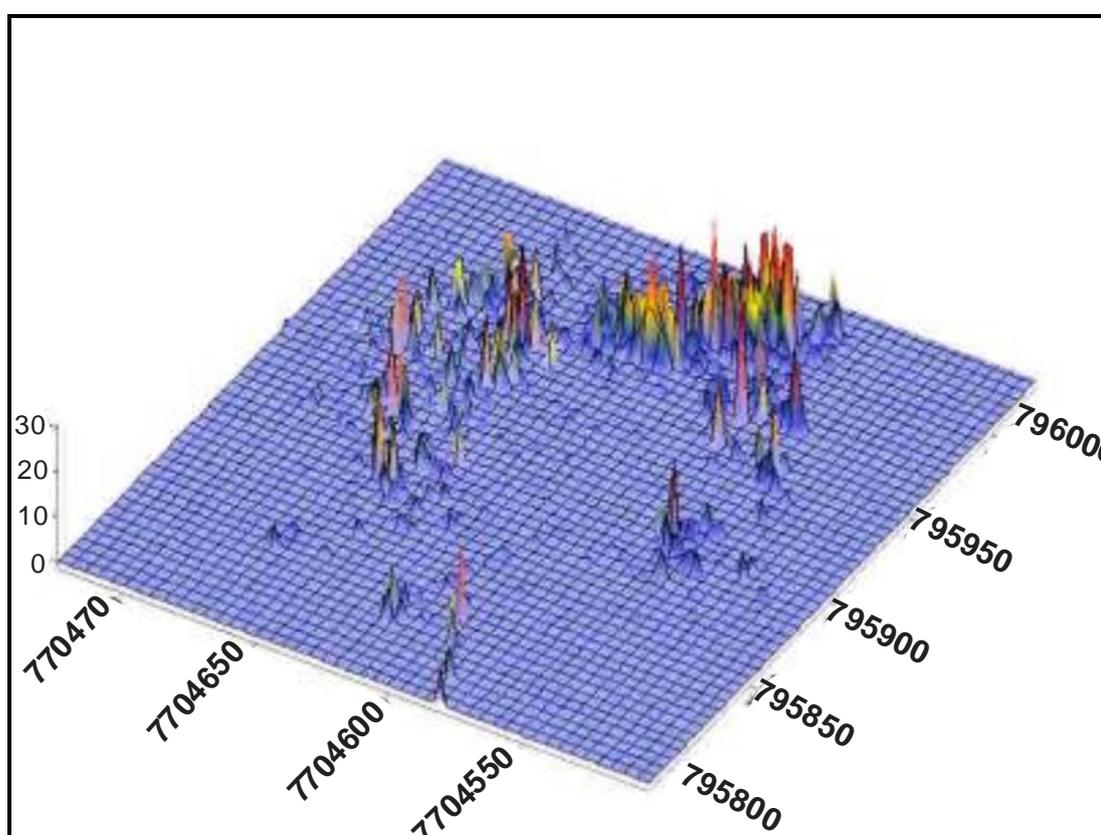
**Tabela 10:** Idades obtidas para o sítio Córrego do Maranhão por meio de C14 e AMS. Fonte: Adaptado de MAGESTE, 2012.

Em termos analíticos, o contexto do sítio, bem como os dados gerados com as intervenções, levou ao desenvolvimento de estudos dedicados a aspectos como cronologia e espacialidade da área. Para o primeiro caso, as primeiras datações obtidas por TL produziram os resultados de  $1750 \pm 200$ ,  $1.600 \pm 220$  e  $1.500 \pm 190$  AP, tornando o Córrego do Maranhão o sítio mais antigo da Zona da Mata mineira. Com o prosseguimento dos trabalhos, foi coletado carvão e cerâmica associada em uma lente de fogueira exposta no perfil da estrada que promove a divisão entre os setores 2 e 3, que forneceram respectivamente os resultados de  $580 \pm 40$  BP e  $580 \pm 110$  AP. As idades sugeriam que o assentamento foi habitado por ceramistas Tupiguarani em diferentes recortes cronológicos. Para confirmar a hipótese, as análises tecnológicas da cerâmica foram conduzidas no sentido de identificar rupturas e continuidades no material analisado. Ao mesmo tempo, buscou-se a pormenorização da cronologia do sítio, que foram balizadas com procedimentos de seriação. Com os esforços, foi confirmada a hipótese do sítio Córrego do Maranhão ter sido ocupado em diferentes momentos cronológicos, distribuídos entre  $1750 \pm 200$  AP e  $350 \pm 50$  (MAGESTE, 2008a, 2012; LOURES OLIVEIRA, 2009; MAGESTE & LOURES OLIVEIRA, 2011).

No tocante às análises espaciais, os dados obtidos com os diferentes trabalhos de campo e, principalmente, com a coleta de superfície sistemática foram tratados no intuito de evidenciar as tendências pós-deposicionais, a delimitação dos centroides de agregação dos fragmentos cerâmicos e seu grau de dispersão. Em termos práticos, as investigações seguiram as orientações de Araujo (2001, 2001/2002) e a proposta metodológica defendida por Hodder

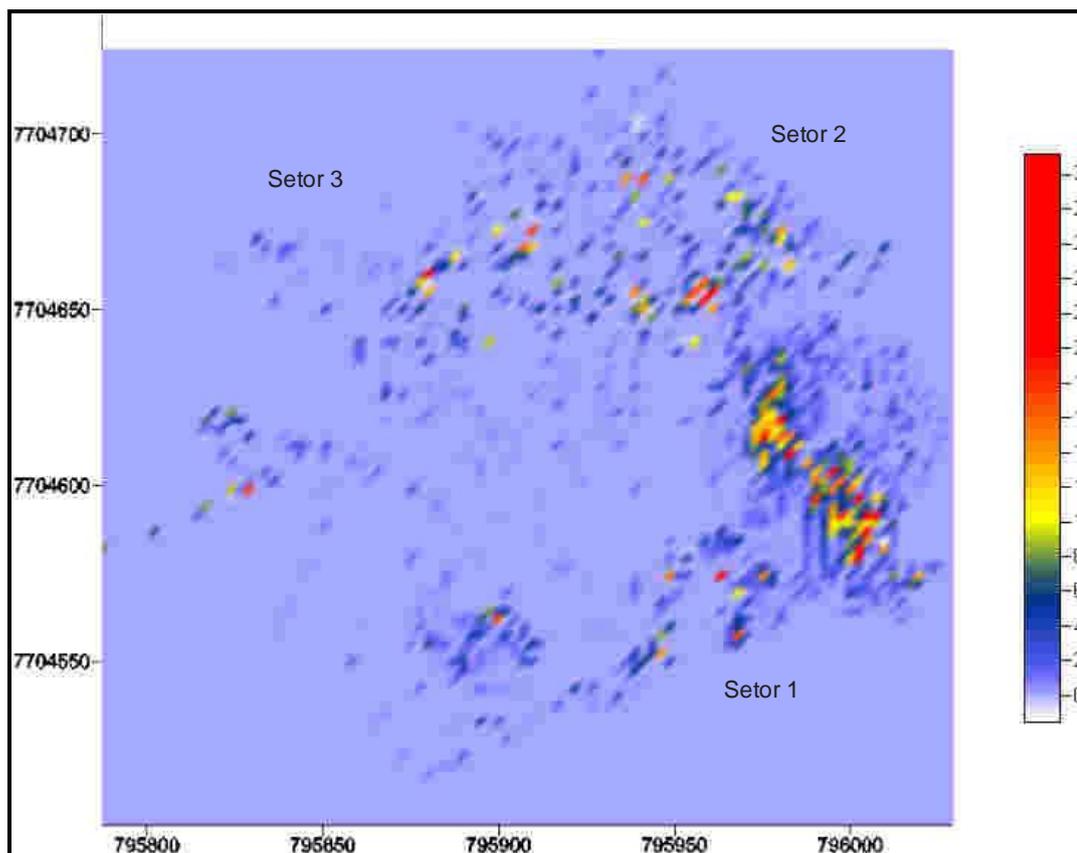
& Orton (1990). Desse modo, consistiu, na análise do vizinho mais próximo, o diagnóstico das distribuições de densidades (Fig. 49) e dos centróides de agregação (Fig. 50)<sup>48</sup>.

A análise do vizinho mais próximo versa sobre o estabelecimento da razão entre as médias teóricas da distância entre as concentrações. Somando-se as menores distâncias e dividindo pela quantidade total de pontos é possível inferir a respeito do padrão de distribuição dos fragmentos (HODDER & ORTON, 1990). Se maior que 1, indica um padrão regular; se igual a 1, indica um padrão aleatório; e se menor que 1, indica um padrão agregado. As distâncias e os pontos são obtidos por meio de uma relação matemática proveniente da geometria analítica, que busca correlacionar as coordenadas de um ponto com a de outro, envolvendo ainda o cálculo da média real e de uma média teórica, que quando relacionada com a densidade dos vestígios coletados, informa sobre seu padrão de dispersão (AZEVEDO ET AL, 2008b). Para o caso do sítio Córrego do Maranhão, foi verificada a ocorrência do padrão agregado, que atesta uma movimentação mínima das concentrações desde a sua deposição, permitindo inferências sobre o alto grau de preservação do contexto estudado (LOURES OLIVEIRA ET AL, 2008b; AZEVEDO ET AL, 2008a, 2008b).



**Fig. 49:** Distribuição de densidades. Fonte: AZEVEDO ET AL, 2008; LOURES OLIVEIRA, 2009.

<sup>48</sup> Uma discussão mais aprofundada a respeito da análise espacial do sítio Córrego do Maranhão pode ser obtida em Azevedo et al (2008a, 2008b), Loures Oliveira et al (2008b) e Mageste (2012).



**Fig. 50:** Centroides de agregação. Fonte: AZEVEDO ET AL, 2008.

Para o estudo das distribuições de densidades e dos centroides de agregação, foi utilizada como suporte a planta topográfica do sítio, nas quais foram traçadas quadrículas virtuais de 1 m<sup>2</sup>. Com o exercício, os pesquisadores do MAEA-UFJF mapearam diferentes densidades de fragmentos, que puderam ser agrupados em conjuntos fechados, denominados por isopletas. Tais conjuntos revelam a configuração espacial da distribuição dos fragmentos, que se encontravam depositados no Córrego do Maranhão de forma anelar, ao redor de pequena feição doliniforme, configurando um “pátio central”, sem vestígios. As maiores concentrações foram encaradas como centroides de agregação, já que é possível interpretá-las como o ponto de origem dos fragmentos dispersos (AZEVEDO ET AL, 2008a; LOURES OLIVEIRA ET AL, 2008b). Nesse sentido, percebeu-se que apesar dos setores do sítio terem sido definidos aleatoriamente, usando como referencial as estradas destinadas ao escoamento do café, acabaram coincidentemente por delimitar centroides de agregação específicos (MAGESTE, 2012).

Para melhor avaliação da profundidade do pacote arqueológico, foram realizadas análises da área do sítio com o GPR, em trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Aranha (UFMG). As áreas selecionadas para serem vistoriadas foram determinadas a partir dos dados

obtidos com os trabalhos de campo, atendo-se assim aos pontos com maior concentração de material arqueológico, distribuídos em compartimentos específicos dos setores 1, 2 e 3. Os pontos de anomalia identificados foram verificados por meio da abertura de sondagem com dimensões de 0,50 x 0,50 m, com profundidade variando entre 40 a 80 cm, de acordo com a disposição da perturbação informada. Em termos práticos, os dados relacionavam-se à presença de lixo e camada de sedimento mais argiloso no Setor 1, e raízes profundas e indícios de bioturbações nos demais setores (ARANHA, 2010).

O sítio Córrego do Maranhão foi também alvo de estudos palinológicos, em ação coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Barros (UFRJ), que teve como objetivo identificar a configuração ambiental pretérita da área. Para coleta de sedimentos, foi escavada uma trincheira de 100 cm de largura por 188 cm de profundidade, no centro da feição doliniforme. Todo esse pacote sedimentar apresentou coloração escura devido ao acúmulo de matéria orgânica, sem transição de horizontes de solo. Em laboratório, o material coletado conformou 18 amostras, que foram submetidas às análises. Ao mesmo tempo, foram enviadas para datação por AMS<sup>49</sup> três amostras de sedimento orgânico para calibrar cronologicamente os indícios ambientais detectados, oriundos das profundidades de 188 cm, 91 cm e 35 cm, que revelaram respectivamente idades de  $8.370 \pm 50$  BP,  $3205 \pm 135$  BP e  $945 \pm 35$  BP (Tabela 11) (BARROS ET AL, 2010).

<b>Amostra</b>	<b>Material</b>	<b>Prof.</b>	<b>Técnica</b>	<b>Idade Calibrada</b>
BETA 245437	Sedimento	35 cm	AMS	$945 \pm 35$ BP
BETA 245436	Sedimento	91 cm	AMS	$3205 \pm 135$ BP
BETA 245435	Sedimento	188 cm	AMS	$8.370 \pm 50$ BP

**Tabela. 11:** Datações de sedimento orgânico proveniente de feição doliniforme. Fonte: BARROS ET AL, 2010.

De acordo com os pesquisadores envolvidos, os resultados cronológicos revelaram-se compatíveis com a deposição holocênica na região, com idade mais antiga verificada na base do perfil e a mais recente, próximo ao topo, sendo coerente com os dados arqueológicos disponíveis sobre a ocupação humana local. Em relação aos resultados gerados com os estudos dos pólenes, apontam para a presença de vegetação de campos de altitude, com vestígios predominantes de *Poaceae*, *Vernonia* e *Asteraceae*, entre outras. O estrato arbóreo e arbustivo encontra-se representado pela *Araliaceae* e *Alchornea*, da família *Euphorbiaceae*.

<sup>49</sup> Laboratório Beta Analytic, Flórida, USA.

As modificações nesse tipo de vegetação acontecem a partir dos últimos 35 cm, quando é detectada a presença de *Borreria*, da família *Rubiaceae*, diretamente ligada à presença antrópica, pois se trata de uma espécie invasora de áreas desmatadas (BARROS ET AL, 2010; MISUMI ET AL, 2011).

Por fim, vale salientar que o sítio Córrego do Maranhão foi parcialmente destruído, o que compromete de forma significativa o potencial informativo da área. Um dos principais fatores de impacto foi a utilização da área para a plantação de eucalipto, detectada na terceira campanha, que promoveu a exposição de mais vestígios arqueológicos (Fig. 51).



**Fig. 51:** Visão parcial do eucalipto no sítio Córrego do Maranhão, verificado em 2009. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Posteriormente, o sítio compôs a área diretamente afetada do Mineroduto Minas-Rio, de responsabilidade da Anglo American. Com os trabalhos de consolidação do empreendimento, parte da colina onde o sítio se encontra foi terraplenada para construção de estradas de acesso ao bota-fora, também situado no perímetro de relevância arqueológica. Em vistoria realizada no local, no ano de 2013, foi possível observar a presença de cerâmica moída ao longo dos nos caminhos abertos. No topo do sítio, foi realizada a retirada do eucalipto de maneira absolutamente irresponsável no que diz respeito à preservação do

contexto arqueológico local, com trechos terraplenados, o que acarretou em uma destruição maciça do material arqueológico em superfície e subsuperfície (Fig. 52)<sup>50</sup>.



**Fig. 52:** Visão parcial do sítio Córrego do Maranhão, em 2015, com área destruída devido à retirada de eucalipto.

## 5.2 Sítios pesquisados no Complexo Lagunar de Araruama

A partir desse ponto, os esforços serão direcionados para a caracterização dos assentamentos abordados na presente tese situados no litoral, apresentando as estratégias de ação e contextos evidenciados em campo. Neste cenário, o sítio Morro Grande emerge como parâmetro referencial para o entendimento da ocupação de Araruama por ceramistas Tupiguarani, por conta do caráter extensivo dos trabalhos realizados, métodos empregados e dados produzidos. Vale destacar que a síntese apresentada aqui se baseia fundamentalmente nos dados publicados em diversas ocasiões por Angela Buarque e colaboradores envolvidos nas pesquisas desenvolvidas, sistematizados em profundidade na sua tese de doutoramento (BUARQUE, 2009a). Desse modo, é importante destacar que o interesse não foi adentrar por questões já discutidas minuciosamente em estudos anteriores, mas sim apresentar uma base referencial que permita comparações em relação à Zona da Mata mineira.

---

<sup>50</sup> Notícia publicada no Jornal do Brasil, de 27/08/2013. Disponível em <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/08/27/ministerio-publico-federal-pede-paralisacao-de-obras-do-porto-do-acu/>>. Acesso em: jan. 2014.

### 5.2.1 Sítio Morro Grande

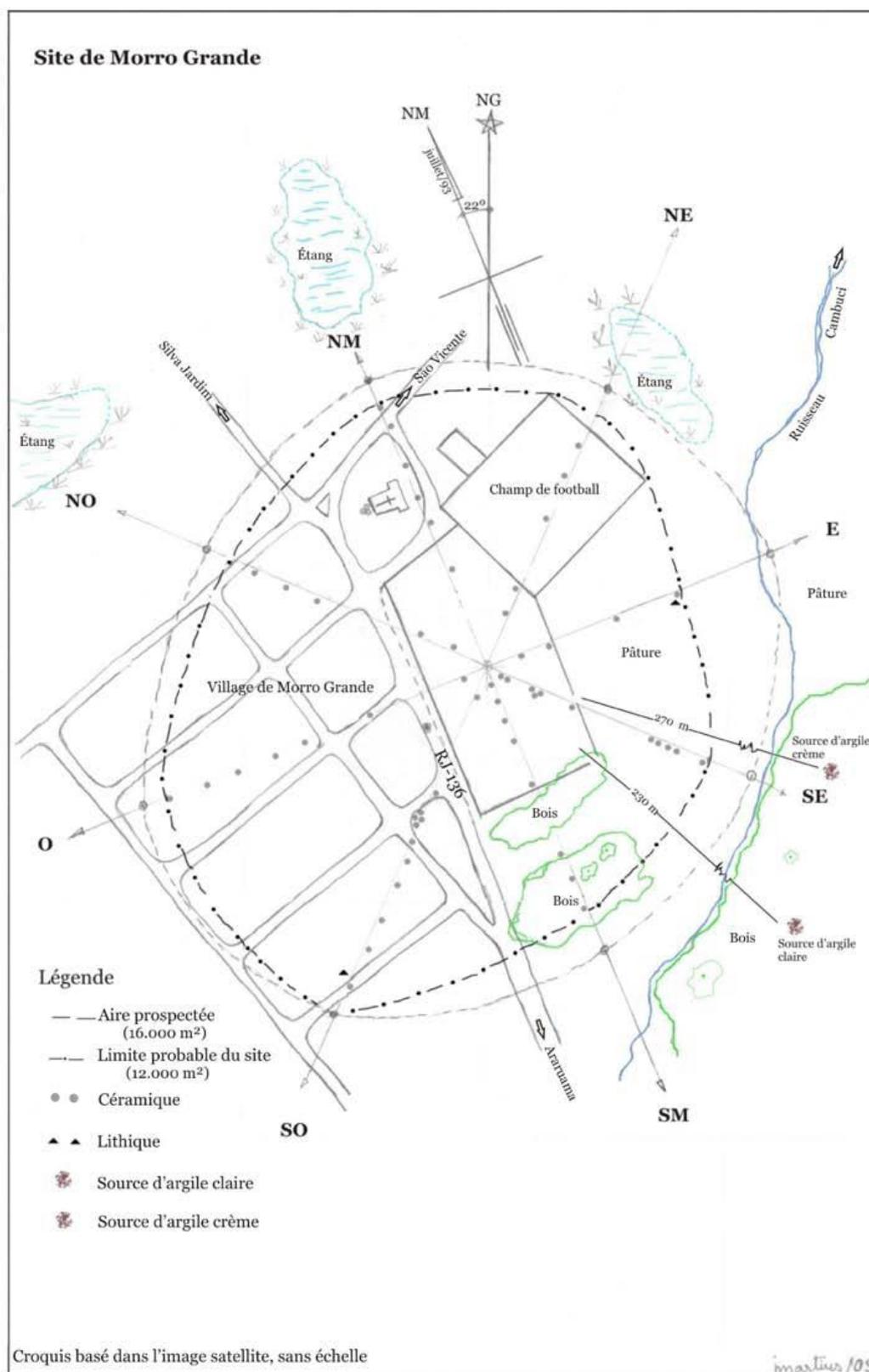
Trata-se do sítio (Fig. 53) mais profundamente analisado, sendo escavado em diferentes momentos entre 1983 até 2007. Encontra-se localizado em uma área urbana, especificamente dentro da Escola Municipal Honorino Coutinho, na vila Morro Grande, nas coordenadas 23K W=770627 m S=7477853 m, com altitude entre 33 e 39 m. A área é conhecida pela população desde a década de 1960, época em que foi registrada junto ao IPHAN. Por conta dos constantes impactos decorrentes da expansão da rede urbana, apresentava vestígios cerâmicos em superfície, que eram cotidianamente manipulados por alunos e professores da referida escola. Em termos ambientais, situa-se próximo a remanescentes de vegetação de restinga e cursos d'água como os rios Cambuci e Monte Alegre (BUARQUE, 2009a, 2009b, 2010).



**Fig. 53:** Local de implantação do sítio Morro Grande, com sítio em destaque. Fonte: BUARQUE, 2009a.

As primeiras investidas arqueológicas no local aconteceram no ano de 1983, sob a coordenação das arqueólogas Maria Luiza de Luna Dias e Yara Di Giogio, que elaboraram estudos que compuseram relatórios de impacto ambiental. As escavações realizadas na época pautaram-se na abertura de 18 poços-testes, delimitadas com quadriculamento de 2 m x 2 m, com 17 sondagens escavadas por decapagens, sendo duas voltadas para coleta de argila (Fig.





**Fig. 55:** Croqui das prospecções arqueológicas no sítio Morro Grande. Fonte: Buarque, 2009a.

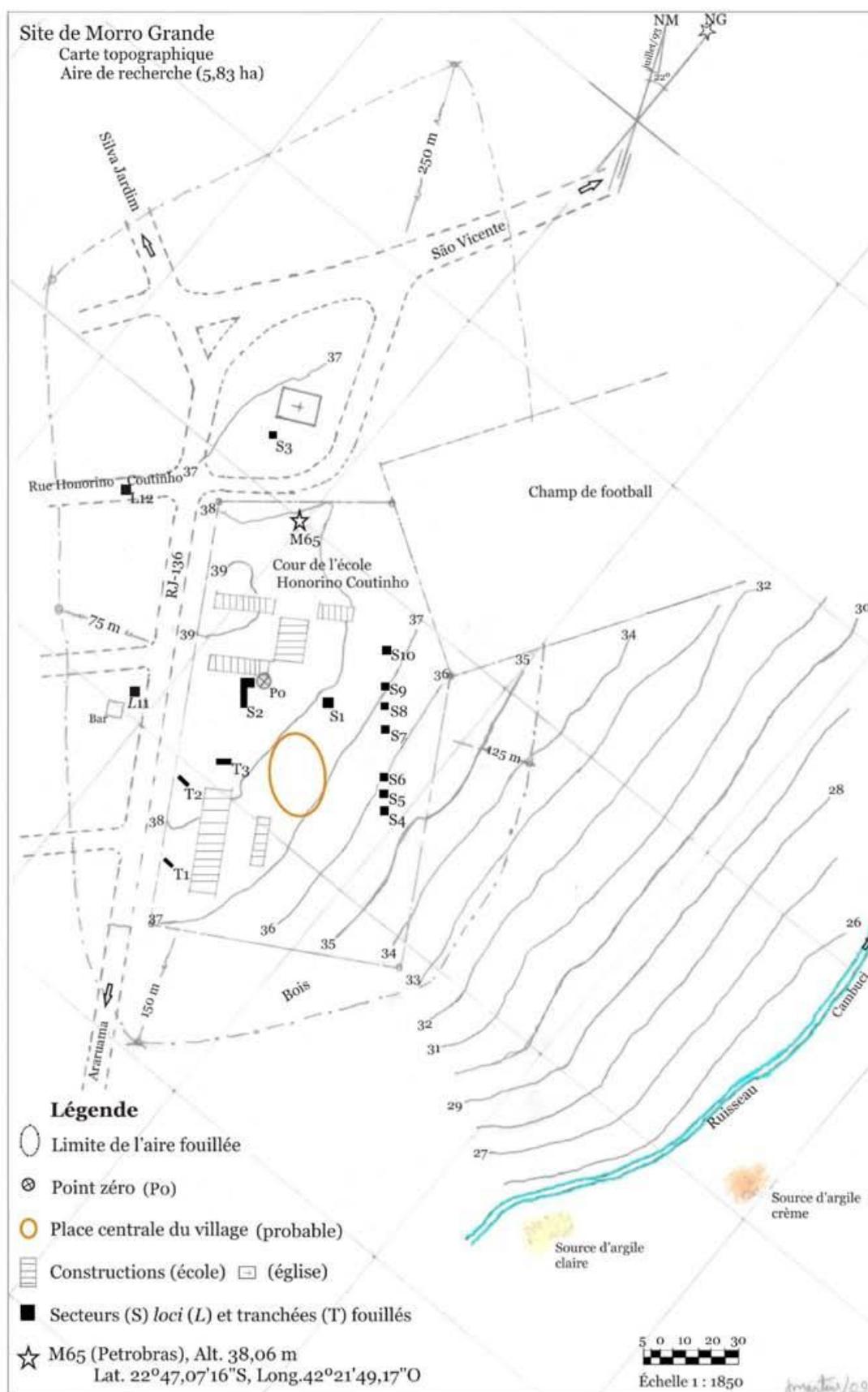


Fig. 56: Croqui das escavações do sítio de Morro Grande. Fonte: BUARQUE, 2009a.

O controle vertical aconteceu por meio de aberturas de trincheiras de 1 m de largura por 5 m de comprimento. Além disso, foram abertos dois *loci* em trechos específicos, visando a avaliação da dispersão do material em subsuperfície (BUARQUE, 1999, 2000, 2009a).



**Fig. 57:** Visão parcial de área escavada no Setor 5 do sítio de Morro Grande. Fonte: BUARQUE, 2009a.

Com as sondagens e escavações realizadas, verificou-se a configuração de uma aldeia com formato circular, com área total de 90.000 m<sup>2</sup>, incluindo a parte central e periférica. De modo geral, foram evidenciados vasilhames cerâmicos inteiros e 4.047 peças fragmentadas, estruturas funerárias, associadas com ossos e dentes bastante deteriorados, bem como fogueiras cerimoniais e utilitárias. Além disso, os trabalhos possibilitaram a coleta de amostras de carvão, que permitiram o estabelecimento de uma cronologia para os achados (GASPAR ET AL 2004; BUARQUE, 2009a, 2009b, 2010; SCHEEL-YBERT, 2008).

Em termos estratigráficos, o pacote arqueológico apresentou pouca espessura, distribuído entre 40 a 50 cm de profundidade, atingindo 1,20 m nos locais que apresentam estruturas funerárias em urnas. De forma mais específica, Buarque caracterizou cinco camadas. A primeira, situada entre 10 e 20 cm, foi composta por areia cinza escura, fragmentos de quartzo e restos arqueológicos misturados com material contemporâneo. A segunda camada, com espessura entre 20 e 30 cm, apresentou cor cinza clara, com lentes de carvão e maior ocorrência de material arqueológico. A terceira camada se mostrou irregular, com 25 cm de espessura e presença de quartzo e concreções ferruginosas. A quarta camada possui matriz argilo-arenosa, com 25 cm de espessura, situando-se entre 60 e 70 cm de

profundidade. Nesse ponto, foram evidenciados indícios de buracos de estacas. Por fim, a última camada é de natureza argilo-arenosa, com granulometria mais fina (BUARQUE, 2009a).

A presença de pátio central parece confirmar a disposição do modelo clássico de aldeia Tupinambá, com as casas dispostas ao redor de um pátio, geralmente com baixa quantidade de vestígios arqueológicos (ASSIS, 1995). Para confirmar essa hipótese, foram realizadas análises com o GPR, que diagnosticaram uma área vazia do ponto de vista arqueológico de 2.600 m<sup>2</sup>. Ao redor, encontravam-se as estruturas funerárias e, na parte mais periférica, a maioria dos fragmentos cerâmicos (CEZAR ET AL, 2001; BUARQUE, 2009a, 2010).

Chamou a atenção nos resultados obtidos com as escavações em Morro Grande a evidência de 6 estruturas funerárias (Fig. 58), compostas por vasilhames completos e parcialmente inteiros, além da existência de ossos em avançado estado de deterioração em parte delas. As estruturas apareceram distribuídas entre 20 a 40 m uma das outras, estando associadas com unidades residenciais, possivelmente localizadas ao redor da praça central. No tocante à cerâmica presente nos arranjos, revela-se em quantidade variável. Na maior parte dos casos, além da urna, aparece uma vasilha desempenhando o papel de tampa, sendo depositadas sobre a borda da urna, um padrão que se repete na maioria dos sítios. Em outras situações, fragmentos de vasos já quebrados foram utilizados para promover a cobertura necessária. Identificaram-se, em alguns achados, restos de alimentos na parte interna dos potes e indícios de fogo na área externa, assim como na tampa, apontando para a reutilização de vasilhas provenientes do universo doméstico para o contexto funerário. Cabe frisar a presença de buracos de esteio em duas estruturas, provavelmente testemunhos de arranjos formados para evitar o peso da terra sobre o funeral; além de fogueiras, também observadas em dois conjuntos (BUARQUE, 2009a, 2009b, 2010).

Correlatamente, Angela Buarque identificou em Morro Grande vestígios de 17 fogueiras, relacionadas com o espaço cerimonial e doméstico. O primeiro caso restringe-se às fogueiras associadas aos enterramentos, enquanto o segundo encontra-se mais fortemente vinculado com as áreas de habitação. Particularmente, em relação às fogueiras cerimoniais, no sítio estudado, aparecem em quantidade variada, de uma (Setores 4 e 8) a quatro ou seis (Setor 2), distribuídas em um raio de 50 cm a 2 m a partir dos arranjos funerários. Suas formas são irregulares, podendo ser circulares ou ovais, com dimensões entre 20 e 50 cm e espessura de 0,1 até 0,3 cm. Durante as escavações, revelam-se na camada onde é evidenciada a tampa da urna e os vasilhames de acompanhamento, a cerca de 30 cm de profundidade. No

que se refere à sua constituição, é composta por areia, cinzas e fragmentos de carvão vegetal (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 58:** Estrutura funerária no Setor 8 do sítio Morro Grande. Destaca-se presença de fogueira (F1) associada com o arranjo. Fonte: BUARQUE, 2009a.

Para melhor entendimento da configuração das fogueiras observadas em Morro Grande, foram conduzidas análises antracológicas, coordenadas pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Scheel-Ybert, vinculada ao Museu Nacional/ UFRJ. Os resultados obtidos apontam para notórias diferenças na composição de fogueiras cerimoniais e utilitárias, podendo conformar um padrão regional. As fogueiras mais próximas das estruturas funerárias apresentam elevada proporção de cascas, ao invés de madeira, além de baixa diversidade taxonômica. O mais recorrente são leguminosas, sendo possível visualizar em proporção menor, vestígios de famílias comuns à Mata Atlântica. Por sua vez, fogueiras situadas em ponto distante das estruturas funerárias eram constituídas exclusivamente por pedaços de madeira. Somente uma exceção foi verificada, com fogueira apresentando pedaços de madeira e casca. Em suma, os dados disponíveis são fortes o bastante para afirmar que fogueiras com predomínio de cascas referem-se ao espaço cerimonial enquanto aquelas contendo madeira são pertinentes ao âmbito doméstico (BEAUCLAIR, ET AL 2007, 2009; SCHEEL-YBERT ET AL, 2008; MACARIO ET AL, 2009).

Por fim, é necessário refletir sobre a cronologia averiguada para o sítio de Morro Grande (Tabela 12). A primeira idade para área foi obtida por AMS, por meio de carvão coletado dentro de urna evidenciada no Setor 2, oferecendo o resultado de 1740±90 BP. Com

o prosseguimento dos estudos, duas outras datações tornaram-se disponíveis, revelando uma considerável amplitude temporal no que diz respeito à ocupação do sítio. A partir de cerâmica coletada no Setor 11 foi obtida a datação por TL de  $315 \pm 50$  AP e outra por C14 no Setor 2, de  $2920 \pm 70$  BP, indicada por carvões provenientes de fogueira doméstica. Em 2003, foi submetida para procedimentos de datação por AMS outra amostra, dessa vez proveniente de fogueira cerimonial do Setor 2, que expressou a idade de  $2600 \pm 160$  BP. Depois, as atenções se voltaram para o Setor 11, onde foram datados por AMS carvões de fogueira situada próxima a arranjo funerário, que forneceu o resultado de  $510 \pm 160$  BP (GASPAR ET AL, 2004; BUARQUE, 2009a, MACARIO ET AL, 2009).

Método	Setor	Idade	Cal $2\sigma$ BP	Referência
C14	2	$2920 \pm 70$ BP	2839-3211	SCHEEL-YBERT ET AL, 2008
AMS	2	$2600 \pm 160$ BP	2300-2999	BUARQUE, 2009a
AMS	2	$1740 \pm 90$ BP	1394-1817	BUARQUE, 1999
AMS	11	$510 \pm 160$ BP	251-731	BUARQUE, 2009a
TL	11	$315 \pm 50$ AP	-	LANTINI, 1998

**Tabela 12:** Idades disponíveis para o sítio Morro Grande. Fonte: BUARQUE, 2009a.

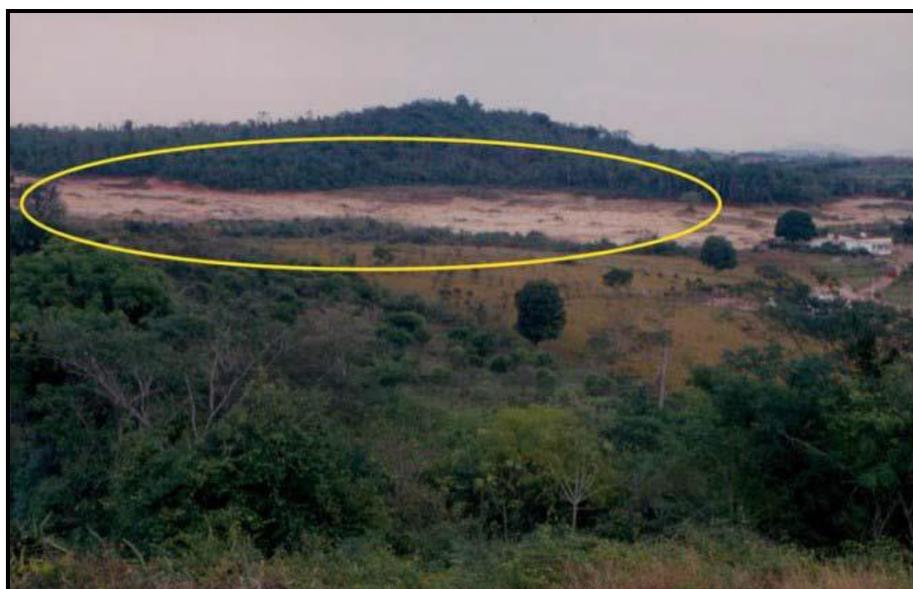
Certamente, os dados despertaram cautela entre os pesquisadores envolvidos nos estudos, principalmente por ir de encontro às cronologias clássicas desenvolvidas para a Tradição Tupiguarani, no que diz respeito ao seu centro de origem e rotas de dispersão (vide Capítulo 2). Cientes dessa situação, as amostras foram datadas por laboratórios diferentes<sup>51</sup>, o que salientou a coerência nos resultados informados. Além disso, as análises antracológicas<sup>52</sup> desenvolvidas, aliadas ao trabalho minucioso de escavação permite inferir com certa segurança a origem antrópica dos carvões datados e sua inegável associação com os contextos arqueológicos delimitados pelos setores 2 e 11 (MACARIO ET AL, 2009).

<sup>51</sup> As amostras foram encaminhadas para os seguintes laboratórios: Beta Analytic (USA), Gif-sur-Yvette (França) e Prime Lab. of Purdue University (USA).

<sup>52</sup> Para uma discussão completa sobre a validade das amostras de carvão datados em Morro Grande, vide MACARIO ET AL, 2009.

### 5.2.2 Sítio Serrano

Trata-se de sítio (Fig. 59) situado nas margens da Rodovia RJ-124, próximo ao Km 27,5, na coordenada geográfica 23K W=770627 m S=7747853 m, em altitude de 32 m. Encontra-se implantado em uma região com colinas de 20 a 50 m, possivelmente os testemunhos da antiga planície costeira. No tocante à configuração ambiental, predomina a vegetação de restinga. Ao mesmo tempo, a umidade detectada no local favorece o desenvolvimento de vegetação mais exuberante, com presença de juncos. A área tornou-se foco de pesquisadores em 1997, por ocasião do levantamento que compôs os estudos de impacto ambiental referente à duplicação da referida rodovia. Os envolvidos perceberam na época a necessidade de resgate imediato do sítio, não por conta do empreendimento rodoviário, mas sim pelo fato do terreno ter sido requisitado para a exploração de areia. Ao mesmo tempo, a passagem de um trator para a abertura de uma estrada vicinal, promoveu a exposição de diversos fragmentos cerâmicos, tornando emergencial a execução de ações de resgate (GASPAR ET AL, 2004; BUARQUE, 2009a).



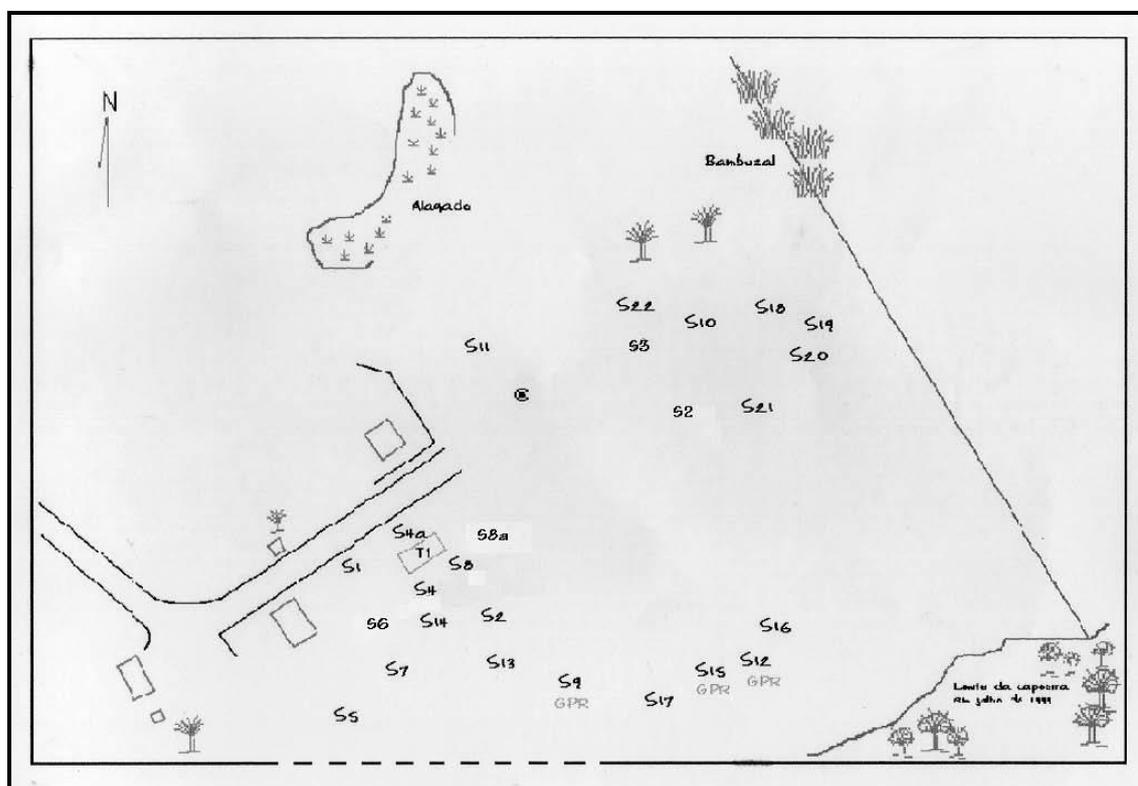
**Fig. 59:** Local de implantação do sítio Serrano, com área do sítio em destaque. Fonte: Buarque, 2009a.

No início dos trabalhos, era visível uma quantidade considerável de vestígios espalhados pelo terreno, cobrindo uma distância de 300 m na direção Leste-Oeste e 185 m no sentido Norte-Sul, de forma a compor uma área de aproximadamente 55.500 m<sup>2</sup>. Na prática, as intervenções (Fig. 60) iniciaram-se com a abertura de uma unidade de escavação de 9 m<sup>2</sup>, em local denominado de Setor 1, que permitiu a evidência de uma urna cerâmica, com

tampa fragmentada. Posteriormente, foram abertas cerca de 26 sondagens nos locais que apresentaram a maior incidência de material cerâmico em superfície, também escavadas por decapagens que respeitaram os níveis naturais (Fig. 61) (BUARQUE, 2009a; BERNEDO & LANTINI, 2012).



**Fig. 60:** Abertura de unidade de escavação no sítio Serrano. Fonte: Buarque, 2009a.

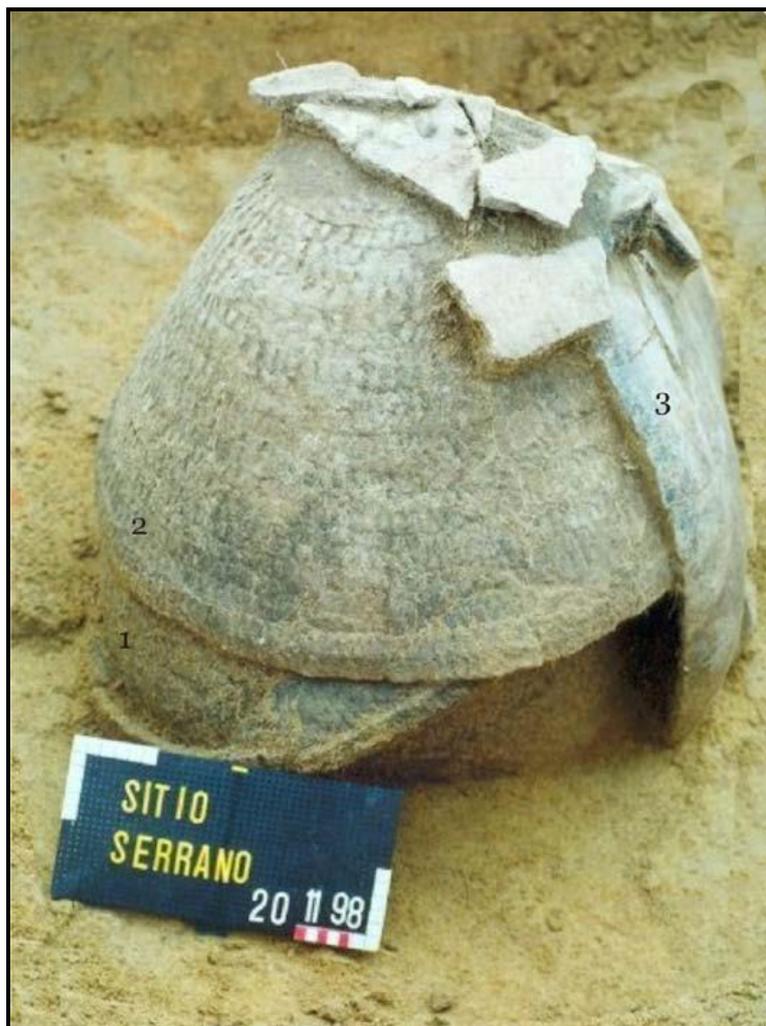


**Fig. 61:** Croqui com intervenções no sítio Serrano. Fonte: Buarque, 2009a.

No tocante à estratigrafia, foi detectada para o Setor 1 a configuração descrita a seguir, com pertinência para toda área trabalhada no sítio. Verificou-se uma primeira camada com espessura variando entre 10 e 20 cm, rico em matéria orgânica. Nessa camada, começam a aparecer a tampa das urnas e outros vestígios cerâmicos. A segunda camada apresentou espessura de 15 cm, sendo argilosa-arenosa. A 25 cm de profundidade, as urnas apresentaram-se mais evidente. Depois, aparece camada de areia, com 30 cm, contendo a maior parte dos arranjos funerários. A última camada é detectada a 55 cm de profundidade, contendo sedimentos argilosos de coloração ocre, com indícios de óxido de ferro. Encontra-se presente até a base da urna, por volta de 90 cm de profundidade (BUARQUE, 2009a).

De modo geral, o contexto deposicional, bem como vestígios encontrados, se assemelham ao quadro desvelado para o sítio de Morro Grande. Assim, visando pormenorização das informações disponíveis, foi aberto dois *loci* de escavação em parte mais preservada, situada no extremo norte da área delimitada para o sítio. Com as escavações, foi possível diferenciar duas áreas, compostas pelo local de implantação de cabanas e uma praça central. Nesse ponto, vale salientar que o sítio Serrano foi analisado com GPR, propiciando uma visão mais detalhada do contexto de subsuperfície (CEZAR ET AL, 2001; BUARQUE, 2001).

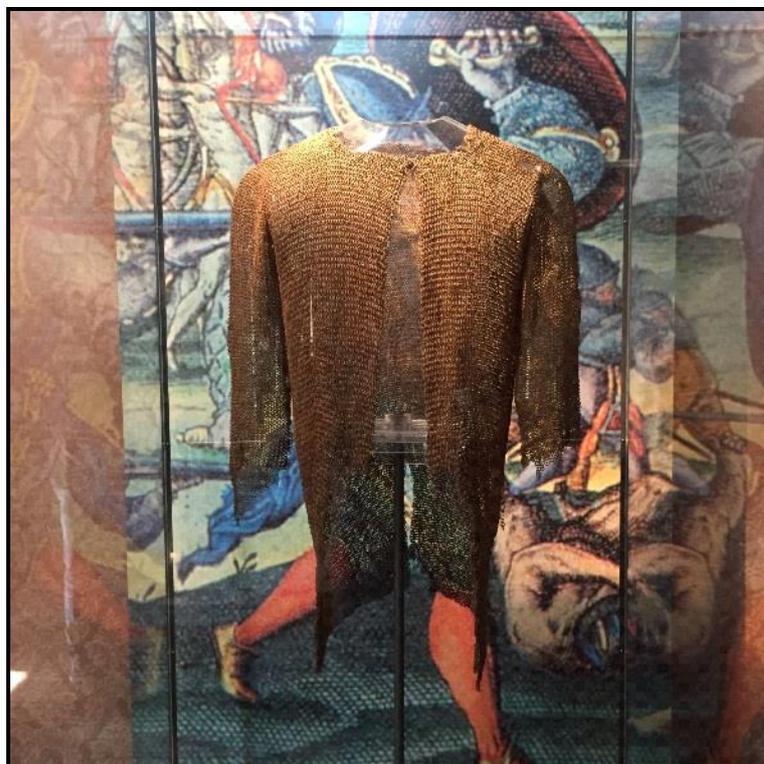
Em relação às estruturas funerárias, predominam por toda a área do sítio, perfazendo um total de 23 achados (Fig. 62). Compõem arranjos caracterizados pela presença de urna, tampa e vasilhas de acompanhamento geralmente pintadas, ainda que com menor variabilidade se comparados com o sítio de Morro Grande. Por outro lado, diferentemente desse sítio, apresentam maior quantidade de vestígios ósseos, em processo acelerado de degradação, formando em alguns casos um bloco compacto, juntamente com sedimento. Outra característica que distingue os enterramentos da área é a existência de uma camada de argila, depositada no fundo da cova, conferindo desse modo sustentação à urna (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 62:** Exemplo de urna funerária evidenciada no sítio Serrano. (1) corresponde a urna, (2), a tampa corrugada e (3), ao acompanhamento pintado. Fonte: Buarque, 2009a.

Em suma, com as atividades no sítio Serrano, foram coletadas urnas funerárias e vasilhames inteiros, além de cerca de 3.000 fragmentos cerâmicos, evidenciados em uma área de 300 m<sup>2</sup>. Chama a atenção para o contexto do sítio a presença em superfície e na camada mais superior das escavações, de diferentes materiais referentes ao século XVI, tais como doze contas *Rouen*; fragmentos de porcelana europeia; concreções de metais e, por fim; uma cota de malha, provavelmente de origem francesa (Fig. 63). Associado a este contexto, encontra-se ainda fragmentos de cerâmica e instrumentos líticos relacionados com a Tradição Una e possivelmente vinculados aos grupos Goitacá. O quadro permite supor que o sítio Serrano foi em algum momento de sua trajetória palco para um intenso fluxo cultural. A área não conta com nenhuma datação absoluta, contudo, a diversidade de vestígios encontrados, em consonância com as fontes etno-históricas disponíveis, permite afirmar com certa precisão

que o local se encontrava habitado em meados do século XVI (BUARQUE, 2009a, 2009b, 2010).



**Fig. 63:** Cota de malha francesa evidenciada no sítio Serrano, em exposição no Museu Nacional.

### 5.2.3 Sítio Bananeiras

Trata-se de sítio localizado no Parque Novo Horizonte, na Avenida Beira Rio, coordenadas geográficas 23K W=778590 m S=7468860 m, em área intensamente antropizada. As ações no local consistiram no resgate de uma estrutura funerária (Fig. 64), composta por urna, contendo ossos e dentes, associados com outros vasilhames parcialmente inteiros. Esse material foi exposto durante a expansão da malha urbana para a construção de edifícios. As atividades ocasionaram a destruição parcial das primeiras camadas estratigráficas, além de causar a fragmentação de alguns potes. O local conta com uma datação por AMS de  $430 \pm 40$  BP, que insere o sítio em período colonial (GASPAR ET AL, 2004).

Em termos práticos, as ações no local consistiram na abertura de duas pequenas áreas de escavação, com intervalo de 500 m uma da outra. A primeira, com 4 m<sup>2</sup>, permitiu a evidenciação de urna acompanhada por tigela pintada. A segunda, com 6 m<sup>2</sup>, revelou uma urna com conjunto esquelético em seu interior, bem como tampa e três vasilhames

parcialmente destruídos. No que diz respeito à estratigrafia, a camada mais superficial apresentou 50 cm de espessura, com coloração mais escura, sendo rica em matéria orgânica e conchas fragmentadas, não apresentando material arqueológico. A segunda camada, com 25 cm de espessura possui coloração amarelada, com traços de conchas. Expressa maior concentração de material arqueológico. A terceira camada, com 35 cm de espessura é constituída por sedimento arenoso, associado em alguns pontos a lentes de carvão e material arqueológico. É nesta profundidade que começa a aparecer o topo da urna, fragmentos de tampa e as tigelas pintadas. A última camada parece se referir ao fundo da lagoa de Araruama, revelando-se a 110 cm de profundidade e conformada por areia branca e fragmentos de concha, sem qualquer vestígio arqueológico (BUARQUE, 2009a).

A urna associada com os remanescentes ósseos diferenciou-se do padrão regional por apresentar conjunto de características que parecem ser a expressão de contatos com os europeus, tal como a presença de pés (BUARQUE ET AL, 2003). Especificamente sobre o conjunto funerário contendo o esqueleto, as excelentes condições de preservação possibilitaram a condução de análises mais detalhadas referentes aos vestígios ósseos e dentes. De modo geral, trata-se de enterramento primário composto por fragmentos de crânio, mandíbulas, cerca de oito dentes, vertebrae cervicais, torácicas e lombares, esterno, clavículas, omoplatas, costelas, carpos e tarsos referentes a mãos e pés, úmero, ulna, fêmur, tíbia e fíbula. Possivelmente, referem-se a um único indivíduo do sexo feminino, com idade entre 20 e 25 anos, com estatura de aproximadamente 1,46 m. Apresenta sinais de agachamento prolongado e artrose. Em relação aos dentes, três pertencem à arcada superior, identificados como canino e segundo e terceiro molar esquerdo; e os outros cinco são integrantes da arcada inferior, especificamente três molares do lado esquerdo e o primeiro e segundo molar direito. Revelam lesão oclusiva para a arcada superior e exposição da câmara da polpa devido a cáries, na arcada inferior. De fato, dos dentes identificados, 62,5% encontram-se afetados por cáries, compatíveis com a subsistência baseada em horticultura. Vale salientar que juntamente com o esqueleto, foram evidenciados dois pingentes feitos de conchas e núcleo de diabásio (BUARQUE ET AL, 2003, BUARQUE, 2009a, 2010).



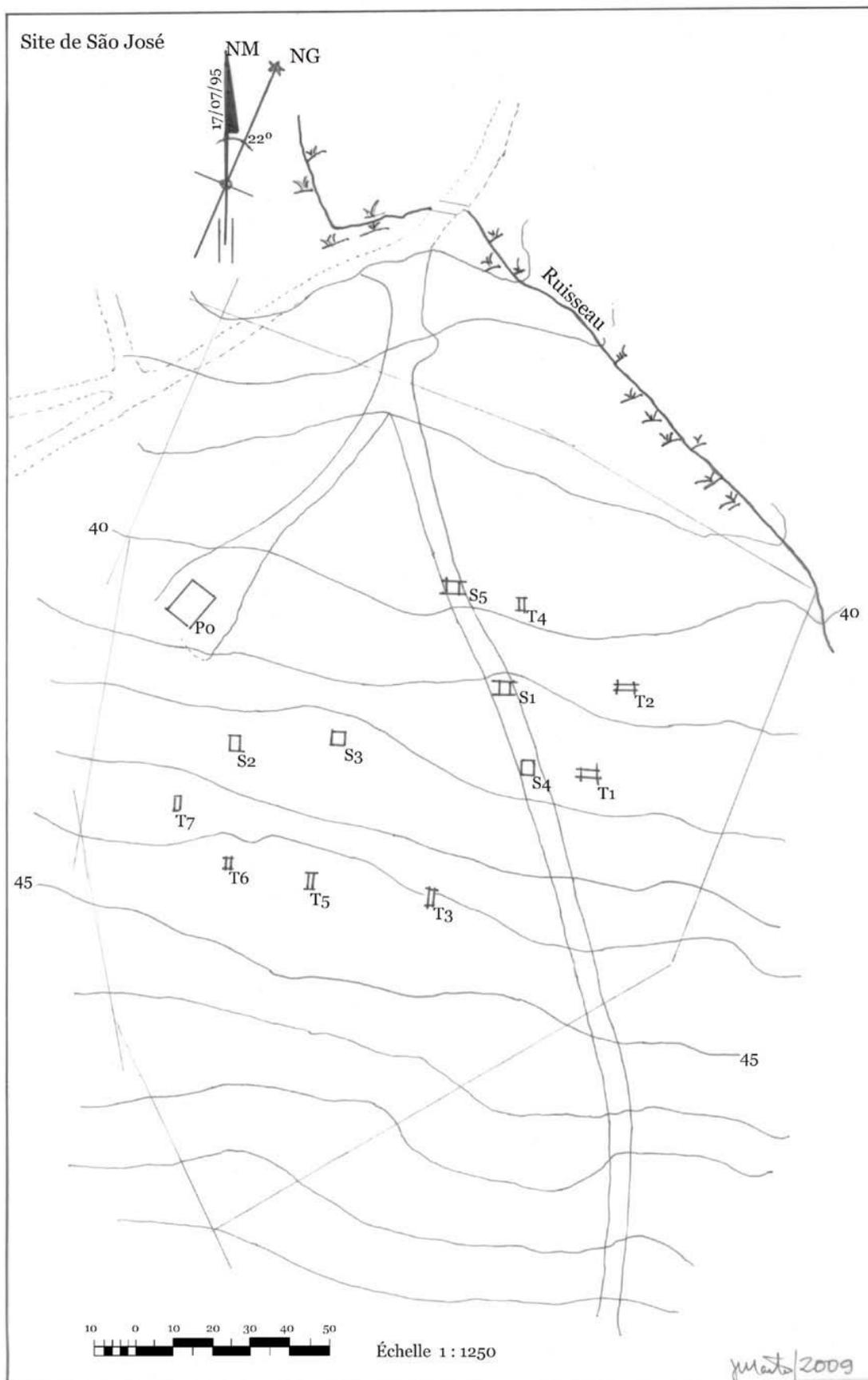
**Fig. 64:** Estrutura funerária com esqueleto no sítio Bananeiras. Fonte: BUARQUE, 2009a.

Para todos os efeitos, vale destacar que o quadro revelado para o sítio Bananeiras será referenciado nessa pesquisa no tocante às comparações qualitativas da cultura material, bem como às reflexões sobre a cronologia regional. Isso porque a pouca representatividade da amostra, que é composta por cerca de 40 peças, pode ocasionar distorções significativas em uma análise quantitativa mais apurada.

#### 5.2.4 Sítio São José

O sítio São José está localizado a menos de 2 km do sítio Morro Grande, em uma altitude e de 40 m, na zona rural, nas coordenadas 23K W=768838 m S=7444982 m. Em relação à geomorfologia, situa-se no primeiro terraço após a planície costeira, em ponto dominado por vegetação de restinga. A área foi impactada ao longo dos anos por conta de empreendimentos agrícolas, devotados ao plantio da mandioca, batata e cana de açúcar. Essas ações promoveram a fragmentação do material arqueológico, provocando a sua exposição em superfície e perturbação dos níveis estratigráficos. Após as pesquisas de Buarque no local, o sítio teve mais da metade de sua extensão destruída, devido à extração ilegal de areia (BUARQUE, 2009a).

As atividades interventivas (Fig. 65) pautaram-se no estabelecimento de *transects*, com prospecções a cada 25 m, partindo de um ponto zero definido em área com alta incidência de material cerâmico.



**Fig. 65:** Croqui das intervenções no sítio São José. Fonte: Buarque, 2009a.

No sentido Norte-Sul percorreu-se 700 m; 275 m no sentido Leste-Oeste; 370 m no sentido Sudeste-Nordeste; e por fim, 535 m na direção Noroeste-Sudeste. O critério para esta delimitação foi a presença de cerâmica em superfície e existência de área inundada na parte ao leste do sítio. Ao final, foram escavadas cerca de 80 sondagens até a profundidade máxima de 60 cm, abrangendo uma extensão de 30.000 m<sup>2</sup> (Fig. 66). Após o trabalho prospectivo, aconteceu a seleção de áreas para serem submetidas aos procedimentos de escavação por superfícies amplas (GASPAR ET AL, 2004). Em termos práticos, foram delimitados cinco setores de escavação e sete trincheiras. Em relação aos setores, três apresentaram as dimensões de 3x3 m e dois de 4x2 m. Já as trincheiras, distribuíram-se por 3x1 m. Assim, no total foi escavada uma área de 64 m<sup>2</sup>. Em termos estratigráficos, o sítio São José apresentou configuração semelhante com o sítio de Morro Grande, no que diz respeito à disposição das camadas e profundidade das estruturas funerárias (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 66:** Trabalhos de campo no sítio São José. Fonte: Buarque, 2009a.

Em três setores delimitados, particularmente aqueles situados no sul e centro do sítio, foi possível recuperar três estruturas funerárias, algumas com vestígios ósseos e dentes em franco estado de degeneração. Depois, mais um arranjo foi recuperado, devido à exposição em superfície de parte de sua estrutura, por causa da ação de fortes chuvas. Especificamente entre os achados funerários, chamou a atenção dos pesquisadores a estrutura localizada no Setor 1, composta por urna com tampa, contendo fragmentos de ossos em péssimo estado de

conservação e dentes. Os dentes foram identificados como pertencentes a uma criança, entre 10 a 12 anos. Distinguiu-se ainda por se apresentar associada com vasilhame quadrangular, pintado internamente, com linhas pretas sinuosas dispostas em torno de motivo semelhante a cruz. Já no Setor 5, verificou-se a ocorrência de outro arranjo funerário com vestígios ósseos. Nesse local, o fragmento de tíbia foi relacionado a um indivíduo adulto (Fig. 67). Cabe salientar que, ao contrário do observado para o sítio de Morro Grande, onde os enterramentos ficavam próximos às habitações, no São José, parece ter existido um local próprio para esse fim, em local situado próximo à estrada de acesso. De todo modo, os dados coletados em campo não possibilitaram a identificação de área residencial (BUARQUE ET AL, 2003; BUARQUE, 2009a).



**Fig. 67:** Estrutura funerária evidenciada no Setor 5, com tíbia depositada. Fonte: Buarque, 2009a.

Ao final, juntamente com os vasilhames inteiros, foram coletados 791 fragmentos cerâmicos. Digno de nota é o fato de o material contar com uma datação por TL, 282 AP<sup>53</sup> (LANTINI, 1998), que não foi considerada inicialmente nas análises de Buarque por ser incompatível com os dados históricos disponíveis para a região, conforme mencionado no Capítulo 3 (GASPAR ET AL, 2004; BUARQUE, 2009a, 2010). Isso porque alguns vestígios evidenciados, como um fragmento de alça e artefato com morfologia semelhante a uma estatueta, apontam para contatos com os europeus no contexto do século XVI.

---

<sup>53</sup> Não foram publicadas as margens de erro referentes a tal datação.

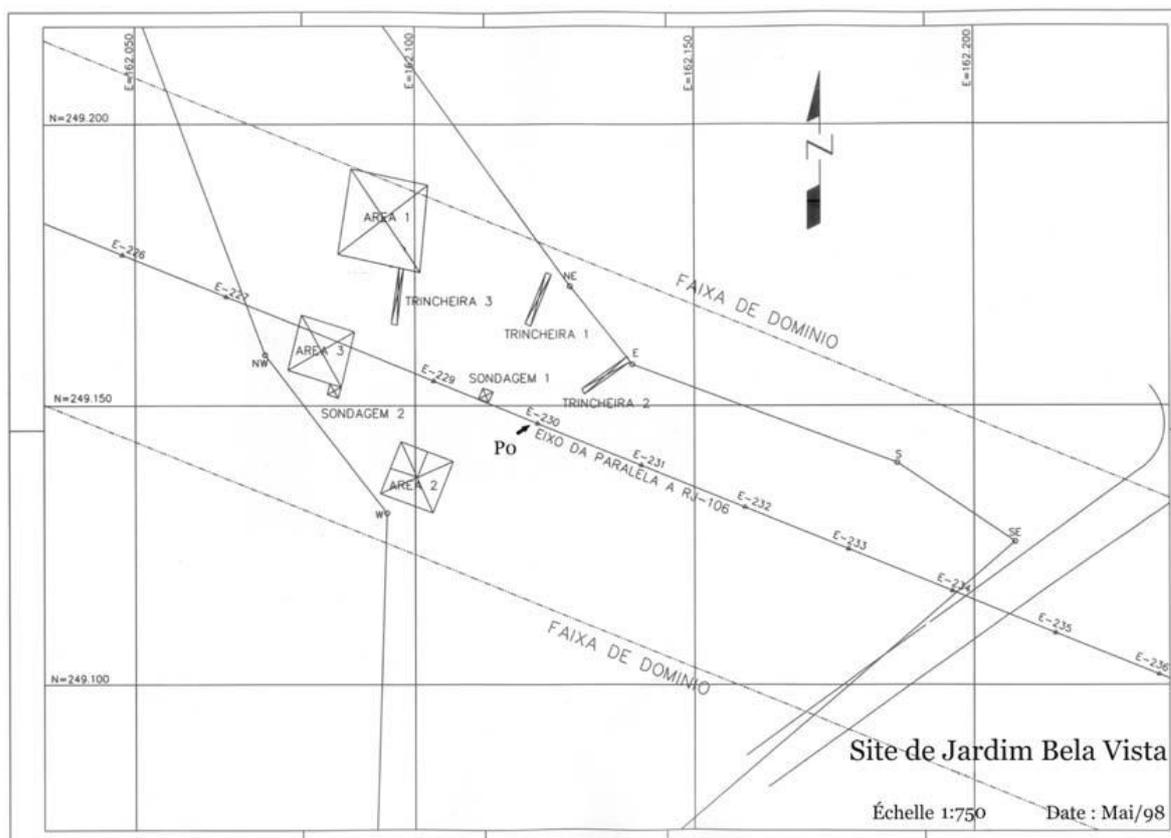
### 5.2.5 Sítio Condomínio Jardim Bela Vista

O sítio Condomínio Jardim Bela Vista (doravante, Jardim Bela Vista) está localizado nas coordenadas 23K W=771888 m S=7475137 m, em uma altitude de 39 m, distanciando-se em 1 km da Rodovia RJ-126. Foi descoberto em 1998, durante os estudos de impacto ambiental, referentes à construção de uma via de acesso alternativa a RJ-126. Com vegetação de entorno típica de restinga, já se encontrava perturbado por conta das araduras decorrentes ao cultivo da mandioca e da laranja. Quanto às estratégias de abordagem empregadas, a partir de um ponto central, localizado no meio do traçado da estrada que seria implementada, estabeleceu-se oito *transects*, que cobriram distâncias entre 200 e 500 m. A cada 25 m, foram abertas sondagens de 50 x 50 cm, atingindo a profundidade máxima de 70 cm, perfazendo um total de 160 sondagens, com profundidade variando entre 40 cm a 1 m. Com as atividades, foi possível delimitar a área do sítio em cerca de 15.000 m<sup>2</sup> (BUARQUE, 2009a).

Com base nos dados coletados com as prospecções, foi efetuada a abertura de três trincheiras de 10 x 1 m, que atingiram a profundidade máxima de 80 cm. Entre as trincheiras, foram estabelecidas ainda duas sondagens de 2 m<sup>2</sup>. Posteriormente, levando em consideração a configuração observada para a subsuperfície, os pesquisadores delimitaram três áreas que buscaram cobrir trechos distintos do sítio, perfazendo um total de 275 m<sup>2</sup>, efetivamente escavados por superfícies amplas, respeitando os níveis naturais (Fig. 68 e 69). A primeira área foi delimitada em 240 m<sup>2</sup>, divididos em 40 setores de 3 x 2 m. A segunda área distribuiu-se por 100 m<sup>2</sup>, incorporando 16 setores de 2,5 x 2,5 m, dos quais foram escavados os pontos sujeitos a impactos de maior magnitude em decorrência da implantação da estrada. A última área apresentou dimensões semelhantes quanto a sua demarcação e setores. Porém, somente quatro setores foram efetivamente escavados (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 68:** Visão geral da demarcação da Área 1, no sítio Jardim Bela Vista. Fonte: Buarque, 2009a.



**Fig. 69:** Croqui com o registro de intervenções no sítio Jardim Bela Vista. Fonte: Buarque, 2009a.

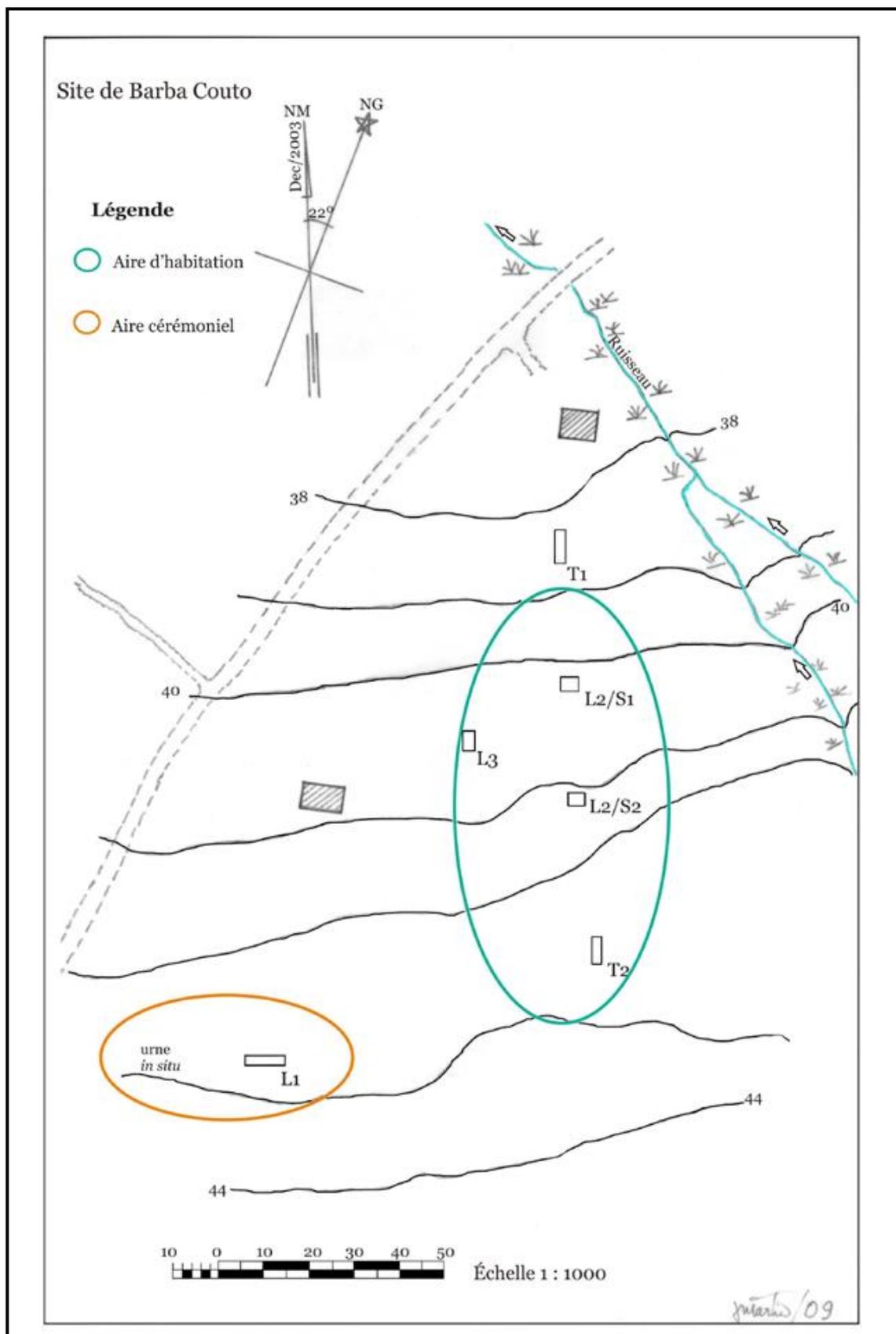
No que diz respeito à estratigrafia, as escavações revelaram uma primeira camada, com espessura variando entre 10 e 20 cm. Encontrava-se coberta com grama, sendo constituída por sedimento arenoso, associado com fragmentos cerâmicos, além de pregos, vidro, entre outros elementos que atestam antropização recente. A segunda camada permaneceu arenosa e com coloração cinzenta, devido a concentrações de carvão, com espessura entre 20 e 30 cm de profundidade. O material arqueológico encontra-se distribuído em profusão, bem como fragmentos de utensílios domésticos contemporâneos. A última camada detectada, também arenosa, distribui-se geralmente a partir de 40 cm de profundidade, demonstrando em alguns pontos óxido de ferro. Entre 50 e 60 cm é possível visualizar areia branca, com ausência de material arqueológico (BUARQUE, 2009a).

Ao final, foram coletados 5267 fragmentos cerâmicos, poucos vestígios líticos e nenhuma estrutura funerária. Os dados cronológicos existentes inserem o assentamento em uma faixa que vai de 400 a 500 BP, ou seja, no contexto dos primeiros contatos com os europeus (GASPAR ET AL, 2004; BUARQUE, 2009a).

### 5.2.6 Sítio Barba Couto

O sítio Barba Couto foi abordado no quadro de estudos que compuseram o Plano de Recuperação Ambiental e Cultural (PRAC), no distrito de Morro Grande, a cerca de 2 km de distância do sítio homônimo. Tal documento se tornou uma exigência da Prefeitura Municipal de Araruama frente à destruição crescente do patrimônio arqueológico local para a exploração de areia. As pesquisas foram desenvolvidas em 2003, quando o assentamento foi localizado em propriedade vizinha a terreno dedicado às atividades de mineração. Encontra-se localizado em zona rural, em uma altitude de 41 m, nas coordenadas 23K W=768777 m S=7477392 m. O terreno de implantação caracteriza-se por uma área plana, situado entre vegetação de restinga e próximo a redes de drenagem. Devido à carência de recursos, a exploração permaneceu na sua fase inicial, não sendo possível aprofundar os trabalhos interventivos, nem financiar a obtenção de datações absolutas. A partir do material visível no terreno, o sítio foi delimitado em 10.000 m<sup>2</sup>. Do total, 60 m<sup>2</sup> acabaram sendo efetivamente escavados (BUARQUE, 2009a; SCHEEL-YBERT ET AL, 2008).

Em relação às intervenções efetuadas, foram abertas duas trincheiras – T1, medindo 6 x 2 m; e T2, com 5x 2 m, em local indicando pelo proprietário do terreno como o mais rico em achados, escavadas até a profundidade média de 60 cm, atingindo camada de sedimento arenoso estéril do ponto de vista arqueológico, exceto nos pontos onde foram identificadas urnas funerárias. Por meio do estabelecimento das trincheiras, selecionaram-se três áreas para serem escavadas por superfícies amplas. A primeira localizou-se em terreno arado, medindo 23 m<sup>2</sup>; a segunda foi dividida em dois setores/ lócus (L2/S1 et L2/S2), com 9 m<sup>2</sup> cada; e, por fim, a terceira ocupou um terreno de 3 m<sup>2</sup> (Fig. 70).

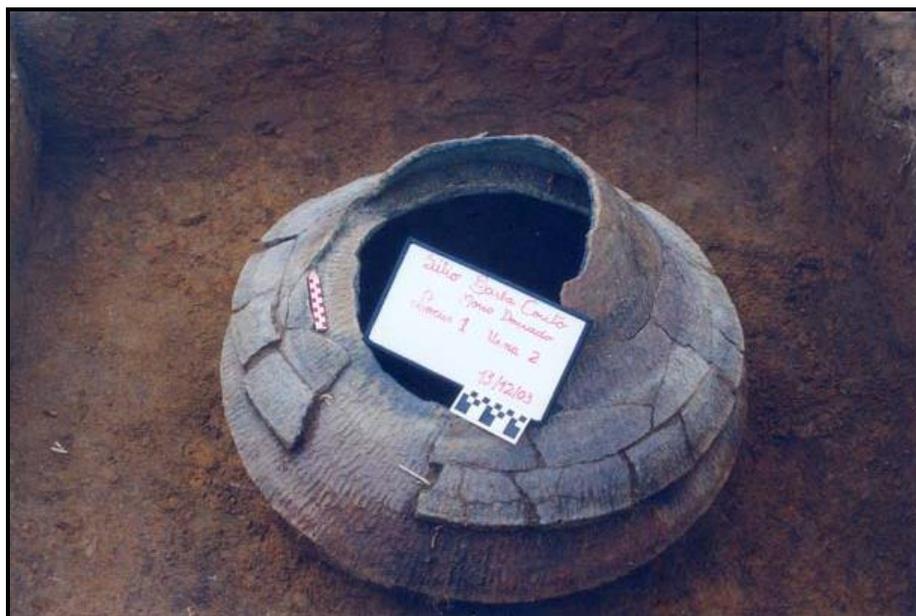


**Fig. 70:** Croqui com intervenções no sítio Barba Couto. Círculo verde corresponde à área de habitação enquanto o círculo laranja compõe espaço destinado a enterramentos. Fonte: Buarque, 2009a.

Especificamente em relação ao primeiro *locus*, foi possível evidenciar duas urnas funerárias, que se apresentaram no registro arqueológico a partir de 30 cm de profundidade, contendo em seu interior resíduos de dentes e ossos. Uma das urnas recuperadas no local apresentou melhor estado de conservação, contendo remanescentes ósseos bem deteriorados, associados com contas verdes, de origem europeia (Fig. 71 e 72). Depois, outra urna foi evidenciada, em ponto próximo a estes achados. Para os demais *locus*, foram encontrados vestígios cerâmicos, que se revelaram associados nas camadas mais superficiais (0-20 cm) a fragmentos de pratos portugueses do século XVI e grânulos de anilha. Após essa profundidade, até por volta de 50 cm (com baixa nesse nível), são recorrentes somente artefatos indígenas.

É digno de nota que no sítio Barba Couto, os enterramentos situam-se em ponto distinto do espaço residencial, conforme indica a presença de três urnas alinhadas em uma curta distância, sem vestígio de equipamento utilitário. Trata-se de quadro muito semelhante ao que foi identificado no sítio São José. Complementarmente, mais de 70 fragmentos de carvão coletados em um dos *loci* (*Loci* 2), foi alvo de análises antracológicas, em trabalho coordenado por Mariana Beauclair (UFRJ), sob supervisão da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Scheel-Ybert. Possivelmente, referem-se a vestígios de fogueiras domésticas. Contudo, os estudos não evidenciaram indícios de seleção de madeira ou mesmo cascas. Os taxa identificados foram o *Euphorbiaceae*, *Myrtaceae* e *Leguminosae*, bem comuns em áreas com Floresta Estacional Semidecidual e vegetação de restinga (BUARQUE, 2009a; SCHEEL-YBERT, ET AL 2010).

O sítio Barba Couto não conta até o momento com nenhuma datação publicada. Contudo, os elementos evidenciados em contexto arqueológico permitem pensar em uma ocupação do local iniciada em um período anterior aos contatos, permanecendo até algum momento do século XVI (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 71:** Urnas evidenciadas em L1 no sítio Barba Couto. Fonte: BUARUQE, 2009a.



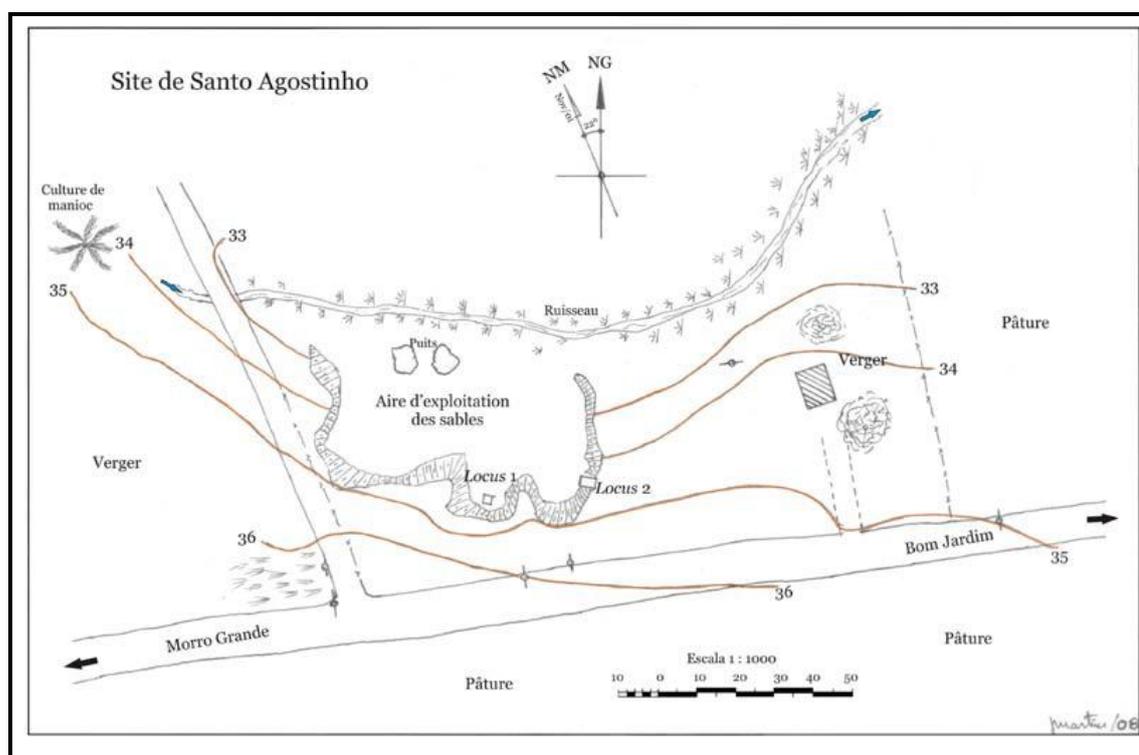
**Fig. 72:** Contas evidenciadas em um dos enterramentos do sítio Barba Couto. Fonte: Buarque, 2009a.

### 5.2.7 Sítio Santo Agostinho

O sítio Santo Agostinho está localizado nas imediações da estrada de Bom Jardim, distrito de Morro Grande, nas coordenadas 23K W=768915 m S=74779908 m, em uma

altitude entre 33 e 35 m. A área encontra-se próxima a uma vertente coberta com vegetação de restinga e a fontes de água observadas apenas em algumas ocasiões do ano. Foi descoberto, no ano de 2001, após denúncias referentes à destruição do patrimônio arqueológico local para a extração ilegal de areia terem sido encaminhadas para a Secretaria do Meio Ambiente. Na ocasião, percebeu-se que uma área de 2900 m<sup>2</sup>, correspondente a 20% do sítio tinha sido destruída. No local impactado, foi possível observar a presença da base de uma urna, assim como uma diversidade de fragmentos cerâmicos, espalhados de forma descontextualizada (BUARQUE, 2009a).

A estratégia de intervenção consistiu em uma abordagem exploratória. Foram delimitados *transects*, prospectados a cada 25 m. Com as ações, observou-se que o sítio distribui-se entre 60 e 100 m, na direção Norte-Sul, e cerca de 150 m no sentido Oeste-Leste, de modo a perfazer uma área aproximada de 15.000 m<sup>2</sup>. A partir desses resultados, os pesquisadores demarcaram dois *locus* (*Locus 1* e *Locus 2*) para serem escavados por decapagens em níveis naturais, respectivamente com dimensões de 4 m<sup>2</sup> e 8 m<sup>2</sup> (Fig. 73).



**Fig. 73:** Croqui com intervenções no sítio Santo Agostinho. Fonte: Buarque, 2009a

Com as atividades, foi possível coletar 930 fragmentos cerâmicos, dos quais 96 relacionaram-se ao primeiro *locus*, sendo oriundos de urna com forma não identificada; 495 localizados no segundo *locus*; e cerca de 339 na superfície do sítio que já encontrava-se

destruída no início dos trabalhos. Especificamente em relação ao *Locus 1*, a 20 cm de profundidade foi evidenciada fogueira acompanhada de fragmentos de cerâmica utilitária, apontando para espaço residencial (Fig. 74).

O assentamento não conta com nenhuma datação absoluta. Contudo, devido às semelhanças observadas com o material proveniente dos outros assentamentos, inegavelmente ocupados no período histórico, Buarque considerou a pertinência do sítio Santo Agostinho ter sido habitado também nessa mesma época (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 74:** Fragmentos coletados em área destruída e evidênciação de fogueira no *Locus 1*. Fonte: Buarque, 2009a

### **5.3 Os sítios Morro Grande e Córrego do Maranhão: comparações entre o litoral e o interior**

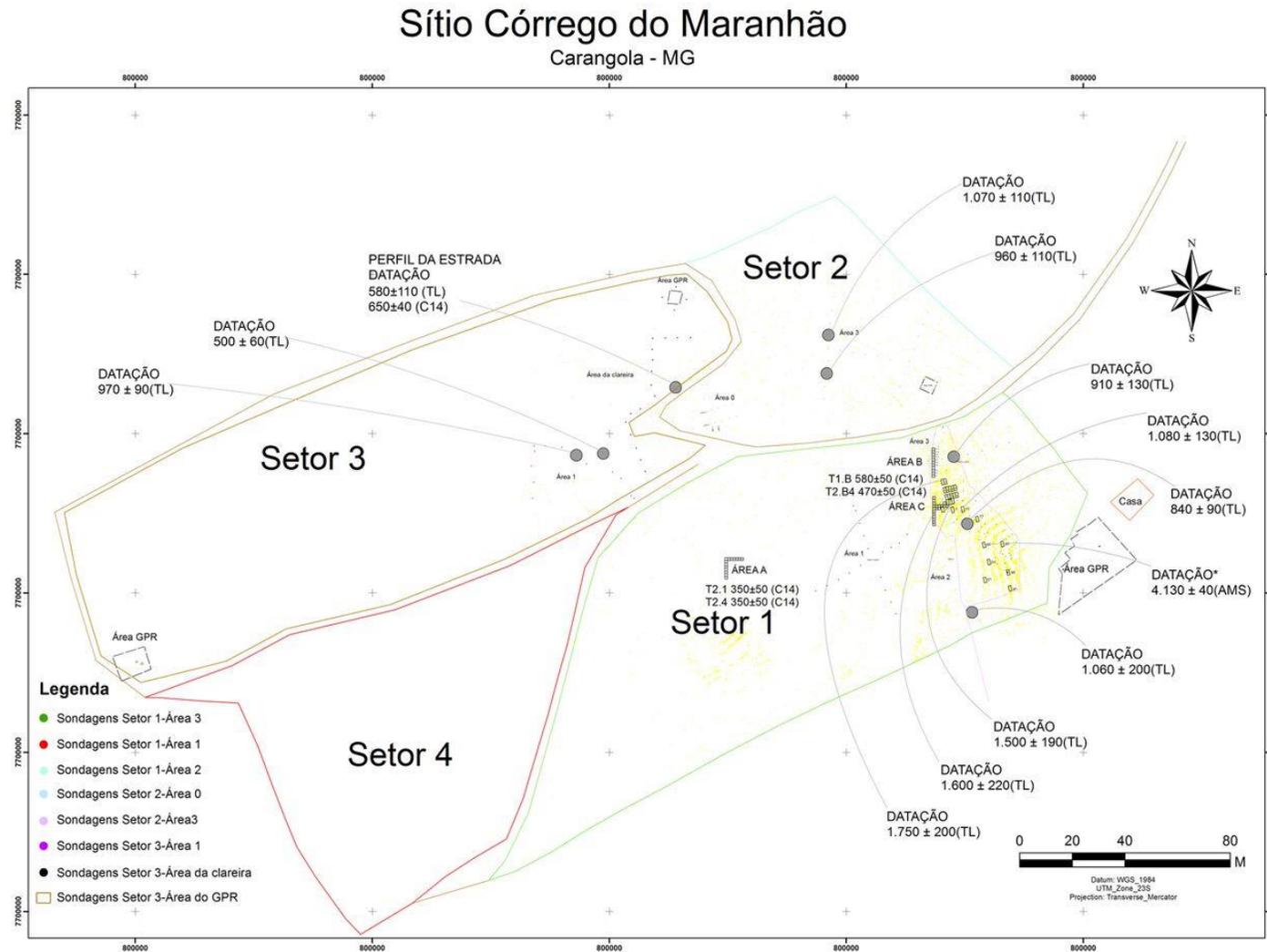
Frente aos dados levantados com as pesquisas desenvolvidas, torna-se evidente a relevância desempenhada pelos sítios Córrego do Maranhão, em Minas Gerais, e Morro Grande, no Rio de Janeiro, para os quadros da Arqueologia Regional, na medida em que oferecem subsídios para refletir sobre as possíveis conexões entre os grupos distribuídos pelo litoral e o interior. Explicando melhor, algumas semelhanças e diferenças podem ser apontadas entre as duas áreas, estabelecendo nesse movimento parâmetros que permitem discutir as formas de implantação dos ceramistas Tupiguarani no litoral fluminense e na Zona da Mata mineira. De modo geral, trata-se de questões fundamentalmente relacionadas com

cronologia, espacialidade, natureza dos achados e inserção em contexto regional marcado por diversidade de grupos sociais.

Inicialmente, sobre a implantação na paisagem, cabe destacar que os assentamentos apresentam características bem distintas. De modo geral, se coadunam com o quadro fisiográfico detectado para a Zona da Mata mineira e Araruama, reificando a ideia de plasticidade adaptativa no que se refere à ocupação de contextos ambientais diferenciados por ceramistas Tupiguarani, conforme discutido no Capítulo 1, o que pode ser estendido para os demais sítios tratados nessa parte. Assim, o sítio Morro Grande situa-se em região de baixa altitude, entre 33 a 39 m, próximo ao mar e dos recursos disponíveis para o complexo lagunar, possuindo clima seco e mais estável. Já o sítio Córrego do Maranhão está inserido em um topo de colina, a 665 m de altitude, perto de córrego homônimo, brejos e fragmentos de mata fechada, que podem ter servido a captação de recursos no passado. Por sua vez, em ambos os sítios pode ser observada a presença de inselbergs, em forma de pontões gnáissicos do tipo “pão de açúcar”, no entorno das áreas de habitação, que talvez tenham atuado como um marcador de paisagem, influenciando na escolha dos locais de fixação (LOURES-OLIVEIRA, 2007).

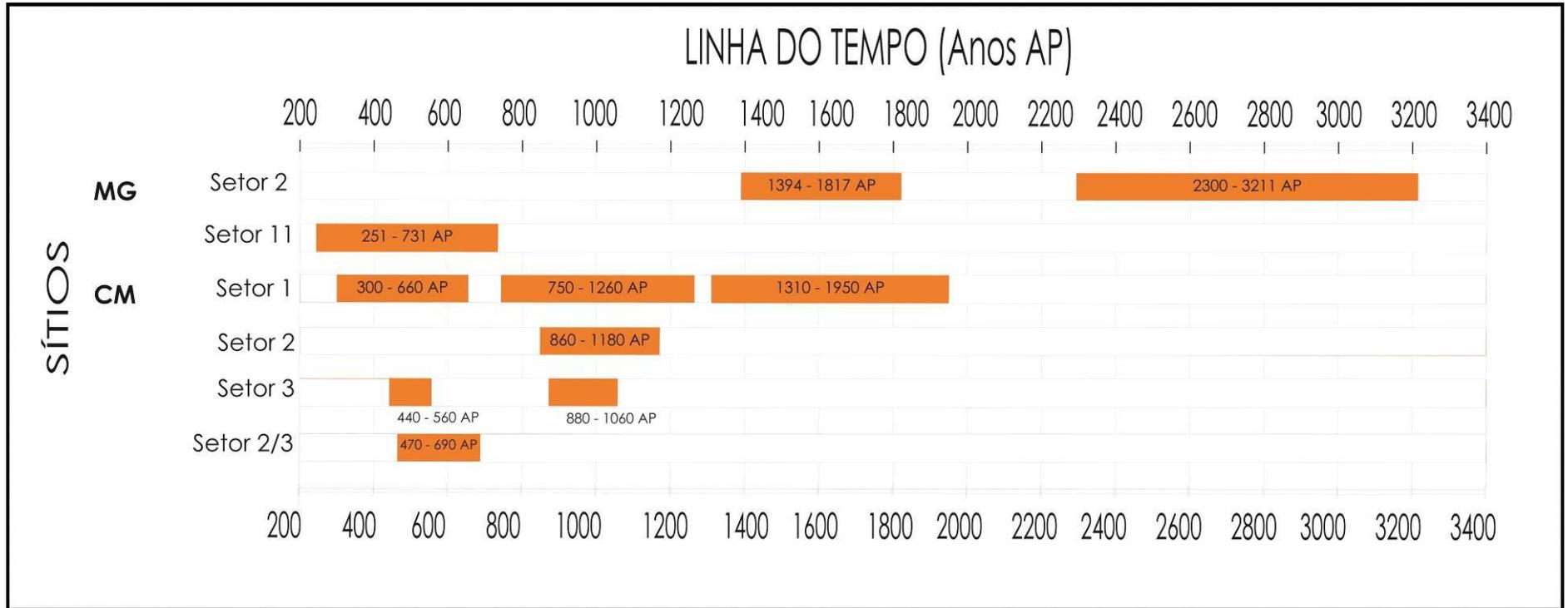
Outra similaridade averiguada entre o sítio de Carangola e de Araruama refere-se à profundidade do pacote arqueológico, com a maior concentração de vestígios até os 30cm de profundidade, com exceção dos arranjos funerários identificados no Rio de Janeiro. Além disso, observa-se estratigrafia bastante comprometida, com as camadas superficiais impactadas por atividades antrópicas recentes. De fato, essa situação também pode ser expandida para os demais sítios abordados na presente pesquisa. Em termos práticos, não é possível distinguir ocupações por meio da sobreposição de camadas de sedimento e profundidade dos achados. Nesse caso, a dimensão espacial dos remanescentes arqueológicos emerge como um possível parâmetro de diferenciação.

Nos sítios tratados nessa parte, a premissa se confirma, com o estabelecimento de cronologia com pertinência mais forte para determinados setores (Fig. 75 a 77). No sítio Córrego do Maranhão, pode-se delinear a expansão da ocupação da área a partir do Setor 1 em três períodos, 1310-1950 AP, 750-1260 AP e 300-600 AP, englobando o Setor 2, na faixa estipulada entre 860-1180 AP, até chegar o Setor 3, no intervalo de 440-690 AP. O mesmo quadro é identificado no sítio de Morro Grande, com dois períodos de ocupação identificados no Setor 1, 2300-3211 AP e 1394-1817 AP. O mais recente é localizado no Setor 11, com datações que permitem a sua inserção em 251-731 AP (BUARQUE, 2009a).



**Fig. 75:** Planta do sítio Córrego do Maranhão com idades plotadas. Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.





**Fig. 77:** Distribuição das idades disponíveis para os sítios Morro Grande (MG) e Córrego do Maranhão (CM), levando em consideração os setores de proveniência. As datações foram agrupadas de modo simples, levando em consideração a calibração em  $2\sigma$  para as datas radiométricas e as margens de erro para aquelas obtidas por TL.

Talvez a continuidade dos estudos nas áreas, com a obtenção de amostras referentes aos diferentes locais de distribuição dos vestígios, calibrados dados coletados em campo e com as análises da cultura material, pudesse revelar novos recortes cronológicos de habitação ou mesmo atestar uma permanência expressiva no domínio de todo o terreno. Contudo, frente à carência de recursos financeiros e viabilidade técnica para a concretização desse objetivo, um procedimento de datação relativa, como a seriação, emerge na pesquisa como uma estratégia adequada, na medida em que apresenta o potencial contextualizar temporalmente os acervos sob análise.

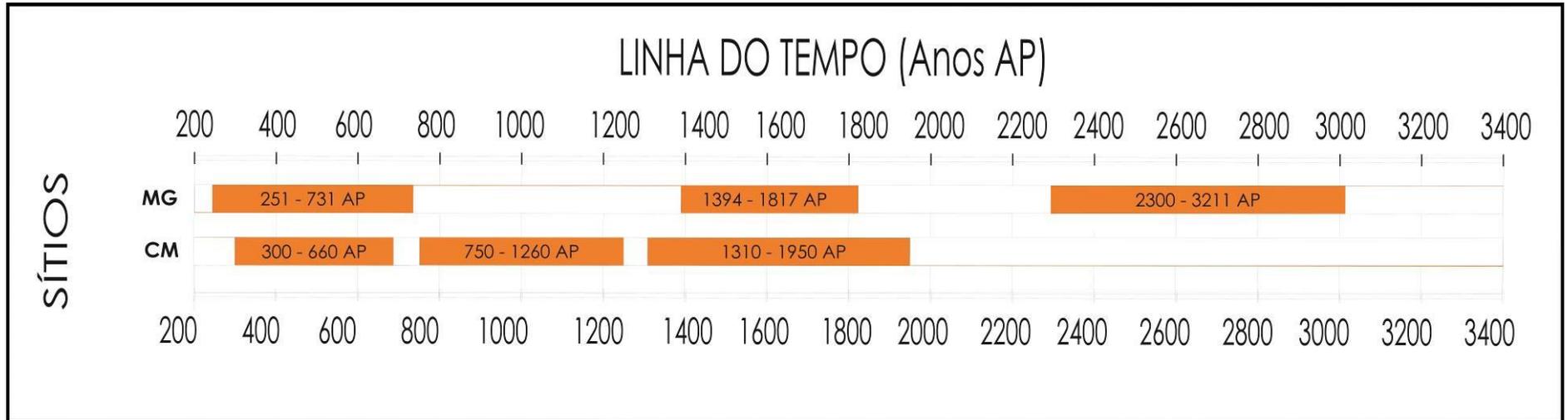
No tocante aos aspectos particulares de cada sítio e tendo em vista a diacronia informada pelas datações absolutas, é possível observar uma notável persistência nas formas de apropriação do espaço e instalação dos grupos que habitaram o Córrego do Maranhão e Morro Grande. Isso porque o modelo de deposição dos vestígios em forma anelar, formando um pátio central livre, parece ter perdurado por todo o período de fixação nas áreas. Duas possibilidades explicativas relacionadas podem ser invocadas para essa situação. A primeira é que o quadro seja uma expressão adaptativa, ou colocando de outra forma, a constatação de que o tipo de assentamento erigido era mais adequado, por exemplo, para contornar as irregularidades do terreno, como no caso do sítio de Carangola. Outra explicação é que o formato das aldeias em um local específico tenha sido corroborado pela existência de redes de transmissão cultural no passado, de acordo com o que é sugerido por Anthony (1990). Desse modo, a circulação de notícias prévias sobre os pontos que seriam ocupados pode ter levado à reificação dos padrões previamente instalados, seja por motivos de ordem funcional ou então devido a contingências históricas específicas. De acordo com os dados levantados e sistematizados ao longo dessa tese, é possível afirmar que a segunda hipótese parece se aproximar mais da realidade empírica averiguada, sendo balizada por discussão levantada no Capítulo 7.

Em um cenário mais amplo, a organização das datações disponíveis em um gráfico de barras (Fig. 78), visualizando a sua distribuição ao longo do tempo e desconsiderando os setores de proveniência, permite o estabelecimento de inferências a respeito da ocupação nos sítios Morro Grande e Córrego do Maranhão e, conseqüentemente, entre o litoral e o interior. As datações mais recuadas encontram-se para o sítio de Araruama, com período compreendido entre 3211-2300 AP. Posteriormente, verifica-se a habitação sincrônica das áreas 1394 -1817 AP e entre 300 a 660 AP. Por sua vez, os dados disponíveis apontam somente para uma ocupação no Córrego do Maranhão em 750-1260 AP.

Ao admitir as conexões entre os contextos da Zona da Mata mineira e Araruama, as informações apontam para a chegada inicial dos ceramistas Tupiguarani em Araruama, a incorporação de um novo domínio de ocupação, representado pelas Matas mineiras, passando por um momento de presença exclusiva no interior, talvez relacionado com a chegada dos portadores da Tradição Una no litoral. Com a passagem de tempo, ambas as regiões voltaram a ser ocupadas, em um momento marcado por pressão representada pela chegada do colonizador europeu.

É digno de nota apresentar aqui a hipótese de uma presença Guarani, defendida por Loures Oliveira (2009) e Buarque (2009b) para tratar de ocupação em torno de 500 anos AP nos sítios Córrego do Maranhão e Morro Grande. No primeiro caso, foi destacada a predominância de vestígios de vasilhames com superfície externa corrugada, a presença de fragmentos de fundo cônico e restos de vasilhames com ombros escalonados com até 80 cm de diâmetro nas áreas compreendidas entre os Setores 2 e 3 (LOURES OLIVEIRA, 2009). Para todos os efeitos, trata-se de características recorrentemente identificadas em sítios habitados por grupos Guarani, conhecidos historicamente (BROCHADO, 1984; LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

Já Buarque (2009b) apoiou-se, além da cultura material, nos dados históricos disponíveis referentes à região de estudo para refletir sobre incursões Guarani em Morro Grande. A ideia começou a ganhar contornos mais sólidos com a identificação de duas formas que fogem do padrão regional, tal como a presença de jarro com decoração unglada e pescoço com diâmetro reduzido; e urnas pintadas com ombro escalonado, com capacidade de armazenamento entre 200 e 250 litros. A autora remete-se ao contexto de 1555, ocasião em que a baía de Guanabara foi invadida por franceses, tornando-se palco para conflitos entre os invasores e os portugueses. Ao mesmo tempo, por conta de alianças firmadas com os inimigos da Coroa, os Tupinambá foram também combatidos. Nesse movimento, os governadores do Rio de Janeiro requisitavam em algumas ocasiões os índios já aldeados, denominados de Carijó e supostamente Guarani (cf. METRAUX, 1927), para engrossar as fileiras de combatentes. Para a autora, a ocupação mais recente do sítio de Morro Grande pode conter na verdade indícios de grupos Guarani que auxiliaram os portugueses em seus conflitos.



**Fig. 78:** Distribuição das idades disponíveis para os sítios Morro Grande (MG) e Córrego do Maranhão (CM). As datações foram agrupadas de modo simples, levando em consideração a calibração em  $2\sigma$  para as datas radiométricas e as margens de erro para aquelas obtidas por TL.

De fato, pensar em uma ocupação Guarani mais recente para os sítios de Morro Grande e Córrego do Maranhão não deixa de ser uma proposta sedutora. Frente aos mecanismos criados para o apresamento contínuo dos Carijós, não foram poucos os casos de índios inicialmente aliados dos colonizadores que se empenharam em movimentos de fuga para o interior quando a oportunidade se apresentou (FREIRE & MALHEIROS, 2010). Assim, os grupos que abandonaram o litoral podem ter encontrado na Zona da Mata mineira um local propício para a consolidação de aldeias. O quadro poderia explicar inclusive a presença no sítio Córrego do Maranhão de indícios de contato, tal como o de uma asa no Setor 2 e cinco apêndices no Setor 3<sup>54</sup>.

No entanto, os dados disponíveis nos contextos do litoral e interior ainda são muito escassos para sustentar uma hipótese referente à mudança de grupo Tupinambá para um grupo Guarani ao longo do tempo. Evidentemente, tal alteração deveria deixar marcas mais expressivas no registro arqueológico e diferenciações mais extensivas na cultura material. Talvez seja mais prudente falar de objetos estrangeiros ao contexto adquiridos de outra forma, seja por contatos esporádicos, casamentos, entre outros.

Por fim, cabe destacar que a cronologia obtida para os sítios de Morro Grande e Córrego do Maranhão impulsionam reflexões mais amplas concernentes às rotas de expansão percorrida pelos ceramistas Tupiguarani pelo território brasileiro, tema que tem se revelado inesgotável (cf. CORRÊA, 2014). No tocante à Araruama, as idades mais antigas identificadas apresentam congruência somente com sítios situados em Rondônia, região que vem sendo encarada principalmente por linguistas como o centro de origem do Proto-Tupi, a cerca de 5.000 anos AP, com individualização da família Proto-Tupi-Guarani por volta de 2500 AP (cf. URBAN, 1996; RODRIGUES, 1964). Mesmo diante da existência de discrepâncias entre os dados arqueológicos e linguísticos, as expectativas são sempre de uma maior antiguidade Tupi para a região Norte. Desse modo, a datação obtida para o sítio de Morro Grande não é o suficiente para uma revisão dos modelos clássicos estabelecidos. Até o momento, a idade do sítio aparece de modo isolado, a despeito da profusão de pesquisas arqueológicas que acontecem na região Sudeste. Em contrapartida, frente o tamanho e complexidade da região Norte, ainda são poucas as incursões sistemáticas, de modo que a continuidade dos estudos pode vir a suscitar revisão do quadro cronológico disponível para os caminhos tomados pelos falantes de línguas Tupi pelo território brasileiro, com ampliação das

---

<sup>54</sup> Isso porque o limite final de ocupação que é informado pelas datações absolutas, cerca de 300 AP, corresponde a época em que a Zona da Mata mineira integrava a Zona Proibida do Império, com o trânsito de pessoas e a fixação de vilas sendo expressamente proibidos pela Coroa Portuguesa para evitar o contrabando do ouro extraído da região das minas (MERCADANTE, 1973).

expectativas temporais para cada compartimento regional, fundamentado em dados arqueológicos<sup>55</sup> (MACARIO ET A, 2009; CORRÊA, 2014).

No caso do sítio Córrego do Maranhão, as datações obtidas o insere entre 1310-1950 AP, recuando o período de fixação dos ceramistas Tupiguarani na Zona da Mata mineira. Ao mesmo tempo, apontou para direção contrária ao modelo clássico defendido por Alfred Metraux (1927, 1928) para explicar a presença de grupos Tupi no interior. De acordo com pesquisador, o povoamento das áreas afastadas da costa por falantes de língua Tupi teria acontecido na época dos primeiros contatos e aumentado de intensidade em virtude das mazelas trazidas pela conquista. Reformulando essa suposição, as pesquisas no sítio Córrego do Maranhão revelaram uma ocupação bem mais antiga, o que foi confirmado com o aprofundamento da cronologia e incorporação dos dados referentes aos demais sítios pesquisados na região<sup>56</sup>.

#### **5.4 Considerações sobre o capítulo**

De modo geral, as investigações levadas a cabo pela equipe do MAEA-UFJF na Zona da Mata mineira e na região de Araruama (Tabela 13 e Fig. 79), por pesquisadores do Museu Nacional/UFRJ, levantaram elementos para que diversos questionamentos sobre a presença indígena na região fossem realizados. Em linhas gerais, trata-se de problemas referentes à cronologia observada para as diferentes áreas, que suscitam hipóteses a respeito da dinâmica de ocupação indígena; as prováveis pressões decorrentes da fixação ou intrusão de grupos indígenas distintos em um mesmo território, assim como os contatos com as frentes colonizadoras em período histórico.

Sobre questões de cronologia, todos os sítios estudados na Zona da Mata mineira apresentam datações que atestam uma amplitude no tocante à ocupação, que nos casos dos sítios Córrego do Maranhão e Mata dos Bentes ultrapassam os 1000 anos. No caso de Araruama, apesar da carência de idades absolutas, os dados disponíveis para o sítio de Morro Grande, aliada às análises da cultura material para os demais assentamentos, permitem que uma inferência semelhante seja estabelecida, de acordo com o que vem sendo discutido mais recentemente por Buarque (2010). Em termos interpretativos, o quadro detectado parece

---

<sup>55</sup> A discussão mais aprofundada sobre centro de origem e rotas de expansão dos grupos falantes de línguas Tupi pode ser encontrada no Capítulo 2 da presente tese, relacionada com o tema da transmissão cultural e variabilidade.

<sup>56</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre a antiguidade Tupi no interior, vide Mageste (2008a e 2008b).

Sítio	Coordenada	Altitude	Área Escavada	Área do sítio	Fragmentos <sup>57</sup>	Peças inteiras	Idades
Morro Grande - RJ	23K W=770627m S=7477853m	33 a 39m	128 m <sup>2</sup>	90.000 m <sup>2</sup>	4047	19	315 ±50 AP (TL) a 2920 ±70 BP (AMS)
Serrano – RJ	23K W=770627m S=7747853m	32m	300 m <sup>2</sup>	55.500 m <sup>2</sup>	3048	11	280 AP (TL)
Bananeiras – RJ	23K W=778590m S=7468860m	-	10 m <sup>2</sup>	-	40	6	430±40 BP (AMS)
São José – RJ	23K W=768838m S=7444982m	40m	64 m <sup>2</sup>	30.000 m <sup>2</sup>	791	8	
J. Bela Vista – RJ	23K W=771888m S=7475137m	39m	275 m <sup>2</sup>	15.000 m <sup>2</sup>	5267	1	400 a 500 BP (GASPAR ET AL, 2004)
Barba Couto – RJ	23K W=768777m S=7477392m	41m	60 m <sup>2</sup>	10.000 m <sup>2</sup>	350	1	
S. Agostinho – RJ	23K W=768915m S=74779908m	33 a 35m	12 m <sup>2</sup>	15.000 m <sup>2</sup>	930	1	
Teixeira Lopes – ZMM	23K W=643231m S=7591618m	678m	62 m <sup>2</sup>	20.590m <sup>2</sup>	499	1	225±25 (TL) a 585±60 (TL)
Emílio Barão – ZMM	23K W=643391m S=7591053m	691m	405 m <sup>2</sup>	17.200m <sup>2</sup>	9242	-	210±30 (TL) a 590±60 (TL)
Primavera – ZMM	23K W=702955m N=7617862m	590m	102 m <sup>2</sup>	3.517m <sup>2</sup>	1861	-	540±140 (TL) a 800±350 (TL)
Poca – ZMM	23K W=715173m S=7615865m	493m	13,34m <sup>2</sup>	1.738m <sup>2</sup>	759	-	595±70 (TL) a 920±280 (TL)
Mata dos Bentes – ZMM	23K W=690473m S=7620460m	440m	100 m <sup>2</sup>	2.899m <sup>2</sup>	5606	-	380 ±40 (AMS) a 1300±100 (TL)
C. do Maranhão – ZMM	23K W=796017m S=7704609m	780m	113 m <sup>2</sup>	65.000 m <sup>2</sup>	15225	-	350 ± 50 (C14) a 1750±200 (TL)

**Tabela 13:** Quadro síntese dos sítios relacionados à Tradição Tupiguarani em Araruama (RJ) e Zona da Mata mineira (ZMM).

<sup>57</sup> Fragmentos efetivamente analisados.

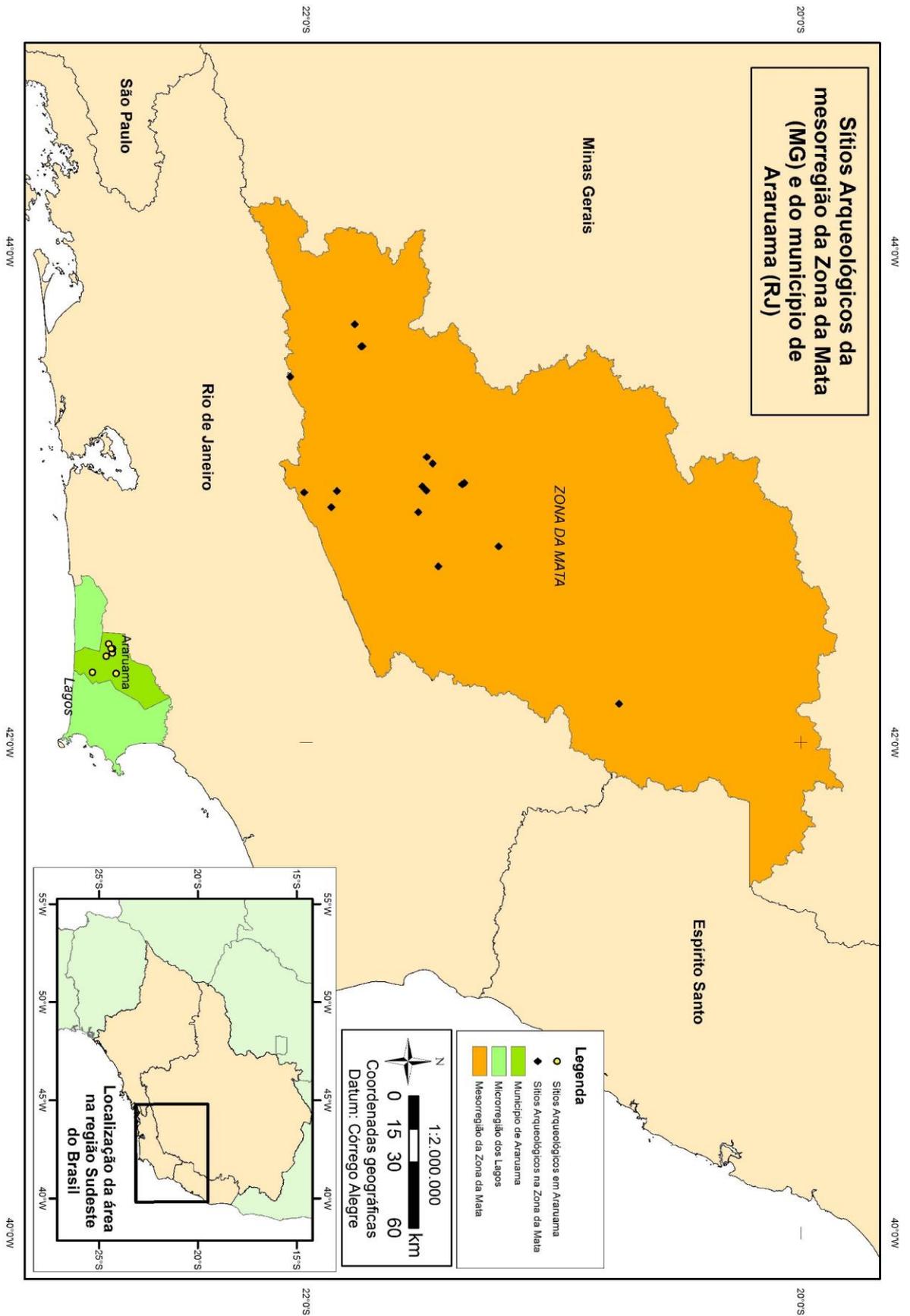


Fig. 79: Sítios arqueológicos pesquisados na Zona da Mata mineira e Araruama.

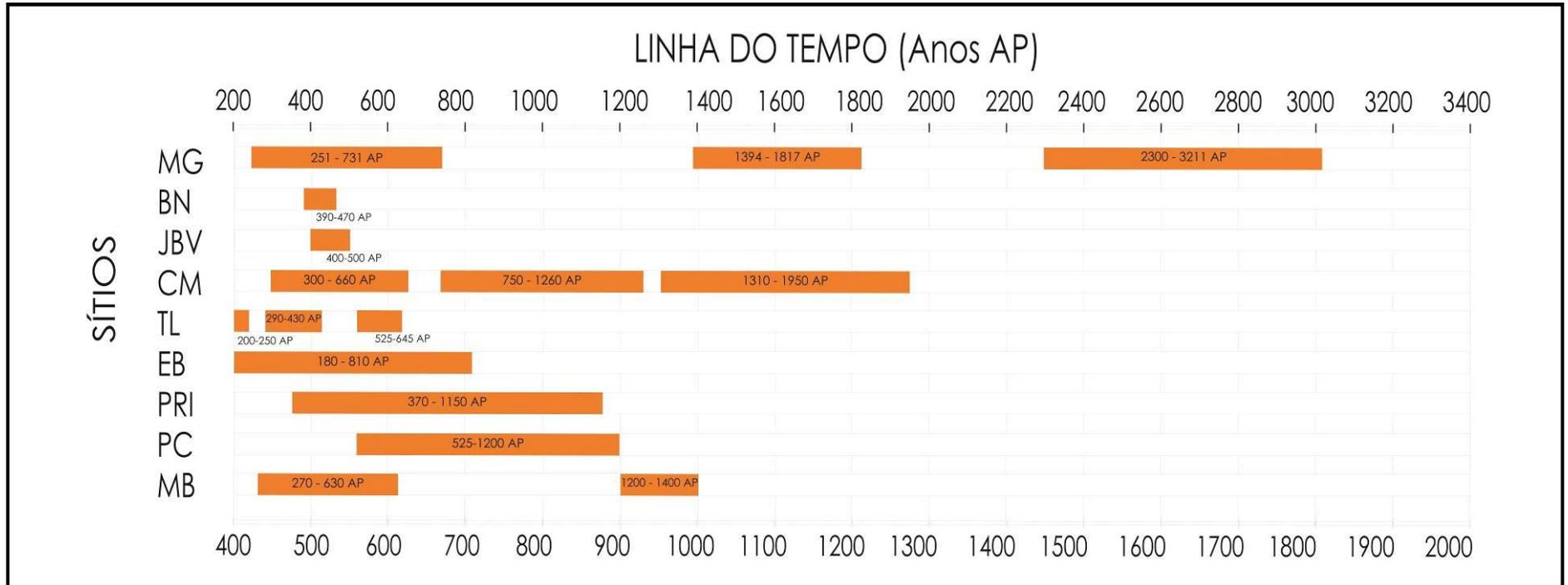
corroborar o modelo de ocupação sugerido por Brochado (1984) e refinado por Noelli (1993), ao tratar da expansão dos grupos Tupi

Os autores afirmaram que a movimentação dos grupos por amplos compartimentos devia-se ao crescimento demográfico, que levava à exploração de novos pontos para fixação das aldeias, porém sem abandonar completamente a anterior. Desse modo, era necessário que os ambientes a serem ocupados fossem preparados previamente para a instalação do grupo, de forma que a expansão não deveria ter acontecido por saltos, mas sim por uma anexação progressiva de áreas adjacentes aos locais em que já estavam fixados. Além disso, lugares anteriormente habitados poderiam ser novamente utilizados, frente a pressões diversificadas. Nesse sentido, as variações identificadas na cultura material poderiam ser melhor compreendidas a partir de sua distribuição por um território – que corresponderia ao denominado Tecoaba, no contexto dos Tupinambá – e não em relação a um único sítio (NOELLI, 1993)<sup>58</sup>.

De toda sorte, ao serem analisadas por uma perspectiva comparativa, as cronologias disponíveis para a Zona da Mata mineira e Araruama alimentam hipóteses iniciais envolvendo os grupos que se situavam no litoral e o interior (Fig. 80). Quando associadas com as informações sobre a cultura material, possibilita conjecturar a respeito da movimentação de populações fixadas na costa para os sertões por volta de 1600 anos antes do presente. No novo território, a expansão poderia ter acontecido aos poucos, com novas áreas sendo habitadas sem que as demais fossem completamente abandonadas, compondo redes regionais de povoamento (cf. BROCHADO, 1973, 1984; NOELLI, 1993). Nesse caso, o fluxo constante de pessoas, coisas e ideias seriam capazes de explicar as semelhanças observadas na cultura material e a continuidade por um período superior a 2000 anos (NOELLI, 2008b).

---

<sup>58</sup> A situação encontra consonância com o modelo de migração de curta distância discutidas por Anthony (1990), configurando com a passagem tempo, em migração de longa distância, no escopo do efeito “push-pull”.



**Fig. 80:** Distribuição das idades disponíveis para os sítios da Zona da Mata mineira e Araruama. Os sítios de Araruama são representados pelas siglas MG: Morro Grande; BN: Bananeiras; JBV: Jardim Bela Vista. Os sítios da Zona da Mata mineira são representados pelas siglas CM: Córrego do Maranhão; TL: Teixeira Lopes; EB: Emílio Barão; PRI: Primavera; PC: Poca; MB: Mata dos Bentes. As datações foram agrupadas de modo simples, levando em consideração a calibração em  $2\sigma$  para as datas radiométricas e as margens de erro para aquelas obtidas por TL.

Nesse ponto, deve-se destacar que ao mesmo tempo em que tem sido possível pensar em uma antiguidade muito maior para as ocupações de grupos ancestrais dos Tupinambá no litoral e no interior, os sítios situados na região de Araruama e na Zona da Mata mineira parecem informar sobre a existência de uma notável pressão entre 500 e 400 anos antes do presente. No caso dos locais situados no Rio de Janeiro, a explicação é clara: os primeiros contatos estabelecidos com o colonizador europeu, além dos intercâmbios frequentes com grupos portadores da Tradição Una, que deixou marcas evidentes no registro arqueológico (GUIMARÃES, 2007; OLIVEIRA, 2011). Para o período específico, é pertinente pensar que populações originárias da costa encontraram na Zona da Mata mineira um entreposto de fuga, fomentando uma explosão demográfica no interior. O cenário explica, em parte, o ápice da ocupação regional nessa faixa cronológica, que se reflete na habitação sincrônica de todos os sítios aqui enfocados (MAGESTE, 2012). Ao mesmo tempo, processos de transmissão cultural podem ter se intensificado, gerando as semelhanças observadas na cultura material.

Para tornar esse quadro mais complexo, vale frisar que enquanto os povos fixados em Araruama lidavam com o colonizador europeu e com outros grupos indígenas, aqueles situados na Zona da Mata mineira enfrentavam uma situação similar. Afinal, são datados dessa mesma época alguns sítios com vestígios vinculados a Tradição Una e que dividiram o mesmo território com os ceramistas Tupiguarani. Como já mencionado ao longo desse capítulo, no município de Carangola, a menos de 20 km do Córrego do Maranhão, localiza-se o sítio “Toca dos Puri”; e no município de Goianá, onde próximo a 10 km em linha reta do sítio Mata dos Bentes e 40 km do sítio Emílio Barão, encontra-se a Pedra da Babilônia. As duas áreas apresentam datações por C14 congruentes de  $650 \pm 90$  AP (LOURES OLIVEIRA, 2012). Contudo, os possíveis traços de interação observados até agora se referem à presença de dois fragmentos de cerâmica relacionada à Tradição Una, evidenciados durante as atividades de campo no sítio Emílio Barão.

Cabe destacar que a configuração detectada parece confirmar hipótese de Prous (1992), que informa sobre a presença de sítios Tupiguarani seguindo a rede hidrográfica local e penetrando em áreas ocupadas por grupos diversos. A situação não causaria impactos extensivos a toda uma região, geralmente limitando-se a pontos com características ecológicas específicas. Assim, o autor chama a atenção para existência de “ilhas” espalhadas por um território, não cobiçadas por grupos Tupi e ocupadas por sociedades etnicamente distintas (PROUS, 1992). Ainda que tensões, conflitos e negociações possam ter estado na ordem do dia, os remanescentes dessas contingências não foram ainda desvelados pelas pesquisas arqueológicas conduzidas (cf. LOURES OLIVEIRA, 2006a, 2006b, 2006c; CORRÊA, 2009).

Ao mesmo tempo, revela-se intrigante a inserção dos compartimentos escrutinados nos séculos XVII e XVIII, conforme revelado pelas datações absolutas. Para Araruama, Buarque obteve duas datações mais recentes – 311±50 AP para o sítio de Morro Grande; e 282 BP, para o sítio São José (BUARQUE, 2010). Conforme mencionado anteriormente, inicialmente a pesquisadora mostrou-se reticente em aceitá-las como legítimas, já que as fontes históricas e etno-históricas que abordam a região não mencionam ocupações Tupinambá nesse contexto (BUARQUE, 2009a, 2009b). O mesmo argumento foi utilizado por Lina Kneip no final da década de 1970, no estudo do sítio Três Vendas, datado em 200±125 BP (KNEIP, 1983).

Para a Zona da Mata mineira, os sítios Teixeira Lopes e Emílio Barão, ambos situados no município de Juiz de Fora, apresentam respectivamente uma datação por TL de 225±25 AP e uma por C14 de 230±40 BP (LOURES OLIVEIRA, 2006c). No sítio Córrego do Maranhão, ganham destaque as duas idades idênticas obtida por C14, de 350±50 (MAGESTE, 2012). Enquanto a data obtida para o sítio de Carangola refere-se a um momento histórico em que a Zona da Mata mineira não se encontrava colonizada, as idades disponíveis para os sítios Teixeira Lopes inserem-se perfeitamente no contexto do século XVIII, época em que os primeiros núcleos de povoamento se encontravam em processo de consolidação e expansão (cf. MERCADANTE, 1973; LAMAS, 2005).

Paralelamente, chama a atenção na cultura material dos sítios mencionados a presença de vestígios de apêndices, suportes de tampa e alças. No caso do sítio Emílio Barão, é digno de nota a evidenciação nos trabalhos de campo de uma conta *Rouen*, bastante similar àquelas encontradas por Angela Buarque, em Araruama. Tais elementos podem ser um forte indicativo das conexões entre os grupos situados no litoral e que fugiram para o interior após o processo de colonização. Já no caso dos sítios Emílio Barão e Teixeira Lopes, podem fazer referência aos contatos com as frentes colonizadoras estabelecidas nos sertões na ocasião.

De toda sorte, diante dos dados arqueológicos, é no mínimo curiosa a ausência de menções referentes a grupos Tupi na documentação histórica referente à Araruama e Zona da Mata mineira para o quadro do século XVIII. A resposta para este mistério pode ser esboçada ao analisar os limites das fontes coloniais no que diz respeito ao estudo da temática indígena. No âmbito da História Regional, são enfocados relatos, memórias, cartas, relatórios oficiais, entre outros documentos que se distinguem pela produção de narrativa intencional, geralmente elaborada com o objetivo de documentar os acontecimentos de determinados locais, sempre enviesados. As fontes foram produzidas sob o ponto de vista do colonizador, que de deparavam em muitos casos com grupos indígenas que mantiveram de formas diferenciadas seus vínculos com o modo de vida pré-colonial, a despeito das pressões em

direção ao seu aldeamento, escravização e extermínio. Já outros registros, como os diários e cartas dos viajantes naturalistas, foram devotados a descrever o exótico perante a sociedade colonial (VAINFAS, 1995; RESENDE, 2003).

A conclusão é que as referências a grupos indígenas aconteceram no intuito de reificar narrativas que reforçavam o estereótipo de selvagem e perigoso, ou então em “processo de civilização”. Ao mesmo tempo, quanto à inserção no universo colonial, aspectos capazes de evidenciar a sua identidade, como as relações de vizinhança, parentesco, padrões de habitação, vestimenta, alimentação, identidade, entre outros, permaneceram invisíveis (GAMBINI, 1988). Na maioria das vezes, os nativos foram classificados de acordo com ideário que fundamentava a perspectiva do colonizador, que atribuíam etnônimos genéricos, desconsiderando nesse processo as especificidades de cada grupo. Desse modo, as descrições presentes nas fontes coloniais, bem como a ausência delas, não correspondem sempre a uma situação comprovada empiricamente, mas também a projeções pré-estabelecidas (MONTEIRO, 1994; RESENDE, 2003; LOURES OLIVEIRA & FERNANDES, 2010).

Em outras palavras, a ausência de menções a grupos Tupi nas fontes históricas do período, não significa que eles não estivessem fixados nas áreas de interesse no momento citado. Podem ter sido simplesmente ignorados, por motivos de ordem diversa (LOURES OLIVEIRA & FERNANDES, 2010). Conforme citado, na região de Zona da Mata mineira, abundam citações a grupos Macro-Jê, associados a grupos Puri, Corado e Coropó. Particularmente para Carangola, predominam relatos referentes a índios “Puri-Arrepiados” e “Puri-Coroados”, que persistiram na região até o ano de 1918, quando o contingente final foi exterminado por uma epidemia de Influenza Espanhola (CARELLI, 2008). Contudo, isso não significa que todos os grupos que habitaram a região entre o século XVIII e XX fossem Macro-Jê. É provável que sociedades diversas tenham sido amalgamados em um mesmo esquema classificatório e perpetuado nas fontes documentais, já que a presença Tupi no período parece ter sido inegável, segundo dados oferecidos pela Arqueologia.

Por fim, algumas considerações podem ser tecidas no que diz respeito à presença de arranjos funerários identificados nos sítios de Araruama e a aparente ausência de estruturas desse tipo nos assentamentos da Zona da Mata mineira. Trata-se de observação importante, já que, de acordo com Buarque (2009a), qualquer comparação entre as áreas deve levar em consideração o tratamento dispensado aos mortos, que constitui um bom aspecto para mensurar questões de continuidade. Em Araruama, foram evidenciadas urnas com fragmentos de ossos e dentes, associadas com outros vasilhames (sítios Morro Grande, Bananeiras, São José e Serrano) e fogueiras cerimoniais (sítios Morro Grande e Barba Couto). Os materiais

puderam ser observados entre as antigas unidades de habitação, conforme verificados no sítio Morro Grande, ou depositados na praça central, em local destinado para esse fim, como revelam os achados do sítio São José. Em termos cronológicos, parecem ser uma constante em todo o período de ocupação verificado para a região, com sensíveis alterações para os cenários de contato (GASPAR ET AL, 2004; BUARQUE, 2009a, 2009b, 2010, 2011; SCHEEL-YBERT ET AL, 2008).

No caso da Zona da Mata mineira, apesar de não ter sido possível recuperar peças com o grau de integridade física e contextual obtida para o litoral, algumas formas recorrentes no tocante à morfologia e pinturas expressas na cerâmica podem ser as informações fragmentárias referentes aos arranjos funerários. No caso, chama a atenção algumas formas reconstituídas para o sítio Córrego do Maranhão, que apontaram para vasilhames com profundidade entre 80 e 90 cm, com borda direta e lábios arredondados, com contorno e base também arredondada<sup>59</sup> (MAGESTE, 2012). Apesar da bibliografia indicar o uso recorrente de vasilhas do tipo no processamento de alimentos, não é improvável que tivessem um uso secundário como urnas (BROCHADO, 1991; ASSIS, 1995; NOELLI, 1993). Outro dado relevante é o vasilhame quadrangular raso, parcialmente inteiro, evidenciado no sítio Teixeira Lopes, que apresenta pintura e morfologia semelhante aos acompanhamentos funerários descobertos por Buarque (2009a; 2009b) no sítio Bananeiras.

Frente ao cenário apresentado, fica evidente que os trabalhos realizados em oportunidades anteriores não esgotaram as possibilidades investigativas referentes aos sítios pesquisados na Zona da Mata mineira e Araruama. Pelo contrário, abriu o leque de questões que podem ser consolidadas com o enfoque da Arqueologia Evolutiva. Nesse movimento, a tarefa de comparar os contextos do litoral e do interior sob a abordagem, torna-se promissora, na medida em que permite tratar de questões como cronologia, variabilidade e transmissão cultural, levando em consideração a distribuição dos vestígios por diferentes compartimentos ambientais e o diagnóstico da atuação de pressões seletivas, acaso e contingências históricas particulares. Por isso, a necessidade de incorporar nas análises desenvolvidas os dados provenientes de todos os sítios descritos, a despeito da qualidade de informações e problemas suscitados pelos sítios Córrego do Maranhão e Morro Grande. Assim, no próximo capítulo, as reflexões serão aprofundadas, com a apresentação dos conjuntos cerâmicos que direcionaram a pesquisa e realização de exercício comparativo.

---

<sup>59</sup> Em visita a campo realizada ao município de Carangola, em 2013, foi narrado por moradores do distrito de Alvorada a destruição de um conjunto de urnas funerárias durante a destruição do sítio Córrego do Maranhão por empreendimento da Anglo American. As urnas estariam localizadas na base da colina do sítio, em ponto com vertente mais inclinada e com altitude menor, não explorada nas pesquisas arqueológicas realizadas.